

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

EM MINORIA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AS OPOSIÇÕES E O GOVERNO
OLÍVIO DUTRA NO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002)

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

**EM MINORIA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AS OPOSIÇÕES E O
GOVERNO OLÍVIO DUTRA NO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002)**

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

**Tese apresentado como
requisito para o grau de
título de doutor intitulada
*Em minoria: uma análise da
relação entre as oposições e o
governo Olívio Dutra no Rio
Grande do Sul (1999-2002)*
ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do
Sul.**

Porto Alegre

Agosto, 2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

**EM MINORIA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AS OPOSIÇÕES E O
GOVERNO OLÍVIO DUTRA NO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002)**

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

COMISSÃO EXAMINADORA:

CÉSAR LUCIANO FILOMENA

ÉDER DA SILVEIRA

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

RAFAEL MACHADO MADEIRA

RENÉ ERNAINI GERTZ

Porto Alegre

Agosto, 2020

Ficha Catalográfica

L317e Lapuente, Rafael Saraiva

Em minoria : uma análise da relação entre as oposições e o governo
Olívio Dutra no Rio Grande do Sul (1999-2002) / Rafael Saraiva Lapuente .
– 2020.

300.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins.

1. História Política. 2. Assembleia Legislativa. 3. Campo Político. 4.
Partido dos Trabalhadores. 5. Olívio Dutra. I. Martins, Luis Carlos dos Passos.
II. Título.

Trabalho dedicado à Ana Paula Ferreira Dias Lapuente

AGRADECIMENTOS

À Ana Paula Ferreira Dias Lapuente, pelo amor e carinho de sempre. Ainda não sei se ela é humana ou uma santa!

À Marcella Saionara Dias Lapuente, pelo amor, carinho e paciência. Em especial, nos dias em que este trabalho foi produzido em seu quarto.

Ao Arthur Ignácio Dias Lapuente, pelos sons tirados na hora que eu precisei escrever (e por forçar a casa toda a manter a calma sem grandes sons).

À Jerônima Maria de Oliveira Saraiva e Luana Saraiva Silva, por ajudar com muito zelo nos cuidados do Arthur para que este trabalho pudesse ser produzido.

Ao Rogério Inácio Bastarrica Lapuente, por ter ajudado no bom trato com os netos.

A todo o corpo docente e discente do Programa de Pós Graduação em História da PUCRS, pelo apoio e zelo ao longo destes muitos anos - menção honrosa ao Henrique Perin, que tornou-se meu padrinho de casamento, tamanha a grande amizade e parceria nestes anos.

Ao orientador Luís Carlos dos Passos Martins, por ter topado uma empreitada não muito fácil.

Ao orientador do mestrado, René Ernaini Gertz, por ter acreditado neste jovem pesquisador e deixado com a grata responsabilidade de retribuir a confiança.

Ao professor Leandro Pereira Gonçalves, por ter aberto as portas das revistas Oficina do Historiador e Estudos Ibero-Americanos.

Ao professor Marco Antônio Medeiros da Silva, pela aposta feita em auxiliar em sua tese de doutorado, em meados de 2012. Tudo começou lá!

Aos meus avós, *in memoriam*, pelo carinho com um menino não muito comportado.

À equipe de professores, alunos e funcionários da Escola Municipal João Paulo I, de Canoas, pela excelente recepção, suporte e flexibilidade disponíveis para a finalização deste trabalho.

À Gislene Monticelli, pela parceria no estágio curricular.

À CAPES, por ter financiado este trabalho com bolsa integral.

Aos democratas e antifascistas, que mantiveram uma chama acesa de esperança em tempos tão obscuros. Não passarão!

“Pra quem torceu a favor, obrigado pela torcida. E pra quem torceu contra, boa noite.”

Jean Pyerre, meio-campo do Grêmio

“Além de permitir à elite se justificar de ser o que é, a ideologia do dom, chave do sistema escolar e do sistema social, contribui para encerrar os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes assinala, levando-os a perceberem como inaptidões naturais o que não é senão efeito de uma condição inferior, e persuadindo-os de que eles devem o seu destino social (cada vez mais ligado ao seu destino escolar) à sua natureza individual e à sua falta de dom”

Pierre Bourdieu

RESUMO:

Este trabalho analisa as disputas parlamentares entre deputados situacionistas e opositoristas durante o governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul (1999-2002), visando entender de que forma eles procuraram legitimar suas posições no campo das disputas simbólicas. Para isso, utilizamos como fonte os discursos dos deputados na tribuna da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, além de nos ancorarmos em jornais do período (*Correio do Povo* e *Zero Hora*). Para fazer essa análise, apoiamos-nos na sociologia do francês Pierre Bourdieu e seus *discípulos*, para entender as lutas simbólicas entre os agentes do campo político e como procuravam se legitimar no mundo social, crendo e fazendo crer que falavam e agiam em nome do *povo*. Assim, foi possível compreender de que maneira uma oposição parlamentar, que era amplamente majoritária na Assembleia Legislativa, procurou construir-se como representante da *opinião pública* em contraposição ao Executivo rio-grandense em temas sensíveis ao mandato de Olívio Dutra na arena de disputas simbólicas do campo político regional.

PALAVRAS-CHAVE: Olívio Dutra; Partido dos Trabalhadores; Assembleia Legislativa; Parlamento Estadual; Campo Político.

ABSTRACT

This paper analyzes how parliamentary disputes between situational deputies and opponents during the Olívio Dutra government in Rio Grande do Sul (1999-2002), helping to understand how they legitimize their positions in the field of symbolic disputes. For this, it is used as a source of speeches by deputies in the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul, in addition to anchoring in newspapers of the period (*Correio do Povo* and *Zero Hora*). To make this analysis, support in French sociology Pierre Bourdieu and his *disciples*, to understand how symbolic struggles between agents in the political field and how to seek to legitimize them in the social world, believing and making them believe that they spoke and acted in the name of *people*. Thus, it was possible to understand the way in which a parliamentary opposition, which was largely a majority in the Legislative Assembly, sought to build as a representative of *public opinion* as opposed to the Rio Grande do Sul executive in themes used for the status of Olívio Dutra in the arena of symbolic disputes in the regional political field.

KEYWORDS: Olívio Dutra; Workers' Party; Legislative Assembly; State Parliament; Political Field.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ALERGS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- Arquivo CP – Arquivo Correio do Povo
- Arquivo MUSECOM – Arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- COMUDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento Social
- COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento
- CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CRT – Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem
- DS – Democracia Socialista
- EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
- FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- GM – General Motors
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IGEA – Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPE – Instituto de Previdência Estadual
- MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-terra
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- OP – Orçamento Participativo
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PCO – Partido da Causa Operária

PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDV – Plano de Demissão Voluntária
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Programa de Incentivo ao Crescimento
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Popular
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Reformador
PPS – Partido Popular Socialista
PRE – Plano de Reforma do Estado
PRN – Partido da Renovação Nacional
PRONA - Reedificação da Ordem Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido dos Trabalhadores Brasileiros
PV – Partido Verde
RBS – Rede Brasil Sul
SEC – Secretaria da Educação
STF – Supremo Tribunal Federal
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
ZH – Zero Hora

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	10
1. INTRODUÇÃO	16
I. DA TEORIA	20
II. DAS FONTES	41
III. DA ESTRUTURAÇÃO	43
2 DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO ATÉ A ASCENSÃO DO PT NO RIO GRANDE DO SUL	45
2.1 A ABERTURA: ASPECTOS NO CENÁRIO REGIONAL E BRASILEIRO	45
2.2 MUDANÇA ESTRUTURAL NO <i>CAMPO POLÍTICO APARENTE</i>	48
2.3 A FASE TRANSITÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL: AS <i>DIRETAS JÁ E A VITÓRIA DO PMDB</i>	52
2.3.1 Tempo de constituintes: os debates em torno das constituições federal e estadual	56
2.4 O CAMPO POLÍTICO REGIONAL E NACIONAL PÓS CONSTITUINTE: A AFIRMAÇÃO DE UMA ARENA DE LUTAS	59
2.5 PROJETOS EM DISPUTA: A NOVA FACE DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL	70
2.5.1 O governo Antônio Britto e a relação com o Legislativo: construindo maioria absoluta para o projeto de ‘modernização’	75
2.5.2 A disputa simbólica em torno de projetos para o estado: o período eleitoral e a eleição de Olívio Dutra	80
2.6 A VITÓRIA <i>PETISTA</i> : COMPONDO GOVERNO EM SITUAÇÃO DE MINORIA	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO:	87
3. DISPUTAS EM TORNO DA “PARTICIPAÇÃO POPULAR”	90

3.1 O SURGIMENTO DE NOVAS MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: CONFLITOS ENTRE NOVOS E VELHOS PROJETOS	92
3.1.1 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM NOVO-VELHO CONHECIDO	92
3.1.2 A DUALIDADE COM OS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E A CONSULTA POPULAR: A CRISE PARA ALÉM DA RELAÇÃO PARLAMENTAR	101
3.1.3 UMA NOVA PEÇA NO TABULEIRO: O FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	106
3.2 AS DISPUTAS DE LEGITIMIDADE E ESTRATÉGIAS NA VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL: O FÓRUM DEMOCRÁTICO E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO CONTEXTO	112
3.2.1 1999: AS DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO LEGÍTIMA – CONFLITOS NO PRIMEIRO ORÇAMENTO DO GOVERNO	112
3.2.2 2000: AS DISPUTAS PELO ORÇAMENTO EM NOVOS FOCOS	117
3.2.3 2001: OS PROJETOS DE PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO ELEITORAL	123
3.2.4 2002: A ARENA DE DISPUTA COMO CONSEQUÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL	128
3.3 A PARTICIPAÇÃO POPULAR FORA DO ORÇAMENTO ANUAL: A MATRIZ TRIBUTÁRIA E DA UNIVERSIDADE ESTADUAL	131
3.3.1 A MATRIZ TRIBUTÁRIA	132
3.3.2 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	143
4 O GOVERNO <i>PETISTA</i> E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	148
4.1 O CPERS E OS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO: NOVOS TEMPOS NO PIRATINI?	150
4.1.1 OS REAJUSTES SALARIAIS NA ÓTICA PARLAMENTAR: EXECUTIVO, LEGISLATIVO, MAGISTÉRIO E SINDICATO	152
4.1.2 A GREVE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL: O GOVERNO E O CPERS EM CONFLITO ABERTO	161

4.1.3 O TEMA DO REAJUSTE EM 2001: CPERS, GOVERNO E OPOSIÇÃO EM NOVO DIÁLOGO	168
4.1.3.1 As emendas ao projeto: o discurso <i>petista</i> em nova contraposição	171
4.2 O MST NO PARLAMENTO: A LUTA PELA ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO AO GOVERNO	176
4.2.1 A POLÍTICA AGRÁRIA E AS OCUPAÇÕES	179
4.2.1.1 A OCUPAÇÃO DO INCRA, DA RECEITA FEDERAL E DE FAZENDAS NO INTERIOR DO ESTADO: A TENSÃO NO INÍCIO DA LEGISLATURA	180
4.2.1.1.1 A FAZENDA DE HULHA NEGRA: A OCUPAÇÃO DO MST NA LUTA PARLAMENTAR E O BOICOTE À EXPOINTER – A CRISE AGRAVADA	184
4.2.1.2 O CADASTRO ESTADUAL DOS FILHOS DA TERRA: O CONFLITO GOVERNISTA NA OFENSIVA OPOSICIONISTA EM DEFESA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA	188
4.2.1.3 AS OCUPAÇÕES E ASSOCIAÇÕES NO FINAL DO MANDATO: AS AÇÕES DO MST EM PERÍODO ELEITORAL	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	202
5 O EXECUTIVO NO BANCO DOS RÉUS: O GOVERNO OLÍVIO DUTRA E A RELAÇÃO COM AS CPIs	208
5.1 A CPI DO POLO AUTOMOTIVO: A ‘GRANDE CRISE’ NO INÍCIO DO GOVERNO	209
5.2 A CPI DA SEGURANÇA PÚBLICA EM NOVOS CONTEXTOS	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	266
CONCLUSÕES FINAIS DO TRABALHO	271
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	280
ANEXOS	290
ANEXO I – COMPOSIÇÃO DAS BANCADAS NA 50ª LEGISLATURA	291
ANEXO II – ALTERAÇÃO DA MATRIZ TRIBUTÁRIA	296
ANEXO III – CHARGE “CPERS: FILIADO À SEC”	297

ANEXO IV – A CPI DO MST: LISTA DE DEPUTADOS ENTREVISTADOS POR ZERO HORA	298
ANEXO V – PROPOSTA DO GOVERNO DO ESTADO À FORD DO BRASIL	299
ANEXO VI – DIÁLOGO ENTRE DIÓGENES DE OLIVEIRA E LUIZ FERNANDO TUBINO	300

1. INTRODUÇÃO

No desenvolvimento dessa pesquisa acadêmica, percebemos que o partido que estamos estudando, o PT-RS, passava por uma dicotomia em sua trajetória¹: ao mesmo tempo em que era um *partido puritano*, ganhava espaços institucionais cada vez maiores, principalmente a partir de 1989, quando Lula chegou ao segundo turno da eleição presidencial. Qual o reflexo dessa alteração de posição na estrutura do campo político? Procurar entender esse ponto poderia ajudar a explicar boa parte das contradições do PT-RS internamente - ao menos, na visão inicial de um jovem pesquisador que procurava um problema de investigação quando o mestrado chegava próximo do fim, e buscava um novo tema dentro da História Política do Rio Grande do Sul.

Pierre Bourdieu define um *partido puritano* como grupos intelectuais sem base política, ou seja, sem força dentro do campo² político. Sua lógica purista, agindo como

¹ “Trajetória” é um conceito que, para Pierre Bourdieu, procura dar conta do rumo de um agente em um campo. Para Bourdieu, a trajetória de um agente (indivíduo ou instituição, como no caso do PT) é marcada por posições sucessivamente ocupadas por ele, em um espaço em constante modificação. Por isso, é fundamental compreender as alterações da estrutura do campo político para entender as tomadas de posição dos partidos. É impossível compreender a trajetória de um agente sem que se considere previamente os espaços sucessivos desse campo. Ou seja, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado ao conjunto dos demais envolvidos no mesmo campo e que se defrontam nesse espaço. Portanto, o que queremos dizer, nos apoiando em Pierre Bourdieu, é que não é possível compreender as posições tomadas pelos agentes (deputados, partidos, sindicatos etc.) no Rio Grande do Sul sem que levemos em conta a estrutura prévia do campo e as condições apresentadas. É isso que explica, em parte, as tomadas de posição desses agentes. Eles se veem compelidos, pressionados e censurados a tomar determinadas posições, conforme a estrutura do campo e a posição que ocupam. Tanto a posição que ocupam como a estrutura presente no campo é sempre cambiável. V. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1998.

² Segundo Ortiz, “campo”, na concepção bourdiana, pode ser entendido como um *locus* onde se trava uma luta entre os agentes em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. Dentro desta perspectiva, todo agente atua no interior de um campo socialmente predeterminado. O campo se particulariza como um espaço onde se manifestam as relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio, denominado de capital social. A estrutura do campo é dividida em dominantes, que possuem um máximo de capital social, e dominados, que se definem pela ausência ou raridade dele. O autor compara um campo a um jogo. No entanto, enquanto que, no jogo, há uma série de regras explícitas, no campo as normas são implícitas. Há, no campo, regularidades imanentes, sanções, censuras, repressões e recompensas, sem que nada disso tenha sido instituído. É possível, deste modo, comparar a existência dos campos como se fossem pequenas arenas. Na assertiva do próprio Bourdieu, citado por Céli Pinto, há pelo menos quatro leis fundamentais que caracterizam um campo: 1. Devem existir interesses que são incapazes de serem supridos por qualquer outro campo; 2. Possui suas regras e leis de funcionamento próprios e seus agentes devem estar predispostos a aceitá-las e serem dotados de capacidade para entendê-las; 3. Sua estrutura é definida pelo estado de luta e pela qualidade e quantidade de capital distribuído entre os agentes e 4. Todos os agentes possuem como interesse comum a existência do campo. Cf. ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983; BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011; PINTO, Céli. O poder e o político na teoria dos campos. *Veritas*. V. I, n. I, nov. 1995. Porto Alegre. A obra onde o autor define o conceito de campo está na coletânea BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, republicado da revista *Actes de la recherche en sciences sociales*.

seita, tem como consequência a renúncia à universalidade que é necessária para uma ampliação de votos, visando a afirmação de uma lógica ética e técnica. Um partido, diz Bourdieu, “se não quer ver-se excluído do jogo político e da ambição de participar senão do poder, pelo menos do poder de ter influência na distribuição do poder, não pode consagrar-se a virtudes tão exclusivas”. Isso porque ele visa “trazer para a sua causa o maior número possível de refractários”, não hesitando em abrir mão de sua pureza para alargar sua clientela.³

Parece-nos claro que o PT-RS possuía traços bem visíveis de um *partido puritano* naquele contexto: recusava-se a fazer alianças fora do espectro político de esquerda, e possuía divergências mesmo dentro desse bloco com os agentes em luta pela definição de ações, discursos, posições e práticas que a legenda adotaria, procurando se consolidar como principal representante da clientela deste polo. Além disso, tanto na Prefeitura como no governo do estado, rechaçou qualquer tentativa de ampliar a base governista no Legislativo. Um exemplo bastante claro destas lutas eram os debates entre as tendências do PT-RS, que arregimentavam militantes liderados por porta-vozes consagrados para participar dessas disputas. Essa luta, sendo simbólica, trazia a disputa por posições, postos e *ideias-força* que mobilizavam militantes disputando visões antagônicas para definir as bandeiras e ações do partido e falar em seu nome.

Nestes antagonismos, nenhuma foi mais duradoura e provocadora de lutas do que entre os grupos que propendiam a defender a ampliação das relações partidárias com outras siglas contra os que se mobilizavam por manter uma posição restrita, vinculada à poucas legendas do mesmo lado do campo político. Nos anos 1980 e 1990, os grupos mobilizadores da segunda ideia-força conseguiram ser vencedores e imporem um *puritanismo* ideológico na composição política do PT.

Mas não estamos falando aqui de uma seita fechada em si, cuja força política é insignificante. Estamos falando do partido que mais cresceu desde a redemocratização no Rio Grande do Sul e que pulou de uma irrelevante votação em 1982 para o governo do estado em 1998, sendo o único que partiu de um eleitorado insignificante na primeira eleição pós-ditadura para a vitória ao Palácio Piratini. Junto a isso, o PT foi a única legenda a reeleger um prefeito na capital, e ainda o fazendo governando por quatro mandatos consecutivos. Tudo isso sem um capital político oriundo de uma herança do pré 1964 – como o PDT e o PTB –, nem incorporado da atuação no período autoritário – como PDS

³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 184.

e PMDB. A sigla, portanto, construiu seu capital político mobilizando recursos novos, que tinham sua atuação restringida pelo período autoritário.

Dentro do exposto, estamos ou não discorrendo a respeito de um *partido puritano*? Aqui, o mais correto parece adaptarmos o conceito de Pierre Bourdieu para definir um *partido puritano em transição*. Isso porque não vemos um sacrifício total ao seu programa, mas teve, na condição de governo, que abrir mão de algumas de suas bandeiras e se ver confrontado com agentes que apoiaram a ascensão da sigla ao governo do estado. Isto é, ao mesmo tempo em que o PT-RS não pode ser visto naquele contexto como um *catch all party*⁴, pela existência de um *puritanismo* que legitimava muitos porta-vozes dominantes e militantes que davam aos primeiros sua *fides*, também não estamos falando de uma agremiação sem representatividade no campo político gaúcho e brasileiro.

Estamos considerando, aqui, o fato de mencionarmos a respeito da sigla que esteve em segundo lugar nas três eleições presidenciais que disputou até então e, sob o prisma regional, concorreu no segundo turno em 1994 e venceu em 1998, confirmando sua trajetória ascendente já mencionada. Nesse ponto, porém, não há dúvidas de que estamos falando de uma sigla cujo *habitus* político dos agentes era majoritariamente oposicionista. E, por outro lado, a legenda se apegava praticamente apenas na experiência obtida em Porto Alegre desde 1989. Em linhas gerais, não podemos dizer que é uma sigla esvaziada de poder e irrelevante no campo político, que prega apenas aos seus *convertidos*, mas não desprezamos que esse *puritanismo*, ao mesmo tempo, estava presente pelas pontuações acima assinaladas, sendo o motivo de cisões, rachas e divergências quanto a determinadas posturas da sigla e de seus governos.

A adesão a este *puritanismo* também explicava a manutenção voluntária de militantes, sindicatos, movimentos sociais e *profanos* que aderiam ao discurso *petista* de forma benévola. Além disso, essa ascensão ao poder estatal garantia o acesso a um maior capital econômico e viabilizaria a manutenção de uma parcela maior de militantes profissionais, ligados ao partido, que passavam a ocupar estruturas burocráticas do estado e da sigla.

⁴ Este conceito é uma definição clássica de KIRCHHNEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília: n. 7, jan-abr 2012, p. 349-385. Basicamente, ele define um partido *catch all* como uma agremiação política cujo objetivo é atrair o maior número de pessoas, mesmo que, para isso, tenha que manter uma postura que abarque a heterogeneidade de visões, ou seja, não possui a exigência de adesão a algum ponto de vista. A isto ele chama de partidos que passam por um processo de “desideologização”, se concentrando mais no cenário do sufrágio, buscando trocar a efetividade do debate mais aprofundado por uma audiência mais ampla e pelo sucesso eleitoral mais imediato.

Considerando o que foi exposto, como as forças “tradicionais” do campo político se relacionaram com o governo de Olívio Dutra (1999-2002)? Além disso, a pergunta central desse trabalho é procurar entender de que forma partidos de oposição ao governo Olívio Dutra buscaram se legitimar discursivamente frente ao governo do estado. Ou seja, de que maneira procuraram defender sua posição de oposição majoritária na Assembleia Legislativa frente ao governo *petista*, minoritário naquele poder? E como os parlamentares governistas, estando em condição minoritária, procuraram defender as pautas advindas do Executivo rio-grandense?

Estamos levando em conta, neste caso, que estar na oposição implicaria, em tese, na obstrução do acesso à definição de políticas públicas, o que não é visto quando se está na situação. Mas, dependendo da atuação do governo, pode-se não conseguir transformar este acesso em conversão de capital político. É nesse sentido que ter acesso ao Executivo pode ser uma questão secundária: ou seja, há contextos em que acaba sendo mais proveitoso estar na oposição para a obtenção de capital político.

Para isso, analisaremos principalmente a luta simbólica entre os agentes parlamentares por meio dos discursos proferidos pelos deputados estaduais em plenário na Assembleia Legislativa durante a 50ª legislatura e nos dois principais jornais do Rio Grande do Sul naquele período. A escolha dessas duas fontes levou em conta a impossibilidade de se aprofundar em outros pontos igualmente importantes, como nos trabalhos de comissão.⁵ Infelizmente, esse material não esteve disponível para consultas e, das poucas que estavam guardadas em caixas de arquivo, o volume do acervo era enorme e desorganizado. Mas, grosso modo, as pautas mais importantes nas disputas entre os agentes parlamentares tendem a estar presentes nas discussões em plenário. É neste local que se debatem os projetos aprovados nas comissões, mas também aqueles definidos como emergenciais pelo Executivo, os deputados líderes de bancadas concordam em

⁵ Segundo MARTINS, Cléber Ori Cuti. *Processos participativos nas assembleias legislativas: estrutura, dinâmicas e limites*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 2012, p. 12, as comissões são “órgãos integrantes da estrutura organizacional dos parlamentos com o objetivo de discutir e apreciar projetos de lei, emendas e outros tipos de disposições e elaboração de pareceres sobre proposições referentes aos assuntos de sua área temática. Além disso, possuem a incumbência de promover a realização de estudos, acompanhar as ações de órgãos públicos estaduais, elaborar proposições, realizar audiências públicas, convocar e, entre outros, ouvir autoridades”. De acordo com GROHMANN, Luis Gustavo M. O processo legislativo no Rio Grande do Sul. In: SANTOS, Fabiano (org). *O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, as comissões devem ser estudadas à parte. Isso por dois fatores: um pela infraestrutura disponível, e outro pela produção legislativa. No caso do Rio Grande do Sul, estas possuem um secretário como funcionário de carreira, e os demais são estagiários, podendo ser substituídos pelo presidente. Isso explica, segundo Grohmann, o motivo pelo qual há dificuldades de organização das atividades destas comissões.

colocar em pauta ou os agentes parlamentares requerem por escrito e formam, para isso, maioria.⁶ Nestes casos, por exemplo, os projetos não passam pelas comissões, mas obrigatoriamente devem passar pelo plenário. Por isso que este material acaba sendo mais importante para esta pesquisa.

Há de se considerar, neste objeto, aquilo que Luís Gustavo Grohmann asseverou acerca da estruturação dos poderes. O autor destaca que ganhar eleições para o Executivo não significa dispor de todos os recursos e tomar decisões livremente, havendo de se considerar a estrutura dos poderes do Estado e como ele está montado.⁷ O Executivo defronta-se com outras instituições constituídas e legitimadas pelo Estado, que nem sempre darão caminho livre para a ação do governo, podendo ocorrer o antagonismo de forças e poderes. Esta ocorrência tem maiores chances de incidência quando os poderes são controlados por forças que se colocam como adversárias no campo político, como é o caso aqui analisado.

Por outro lado, a análise das disputas discursivas entre os agentes do campo no âmbito parlamentar ganha relevância por distanciar-se dos trabalhos a respeito do Legislativo rio-grandense que focaram, parcial ou totalmente, em análises quantitativas.⁸ Isto é, que procuraram responder se o Executivo tinha ou não sucesso por meio do número de projetos aprovados ou recusados pelos deputados estaduais, bem como por meio dos reflexos da condição majoritária ou minoritária daquela Casa. Voltamo-nos, aqui, a entender como os parlamentares almejavam legitimar suas posições, construindo-as ao mesmo tempo em que buscavam desautorizar a construção simbólica adversária no mundo social.

I. DA TEORIA

⁶ GROHMANN, op. cit., 2001.

⁷ GROHMANN, Luís Gustavo. A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada. *Revista de Sociologia e política*. Curitiba, n. 17, novembro 2001.

⁸ Entre muitos outros trabalhos, destacamos aqui: PEREIRA, André Ricardo. *Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil Contemporâneo*. Vitória: EDUFES, 2014; SANTOS, Fabiano (org). *O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Editora FGV, 2004; PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. Estabilidade e rotatividade do secretariado no Rio Grande do Sul... Tese (Doutorado em Ciência Política), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; GROHMANN, Luís Gustavo. Representação política, sistema eleitoral e sistema partidário: análise comparativa... Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996; NUNES, Felipe. *Governos de coalizão e resultados de soma positiva em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul (1999-2006)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

Pontuaremos neste tópico os eixos que acreditamos serem os pilares de sustentação teórica desta pesquisa: a conceituação de *discurso político* e de *campo político*. Para o conceito de campo político, utilizaremos o aporte de Pierre Bourdieu, sociólogo que procurou fazer uma “*historización radical* de todo lo que tiene que ver con la democracia: su vocabulário, su discurso oficial y sus representaciones corrientes, sus consignas y asociaciones distintivas y, no en último término, la ciencia política”. Sua sociologia procurou apreender os princípios de classificação e luta pela legitimação no mundo social⁹ por meio dos sistemas simbólicos como ordenamentos de poder e, também, as condições da emergência e realização social do campo político (legitimação, oficialização, institucionalização) conforme as respectivas posições e estruturas de capital. Além disso, também propôs uma historicização das condições que propiciaram a existência do político. Isto é, de que forma os ‘cidadãos’ legitimaram a própria demissão em favor da delegação de um agente representante. Abordaremos nessa tese o conceito de campo político incluindo o conjunto da sociologia bourdesiana, haja vista que não é possível sua apreensão sem que se domine a relação entre os conceitos.¹⁰

Assim, para Pierre Bourdieu, o campo político é um microcosmo social relativamente autônomo, com sua própria lei, princípio e regra de funcionamento dentro do *macro* mundo social, e surge da forma como ele resenha em sua obra a partir do século

⁹ Durante esse trabalho, o leitor encontrará várias vezes a expressão ‘mundo social’. O objetivo aqui é designar o que seria o mundo por meio da evidência, isto é, é a realidade apreendida *subjetivamente* e que se retraduz, *a posteriori*, de maneira objetiva em comportamentos. Em linhas gerais, o mundo social nada mais é do que a representação que a pessoa faz do mundo, e não ele em si, de forma ‘materializada’. O sujeito, assim, nada mais é do que o resultado de esquemas de percepção que são produtos da história. A visão de mundo social, por exemplo, não é um sinônimo de *espaço social*, cuja abordagem refere-se às estruturas relacionais constituídas pelos agentes sociais em suas posições ocupadas. A luta política pela definição do mundo social é um dos aspectos decisivos da dominação simbólica. Junto a agentes do campo político, que procuram definir o mundo social a partir de seus próprios interesses, outros grupos atuam nesse sentido, como jornalistas, especialistas em ‘opinião pública’, especialistas de todos os tipos que procuram definir representações por meio de comentários. No caso do periodismo, segundo Pinto, usando muitas vezes a pretensa ‘opinião pública’ para legitimar uma posição sua ou de um cliente (empresas, jornais, revistas, partidos etc.), pautando, assim, o campo político. Ver: PINTO, Louis. Pierre Bourdieu y la Teoría del Mundo Social. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002; DACCACHE, Michel. MUNDO social. In: *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

¹⁰ WACQUANT, Loic. Poder simbólico y práctica democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005, p. 14, grifo do autor; CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Veritas*. V. I, n. I, nov. 1995. Porto Alegre; CURTO, Diogo; DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel. O poder simbólico e o projecto sociológico de Pierre Bourdieu. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2011. Sobre a relação conceitual, diz Coradini, p. 215: “não tem sentido o conceito de ‘capital’, sem se ter presentes suas vinculações com o de ‘estrutura de capital’; por sua vez, com ‘posição social’, com formação de ‘classes’, com ‘princípios de classificação, com formas de dominação’, com ‘legitimação, com ‘estratégias de reprodução social’, com *illusio* e assim por diante”.

XIX.¹¹ Segundo Bourdieu, quem pretende se tornar um agente na política deve operar uma “conversão” para se adequar às regras próprias do campo, mesmo que esta ocorra gradualmente de forma inconsciente. Caso isso não ocorra, a atuação do agente político fica sob risco de exclusão ou fracasso. Dentre os fatores necessários para ingressar nesse microcosmo, é preciso obter um relativo grau de educação, acúmulo de capital político e tempo livre para poder se mostrar como porta voz de grupo/grupos. Segundo Patrick Champagne, essa condição no campo político se acentua pelo fato de o grande público não ter interesse pela política. Assim, o público em geral – os “*profanos*”, que ocupam uma posição de dominados – vira espectador do processo. Essa condição facilita não só o monopólio dos profissionais “internos” da política, mas também contribui para que agentes “externos” possam construir sua legitimidade: jornalistas, cientistas políticos, analistas etc., que participam influenciando no jogo político. Ao público dominado, como forma de protesto ao desapossamento, lhe cabe apenas ações abstencionistas, como o apolitismo, antiparlamentarismo etc., para contestar o monopólio político por parte dos profissionais.¹²

Portanto, esses fatores ilustram que a capacidade de ingresso no campo político é desigual. Ou seja, as condições sociais de funcionamento elaboram uma espécie de divisor: somente determinadas pessoas que conseguem preencher as condições de acesso podem “jogar esse jogo”. A rigor, o campo político repousa sobre uma exclusão aos despossuídos que não têm condições de ingresso, cujo interesse da perpetuação dessa lógica existe entre os pertencentes ao campo, sob o prisma de representarem os cidadãos que lhe delegaram essa condição. E assim que se legitimam dentro do campo político: fazendo crer a si e aos outros que são porta-vozes dos grupos de eleitores que lhe dão sustentação. Esses despossuídos contribuem inconscientemente para que exista essa

¹¹ BOURDIEU, op. cit., 2001; BOURDIEU, op. cit., 2011; BOURDIEU; CHARTIER, op. cit. Segundo Bourdieu, op. cit., 2011, p. 202-203, “o *campo político* tem uma particularidade: nunca pode se autonomizar completamente: está incessantemente referido à sua clientela, aos *leigos*, e estes têm de alguma forma a última palavra nas lutas entre os *clérigos*, entre os membros do campo”. Conforme Wacquant, op. cit., 2005, é importante considerarmos uma ressalva feita pelo próprio Pierre Bourdieu em relação ao uso de seus estudos em trabalhos de terceiros. O sociólogo francês destaca que o objetivo *não deve ser estudar o campo*. Este *não deve ser* o objeto de análise em si. Mas deve ser visto como um instrumento para a compreensão da realidade analisada por meio de algumas características essenciais. Bourdieu acaba considerando que os elementos presentes em um caso nem sempre são aplicáveis em outros. Na definição de Coradini, op. cit., a respeito dos equívocos comuns na aplicação da sociologia *bourdesiana*, há a tendência a se tomar os conceitos como ‘coisas’, equivalentes a fenômenos reais e não enquanto fenômenos analíticos. Ou seja, como abstração e generalidade e não com estrutura conceitual, epistemológica e fundamentada.

¹² CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996; BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

dominação, reconhecendo a legitimidade dos agentes políticos, que ocupam uma posição dominante.

A divisão entre *dominantes* e *dominados* se deve também ao que Bourdieu denomina por *violência simbólica*. Ela se constitui porque os dominados aderem aos dominantes pela regularização dessa relação com os instrumentos de conhecimento compartilhados por meio da incorporação das classificações sociais, tidas como naturalizadas. Os dominados, portanto, ao verem essa hierarquização como natural, acabam contribuindo para sua construção, manutenção e reprodução. Por isso, Pierre Bourdieu vai desenvolver a ideia de que a lógica do voto é desfavorável aos dominados por dois motivos: primeiro, porque nem todos possuem os mesmos instrumentos, principalmente capital cultural, necessários para produzir uma opinião pessoal, e pelo fato de os dominantes poderem se contentar com estratégias individuais de reprodução, haja vista que a ordem social já joga a seu favor.¹³ Com a formação dessa estrutura, se figura uma lógica concorrencial que opera o funcionamento do campo político. Agentes e instituições concorrem e tem como premissa a obtenção de capital político por parte daqueles que participam deste jogo.

Mas como podemos definir o que é capital político? Para Pierre Bourdieu, ele é

uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. Isto é, um ‘crédito’ que só existe *na e pela* representação, *na e pela* confiança, *na e pela* crença, *na e pela* obediência. Ou seja, um poder que aquele que lhe está sujeito dá para aquele que exerce, um crédito que ele lhe confia pondo sua confiança. Um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê nisso. O homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele.¹⁴

Em outra obra, Bourdieu complementa a assertiva acima:

¹³ BOURDIEU, op. cit., 2001; BOURDIEU, Pierre. El misterio del ministerio. De las voluntades particulares a la ‘vontad general’. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005. Ver também, a respeito do conceito de ‘estratégias de reprodução’: LOYOLA, Maria Andrea. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andrea Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

¹⁴ BOURDIEU, op. cit., 1989, p. 187-188. Bourdieu, em *Meditações Pascalianas*, define capital simbólico como um “princípio de uma busca egoísta das satisfações do ‘amor-próprio’ que é, ao mesmo tempo, a procura fascinada pela aprovação de outrem. O capital simbólico assegura formas de dominação, que envolvem a dependência perante os que ele permite dominar: com efeito, ele existe apenas na e pela estima, pelo reconhecimento, pela crença, pelo crédito, pela confiança dos outros, logrando perpetuar-se apenas na medida em que consegue obter a crença em sua existência”. BOURDIEU, op. cit., 2001, p. 202.

O campo político é o lugar por excelência de exercício do capital simbólico: é um lugar em que existir, ser, é ser percebido. Um político é, em grande medida, um homem conhecido e reconhecido; não é um acaso se os políticos são particularmente vulneráveis ao escândalo, sendo o escândalo gerador de descrédito, e o descrédito é o inverso da acumulação do capital simbólico.¹⁵

Esse capital é variável, conforme o contexto, e é provido de diferentes maneiras. Isso porque “en el campo político confluyen distintas especies de recursos sobre las que se funda la competencia de quienes se sienten autorizados a involucrarse en política y a transformarse en profesionales de esta actividad”. Além disso, o capital político “es tan sólo una de las especies posibles que habilitan los agentes para acceder al campo político”, já que há distintas formas de habitá-lo. Isto é, “actuar en el, de percibir lo que allí ocurre, de apropiarse de diferentes modos de sus roles y objetos, y por tanto de profesionalizarse en dicho espacio. Esto es, un conjunto de maneras prácticas de permanecer en el campo político que son unificadas por el *habitus*”.¹⁶

Na lógica de acumulação de capital, o campo político é formado por um estado de forças e lutas entre agentes que usam suas armas para conflitar entre si. As armas que estes agentes utilizam são o seu capital simbólico, conquistado por meio de notoriedade e crédito, mas que nunca é definitivo: ele pode atingir ápices e desmoronar em proporções muito dinâmicas. O capital simbólico dos agentes de qualquer campo é provisório. Mas no caso do político essa provisoriedade é maior, por ser ele suscetível a escândalos que podem afetar a relação de confiança entre dominados e grupos com os agentes que fazem parte dos seus recursos sociais.

Nestas lutas, o objetivo dos agentes do campo é transformar ou conservar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento por meio de uma luta simbólica.¹⁷ Essa ocorre com os adversários dispondo de armas, capitais e poderes simbólicos desiguais. O objetivo dessas lutas é a busca pelo que Bourdieu chama de *monopólio da palavra*. Isto é, a luta política se torna cognitiva: se busca impor a visão mais legítima do mundo social pelo reconhecimento acumulado na forma de capital

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 353, *ebook*. A noção apresentada por Pierre Bourdieu nessa citação explicita também a importância de se compreender a relação entre o campo político e outras arenas, principalmente a jornalística. Esta é o principal espaço de divulgação de escândalos que podem afetar diretamente o capital simbólico de agentes do campo político.

¹⁶ JOIGNANT, Alfredo. *Habitus, campo y capital*. Elementos para una teoría general del campo político. *Revista Mexicana de Sociología*. N. 75, n. 4, outubro-dezembro 2012, p. 587-618, grifo meu.

¹⁷ Na definição bastante didática de Céli Pinto, op. cit., p. 225 a autora menciona que “a luta política é a luta simbólica por excelência, pois seu principal objetivo é converter, é o fazer crer que sua proposta é a melhor para todos: transformar os interesses localizados de grupo, isto é, de classe ou fração de classe, em interesses gerais. Bourdieu define as lutas simbólicas entre as classes ou frações como aquelas que têm como objetivo comum imporem a definição do mundo mais conforme seus interesses”.

simbólico de notoriedade e respeitabilidade. Por meio deste capital que se confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social, sendo uma espécie de luta pela percepção, que visa manter ou subverter a ordem das coisas ao conservar categorias ou transformá-las. Nessa lógica, que é baseada na livre concorrência, busca-se dissimular o trabalho de imposição que existe nela. O político procura produzir e impor a própria representação e aqueles agentes bem-sucedidos no campo tendem a fazer disso o próprio meio para a acumulação de capital político.¹⁸

Para Bourdieu, a ação política tem sentido porque seus agentes, ao agirem no mundo social fazendo parte dele,

têm um conhecimento (mais ou menos adequado) desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos - e ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem encetar para transformar o mundo social conforme seus interesses - produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais.¹⁹

Ainda sobre a relação entre ação política e mundo social, diz Bourdieu:

A vida política só pode ser comparada com um teatro se se pensar verdadeiramente a relação entre o partido e a classe, entre a luta das organizações políticas e a luta das classes, como uma relação propriamente simbólica entre um significante e um significado ou, melhor, entre representantes dando uma representação e agentes, ações e situações representadas. A concordância entre o significante e o significado, entre o representante e o representado, resulta sem dúvida menos da procura consciente do ajustamento à procura da clientela ou do constrangimento mecânico exercido pelas pressões externas do que da homologia entre a estrutura do teatro político e a estrutura do mundo representado, entre a luta das classes e a forma sublimada desta luta que se desenrola no campo político.²⁰

Nessa luta pela representação²¹ do mundo social disputada pelo “jogo político”, a maior parte das pessoas está excluída por não preencher as condições de acesso. Mas,

¹⁸ CHAMPAGNE, op. cit.; WACQUANT, op. cit.; BOURDIEU, op. cit., 2001; BOURDIEU, op. cit., 2011; BOURDIEU, Pierre. *Penser la politique. Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 71-72, mars 1988.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 117.

²⁰ BOURDIEU, op. cit., 1989, p. 175-176.

²¹ O conceito de representação é fundamental para compreendermos a luta política. O trabalho de manipulação simbólica é uma luta conduzida por agentes especialistas em representação (sindicalistas, jornalistas, políticos, intelectuais etc.). Eles competem entre si pelo controle das operações sociais de nomeação. A representação nada mais é do que um trabalho constante e diversificado de inculcação e imposição de categorias de percepção que contribuem para formar a realidade social. O agente social é, para

embora o campo político tenda a aumentar o próprio fechamento, ele jamais pode ser totalmente independente, já que possui uma relação de vinculação indissociável com a sua clientela e os *leigos* externos ao campo.

Em síntese, é nele onde se concorre pelo poder de falar e agir em nome das pessoas que estão excluídas do campo. E nessa disputa que se constituem as lutas para transformar ou conservar as relações de força dentro do campo. Em meio a essas disputas levadas a cabo pelos agentes políticos, é importante destacar que o capital possuído por seus agentes não depende somente deles. Estará vinculado, primeiramente, ao peso de seu partido e também da posição do agente dentro do grupo.

Citamos a interpretação de Céli Pinto sobre o estado do campo para Bourdieu:

Luta-se para impor uma vontade, uma visão de mundo, os interesses de uns sobre os outros. Luta-se enfim para se poder ter poder dentro do campo. E, por paradoxal que possa parecer, só se luta porque já se tem poder. Quem não tem nenhum poder, nenhum capital dentro do campo não tem interesses irredutíveis e, portanto, não tem nem razão, nem cacife para pertencer a um campo. Por mais destituído de poder que possa parecer um agente no interior do campo, ainda assim o analista deve se perguntar por que ele é admitido no campo, porque ele ali permanece.²²

Corroborando o sentido que estamos trabalhando, Bourdieu menciona que as lutas simbólicas do campo político têm o objetivo de produzir o *sensu comum*. Esse poder simbólico “é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que ela é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas”, sendo um poder de consagração ou revelação daquilo que já existe. Assim, as lutas buscam constituir seu ponto de vista como universal por meio de conflitos contra visões que são concorrentes.²³

Enquadrando as considerações teóricas com o objeto de pesquisa dessa tese, como poderíamos perceber as posições ocupadas no campo político entre o PT e a oposição? É possível afirmar que, na condição de governo, o PT passa a ser um agrupamento que se

Bourdieu, um *animal symbolicum* que habita em um mundo vivido e construído por meio de construtos da linguagem, do mito, da religião, da ciência e de conhecimentos variados. Isto é, por meio de representações subjetivas, e não somente pela realidade concreta, moldando-a. As representações são imagens mentais que os indivíduos possuem do real, visto e reconhecido por seus pares. As representações, no campo político, estão sempre em disputa por seus agentes, e seu grau de eficácia varia conforme o capital acumulado e sua posição no campo. BOURDIEU, op. cit., 1989; WACQUANT, Loic. Bourdieu e a questão das classes. *Novos Estudos – CEBRAP*. Nº 96, São Paulo, Jul. 2013.

²² PINTO, op. cit., p. 222, 223.

²³ BOURDIEU, op. cit., 2001. Segundo Pierre Bourdieu, ao definir o poder simbólico, também dá uma dimensão de sua extensão. Bourdieu menciona que, mesmo quando repousa sobre a força – como do dinheiro ou armada –, a dominação possui sempre uma dimensão simbólica. Os atos de submissão são atos de reconhecimento que mobilizam estruturas cognitivas possíveis de serem aplicadas às estruturas sociais. Isto é, estruturas estruturantes. Cf. BOURDIEU, op. cit., 2001.

aproxima de uma posição dominante no campo político regional. Entretanto, a majoritariedade da oposição na Assembleia Legislativa exprime não ser possível falar que ela estava em uma condição dominada. Portanto, formava uma arena de disputas mais tensas no campo político, haja vista o equilíbrio dos dois grupos na arena de forças e lutas. Em síntese, aquele contexto nem chegava próximo de uma condição de “predomínio” em capital político por nenhum dos grupos. Isso ilustra que os grupos de oposição e situação estavam em situação relativamente equivalente. Embora seu capital político e de seus agentes proviesse de recursos diferentes, na arena de disputas estas siglas mobilizavam e conseguiam a adesão de *profanos* de forma mais ou menos semelhante.

A novidade, a rigor, é o fato de o PT controlar recursos do aparelho de Estado que até então não havia tido. Dá pra se dizer, portanto, que o PT passou a ter significativo capital político objetivado creditado no partido enquanto atuante da oposição e ocupava uma posição ascendente na estrutura do campo. A manutenção da força política dos outros microcosmos, portanto, indica que estas siglas ainda manipulavam recursos que lhe garantiam capital político, seja objetivado ou incorporado. Ou seja, diretamente devotado a seus agentes políticos, especialmente no caso aqui estudado, para os deputados estaduais, agentes que eram profissionais do campo.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a oposição buscava se notabilizar ocupando o espaço outrora pertencente ao Partido dos Trabalhadores, por outro, não podemos dizer que ela não ocupava posições institucionais. Afinal, tinha, na posição majoritária da Assembleia Legislativa, um espaço importante, onde poderia usá-lo para poder fazer valer sua visão de representação social, pressionar e impor derrotas políticas ao governo. Especialmente em projetos onde poderia obter ganhos em capital político. Afora isso, ratificava sua legitimidade que era dada pelas urnas: assim como o governo foi eleito pelo sufrágio, as cadeiras ocupadas pela oposição na Assembleia Legislativa eram ratificadas pelo mesmo eleitorado. Além destes recursos, ainda dispunha de outros agentes que ocupavam vereanças, prefeituras e outros cargos burocráticos no estado e nos municípios.

Sabemos, também, que não é possível falar de *uma* oposição, mas de diversos agentes, agrupados em microcosmos partidários que atuavam no campo político com estratégias relativamente distintas, e com recursos diversos, de onde tiravam seu capital, disputando entre si a condição de protagonista. Ou seja, de falar e agir em nome da oposição parlamentar. Trabalhamos aqui com essa compreensão, mas buscaremos incluir de que maneira estes agentes procuraram representar o governo estadual, entendendo que,

por mais plural que a oposição fosse, ela tinha como objetivo contrapor-se ao Executivo *petista*, fazendo disso um meio para se construir, no mundo social, como agentes legítimos para falar e agir em nome das pautas que defendiam no campo político. Isto é, por mais *plural* que a oposição fosse, ela tinha como elemento unificador a contraposição ao governo do PT, liderado por Olívio Dutra.

O bloco vencedor em 1994 havia sido derrotado em 1998 por pouca margem. De forma igual, ratificando o equilíbrio de forças, a esquerda representada pelo PT perdeu em 1994 por pequena diferença, mas teve minoria no parlamento. E foi, ao longo do mandato de Antônio Britto, que foi visto e reconhecido como *neoliberal*²⁴ por parcelas de agentes e profanos, construindo um crescimento que viabilizou a ascensão ao governo estadual em 1998.

Caberia agora ao grupo que conseguiu ser dominante durante o governo de Britto fazer valer sua posição majoritária na Assembleia Legislativa, motivado pelo fato de ter perdido o controle do governo estadual e, a partir disso, desconstruir o governo *petista* para recuperar o espaço perdido. Vale ressaltar que a condição majoritária no parlamento estadual era uma posição ímpar naquele contexto, considerando que a bancada *petista*, entre 1995-1998, trabalhou como oposição minoritária: Britto havia formado um governo de coalizão que permitiu ter ampla maioria legislativa em seu mandato. Em síntese, era por meio dessa estrutura bastante equilibrada que os dois blocos se confrontavam.

Nesse sentido, cabe compreender a atuação dos agentes vinculados às instituições que possuíam a legitimidade de organizar a “guerra civil sublimada” – os partidos políticos – compreendendo o novo desenho institucional provocado com a ascensão do PT. Sobretudo porque o partido viria a ser cobrado para que convertesse sua atuação oposicionista em agenda de políticas públicas, bem como espelhasse regionalmente sua

²⁴ *Neoliberalismo* é entendido como uma política que visa à redução do papel social do Estado e a desregulamentação financeira do mercado com a fé (“crença”) na relação baseada no livre mercado. Ou seja, por meio da “demissão” do Estado. Seu poder social advém de agentes políticos e financeiros, separando a questão financeira dos problemas sociais. Força, também, o fim das coletividades entre os trabalhadores, procurando a flexibilidade dessa relação. Além disso, estimula a competição de todos-contratados por meio da ameaça de desemprego, sobretudo, no ambiente de trabalho, secundarizando, por exemplo, a questão de classe – o que Pierre Bourdieu chamou de “darwinismo social”. A difusão do ideário *neoliberal* nos anos 1990 foi tamanha que o discurso simbólico de “modernização” avançou em diversas áreas, inclusive entre militantes de esquerda. Ver a esse respeito: BOURDIEU, Pierre. The essence of neoliberalism. *Le Monde Diplomatique*. December 1998. (Edição online). Disponível em: <https://goo.gl/qPoZwX> e BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. O imperialismo da razão neoliberal. *Sociologia em rede*. Volume 3, n. 3, 2013. Ver também: BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. São Paulo: Zahar, 1998 e BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: Por um movimento social europeu*. São Paulo: Zahar, 2001.

atuação municipal na capital. Seria confrontado, também, com a lógica conservadora do campo político, que força, inclusive, partidos de esquerda a moderarem sua atuação e pressionam os agentes que controlam a agenda de políticas públicas a trabalharem confrontados com os limites institucionais definidos e legitimados pela estrutura do Estado.

A democracia representativa condiciona para a conservação do campo político, sendo comum que militantes à esquerda dos partidos políticos, por exemplo, denunciem as posições *à direita* dos antigos companheiros. Isso porque “os partidos de esquerda quando se tornam eleitoralmente fortes e atuantes no parlamento, passam a defender as regras do jogo deste parlamento e do próprio sistema político como um todo, na medida em que sua reprodução garante a própria reprodução dos agentes”.²⁵ Significa que existe uma tendência à conservação do campo político, inclusive, entre aquelas siglas que construíram parte do seu capital defendendo posições *puritanas* e, até mesmo, apolíticas. O *habitus* político²⁶ de seus agentes (tanto indivíduos como agrupamentos partidários) trabalha, nesse sentido, com a lógica de ser uma estrutura-estruturada-estruturante. Isto é, ao mesmo tempo em que seus agentes precisam obrigatoriamente dominar certas condições para ingresso no campo, eles agem sobre essa estrutura e também acabam

²⁵ PINTO, op. cit., p. 224.

²⁶ *Habitus* é utilizado para romper a oposição entre subjetivismo e objetivismo. Segundo Louis Pinto, op. cit., 2002, é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade entre indivíduo e sociedade ao captar o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas por disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que as guiam em suas respostas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social, legitimando, também, desigualdades e as condições de dominantes e dominados em um campo. Isto é, ao reunir pontos objetivos (estrutura) e subjetivos (percepção, classificação), o *habitus* interioriza o exterior e exterioriza o interior. Conforme Wacquant, o *habitus* supõe ações sociais que são variáveis conforme o tempo, lugar e distribuições de poder. Também é transferível a vários domínios de prática, que explica a coerência que se verifica entre, por exemplo, domínios de consumo. Além disso, apesar de o *habitus* ser durável, ele não é eterno: as disposições socialmente montadas podem ser corroídas ou desmanteladas pela exposição de novas forças externas. O *habitus* nunca é a réplica de uma estrutura social. Ele é um conjunto de disposições sobrepostas em camadas que agrava, armazena e prolonga a influência dos diversos ambientes encontrados na vida de uma pessoa. Além disso, nem sempre é coerente e unificado, mas revela graus variados de integração e tensão dependendo da compatibilidade e do caráter das situações sociais que o produziram ao longo do tempo. O *habitus*, além disso, não está necessariamente de acordo com o mundo social em que evolui. Ele não trata de universalizar o modelo da relação de forma circular, tratando de uma reprodução “quase perfeita”. Já conforme a análise de Eric Hobsbawm, a validade do conceito de *habitus* na obra de Pierre Bourdieu se dá porque o autor francês unifica as estruturas e atividades humanas por meio da prática de um mundo dado. É o agente entendido como produto da sociedade, que subjetivamente persegue estratégias. Isto é, o *habitus* pressupõe ocupar o espaço que existe entre as estruturas e as atividades humanas, entre a ação consciente e a determinação histórica, que tendem a levar à reprodução, e não à mudança. Sobre isso, cf. WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *habitus*. *Educação e linguagem*. Ano 10, n. 16, p. 63-71, jul-dez 2007; HOBBSAWM, Eric. Pierre Bourdieu – Sociología crítica e historia social. *New Left Review*, v. 101, n. 2, nov-dez 2016, p. 41-52; WACQUANT, Loïc; BOURDIEU, Pierre. *Respuestas – por una antropología reflexiva*. Miguel Hidalgo [MEX]: Editora Grijalbo, 1995 e LOYOLA, Maria Andrea. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andrea Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002

sofrendo influência dela. Agindo assim, em determinado ponto, como uma ação conservadora de reprodução da lógica do campo: só entram no campo e permanecem nele aqueles que se adequam à estrutura já estabelecida. É o que explica a guinada de partidos de esquerda, como o PT, a uma posição mais conservadora do que professavam quando estavam na oposição quando assumem governos.

Retornando ao diálogo com Pierre Bourdieu, este autor defende que, nas lutas políticas, os oponentes competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos. Assim, dentro do campo político, o poder simbólico se dá por um capital de reputação. Ele só é eficaz através da mobilização e se for ignorado como arbitrário, conseguindo o equivalente daquilo que é adquirido pela força física ou econômica. Por isso que, em política, a identificação ocorre com a *abnegação* do delegado – no caso aqui estudado, este será, na maioria das vezes, o deputado estadual e demais representantes inseridos no campo político, mas estão reféns dessa lógica líderes sindicais, partidários, de movimentos sociais etc., locais onde muitas vezes esses mesmos agentes constroem e convertem seu capital político -, que se “doa”, como um sacerdócio, somente para e pelo grupo. Isso presume a existência de carisma e modéstia, ratificando a ideia de ignorar a usurpação como arbitrária e a sua consequente dissimulação por parte do mandatário.²⁷ Isso que é, por definição própria, o poder simbólico e como ele age no campo político.

Nesse sentido, recorremos à síntese elaborada por Loic Wacquant.

El análisis del funcionamiento de los partidos y de los parlamentos indica que la antinomia fundamental de la política democrática consiste en que el acto de delegación, por medio del cual se les encomienda a los políticos profesionales la expresión del deseo de sus electores, pero con el persiguen estrategias para favorecerse principalmente entre ellos, siempre incluye la posibilidad de la *desposesión* y hasta la usurpación y mucho más cuanto más el grupo representado se ve privado del capital económico y cultural.²⁸

Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão do cidadão é, também, para manter ou subverter a distribuição de poder do Estado. Os agentes instituidores dessa disputa, os partidos políticos, são para Bourdieu organizações de combate ordenadas para conduzirem uma “forma sublimada de guerra civil”. O poder conquistado pelas instituições partidárias é proporcional à mobilização conquistada por eles. Por isso, nessa lógica concorrencial, o autor destaca ser preciso levar em conta o fato

²⁷ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²⁸ WACQUANT, Loic. Indicaciones sobre Pierre Bourdieu y la política democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005, p. 28, grifo do autor.

de os partidos só possuírem “existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo”, tendendo a organizar-se em dois polos - *direita x esquerda*, *progressistas x conservadores* etc.²⁹ Assim, mobilizam grupos que acabam dando suporte para as ideias-força defendidas pelos partidos.

Segundo Michel Offerlé³⁰, partidos organizam-se como Estados: dotados da personalidade moral, são capazes de agir, de falar, de pensar, e o resultado dessas ações é imputado a uma entidade. Como os estados, eles têm limites legalmente definidos e, portanto, são objetos prontos para uso. Além disso, seus limites de atuação são reduzidos pelo estado. Como ele, tem sua constituição (estatutos) e órgãos centrais: Executivo (secretaria, gabinete) e Legislativo (comitê), que primeiro tomam decisões (posições, programas); possui órgãos descentralizados (federações mais ou menos autônomas), tem um território localizável no espaço político (esquerda, centro, direita), dirige uma população - livremente constituída (adeptos e eleitores) - mantém relações com seu ambiente (relações entre sindicatos) e realiza missões (funções renomeadas). Offerlé defende, nesse sentido, que um partido é principalmente uma empresa representativa que participa de competições políticas (cujas formas legítimas são historicamente variáveis) e reivindica com seus concorrentes o monopólio do direito de falar em nome dos *leigos*. A ideia de empresa política envolve à ideia de mercado político. É, portanto, um tipo especial de relacionamento em que um ou mais agentes investem capital para coletar lucros políticos produzindo bens políticos. Pode ser apresentado de forma individual ou coletiva, temporário ou permanente, os efeitos podem ser identificados em mercados políticos locais diferenciados ou em um mercado político nacional unificado (onde os bens propostos tendem a se tornar homogêneos). Um partido não é uma coisa, mas deve ser analisado como um campo de forças, isto é, como uma série de enunciados orientados a objetos, vinculados a todos os que entram no campo. Em síntese, é um espaço de concorrência objetiva entre agentes tão dispostos a lutar pela definição legítima do partido e pelo direito de falar em nome da entidade – constituindo-se como um microcosmo³¹.

²⁹ BOURDIEU, op. cit., 2001, p. 178.

³⁰ OFFERLÉ, op. cit.

³¹ Chamaremos algumas vezes, neste trabalho, partidos políticos de ‘microcosmo’. Isso porque, dentro do campo político, eles organizam-se de forma relativamente autônoma para disputar, com outras legendas, a posição de dominância. Ou seja, são pequenos espaços de lutas e forças, com sistemas mais ou menos fechados de relações competitivas entre agentes interessados no direito de usar os recursos coletivos acumulados na organização, como subcampos relativamente autônomo no campo político. Conforme Michel Offerlé, grupos mais ou menos estruturados (partidos, facções, clubes) podem competir pela direção de um microcosmo. No mercado mais amplo de bens políticos, agentes, que são empreendedores

Nessa lógica cuja força da mobilização é fundamental, a palavra polissêmica e imprecisa de *povo* e seus derivados possuem importante peso no campo político. Diferente, por exemplo, de outros campos – como o literário e artístico –, onde a “popularização” é uma desvalorização, quando falamos de política seu termo possui grande valor. Optamos por citar *ipsis litteris* a passagem de Pierre Bourdieu, evitando transcrever de maneira incompleta aquilo que ele define sobre os usos do *povo* em política.

É no campo político que o uso do ‘povo’ e do ‘popular’ é mais diretamente rentável, e a história das lutas no interior dos partidos progressistas e dos sindicatos operários testemunha a eficácia simbólica do obreirismo: essa estratégia permite que aqueles que podem reivindicar uma forma de proximidade com os dominados apresentem-se como detentores de uma espécie de direito de preempção sobre o ‘povo’ e, desse modo, de uma missão exclusiva, e, ao mesmo tempo, que instaurem como norma universal os modos de pensamento e expressão que lhes foram impostos por condições de aquisição pouco favoráveis ao refinamento intelectual; mas ele é também o que lhes permite simultaneamente assumir e reivindicar tudo o que os separa de seus concorrentes e mascarar - em primeiro lugar para si mesmos - o corte com o ‘povo’ que está inscrito no acesso ao papel de porta-voz.³²

O uso deste termo, no campo político, tende a ser abstrato, e falar em nome do povo é sempre arbitrário e impreciso. Nesse sentido, o uso do termo e derivados está vinculado com a lógica da delegação, através da qual uma pessoa ou grupo transfere poderes para outra por meio de uma espécie de *procuração*. O plenipotenciário é uma pessoa que possui um mandato para representar como porta-voz esses interesses. Em síntese, ele representa um grupo, mas também faz com que ele exista: o grupo só se faz entender, falar e ser ouvido, se ele se despossuir em favor de um porta-voz. Essa lógica é ainda mais forte se o grupo não possuir capital cultural, quando essa dependência aumenta.³³ Ou seja, fica claro que, na concepção bourdiana, os dominantes existem

independentes ou assalariados, e grupos que competem por autoridade política, pretendem legislar sobre os limites da ação política e sobre a maneira legítima de resolver os problemas impostos: estritamente falando, os agentes, legítimos empreendedores políticos (aqueles que vivem na política e para a política) são, portanto, confrontados com outros empreendedores, amadores esclarecidos, jornalistas políticos, comentaristas e politólogos; todos os produtores de bens políticos. Ver: OFFERLÉ, op. cit.

³² BOURDIEU, op. cit., 2004, p. 184.

³³ Idem. Essa argumentação também vai fundamentar a crítica de Bourdieu à noção de sondagens de opinião organizadas pela Ciência Política, pelo fato de ela nivelar as opiniões, considerando-as como possuidoras do mesmo peso. A argumentação mais aprofundada, onde o autor desenvolve a noção de *competência estatutária*, está em BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007. Uma síntese mais objetiva pode ser vista em BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel (org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: editora Polis, 1987, onde o autor embasa em três pilares suas críticas: a de que todos possuem direito a uma opinião e, portanto, devem tê-la; de que todas são iguais e critica o efeito homogeneizante delas, que criam a ilusão de um consenso sobre os temas a serem discutidos. Ver também BOURDIEU, Pierre: el misterio del ministerio. De las voluntades particulares a la ‘voluntad general’. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005 e

sempre, e os dominados precisam *se fazer existir* – muitas vezes, sendo obrigados a aderir a essa relação de dependência para tal.

É esse processo de delegação que principia a alienação política por meio da idolatria. Isso ocorre de duas maneiras para Bourdieu: ou pelo conjunto (*sede, militantes profissionais, marca, sigla etc.*) ou por meio da concessão de um mandato a um indivíduo. Neste segundo caso, mais camuflado, é quando um agrupamento concede mandato a algum indivíduo – não é o mandante quem designa, mas o “escritório” que delega seu capital político. Em ambos os casos, ocorre uma procuração baseada na confiança, estabelecida pelo ‘cheque em branco’ que os representados concedem a seu representante. Isso é fixado em uma pessoa – secretário, dirigente, deputado etc. Esse porta-voz não só tem a missão de representar o seu grupo, mas também de dar-lhe sentido: quando se fala “em nome do povo”, também se está definindo “no sentido em que tudo o que ele diz é a verdade e a vida do povo”. Por isso Patrick Champagne diz que as “representações que os dominados têm de si mesmos devem sempre alguma coisa às representações que os dominadores têm dos dominados”, sendo a natureza política universal puramente formal.³⁴ Ilustrando, portanto, o raio de alcance que os dominadores possuem no processo de representação do mundo social.

É ilustrando esse processo que surge, por exemplo, o que pode os autores Frédérique Matonti e Franck Poupeau definiram em seus trabalhos aqui que chamam de “capital militante”. É um tipo de capital derivado de uma liderança que obteve maior significado a partir do surgimento de reivindicações novas advindas de grupos minoritários e também por meio de distintas maneiras de manifestações. Este capital não é idêntico ao político, já que neste caso é moldado por forma de técnicas, disposições a agir, intervir ou obedecer, abrangendo um conjunto de saberes mobilizáveis de ações coletivas e em lutas inter e intrapartidárias, mas também exportáveis. Isto é, que são possíveis de serem convertidas a outros universos. São capacidades mobilizadoras e que servem no sentido de fazer-se reconhecer um determinado grupo que se encontra

CHAMPAGNE, Patrick. Hacer hablar a la gente. El uso social de las encuestas de opinión pública en democracia. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005. Neste texto, Champagne faz uma constatação importante. Para ele, as pesquisas sucumbem à uma minoria politicamente ativa contra uma maioria que pouco ou nada se interessa por política e, por esse mesmo ponto, acaba sendo ‘conservadora’ no que concerne à ordem social. Por esse motivo, as pesquisas de opinião, na visão de Champagne, são uma ferramenta a serviço de uma lógica ‘conservadora’.

³⁴ CHAMPAGNE, op. cit., p. 13; BOURDIEU, Pierre. De la casa del rey a la razón de Estado. Un modelo de la génesis del campo burocrático. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005.

desclassificado socialmente e que costuma ser heterogêneo.³⁵ Por meio desse capital militante, por exemplo, alguns agentes ingressarão no campo político brasileiro em meio à crise do regime militar. Parte quase absoluta deste capital militante reconvertido em político acaba sendo incorporado a agentes vinculados, sobretudo, aos partidos de esquerda e de oposição à ditadura, como o PT, o PDT e o PMDB.

A organização de polos, que aqui serão tratados como *oposição e situação*, são pontos importantes para compreender o papel que as bancadas desempenhavam na estruturação do campo político. O princípio de divisão age como organizador e aglutinador de grupos e de forças sociais. Estas se mobilizam por meio das ideias-força. Esta mobilização, liderada por grupos diferentes e antagônicos, é que vai definir a luta política: as ideias-força que conseguem ter maior raio de mobilização serão aquelas dominantes. Isto é, se o princípio de divisão proposto por um determinado grupo for apoiado pelo maior número, o mesmo terá a força correspondente daqueles que compartilham da mesma visão. Por isso é uma luta, sobretudo, intelectual. Nestas disputas, as estratégias visam impor uma nova construção da realidade social ou sua conservação.³⁶

³⁵ MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. Le capital militant. Essai de définition. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n° 155, 2004/2005, 104 pp. Os autores ainda destacam que o capital militante pode ser convertido para outros campos, mas é no campo político que ele mais se valoriza. Este capital vem sendo, nos últimos anos, cada vez mais ligado também a certa competência escolar. Sob diferentes perspectivas, os números 155 e o 158 da *Actes de la recherche* trouxeram artigos em dossiês sobre o capital militante. O primeiro, intitulado “Engagements improbables, apprentissages et techniques de lutte”, enquanto o segundo número voltou-se à trajetórias de lideranças de maio de 1968 com o título “Crises politiques et rétroconversions : Mai 68”. Os referidos números estão disponíveis em francês gratuitamente na internet.

³⁶ BOURDIEU, op. cit., 2011; BOURDIEU, op. cit., 2004. Estratégia é entendida como a tomada de posição de um determinado agente no campo de forças e lutas visando à obtenção de maior capital. Estes agentes não chegam munidos de todo conhecimento sobre o estado do campo, das posições, crenças e aptidões de outros atores, nem das consequências totais de suas ações. Os agentes possuem um ponto de vista particular sobre os acontecimentos baseados em sua posição no campo, e adquirem uma noção da velocidade, ritmo e regras não escritas do jogo ao longo do tempo e experiência. Esse conceito vai contra a teoria da escolha racional provinda do estruturalismo. O que Bourdieu propõe é a noção de se ter ‘um senso do jogo’, o que nunca é perfeito e exige uma imersão prolongada no campo para se desenvolver, ao invés de uma teoria racional dos atores como base das ações. As estruturas de um campo são o resultado direto das estratégias bem-sucedidas empregadas pelos participantes do campo em suas lutas para utilizar seu capital acumulado para ocupar posições desejáveis no campo. Bourdieu considerava este conceito mais adequado para indicar como os agentes agiam para orientar sua prática social. Esta não se atinha só na ligação entre os *habitus* individuais e as condições do campo, mas também no cálculo inconsciente de lucro – ou seja, o melhoramento de sua posição no campo. Por isso havia o interesse pessoal no resultado. Os conflitos de interesse refletem posições antagônicas de grupos ou indivíduos e suas posições respectivas no campo. As estratégias são desenvolvidas para regularizar esses interesses. Cf. GRENFELL, Michael (ed.). *Pierre Bourdieu – conceitos fundamentais*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2018. Este é um conceito importante para compreendermos as estratégias adotadas pelas instituições e seus agentes individuais ao longo da trajetória deles no campo político brasileiro. Há de se ter em vista a leitura deste campo pelos agentes de forma parcializada e fragmentada. Por meio dessa percepção, os agentes (individual ou coletivo) do campo político em formação/recém-formado buscavam maximizar seus lucros de capital através de ações que visavam à melhoria de sua posição no campo ou sua conservação. Isso no conflito com outros agentes em posições diferentes. Estas estratégias são variáveis conforme a estrutura do campo político, haja vista que partidos e

As disputas no campo político possuem duas vias: são combates por ideias-força e por poderes. O objetivo, como já dito, é que com essa mobilização, o grupo dominante ascenda ao poder sobre o Estado, acessando os cargos públicos pela mobilização eleitoral.

Mas de que forma analisaremos essas disputas no campo político? As fontes dessa pesquisa serão, sobretudo, discursos parlamentares e na imprensa escrita. Por isso, trabalharemos com a noção de discurso político. Entendemos o discurso político como a principal ferramenta dos agentes do campo em suas disputas pela representação do mundo social. Com esse instrumento, os profissionais buscam representar a si, ao mesmo tempo em que procuram desconstruir os agentes adversários e as organizações concorrentes no campo. Os discursos buscam formar ou aumentar um capital simbólico para os agentes e suas agremiações, bem como desconstruir seus concorrentes, em conflitos desiguais. Isso porque a interação e a comunicação não são uma realidade autônoma. Elas dependem de um *estado determinado de forças*, envolvendo o poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nessa relação.³⁷

O discurso político nada mais é do que um dos produtos produzidos pelos agentes em concorrência no interior do seu campo. Assim, os cidadãos comuns ficam reduzidos nessa lógica como consumidores, devendo escolher entre os produtos ofertados. Nesse caso, a disputa travada por estes agentes também é feita por meio destes discursos, proferidos pelos profissionais do campo. O ato discursivo pronunciado pelos agentes do campo político, como qualquer troca linguística, também é uma relação de poder simbólico, operando como uma atualização da relação de força entre os locutores e seus grupos.

É importante fazer o destaque para aquilo que Bourdieu chama de “efeito de censura” no discurso político. Nem tudo pode ser dito pelos agentes do campo. Ele limita de forma simbólica o universo daquilo que é politicamente pensável, considerando a pluralidade de discursos possíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites permissivos pelas leis implícitas de entrada no campo. Isto é, possíveis de serem enunciados no campo político.

agentes individuais veem suas posições se alternarem entre dominantes e dominados ao longo do período estudado. Isso porque o campo político também é mutável e, na medida em que ocorrem alterações em sua estrutura, as estratégias conscientes e inconscientes dos agentes também sofrem modificações. É o que vai explicar, por vezes, determinadas aproximações entre agentes até então antagônicos, ou então a dotação de posturas políticas por agentes dominantes ou dominados que ocupavam uma posição diferente na estrutura do campo. Por vezes, entrando em choque inclusive com o próprio *habitus* político, formador de uma relação de confiança e mobilização de *profanos* e militantes que propiciou a ascensão desse agente no campo político.

³⁷ BOURDIEU, op. cit., 2008; CURTO; DOMINGOS; JERÓNIMO, op. cit.

Para que ocorra um ingresso e permanência no campo, os agentes precisam ter *habitus* político. É uma preparação que envolve o conhecimento de saberes específicos para a entrada no campo e a posse de capacidades como dominar “certa linguagem” e “retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os *profanos*, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais”. E nessa relação que se trava, conforme Champagne, uma disputa com palavras, que são “destinadas a fazer crer ou fazer ver” certa “visão do mundo social – que, nas democracias parlamentares, constitui o próprio fundamento do jogo político”.³⁸ É em cima destas disputas com palavras em torno de certa visão do mundo social que os agentes organizam seus discursos, construindo a sua e desconstruindo a de seus adversários.

Os discursos, ao mesmo tempo em que agem como fator de veto e seleção, também são atos de instituição e legitimação. Isso porque a produção das formas de percepção e expressão politicamente atuantes é monopólio dos profissionais do campo político, sujeitos a constrangimentos e limitações. Assim, o discurso assume a condição de ferramenta essencial na disputa por fazer crer, ver, predizer, reconhecer e dar a conhecer, meio pelo qual ocorre a confrontação com o objetivo de controlar o poder público. Esse é um contexto especialmente relevante nas democracias parlamentares, onde as disputas são constituídas pelos partidos políticos, agremiações que articulam essa “guerra civil sublimada” por agentes mobilizados.³⁹

Estes agentes mobilizados compartilham com seu grupo visões semelhantes sobre o mundo social, e trabalham para conseguir a adesão do maior número de pessoas possíveis. Assim, esta mobilização, se duradoura, consegue galgar aos agentes profissionais postos de poder sobre seus tributários. Estes tributários constituem grupos que acabam sendo dominados por seus agentes que possuem diversas maneiras de realizar e sustentar essa dominação: pelo domínio da redação, da manipulação de assembleias, mas também pela retórica e domínio da palavra⁴⁰, expressas tanto por meio de discursos como pela escrita.

Pelo que foi exposto, percebe-se que não se pode considerar o discurso de forma “isolada”, tampouco restrita entre agentes do campo e sua clientela, ou focado exclusivamente na questão linguística ou gramatical sem considerar a posição social de quem o enuncia. A relação entre *profanos* e profissionais também deve considerar a

³⁸ BOURDIEU, op. cit., 1989; CHAMPAGNE, op. cit., p. 21.

³⁹ BOURDIEU, op. cit., 1989.

⁴⁰ Idem.

posição dos primeiros em situação concorrencial, que determina e mediatiza a posição que possuem com sua clientela. Por isso, Bourdieu diz que o campo político é um sistema de desvios de diferentes níveis e nada, nem mesmo os discursos, possui sentido se não for de maneira relacionada com os demais agentes. Os discursos, diz Bourdieu, possuem força não em suas propriedades, mas na capacidade de mobilização existente pelo número de pessoas que atinge, principalmente por meio do seu reconhecimento e seus interesses externos aos profissionais da política. É assim que se torna *um movimento político*. Por isso que todos os discursos proferidos ostentam em si também as condições de recepção, já que nele há a tentativa de maximizar o lucro simbólico possível de ser obtido.⁴¹

Nesse sentido, Pierre Bourdieu aprofunda sua análise nas diferentes relações entre fala, língua e discurso. Bourdieu teceu críticas às análises linguísticas “puras”, afirmando que não se deve fazer estudar só a competência linguística, sem compreender o discurso em sua singularidade conjuntural. O autor atenta também para o fato de que o ato de fala é um signo que, salvo exceções, possui tanto a intenção de ser compreendido e significado como também denota uma analogia de autoridade na relação entre um emissor e um receptor. E, para que esta autoridade se exerça, o discurso nem sempre precisa ser compreendido. Basta ser reconhecido como um discurso de autoridade para que possa exercer seu poder.⁴²

Dessa maneira, os discursos serão vistos nesse trabalho como uma expressão pela concorrência para falar e agir em nome dos *profanos*, apropriando-se de sua voz e, também, do seu silêncio, compreendendo a ação política como um ato propriamente discursivo. Pois, conforme Bourdieu, dizer, em política, é fazer crer que aquilo que se diz é possível de ser feito. Além disso, como já vimos, é fazer reconhecer e conhecer as palavras de ordem que produzem seus próprios grupos e uma ordem social.

A palavra política – expressa de diversas maneiras, entre elas, pelo discurso – empenha seu autor. Ela só existe se for proferida por um grupo de agentes politicamente responsáveis, portanto, à altura de conseguir a mobilização e o apoio de um grupo, estando costumeiramente marcada pelo eufemismo em função do risco que se corre em cair no descrédito. Só assim, diz Bourdieu, essa palavra é considerada um ato político propriamente dito. Essa capacidade da promessa ou prognóstico considera também a posição de autoridade de quem anuncia para fazer crer naquilo que é dito, dimensionando

⁴¹ BOURDIEU, op. cit., 1989; BOURDIEU, op. cit., 2008.

⁴² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

o peso dessa palavra. Essa autoridade pode ser tanto de um capital pessoal como por meio de uma organização que “delegou” a este representante o seu prestígio, sendo seu portavoiz em ações e discursos.⁴³

Ou seja, só existe uma palavra política quando ela é proferida por um profissional do campo que possua capital de prestígio. Ela não existe se for professada por alguém que não faz parte do campo. O seu peso, por outro lado, nada tem a ver com o que foi dito, mas por quem. Quanto maior a autoridade do agente político ou de quem ele representa, em proporção idêntica será o peso dessa palavra. Exemplificando por meios metafóricos, uma palavra X dita por um militante recém-iniciado terá peso quase irrelevante. Mas se a mesma for proferida, por exemplo, por um governador de estado ou presidente de uma sigla partidária importante do campo político, sua relevância será muito maior e trará impactos, favoráveis ou negativos, aos agentes que se encontram no *laissez-faire* em busca de capital simbólico.

Boa parte dos discursos que estarão em análise neste trabalho foram proferidos na tribuna da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Um lugar onde profissionais específicos do campo político - os deputados estaduais do Rio Grande do Sul - ocupam o espaço para debate, organizados e divididos entre suas bancadas partidárias e blocos, representando grupos e núcleos externos ao parlamento. É importante atentar, aqui, para as características daquele local, cuja organização se dá por divisão de tempo e espaço entre bancadas, parlamentares e suas lideranças, sendo possível o debate entre temas vinculados à administração estadual, federal, entre municípios, com espaço para homenagens e outras diferentes e variadas formas de intervenção regulamentadas por tempo, atos e protocolos.

Assim, se faz relevante compreender que este espaço onde o discurso é proferido está marcado por uma série de práticas de funcionamento que são também ritos de instituição. O funcionamento do parlamento ocorre com a execução de condições litúrgicas, como “ordem do dia”, “apartes”, divisões de bancadas, distribuição de tempo

⁴³ BOURDIEU, op. cit., 1989. Segundo Pierre Bourdieu, op. cit., 2008, p. 26-27, grifo do autor, ao mencionar a relação da língua com a política e a religião, diz que estes dois campos “extraem seus melhores efeitos ideológicos das possibilidades que se encerram na polissemia inerente à ubiquidade social da língua legítima. Numa sociedade diferenciada, as palavras que chamamos comuns, ‘trabalho’, ‘família’, ‘mãe’, ‘amor’ recebem na realidade significações diferentes, e até antagônicas, pelo fato de que os membros da mesma ‘comunidade linguística’ mal ou bem utilizam a mesma língua e não várias línguas diferentes. [...] O recurso a uma linguagem neutralizada se impõe sempre que se trata de estabelecer um *consensus* prático entre agentes ou grupos de agentes dotados de interesses parcial ou totalmente diferentes; quer dizer, evidentemente, em primeiro lugar, no campo da luta política legítima, mas também nas transações e interações da vida cotidiana”. Essa observação nos parece pertinente, pois dá pistas sobre algumas estratégias utilizadas por agentes do campo político para obter capital simbólico na luta concorrencial entre os agentes profissionais do campo.

de fala, modos de tratamento diferenciados entre adversários -, como a obrigatoriedade da referência a “Vossa Excelência” entre outras atividades ritualizadas -, que são formas de distinção daquele espaço e de obtenção e ratificação da legitimidade da Assembleia Legislativa e de seus deputados.

Segundo Bourdieu, esses rituais são eficazes por sua crença pré-existente a eles. Eles “representam o limite de todas as situações de imposição, nas quais, por meio do exercício de uma competência técnica, que pode ser muito imperfeita, se exerce uma competência social, a do locutor legítimo, autorizado a falar e a falar com autoridade”, ou seja, marcados por atos que possuem o objetivo de validar a palavra dos deputados estaduais como legítimas. “Não há poder simbólico sem uma simbologia do poder”, diz Bourdieu, ressaltando que esses protocolos, com seus estilos, relembram a autoridade dos agentes e sua importância para assegurar credibilidade. Essas condições litúrgicas, com etiquetas, gestos, protocolos é a forma visível de um sistema que produzem a disposição ao reconhecimento “como crença e desconhecimento, vale dizer, a delegação de autoridade que confere sua autoridade ao discurso autorizado”.⁴⁴

Este simbolismo não age sozinho. Ele representa a delegação por uma instituição investida de poder. A eficácia dos atos “é inseparável da existência de uma instituição capaz de definir as condições (em matéria de agente, de lugar ou de momento etc.) a serem cumpridas para que a magia das palavras possa operar”, agindo só com a permissão da ordem social. Para Bourdieu, “o verdadeiro milagre produzido pelos atos de instituição reside sem dúvida no fato de que eles conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa”.⁴⁵

Como já foi dito, essa instituição, no caso aqui analisado, é a Assembleia Legislativa e o Poder Legislativo estadual que, por meio desses ritos, ratifica sua legitimidade e a de seus agentes. Isto é, os deputados estaduais, as suas ações, seus discursos etc. Estes, que são agentes do campo político possuidores dessa investidura legitimada pelo voto e pelo mandato, disputam por meio de discursos, construindo-se a si e desconstruindo o outro, falando em seu nome e pelo grupo que representam. Essas são condições estruturais para que a enunciação por meio do discurso político tenha peso enquanto ideia-força, e se constitua como mobilizadora de grupos para impor o que Bourdieu chama de crenças. Nessa lógica, o discurso do orador obedece à premissa de

⁴⁴ BOURDIEU, op. cit., 2008, p. 28

⁴⁵ Idem, p. 93 e 106.

buscar a aquisição de capital político e evitar também o efeito contrário, que pode ocorrer no que o autor chama de tribunal da opinião. Por isso que o discurso político também adota uma relação muito próxima com a imprensa. O jornalista, diz Bourdieu, possui formas de intervir no campo político. Ele é capaz, em certas conjunturas, de dominar o acesso de um homem político ou movimento, controlando se estes ganharão ou não estatuto de força política. A presença do discurso político na imprensa e por meio dela pode resultar tanto na acumulação como na perda de *fides*.⁴⁶ A relação próxima entre os campos político e jornalístico também pode resultar em uma prática comum, que é a conversão de capital simbólico adquirido em um campo para o outro. Isso explica, por exemplo, o ingresso de muitos jornalistas no meio político.

Além disso, essa proximidade mostra a incompletude que seria se buscássemos entender o discurso político apenas pelos seus locais “oficiais” de enunciação, como no parlamento. A proximidade entre os campos político e jornalístico, com o segundo sendo um agente presente no primeiro, justifica a necessidade de incluir os discursos políticos veiculados na grande imprensa. Isso porque o impacto gerado por um discurso nesse campo causa, por vezes, um efeito muito maior do que um proferido em um espaço ocupado apenas por profissionais do campo político, fazendo com que a atuação de muitos agentes seja mais relevante por este meio do que pelo próprio parlamento. Na tribuna, a relação é mais próxima entre profissionais. Já na imprensa, pelo seu caráter voltado a um público mais amplo, o diálogo é maior entre os *profanos*, mas também é direcionado às classes dominantes cultural e economicamente, agentes externos do campo político que se interessam e participam dele.

A imprensa será uma importante fonte de pesquisa para perceber a relação entre os dois campos, em função da influência do jornalístico no político e dos efeitos que as manifestações do primeiro causam no segundo, bem como pelo fato de que, como veremos, ela foi um agente direto e ativo no campo político e nas disputas entre os profissionais investidos de mandato parlamentar. Os jornalistas não são meros espectadores do político. São agentes ativos, que produzem efeitos naquele campo. Eles podem alterar o estado do campo político, disputando a condição de porta voz autorizado do corpo social nele, legitimando/deslegitimando agentes, instituições, impondo pautas, demandas e agindo na luta por representação.

⁴⁶ Idem.

Essa condição, inclusive, será fruto de conflitos entre os agentes. Conforme Patrick Champagne, essa dependência se agrava ainda mais na medida em que o jornalismo televisivo se firma e, junto a ele, ganham legitimidade os institutos de sondagens, que pesam o alcance dos agentes no campo político entre os *profanos*. Isso com reportagens e manchetes de destaque pressionando os detentores do poder estatal, atreladas ao contexto de massificação da imprensa, estes veículos conseguiram se autonomizar dos tradicionais agentes do campo político. Obtendo, assim, legitimidade frente ao campo político e dele participar.⁴⁷

Essas intervenções ocorrem por meio de “informações” políticas, pesquisas de opinião, fiscalizações e com outras ferramentas que embasam sua disputa de “porta-voz” do “povo” com o político, impondo-se à lógica de apegamento à delegação por sufrágio como única forma de falar e agir em nome dos *profanos*. Este capital delegado por meio da investidura de um mandato legitimado pelo Estado já não era suficiente para os agentes do campo político, que possuíam forma instantânea e permanente de pressão. Por outro lado, usando-se de uma retroalimentação constante, os próprios agentes do campo político – sejam órgãos, sindicatos, governos ou parlamentares etc. - reconheceram a legitimidade destes órgãos. E procuram, por meio deles, construir seu capital, sua legitimidade e uma relação aproximada com os *profanos*, público atingido maciçamente pela imprensa, deslocando para este meio parte da luta política. A forma lenta e gradual de obtenção de capital político por meio de militância, discursos e passeatas, diz Patrick Champagne, foi substituída por um modelo mais dinâmico. A obtenção de capital político, agora, é tão rápida quanto pode ser a sua perda.⁴⁸

II. DAS FONTES

Consultamos prioritariamente o arquivo do Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Lá, examinamos os anais da Assembleia Legislativa durante a legislatura pesquisada. Tendo em vista que a quantidade de discursos praticamente inviabiliza uma pesquisa extensa como esta, aproveitamos do fato de esse material estar disponível *online* e organizado por data, facilitando bastante o trabalho com essa fonte.

⁴⁷ BOURDIEU, op. cit., 2011; BOURDIEU, op. cit., 1989; MARTINS, op. cit.; CHAMPAGNE, op. cit., 1996.

⁴⁸ CHAMPAGNE, op. cit., 1996.

Como o material é transcrito, foi possível catalogar os discursos por meio do sistema virtual de busca.

A pesquisa também se utiliza de jornais impressos. Aqui, selecionamos os dois de maior circulação no estado: *Zero Hora* e *Correio do Povo*. Ambos pertenciam, naquele contexto, aos maiores grupos jornalísticos do Rio Grande do Sul, e vinculados a uma cadeia empresarial que ia além do jornal propriamente dito. A *Zero Hora* pertencia ao Grupo Rede Brasil Sul, afiliada da Rede Globo e maior empresa de comunicação do estado. Já o *Correio do Povo* era a folha mais tradicional, cuja capilaridade no interior do estado tinha um peso grande. O periódico, de circulação centenária, também estava englobada em uma rede de rádios e televisão, sendo a principal concorrente da *Zero Hora*.

O primeiro jornal foi consultado pelo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Já o segundo possui digitalizado o acervo do período pesquisado em acesso gratuito pela internet. De todo modo, optamos por fazer uma longa e exaustiva pesquisa diária com os dois jornais, alternando entre eles. Apesar de muito trabalhosa, a metodologia se justifica por praticamente não haver bibliografias sobre o período, ainda mais sobre o escopo regional.

Os jornais também ajudaram a entender melhor o contexto ao qual estava inserido o objeto de pesquisa aqui estudado. O que Ângela de Castro Gomes indicou sobre o período da década de 1930 se fez muito presente aqui: a autora, em artigo publicado nos anos 1980, dissera que os jornais foram importantes para compreender o contexto estudado por ela.⁴⁹ Isso também pelo fato de ser um tipo de fonte em que é possível ter uma continuidade, já que sua emissão é diária, e pelo seu linguajar também direcionado ao público leitor amplo.

Já a opção pelos jornais levou em conta também algumas considerações: a primeira é o fato de muitos debates repercutirem no campo jornalístico e, não raro, eles impõem pautas ao político. E, também, pela ocorrência de muitas vezes um determinado parlamentar ter atuação discreta dentro da Assembleia Legislativa, realizando poucos discursos, projetos de lei, participando raramente de debates entre os profissionais, mas acaba possuindo seu capital político oriundo de uma atuação bastante marcante nos meios de comunicação, ou seja, conseguindo utilizar este recurso para angariar e sustentar sua *fides*. Além disso, nem sempre o que ocorre na Assembleia Legislativa é retratado diretamente no plenário, que não possui sessões diárias, sendo a imprensa um importante

⁴⁹ GOMES, Ângela de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, n° 2, set. 1981.

complemento de análise. Outro ponto importante, que o decorrer da pesquisa mostrou, foi o fato de os periódicos terem tido atuação direta no campo político, impondo pautas e legitimando posições no campo político. Portanto, a imprensa não foi apenas uma *fonte*, mas também um *objeto* na medida em que não era possível compreender as lutas entre os agentes do campo sem considerar seu papel, condição essa que se apresentou no decorrer da pesquisa.

III. DA ESTRUTURAÇÃO

Para essa tese de doutorado, organizamos o trabalho da seguinte maneira: no primeiro capítulo, estudaremos a conjuntura política regional. Portanto, percorreremos o período da redemocratização até a eleição de Olívio Dutra, em 1998. Vemos como necessário compreender a trajetória do campo político desde a crise do regime militar até a eleição de Olívio Dutra. Por isso, optamos por abranger desde a eleição de Jair Soares, em 1982, atentando para o contexto regional e também nacional, bem como dedicamos melhor atenção, neste capítulo, para a década de 1990. Neste período, ocorreu a ascensão do PT no cenário político gaúcho, a crise das esquerdas em contexto internacional e o crescimento do projeto *neoliberal* no cenário político, que viria a ter reflexos bem nítidos no Rio Grande do Sul.

A partir do segundo capítulo, nosso objetivo é entender como a *participação popular* foi pauta na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Levamos em conta, em especial, o sucesso do Orçamento Participativo em âmbito local, que o PT-RS buscou implantar em nível regional, e as contraposições que surgiram: a Consulta Popular, originária no governo Britto, e o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, projeto levado a cabo pela Assembleia Legislativa. Justificamos esse tema pelo fato de o PT ter conseguido legitimar boa parte do seu capital político por meio do Orçamento Participativo local, argumentando que, por meio desse mecanismo, sua forma de governar era mais democrática. Naquele escopo, a oposição procurou articular formas de desestruturar o Orçamento Participativo. Queremos compreender de que forma essa dinâmica ocorreu no Legislativo, estudando como situação e oposição legitimaram sua posição em relação ao tema “participação popular”.

Na parte seguinte da tese, o governo *petista* e os movimentos sociais, nosso foco é analisar como a oposição tratou a relação do Piratini com estes grupos. Isso porque o

partido governista sempre teve ampla capilaridade nestes movimentos e, dessa relação, extraiu boa parte do seu capital político, colocando-se como porta-voz enquanto esteve na oposição. Aqui é um ponto interessante de análise, haja vista que muitos desses movimentos se apegaram nos anos 1990 ao PT-RS para contrapor-se aos governos vigentes. Mas agora, com o partido do ‘outro lado do balcão’, é interessante perceber como as bancadas de oposição ao PT, que antes eram situacionistas, vieram a retratar a relação destes movimentos sociais com a sigla que passou a governar o estado.

O último capítulo busca compreender como agiu a oposição nos dois momentos de maior crise do governo: o caso *Ford*, quando a montadora abdicou de renegociar o contrato firmado na gestão Antônio Britto e foi à Bahia, e a crise envolvendo o Clube da Cidadania, cujo ápice, inclusive, acabou sendo uma Comissão Parlamentar de Inquérito seguida da possibilidade aventada de *impeachment* de Olívio Dutra.

Com essa divisão, acreditamos conseguir abarcar momentos importantes do governo Olívio Dutra, onde a oposição teve que marcar sua posição, seja aderindo ao governo ou contra ele se postando.

2 DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO ATÉ A ASCENSÃO DO PT NO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo busca estudar a formação, estrutura e trajetória dos agentes do campo político regional e nacional desde o período de abertura do regime militar até o momento em que Olívio Dutra venceu a eleição para governador do Rio Grande do Sul, em 1998. Nesse sentido, reconhecemos aqui algumas limitações para a elaboração desta parte da tese. Em especial, o fato de ainda não haver uma literatura mais consistente sobre o período, sobretudo em escala regional, carente de estudos tanto pela historiografia como pela Ciência Política. Apesar disso, é importante situar o leitor na conjuntura do cenário político rio-grandense e brasileiro, para entender justamente a trajetória dos agentes e o estado do campo político, que desencadeou na eleição do primeiro governador *petista* no Rio Grande do Sul.

2.1 A ABERTURA: ASPECTOS NO CENÁRIO REGIONAL E BRASILEIRO

O final dos anos 1970 foi marcado pela crise da estrutura militar autoritária, que sofria descrédito pelo desacerto no campo econômico, o que refletia na deslegitimação do regime. No plano simbólico, colocava em xeque a fachada democrática que o bipartidarismo do regime procurava imprimir nesta estrutura. O advento de novos atores que passam a contestar a estrutura tutelada teve força importante no ABC paulista. Essas mobilizações, lideradas pelo que se chama de *Novo Sindicalismo*, ficaram conhecidas como as mais expressivas contestações ao regime. Esses agentes surgiam como um movimento de vanguarda que contestava a estrutura política autoritária, viabilizando a formação de um campo político relativamente autônomo inexistente pelo desenho institucional tutelado. Só em 1978, 167 mil operários cruzaram os braços, rompendo o silenciamento sindical imposto. A partir daí, pode-se dizer que houve um espraiamento de mobilização para todo o país.⁵⁰

Isso, somado à crise econômica, colocou em colapso a estrutura simbólica que sustentava o regime militar. Isso porque ela justificava a repressão a qualquer tipo de organização social sob o argumento de ameaça comunista à ordem. Estas mobilizações

⁵⁰ MOURA, Alessandro de. Movimento operário do ABC paulista: contestação, intermediação e colaboracionismo. *Revista Aurora*, São Paulo, ano IV, v. VI, agosto de 2010.

surgiam contestando a ditadura militar, e procuravam conquistar sua legitimidade enquanto movimento social constituído. Essas ações organizadas contribuíram para dar vazão à abertura para um campo político, em um contexto que contava com a atuação mais autônoma das coberturas jornalísticas, ajudando para que estas mobilizações fossem formadas, vistas e reconhecidas para um grande público. Esses movimentos sociais passavam a existir, ter porta-vozes, reivindicações e estimular mobilizações para todo o país.

Muitos dos agentes que se destacariam como porta-vozes desses grupos seriam depois lideranças do campo político em constituição, adquirindo capital de notoriedade na defesa da queda do regime militar. Estes grupos usavam cada vez mais o peso simbólico de postar-se em favor da “democracia” e da “decisão do povo”, valor que ganharia força quase universal. A estrutura social rio-grandense sofria influência da articulação desses agentes mobilizadores e mobilizáveis, iniciando com a categoria bancária liderada por Olívio Dutra. Com a deflagração da greve, Olívio Dutra foi preso. Lula, que acumulava capital incorporado como agente porta-voz do movimento sindical do ABC, usava a repressão no Rio Grande do Sul para denunciar a abertura “para as elites” e a anistia de “parcial e mesquinha”. Conforme *Zero Hora*, metade dos bancários haviam cruzado os braços, estimulando movimentos grevistas também com bancários em outros estados.⁵¹

Fica evidenciada a conexão entre os agentes que representavam os grevistas em todo o Brasil e o crescimento da desestruturação do regime militar, que nem por meio da repressão conseguiu desestimular o surgimento desses novos atores. Conforme o próprio Olívio Dutra, a greve de 1979 eclodiu “acompanhada de relações intersindicais intensas. Tudo numa conjuntura em que o regime militar passava a ser questionado em várias frentes. [...] Não foi um movimento espontâneo e nem os bancários gaúchos estavam sozinhos”.⁵² Essa perseguição não era eficaz para coagir estes porta-vozes, que controlavam um poder de mobilização que a estrutura autoritária ainda não tinha experimentado com tanta consistência. O autoritarismo militar, apegando-se na estrutura do Estado para reprimir, legitimada pelo “medo” da ameaça comunista, havia sido bem-sucedido para silenciar qualquer tipo de contestação ao regime até o final dos anos 1970,

⁵¹ SILVA, Shirlei Inês Mendes da. O discurso do ‘novo sindicalismo’ na greve bancária de 1979. *Anais da 7ª Conferência Brasileira de Folkcomunicação*. Lajeado: [S.E.], 2004.

⁵² DUTRA, Olívio. O renascimento da luta sindical: a greve dos bancários de Porto Alegre. In: PADRÓS, Enrique Serra et al (orgs.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – o fim da ditadura e o processo de redemocratização*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014, p. 221.

inclusive censurando a imprensa, os partidos e seus membros e alterando regras durante as legislaturas. Agora, observava o surgimento de movimentos que questionavam esse tipo de postura, com atores que conseguiam, gradualmente, se legitimar e pautar o *campo político aparente*⁵³ que dava verniz democrático à ditadura.

Além dos bancários, no Rio Grande do Sul outro movimento social que passou a ter importante poder de mobilização foi o do professorado. Já em 1979 este agrupamento havia se organizado contra o governo Amaral de Souza, ligado à estrutura autoritária. Estes movimentos teriam amplo apoio do PMDB.⁵⁴ Os *peemedebistas* apoiariam os movimentos sociais naquele contexto de transição, procurando vincular-se como seus porta-vozes no *campo político aparente*.

A estrutura militar reagia com a Lei da Anistia, em uma relação direta com a reforma partidária, promovendo o retorno das lideranças políticas exiladas e que estavam no país⁵⁵, mas impedidas de participarem do *campo político aparente*. A crise da estrutura autoritária arrancava do regime a legitimidade que precisava, e viabilizava gradualmente a formação de um campo político com o ingresso de agentes exilados que se opunham ao fechamento imposto a partir de 1964 ou que representaram qualquer tipo de ameaça ao funcionamento tutelado do regime. A partir do reestabelecimento de um pluripartidarismo vinculado ao retorno de um pleito eleitoral relativamente “livre” para os governos estaduais, é possível afirmar que houve uma rearticulação para a formação de siglas que integrariam o campo político (os partidos políticos) que disputariam entre si sob diferentes esferas (local, regional e nacional) a possibilidade de falar e agir em nome dos *profanos*. O primeiro ensaio foi a eleição de 1982, importante na constituição gradual do campo político no Brasil.

⁵³ Chamarei a estrutura bipartidária sustentada pelo aparelho militar de *campo político aparente*. Porque não é possível dizer, em termos bourdianos, que exista um campo relativamente autônomo com suas próprias regras internas composto por agentes que disputam por meio da palavra o monopólio de falar e agir em nome dos *profanos* e possam com isso acessar os aparelhos do Estado, mas sem dúvidas a estrutura militar, como qualquer regime autoritário, precisa apoiar-se em elementos simbólicos para se legitimar. Um destes elementos, neste caso, foi a aparência democrática por meio do bipartidarismo e das eleições que, como se sabe, existiam porque não ameaçavam a estrutura criada pelos atos institucionais e eleições indiretas. Esse *campo político aparente*, se por um lado legitimava o autoritarismo com a existência de uma agremiação oposicionista domesticada (o MDB), também foi importante para que esta sigla conseguisse acumular capital político objetivado e aglomerasse muitos agentes que depois terão papel importante e legitimação reconhecida nas disputas do campo político quando este se constitui. Por isso, é importante também não desconsiderarmos totalmente a estrutura política pré-existente e mantida pela estrutura militar autoritária, mesmo que não se possa denomina-la de campo político.

⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

⁵⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. In: SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo (org.). *Os campos dos Senhores: a UDR e a elite rural – 1985-1988*. Londrina: EDUEL, 1998.

2.2 MUDANÇA ESTRUTURAL NO CAMPO POLÍTICO APARENTE

A reforma partidária de 1979 é vista pela literatura como uma tática sustentada pelo regime militar para fracionar o heterogêneo bloco oposicionista abrigado no MDB, e enfraquecendo a autonomização das novas forças mobilizadoras antagônicas à estrutura militar. Sabedor de que o bloco oposicionista tinha o caráter de uma “frente ampla”, a estrutura autoritária militar teria estabelecido essa reforma para barrar o crescimento do MDB, em franca ascensão desde as eleições de 1974. Adiciona-se o fato de a reforma eleitoral ter estabelecido o voto vinculado, validando só a cédula em que todos os candidatos fossem do mesmo partido, proibindo coligações e obrigando as legendas a lançarem candidatos para todos os cargos, restringindo também a propaganda eleitoral.⁵⁶

Obstruíam-se uma articulação conjunta da oposição contra o partido do regime, impedindo a somatória de forças, capitais e agentes contrários ao agrupamento do PDS. Era uma queda de braço entre uma nova ordem, que trabalhava para alterar a estrutura vigente, contra a que estava em crise, que lançava mão dos recursos disponíveis para manter ao máximo o controle sobre esse processo com a reforma partidária. PMDB, PDT, PTB, PDS e PT foram os partidos que surgiam nessa fase que começava a enterrar o *campo político aparente* e dar vazão a uma arena de lutas, forças e agentes que começariam a disputar visões de mundo mais legítimas para controlar o aparelho do Estado. Essa fase foi marcada ainda por uma tutela que só teria fim com a transição civil em 1985.

Já nesse período é possível identificar como estas siglas se colocavam na estrutura do campo político. O PMDB, herdeiro de todo um capital objetivado investido desde 1964 como oposição consentida, colocava-se a favor da abertura da estrutura autoritária. Estava no lado oposto ao PDS, ex-Arena, o partido apoiado pelo regime. Este aproximava-se naquela estrutura em muitos momentos do PTB, que trazia elementos simbólicos remetentes ao período pré-1964, mas que, sem os agentes mobilizadores do *trabalhismo* ‘histórico’, carecia da mesma força pela ausência de porta-vozes do período.

Os trabalhistas ‘históricos’ fundaram o PDT, mais voltado ao polo da esquerda no campo político, que abrigou os agentes que se colocavam como porta-vozes do

⁵⁶ LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias. *Primeiro Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e democracia em mudança no século XXI*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015; BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Eleições e mudanças políticas no Brasil nos 80: análise a partir de uma unidade subnacional (Pelotas, RS). *Pensamento Plural*. Pelotas, n. 4, Janeiro-Junho 2009; *Jornal Estadão*, 30 de Outubro de 2010. Arquivo *Estadão*.

movimento no pré 1964. Estes agentes individuais dotados de capital de prestígio, sobretudo Leonel Brizola, conseguiram dar razoável notoriedade política ao PDT, pois o agrupamento não tinha estrutura pré-concebida, como no caso dos dois primeiros partidos citados. Por fim, o PT surgia como a sigla posicionada mais à esquerda, e seus recursos convertidos em capital político provinham, sobretudo, de movimentos sociais, intelectuais e católicos, mas a ausência de agentes individuais dotados de algum tipo de *habitus* político transformou a legenda em um grupo *puritano*, minoritário e até mesmo antissistema. O perfil de sua composição motivou alguns estudos clássicos a chamarem o agrupamento de “anomalia”.⁵⁷

O PT e PDT emergiam como as oposições de esquerda. Apesar do perfil distinto de onde retirariam seus recursos que seriam convertidos em capital, as siglas, por estarem em polos próximos no campo político, disputariam a fala legítima em nome da esquerda brasileira. Se o PDT trazia um capital político incorporado à figuras vinculadas ao antigo *trabalhismo* existente no campo destituído pelo golpe civil-militar de 1964, o PT formaria seus recursos por meio de mobilizações de grupos e sindicatos e conseguiria, com isso, dar gradual visibilidade aos porta-vozes desses movimentos. Nesse sentido, o PT, por se colocar como um *puritano* e estar constituindo recursos de movimentos que estavam se consolidando, não conseguiu acompanhar o PDT nos primeiros anos. Este, com recursos mais sólidos e agentes dispostos a participar do *laissez-faire* pelo sucesso na política institucional, conseguiu galgar espaço maior com a obtenção de cargos parlamentares e Executivos.

Neste caso, há de se ressaltar que a rivalidade entre as duas siglas teria variações. Essa luta entre os agrupamentos é particularmente importante de se considerar, tendo em vista que o PDT se constituiria como uma força política importante no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, estados onde o reduto eleitoral do *brizolismo* pré golpe de 1964 era relevante e conseguiu ser resgatado em parte pelo novo agrupamento. Naquilo que concerne ao Rio Grande do Sul, também por representar o crescimento do PT, primeiramente com a hegemonia em Porto Alegre e, depois, com a ascensão ao governo do estado. As vitórias *petistas* ocorrem depois de os trabalhistas deixarem o governo tanto no âmbito estadual como em Porto Alegre.

Na estrutura do campo político desenhado pela eleição de 1982, o PDT polarizava com o PMDB o posto de liderança das oposições no Rio Grande do Sul. Aqui acabou

⁵⁷ Refiro-me ao estudo de Margareth Keck, arrolado na bibliografia, e comumente citado em estudos sobre o PT.

sendo “o único estado onde a tática *divide et impera* foi bem sucedida”, o que não ocorreu nos três maiores estados: Minas Gerais, São Paulo (PMDB) e Rio de Janeiro (PDT). O PDS ganhou doze governos estaduais contra nove do PMDB, sobretudo no Nordeste⁵⁸, onde o partido formou seu “cinturão de ferro”, e garantindo sua força política e estrutural. Já o PDT ganhou apenas o pleito carioca, enquanto os demais não obtiveram vitórias. Para o Senado e Câmara Federal, o PDS seguiu na frente dentro de uma perspectiva geral, mas com pequena diferença. Na Câmara, por exemplo, o partido da ditadura não conseguiu ter 50% das cadeiras. Fora do arco PDS-PMDB, só o PDT teve um senador.⁵⁹

Se o PDS conservava, neste primeiro pleito, a condição de partido com maior peso eleitoral, ao mesmo tempo assistia à ascensão das forças antagônicas vinculadas aos movimentos sociais que contestavam o regime militar do qual a sigla era herdeira. Portanto, o PMDB ascendia no campo político em formação para uma situação dominante e o PDS sinalizava uma posição descendente nos locais cujo capital econômico e autonomia do campo político era mais preponderante, justamente onde a abertura ocorria mais solidamente. Já o PDT galgou alguns espaços, mas do ponto de vista institucional não conseguiu disputar frente ao capital político objetivado do PMDB, que convertia em recursos eleitorais a posição que manteve por quase 20 anos na oposição, governando cidades no interior e em capitais, tendo vereadores, deputados e militantes profissionais que cediam ao partido uma estrutura mais solidificada do que a dos trabalhistas. Além disso, no *campo político aparente* tinha resultados ascendentes desde 1974, confirmando no processo de transição essa trajetória na arena de lutas e forças.

No estado, as forças *pedetista* e *peemedebista* contribuíram para a eleição do candidato do PDS, que viria a suceder Amaral de Souza. Soares venceu por menos de 22

⁵⁸ Utilizando dos recursos estruturais que possuía com o comando e controle da ditadura militar ao processo de abertura, o PDS conseguiu controlar a maioria dos estados. Mas a predominância no nordeste não era um acaso. A região era uma das mais pobres do país, cuja dependência do Estado colocava aquela região em uma situação de dependência do aparelho dominante controlado pela ditadura. Isso somado, também, às características daquela região, majoritariamente rural, agrária e pouco industrializada. Esta condição era diversa das regiões onde PMDB e PDT conseguiram se firmar “surfando” em movimentos sociais em constituição e, não por acaso, também seria onde o PT conseguiria converter seus recursos sociais em capital político. Localidades com maior capital econômico e onde outros órgãos, como a imprensa, ganhavam autonomia para pautar o poder político, as siglas de oposição conseguiram se impor frente ao aparato do regime militar. Isso era visível desde 1979, onde os movimentos sociais que começavam a questionar a legitimidade da estrutura autoritária e a gradual independência da imprensa vinham das regiões sul e sudeste, onde o desempenho do PDS foi ínfimo. Mesmo nessas regiões, o processo se deu em capitais e cidades industrializadas, não ocorrendo o mesmo no interior.

⁵⁹ BAQUERO, Marcello. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul num contexto de abertura política. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1984; NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

mil votos Pedro Simon (PMDB). Os votos divididos foram decisivos nesse fracionamento Olívio Dutra, com 1,5% apenas dos sufrágios, já tinha votação suficiente para desequilibrar contra o candidato da ditadura.⁶⁰ O regime militar teve no Rio Grande do Sul sucesso em dividir o bloco vinculado à oposição. As forças políticas que se opunham ao regime militar somaram 61,8% dos votos. Mas a vitória eleitoral coube ao candidato do regime, em um contexto em que inexistia segundo turno. A ação elaborada pela estrutura militar autoritária não foi eficiente de um modo geral, mas o caso rio-grandense foi uma exceção dessa estrutura.

Dentro do espectro nacional, ainda que o PDS tenha obtido maior votação para o Legislativo federal e governos estaduais, postos chave na federação passaram para o comando oposicionista. Este fator é relevante também para compreender a posição ascendente da oposição na estrutura do campo. A obtenção do controle de Executivos regionais por ela daria mais recursos que poderiam ser convertidos em capital político para seus agentes e suas mobilizações. É o que vai explicar, junto a outros fatores, o desfecho de uma campanha como as *Diretas Já*, onde, apesar da contrariedade da estrutura militar, vai conseguir ganhar legitimidade, ser vista, reconhecida e ser capaz de mobilizar um amplo número de *profanos*.

Sob o escopo regional, há de se ressaltar o perfil do parlamento eleito em 1982. A maior bancada da Assembleia Legislativa coube ao PMDB, com 27 deputados. Logo depois, o partido do governo tinha 23 assentos. A legislatura foi completa com o PDT, com doze deputados.⁶¹ Em função do voto vinculado imposto ao campo político em formação pela estrutura militar autoritária, as cadeiras distribuídas no Legislativo refletiram o desempenho obtido pelos candidatos ao Executivo. Não obstante, há de se ressaltar as mudanças entre as bancadas durante a legislatura: o PDS esvaziou-se ainda mais, perdendo cinco deputados para o recém fundado Partido da Frente Liberal (PFL). Junto a isso, o Partido Democrático Trabalhista passou de 12 para 14 lugares na ALERGS.⁶² Os partidos, como microcosmos que também estão em disputa por agentes individuais que lutam entre si para fazer valer a visão mais legítima da própria agremiação e de como ela deve se posicionar no campo político, formam dissidências que, em muitos

⁶⁰ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1982*. Arquivo digitalizado do TRE-RS; SOARES, Jair. *Uma vida em ação: memórias políticas*. Porto Alegre: Orquestra, 2012.

⁶¹ SOARES, Débora D.; ERPEN, Juliana. *O parlamento gaúcho: da província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

⁶² BUENO, Ricardo; MISKULIM, Karim. *Recontando a história do Rio Grande do Sul: a sociedade, os governos e governantes pós redemocratização*. Porto Alegre: Instituto Voto, 2013.

casos como o daqui analisado, desemboca na formação de outras siglas e trocas de legendas entre parlamentares. No caso regional, foi um reflexo de articulações em nível nacional. Muitos deles, percebendo a crise da estrutura autoritária, saíram do PDS em uma tentativa de preservar o capital incorporado que possuíam.

Quando falamos de parlamento estadual em 1982, é preciso recuar para entender de qual Assembleia Legislativa estamos falando. Depois do golpe civil-militar de 1964, o *campo político aparente* no Rio Grande do Sul teve um formato curioso. O MDB possuía maioria legislativa durante o primeiro governo militar, e conseguiu “fazer” a constituição regional com a abstenção da Arena. Ao governador, só restou solicitar a impugnação de 54 artigos, parciais e integrais. Mas a duração da carta foi breve:

Diante dos novos eventos, a Constituição sul-rio-grandense precisava ser convenientemente adaptada. Um novo processo constituinte foi então instaurado na Assembleia em 1969. Dessa vez, entretanto, o governo se precaveu. Valendo-se das prerrogativas conferidas pelo AI-5 foram cassados tantos deputados quanto o necessário para que a Arena vibrasse maioria. Entre março e abril de 1969 nove titulares do MDB perderam o mandato. O resultado foi um esforço constituinte traumático. A Arena foi à forra e patrolou o MDB, que negou-se à assinatura do texto promulgado em 27 de janeiro de 1970. Invertiam-se as posições, e pela segunda vez o plenário ficava cheio de um lado e deserto do outro.⁶³

Era ainda sob este contexto, influenciado diretamente por um conjunto de regras e leis ainda vigentes que foram impostas pela estrutura militar autoritária que a 46ª legislatura funcionou. Desta forma, podemos afirmar que era uma legislatura marcada pelas limitações constitucionais presentes pelo “entulho autoritário” do período militar, mas ressoava as mudanças estruturais que o cenário político brasileiro experimentava, como o relativo predomínio do PMDB e do PDT somados.

2.3 A FASE TRANSITÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL: AS *DIRETAS JÁ* E A VITÓRIA DO PMDB

Foi em meio à gestão de Soares que ocorreram as *Diretas Já*. No contexto regional, essas mobilizações contaram com a participação heterogênea de agentes políticos relativamente bem posicionados ou em ascensão no campo político do Rio Grande do Sul. Assim como no espectro nacional, este movimento mostrou ampla capacidade de

⁶³ AXT, Gunter. *A constituição de 1989: história da constituição dos gaúchos*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999, p. 26.

mobilização. Em 1984, a capital gaúcha teve 200 mil pessoas às ruas, e, desde o ano anterior, Olívio Dutra, Alceu Collares e Pedro Simon dividiam os palanques, que também receberam lideranças nacionais. Eram agentes que procuravam falar e agir em nome dos indivíduos mobilizados e daqueles benévolos que, embora não estivessem nessa contagem, simpatizavam com que o movimento representava, trabalhando para fazê-lo ser visto e reconhecido como legítimo, constituindo-se como uma ideia-força no mundo social. Até mesmo Soares chegou a liberar o funcionalismo público gaúcho para participar das mobilizações.⁶⁴ Atitude que ilustrou a força simbólica adquirida pelas mobilizações também no Rio Grande do Sul, já que o governo estadual era controlado por um civil vinculado ao regime militar.

No parlamento, foram inúmeras as manifestações em plenário. Do PDS, havia o consenso de que o debate sobre eleições diretas era muito cedo. No setor da oposição a Soares, PDT e PMDB defendiam eleições diretas e disparavam críticas ao PDS e ao regime militar. Em 1983 um deputado do PDT afirmava que 48 dos 56 parlamentares da Assembleia gaúcha eram favoráveis às eleições diretas ⁶⁵, o que demonstra um posicionamento favorável à abertura do regime dentro daquele espaço institucional. A capacidade mobilizadora do movimento agia também como força estruturante, coagindo os profissionais do campo político a terem uma posição adepta sob o risco de verem seu crédito firmado desaparecer.

É neste contexto que, em 1985, ocorreram as eleições para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Alceu Collares levou o *trabalhismo* ao paço municipal pela primeira vez desde o golpe de 1964.⁶⁶ Neste pleito, a eleição foi restrita à prefeitura, mantendo-se os vereadores eleitos em 1982. Vale destacar que o PDS confirmava a tendência descendente também sob perspectiva local, ocupando a quarta colocação do pleito, perdendo para o PT que, proporcionalmente, atingia um patamar mais relevante perante a votação que fez para o governo do estado (12%), três anos antes. A eleição em Porto Alegre solidificou a força oposicionista aos governos do estado, da prefeitura e ao regime militar, no limiar dos primeiros meses de governo Sarney. Era um reflexo da decadência da posição do PDS no

⁶⁴ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004; SILVA, Marcos. *As Diretas Já no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

⁶⁵ ELMIR, Cláudio Pereira. *A democracia reconquistada (1983-2004)*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 39; RODRIGUES, Alberto Tossi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

⁶⁶ TRE-RS. *Ata das eleições de 1985*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

campo político do Rio Grande do Sul, ocupando espaço cada vez menor e diminuindo a estrutura que manteve.

No governo Soares ocorreram expressivas mobilizações pelo Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul. Este ganharia notoriedade por conseguir obter capital de mobilização e pressionar os agentes do campo político com movimentos reivindicatórios. Ganharia destaque no campo jornalístico e conseguiria delegar parte do seu capital institucionalizado para lideranças políticas vinculadas à categoria nos anos 1980 e 1990, sobretudo entre siglas de esquerda, como PDT, PSB e, com maior organicidade na virada da década, com o PT. Sobretudo, por ser o sindicato com o maior número de filiados no estado e seus porta-vozes conseguirem fazer mobilizações duradouras, que contavam com importante estrutura de militantes “efetivos” – isto é, profissionalizados no CPERS -, e “benévolos”, vinculados ao sindicato por simpatia e adesão. Apoio esse que perpassava, isto é, ia além dos profissionais da educação, sendo as pautas apoiadas por amplos setores de *profanos*.

Entre as bandeiras defendidas pelo CPERS, que contavam com a adesão da categoria que delegava ao sindicato a competência de falar em seu nome como porta-voz, estava o cumprimento de reajustes salariais. Mas também defendiam a eleição direta para os diretores de escola, no ritmo das *Diretas Já*. Com 20 mil paredistas, a greve durou 60 dias⁶⁷, obtendo sucesso no sentido de fazer ver as reivindicações da categoria e mobilizar militantes, demonstrando poder de pressão e influência no campo político. Neste processo de fortalecimento do sindicalismo do professorado gaúcho, esta greve não foi a primeira, mas a mais importante, pelo contexto e por viabilizar novas mobilizações de peso nos demais governos, como veremos ao longo deste capítulo.

É nessa conjuntura que ocorreram as eleições para o governo do estado em 1986. Não mais sob a vigência das restrições impostas pela Reforma Eleitoral de 1979, o pleito permitia o estabelecimento de coligações, assim como já havia ocorrido na eleição municipal de 1985. Era mais um passo na formação de um campo relativamente autônomo, com suas normas e leis internas controladas pelos agentes participantes. E houve praticamente uma reprodução daquilo que notamos em Porto Alegre: uma rejeição ao situacionismo representado, em termo estadual, pelo PDS e ao PDT, coligados “inusitadamente” para somar eleitorados heterogêneos. O candidato *pedetista*, Aldo Pinto, encabeçava a chapa com o vice do PDS. A vitória de Pedro Simon, sem coligação,

⁶⁷ BULHÕES, Maria da Graça; ABREU, Mariza Vasquez. *A luta dos professores gaúchos de 1979 a 1991: o difícil aprendizado da democracia*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

representou a eleição do candidato vinculado ao governo federal. As duas chapas eram seguidas por Carlos Chiarelli (do jovem PFL), Clóvis Ilgenfritz (PT) e Fulvio Petracco, do (re)fundado PSB, que fechavam o bloco de candidatos em nível regional⁶⁸, sendo os dois últimos de um posicionamento mais à esquerda.

Importante destacar o aumento no número de instituições partidárias que participavam do campo político, o que provocava alteração em sua estrutura com mais partidos disputando espaço. Em 1985, surgiu uma série de siglas partidárias, sendo visível o aumento no número de partidos e candidaturas também na cena gaúcha. O que queremos destacar é a influência da modificação estrutural na política regional. Essa mesma mudança ajuda a explicar a eleição do candidato Pedro Simon, ligado ao PMDB: o PDS praticamente foi “varrido” dos governos estaduais, e os *peemedebistas* ganharam 22 de 23 estados possíveis, algo jamais feito, muito também em razão do sucesso do Plano Cruzado. O PDT perdeu o governo do Rio de Janeiro e o PFL foi o único partido que conseguiu vencer uma eleição estadual afora o PMDB. Em linhas gerais, destaca-se a derrocada do PDS, partido da ditadura, inclusive no Nordeste, mostrando que a mobilização em torno da abertura política dominava o mundo social e consolidava a legitimidade das forças oposicionistas ao regime militar. A força das siglas contrárias ao regime militar suplantou a herança montada pelo PDS. Mesmo manuseando recursos estatais e capital institucionalizado, via que as agremiações em favor da democracia parlamentar ascendiam. Já aquelas ligadas à estrutura do regime militar eram alocadas para uma posição dominada.

O PMDB confirmou a supremacia eleitoral no Rio Grande do Sul elegendo os dois senadores. Além disso, o *peemedebismo* fez 17 dos 31 deputados federais, preenchendo mais de 50% das vagas. No estado, fez 49% dos deputados estaduais: 27 de 55 cadeiras. PDS (10) e PDT (7) eram, respectivamente, a segunda e terceira maiores bancadas estaduais. Por fim, o parlamento gaúcho foi composto por PFL e PT, com cinco e quatro cadeiras, respectivamente.⁶⁹ Nesse sentido, vemos novos agentes acessando recursos institucionais na Assembleia Legislativa. Isto é, legitimados para falar e agir em nome do “povo” por meio de um mandato conferido pelo sufrágio. E havia a importância singular para a escolha desses deputados. Afinal, seriam eles constituintes nos dois níveis.

Outro ponto importante é o PDT se consolidar como maior partido na esquerda. Não só pela bancada mais numerosa nas duas eleições entre os partidos que ocupavam

⁶⁸ TRE-RS. *Ata das eleições de 1986*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

⁶⁹ TRE-RS. *Ata das eleições de 1986*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

este polo no campo político, mas por ter sido o segundo mais votado para o governo do estado nos dois anos - ainda que coligado ao PDS na segunda oportunidade - e por ter eleito o primeiro prefeito por voto direto desde o golpe de 1964. Ainda que observemos certa trajetória ascendente do PT, com dois deputados federais e quatro estaduais, o polo de esquerda ainda era dominado pelos *trabalhistas* no campo. Já o PMDB se consolida como o mais forte partido do estado a partir da segunda metade dos anos 1980. Eram o PMDB e o PDT não somente partidos em ascensão, mas que se colocavam como siglas dominantes na estrutura do campo político regional. O PDS aparecia como partido dominante-dominado, enquanto o PT brotava com relativa ascensão, mas longe de manipular os mesmos recursos das demais siglas com representação legitimada com um mandato parlamentar na Assembleia Legislativa.

2.3.1 Tempo de constituintes: os debates em torno das constituições federal e estadual

A eleição de Tancredo Neves e José Sarney trazia muitos traços da abertura tutelada. A derrota da emenda Dante de Oliveira exemplificava isso, bem como a eleição por meio de um Colégio Eleitoral que apontavam ainda para a manutenção da “*tutela cordial*” definida por Dreyfuss. Naquele contexto, os partidos de oposição e a cisão do PDS que originou o PFL formaram um bloco coeso em torno do candidato *peemedebista*. E junto com a pressão externa de diferentes agentes que Tancredo Neves fez 70% dos votos contra Maluf.⁷⁰ O PT adotava a estratégia *puritana* de boicote, e não se atrelou a uma eleição sem a participação do “povo”, procurando distinguir-se das demais legendas no campo político e ganhar capital de notoriedade pela fidelidade à emenda Dante de Oliveira.

A primeira mudança da constituinte foi uma reforma na legislação eleitoral e partidária. Estabelecia, entre outros, a liberdade de organização partidária (inclusive comunistas), flexibilizava os pedidos de registros das agremiações, instituía eleições diretas em dois turnos para a Presidência da República em capitais, áreas de segurança e estâncias hidrominerais já em 1985, e instituía-se o direito de voto ao analfabeto. Segundo Meneguello, “já no primeiro ano, o novo regime estabeleceu nas eleições para as capitais

⁷⁰ MENEGUELLO, Rachel. Governo Sarney: dilemas e virtudes de uma transição negociada. *Secuencia*. Cidade do México (México), n. 44, maio-agosto 1999.

dos estados o primeiro momento amplo de avaliação popular da transição democrática”.

71

Com a consolidação constitucional desses direitos – com estes sendo aprovados pelo Estado, que reconhecia como legítima em sua Carta a estrutura política que estava progredindo desde o fim dos anos 1970 -, avançava-se ainda mais para que os partidos políticos e seus agentes pudessem disputar o controle do Estado pela mobilização simbólica do maior número de grupos, obedecendo à lógica do *laissez-faire* em torno dos *profanos*. Com isso, a organização partidária livre era indispensável para a existência do campo político, obedecendo à premissa de uma *guerra civil sublimada* entre as agremiações e seus profissionais. Isto é, para que houvesse disputas por diferentes (di)visões do mundo social, não mais mantendo a estrutura de autoridade por meio da força – e da restrição política. Esses avanços também mostravam a capacidade dos agentes políticos vinculados à abertura. A Assembleia Nacional Constituinte foi um momento onde agentes internos (constituintes) e externos (partidos, sindicatos, movimentos sociais, elite econômica, etc.) articulavam-se para fazer aprovar e reprovar pautas. Ela representou uma desarticulação incisiva da estrutura militar autoritária em favor do poder civil.

É neste contexto em que se instala a 47ª Legislatura no Rio Grande do Sul. Dois pontos são destacados pela literatura pertinente: as repercussões nas bancadas dos partidos sobre os debates nacionais da nova constituição e o fato de esta legislatura ser também incumbida de escrever uma carta estadual. Eles possuíam elo importante, pois a constituição estadual só poderia ser escrita depois da nacional, delimitando as restrições e incumbências que as cartas regionais teriam. Também destacamos que estas não eram as únicas pautas que permearam o debate político durante o governo Pedro Simon. Sobretudo porque sua gestão foi envolvida pela crise econômica que assolava o cenário brasileiro e pela continuação da ebulição dos movimentos sociais no estado. Estes pontos envolveram os debates na Assembleia Legislativa.

O principal ponto a ser destacado é a recuperação de poderes legislativos pela Assembleia Estadual Constituinte.⁷² Também nessa direção, os deputados estaduais, agentes políticos profissionais representando grupos e interesses, sofreriam pressões de outros dotados de capital econômico, cultural, político etc. que, sob a perspectiva regional, procurariam mobilizar seus recursos no encaminhamento da nova constituição. Estes

⁷¹ Idem, p. 47.

⁷² AXT, op. cit.

agentes disputavam entre si os deveres e limites impostos pelo estado do Rio Grande do Sul na sociedade civil.

Dentre os aspectos mais gerais que demonstram a ação de uma série de agentes sobre os profissionais do campo político, podemos destacar: 1 - a pressão exercida por meios de comunicação para dar celeridade aos trabalhos; 2 - o *lobby* de entidades vinculadas ao serviço público e privado na defesa de interesses corporativos; 3 - a abertura de canais de participação, cedendo espaço reivindicado pelos novos movimentos sociais que se mobilizaram com relativa frequência desde o final dos anos 1970; 4 - a organização dos trabalhos pela intensa negociação entre as bancadas. Isso ocorreu desde a criação do regimento interno até a composição da mesa diretora; 5 - o receio da formação de um “Centrão Gaúcho”, composto por PDS e PMDB, motivando articulações partidárias para impedir isso.⁷³

Axt menciona pontos importantes do processo constituinte, como a aproximação do PT com a bancada governista em alguns momentos. O PT presidiu duas comissões em função dessas negociações, com Raul Pont e José Fortunati. O autor destaca essa mudança de relacionamento inserindo-a no contexto eleitoral de 1988. Ele ainda defende que este gesto contribuiu para diminuir a tensão envolvendo a formação da Mesa Diretora.

O PT, que até então vivia às turras com o PMDB, alcançara de fato boa representação na composição das comissões. Reforçavam as especulações o fato dos dois partidos terem indicado os componentes dos principais postos das comissões na última hora, depois dos outros já o terem feito. Somava-se a isso a relação cordial que vinha se estabelecendo entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Porto Alegre. Porém, Raul Pont negou taxativamente tais alcovitices. Mas é inegável que a composição das comissões contribuiu para a distensão do ambiente prévio à formação da Mesa.⁷⁴

A carta acabou sendo promulgada com a aprovação de todas as bancadas, exceto o PT. Seguindo orientação do Diretório Regional, a sigla, a exemplo do que havia feito em âmbito federal, assinou a nova constituição, mas votou contra ela. A atitude *petista*, procurando distinguir-se das demais siglas do campo com uma postura *puritana*, causava desconforto na relação entre os demais agentes envolvidos. ‘Oportunista’, ‘demagógica’, ‘infantilidade’, ‘posição ambígua’ foram algumas das categorias usadas por diferentes parlamentares, que buscavam legitimar a posição “democrática” costurada na nova carta em contraponto à postura do PT. Raul Pont, deputado estadual constituinte e presidente

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem, p. 32.

do Diretório Estadual do PT, defendia-se dizendo que o consenso entre as demais bancadas mostrava que as agremiações eram “capitalistas” e “vinculadas à ordem”. Já Fortunati defendia a posição dissonante do PT para não vender a ideia de consenso.⁷⁵ Era a legenda a única com postura *puritana* no parlamento, o que explica a busca por distinção entre as demais. Até mesmo o PDT era menos ortodoxo.

De todo modo, o processo constituinte colocava uma nova relação entre o parlamento gaúcho perante o governo do estado, na medida em que reestabelecia parte de suas prerrogativas, extintas desde o regime militar, formalizava a independência entre os poderes e estruturava as disputas envolvendo o Legislativo e Executivo no Rio Grande do Sul. A partir desse contexto é que podemos compreender a relação entre os agentes parlamentares junto aos governos seguintes.

2.4 O CAMPO POLÍTICO REGIONAL E NACIONAL PÓS CONSTITUINTE: A AFIRMAÇÃO DE UMA ARENA DE LUTAS

A formalização da nova constituição encerrava a tutela do regime militar. Foi, junto com a eleição de 1989, o passo decisivo para a formação de um campo político relativamente autônomo que era gestado desde as contestações surgidas no ABC paulista. O regime democrático era formalmente (re)instaurado no Brasil, com a ampla organização do *laissez-faire* entre agremiações políticas e agentes profissionais. Mas, apesar deste contexto, o cenário econômico e social era reverso e tomava terreno central nas disputas entre os agentes. Ainda que, inicialmente, o Plano Cruzado tivesse dado sinais positivos na economia e refletisse em sucesso eleitoral do *peemedebismo* entre 1985 e 1986, a euforia deu lugar a uma grande inflação. A isso, acompanhou uma série de outros planos e trocas de moeda. A emergência deste contexto (liberdade de organização política somada a uma profunda crise econômica) explica o encolhimento do PMDB e a ascensão de novas alternativas políticas fora da dicotomia com o PDS nas eleições para as prefeituras em 1988.

É interessante fazer um comparativo entre os eleitos nas capitais em 1985 e 1988. Nesse intervalo, notou-se um esvaziamento das prefeituras do PMDB que, de 19 capitais, passou a comandar quatro. Houve também um crescimento de capitais governadas pelos

⁷⁵ SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê editorial, 2016; ELMIR, op. cit.; AXT, op. cit.

partidos de esquerda (PT, PDT e o recém refundado PSB). Juntos, estes partidos comandavam três capitais em 1985. Em 1988, comandavam 10.⁷⁶ A crise na crença aos agentes vinculados ao PMDB não se refletem em uma trajetória ascendente do PDS. Pelo contrário, o vácuo deixado pelo *peemedebismo* abriu espaço para um espraiamento a outros partidos que, até então, não haviam conseguido controlar políticas públicas no comando de um Executivo, e que agora participavam do campo político acessando outros recursos.

O PMDB, como partido de governo, e não mais como frente das oposições, energia desgastado dessa nova condição, não sendo capaz de converter em capital político os recursos que possuía comandando os aparelhos do estado em regime de quase monopólio (além das capitais, tinha 22 de 23 estados e ocupava a Presidência da República). O recém-fundado PFL, pela direita, e os partidos de esquerda (PDT, PT e PSB) saem como alternativas. O PMDB, que ascendeu no campo político mobilizando grupos contrários ao PDS e ao regime militar e, por meio disso, tornou-se a maior sigla política brasileira, na condição de governo, cedia espaço para outras forças, mas não deixou de ocupar uma posição dominante no campo. A maioria das siglas que emergiram na política institucional eram alternativa ao situacionismo do PMDB e também ao que representava a ditadura (o PDS e o PFL). Muito disso se devem ao fato de o mandato de José Sarney ter encarado uma aguda crise econômica, levando o PMDB à perda de crédito como alternativa política. Foram mudanças expressivas na estrutura do campo político nacional, dando chance de os partidos menores ganharem mais expressão.

No polo esquerdo do campo político, há de se ressaltar as vitórias do PT em três capitais, duas delas politicamente importantes: São Paulo e Porto Alegre. O partido, com muitos agentes individuais defendendo posições *puritanas* nas instâncias do microcosmo, ascendia como uma alternativa de oposição ao ‘situacionista’ PMDB, convertendo os recursos investidos nos movimentos sociais como contestadores dos governos vigentes em capital político à sigla e incorporado em seus representantes. Além disso, essas eleições para os Executivos das capitais colocavam o PT como uma novidade no cenário político brasileiro. Como diz André Singer, com o PT, “a esquerda participa de modo competitivo da ‘grande política’ do Brasil” pela primeira vez.⁷⁷ Começou a galgar, aqui, os primeiros espaços institucionais, lidando por um lado com as pressões de militantes

⁷⁶ TRE-RS. *Ata das eleições de 1985*. Arquivo digitalizado do TRE-RS; TRE-RS. *Ata das eleições de 1988*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

⁷⁷ SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 10.

que apoiavam a sigla e identificavam-se com seu discurso oposicionista. E obtinha na formação de políticas públicas um novo recurso que podia ser convertido em capital político, trazendo notoriedade à sigla. Essa ascensão, decorrente de um crescimento desse capital, colocou o partido na liderança de cidades importantes.

Assim como o caso de Erundina, a eleição de Olívio não era esperada. As pesquisas de intenção de voto para o pleito no *Correio do Povo* indicavam o candidato do PT entre a terceira e quarta colocação. A probabilidade de vitória alternava entre Guilherme Socias Villela (PDS), Antônio Britto (PMDB) e Carlos Araújo (PDT).⁷⁸ As vitórias do PT, que totalizaram 36 em prefeituras pelo Brasil, inseriam o partido na área da política institucional, influenciando na atuação externa e interna da sigla nas esferas local e, também, nacional. A que ocorreu em Porto Alegre merece destaque por iniciar uma trajetória de hegemonia política na capital gaúcha por 16 anos, sendo que jamais se reelegeu um prefeito ou legenda até então na cidade. E também porque em Porto Alegre o PT fez sua “vitrine administrativa” e eleitoral. A partir da eleição de Olívio, a agremiação tornou-se a sigla com maior capital objetivado na cidade, independentemente do cargo pleiteado. Usando o exemplo de Porto Alegre, o PT procuraria associar-se a uma nova forma de governar que abria espaço para a democratização e participação popular, vinculando-se e construindo dessa experiência uma imagem simbólica positiva convertida em capital político.

Apesar de a vitória em São Paulo ser considerada a mais importante para o partido pelo capital simbólico que teria ao governar a maior cidade da América Latina, foi em Porto Alegre que ele conseguiu construir uma hegemonia política que seria referência para a legenda. De acordo com Valter Pires Pereira e Ueber José de Oliveira, “o relativo sucesso em Porto Alegre, marco do crescimento *petista*, foi o elemento estimulador da tendência de estudos sobre a agremiação, pois essas administrações sinalizavam para o fato de que o Partido dos Trabalhadores passava a ser efetivamente uma alternativa real de poder”.⁷⁹ Os reflexos da construção dessa hegemonia *petista* em Porto Alegre, que passou a ter maior capilaridade no Rio Grande do Sul, são visíveis na organização interna da sigla, alterando também sua estrutura. Pedro Ribeiro identificou que a região sul esteve quase sempre na dianteira organizativa e eleitoral da legenda. A crescente presença do

⁷⁸ COUTO, Cláudio Gonçalves. O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995; SCHMIDT, Benito. *História e memória do PT gaúcho* (1979-1988). (obra não publicada).

⁷⁹ PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de. Introdução. In: PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de (orgs.). *O PT na institucionalidade democrática brasileira*. Vitória: GM Editora. 2011, p. 8.

partido no Rio Grande do Sul foi definida por ele como a locomotiva da implantação regional do partido⁸⁰, simbolizando a relevância da agremiação gaúcha dentro do PT.

O governo sucessor de Alceu Collares passou por dificuldades, como as pesquisas de opinião indicavam no início da gestão, passando a ter maior aceitabilidade a partir da segunda metade do governo, quando o Orçamento Participativo se consolidava junto à nova realidade financeira da Prefeitura.⁸¹ O PT, a partir de 1988, construiu uma força eleitoral na capital que logo se espraiaria na região metropolitana. Foi o que transformou a cidade no que se convencionou chamar de *modo petista de governar* pela sigla. O partido teve como obstáculo penetrar no interior do estado. Seu tímido ingresso eleitoral estaria combinado com a manutenção das prefeituras em comando do PMDB e PDS/PPR/PPB nas regiões interioranas, que ainda conseguiam converter os recursos que mantinham em capital simbólico.

Em Porto Alegre, o Orçamento Participativo converteu-se:

En un modelo, ganando reconocimiento local e internacional. Otras administraciones de ciudades en manos del PT empezaron a ver al PP de Porto Alegre como un caso exitoso, las primeras tesis académicas sobre el PP se escribieron en portugués y los primeros artículos laudatorios se publicaron en inglés.⁸²

O modelo elaborado em Porto Alegre pela *Administração Popular* funcionava por assembleias regionais, onde os participantes definiam as prioridades no orçamento da Prefeitura. Como era auto regulamentado – sem existência legal –, foi polemizado pela bancada oposicionista na Câmara de Vereadores durante os dezesseis anos de gestão do PT. José Antônio Giusti Tavares, cientista político crítico ao projeto *petista*, sustentou que o OP esvaziava prerrogativas e poderes constitucionais do Legislativo da capital, além de as decisões *de fato* serem tomadas pelos militantes do PT que participam das assembleias. O OP chegou a ser chamado por João Dib, vereador e ex-prefeito da oposição, de “projeto

⁸⁰ RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese (Doutorado em Ciência Política), São Carlos, UFSCAR, 2008. Segundo GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Dacasa/Palmirinca, 2003, p. 130, um traço curioso nisso foi “o fato de que, em 1996, alguns militantes se dissessem desejosos de que o PT perdesse a eleição para que ocorresse uma espécie de ‘purificação’ em suas fileiras. No seu entendimento, a derrota levaria inúmeros titulares dos cargos de confiança no governo *petista* a saírem do partido”.

⁸¹ HORN, Carlos Henrique (org.). *Porto Alegre: o desafio da mudança*. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

⁸² GOLDFRANK, Benjamin; SCHNEIDER, Aaron. Construcción institucional competitiva: el PT y el presupuesto participativo de Rio Grande do Sul. In: LUBAMBO, Catia Wanderley; COELHO, Denilson Bandeira; MELO, Marcus André (orgs.). *Diseño institucional y participación política: experiencias en el Brasil contemporáneo*. Buenos Aires [Arg]: CLACSO Libros, 2006, p. 265.

diabólico” que “elege sem nenhuma margem de erro seu sucessor” em declaração à *Zero Hora*.⁸³

O OP era um programa que angariou ao PT também a possibilidade de falar e agir em nome dos *profanos*, por convencer parte dos *profanos* de que o orçamento da cidade era debatido democraticamente. E sofria ataques dos agentes contrários ao *petismo*. Estes assistiam o PT ascender e galgar melhores posições no campo político do estado, enquanto as demais siglas não obtinham sucesso em contrapor-se nessa disputa pelo senso comum como defensores do ‘povo’ da mesma maneira que os agentes próximos ao PT conseguiam.

Portanto, a polarização voltou-se para uma disputa pela legitimidade do OP. Por meio disso, os vereadores e demais críticos questionavam a legalidade do programa e sua transparência. Já os apoiadores ancoravam em termos como “democratização”, “cidadania”, “modo diferente de governar” a defesa do programa. Estabelecia-se em torno do OP uma divisão entre dois polos antagônicos, gerando ao governo e à oposição lucros políticos. Estes disputavam a legitimidade e o reconhecimento sobre quem falava em nome do “povo”: os vereadores, com seus mandatos delegados, ou o Executivo, com sua peça orçamentária construída por meio de assembleias. Os primeiros questionavam o funcionamento das assembleias, e defendiam que elas não refletiam a “participação popular” como os *petistas* diziam, mas sim a posição de militantes delegados pelo PT.

Pela bancada de oposição, a denúncia de “usurpação” de suas funções era porque o orçamento chegava “pronto” e os vereadores só podiam emendar se indicassem de onde sairia o recurso. Isso denotava um “choque de interesses” entre os membros e delegados do OP com o parlamentar que o fizesse.⁸⁴ Por isso, a relação foi tensionada, já que a prefeitura *petista* nunca foi maioria na Câmara de Vereadores. E o crescimento do OP, que motivou interesse e estudos até internacionais⁸⁵ sobre ele, ajuda a entender o prolongado sucesso eleitoral *petista* em Porto Alegre.

Destacamos também o contexto regional de disputa entre as esquerdas. O PDT, nos anos 1980, foi o partido do polo com maior capital simbólico do Brasil. No estado

⁸³ DIAS, Márcia Ribeiro. *Sob o signo da vontade popular: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002; FEDOZZI, Luciano. *O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000; TAVARES, José Giusti. *Totalitarismo tardio: o caso do PT*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p. 143; SÁNCHEZ, Félix. *Orçamento Participativo – teoria e prática*. São Paulo: Cortez editora, 2002, p. 14.

⁸⁴ DIAS, op. cit.

⁸⁵ Sobre a repercussão do OP fora do Brasil, ver: OLIVEIRA, Osmany Porto de. *Embaixadores da participação – a difusão internacional do Orçamento Participativo*. São Paulo: Annablume, 2016.

gaúcho, ele chegou primeiro ao Paço Municipal da capital, e também antes ao Palácio Piratini. A vitória de Olívio colocava a ascendência do PT rivalizando com o *brizolismo-PDT* na disputa pelo eleitorado de esquerda na capital. Pela ausência de dados específicos sobre a capital gaúcha, é difícil afirmar que o sucesso eleitoral de Brizola para a presidência em 1989 no estado se deveu ao eleitorado porto-alegrense. Mas, pela trajetória eleitoral do PDT em Porto Alegre ao longo dos anos 1980, é possível que os 60% dos votos obtidos por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul em primeiro turno tenham sido alavancados pelo eleitor da capital, e não do interior.

Para se ter uma ideia desta disparidade no pleito de 1989, o segundo candidato mais votado foi Collor, com pouco menos de 9%. No segundo turno, com apoio de Brizola, Lula venceu Collor no estado por quase 65% dos sufrágios, seguindo a tendência de vencer em todas as cidades com mais de 100 mil habitantes no Brasil.⁸⁶ Tendo em vista que os municípios populosos eram os grandes centros urbanos que reuniam as condições propícias para a ascensão da esquerda no campo político, os números em termos nacional e regional permitem afirmar que houve um maciço apoio do eleitorado gaúcho ao *brizolismo* e ao *petismo*. E já que, em eleições locais, PT e PDT obtinham seus melhores resultados na capital, nos permitimos supor que os números obtidos em 1989 se relacionem ao voto urbano, pelas ‘pistas’ empíricas do eleitorado dos dois partidos.

A eleição de Collor, acompanhada da surpreendente ida de Lula para o segundo turno em 1989, são pontos importantes para entender o que foi definido por muitos agentes, na época, como a *ascensão neoliberal*⁸⁷ no Brasil, e o que ficou denominado por parte da literatura como “transformismo” *petista*. A primeira plataforma ganharia impulso na década de 1990 com o governo Collor, tendo como pauta a defesa de um enxugamento da máquina pública estatal brasileira. O *neoliberalismo*, como categoria simbólica, ganhou adesões em diversos países do mundo, e estava atrelado à queda do muro de

⁸⁶ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1989*. Arquivo digitalizado do TRE-RS; MEMÓRIA GLOBO. As eleições presidenciais de 1989. Disponível em: <https://goo.gl/BbfHmN>. Acesso em 08.09.2017; CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

⁸⁷ Não queremos afirmar que o governo Collor e FHC foram, de fato, *neoliberais*. Isso porque há um debate acadêmico em torno da definição conceitual e do que a literatura entende, *stricto sensu*, por *neoliberalismo*, além de fugir dos objetivos deste trabalho. Para aquilo que nos interessa, a definição *neoliberal* foi utilizada pelos agentes em disputa no campo político como uma categoria na luta simbólica, seja com o objetivo de levá-los ao descrédito e mobilizar agentes contrários à agenda ou, no sentido inverso, visando mobilizar agentes, *profanos* e recursos simpáticos à ideia da redução do tamanho do Estado. Nesse sentido, estamos interessados apenas no uso da categoria como uma estratégia de luta política nas disputas simbólicas por capital, pois não é possível entender as disputas no campo político deste período, desconsiderando este elemento.

Berlim e da União Soviética, na crise do “socialismo real”. Em meio a essa crise, a candidatura Collor polarizou com Lula, mostrando este como símbolo do “atraso” e a sua como da “modernidade”.⁸⁸ A eleição foi firmada e estabeleceu uma divisão do mundo social no campo político entre os apoiadores dos que se viam e diziam ser *neoliberais* e seus críticos. Os primeiros foram representados, sobretudo, por Collor e FHC durante os anos 1990. Já os defensores de um projeto alternativo eram agentes ligados a PT e PDT e outros partidos. Essa dicotomia esteve presente durante toda a década de 1990, com os adversários do campo político procurando fazer crer que o *neoliberalismo* era positivo para todos ou contraproducente para os trabalhadores e lucrativo para uma elite que possuía capital econômico.

A “quase vitória” de Lula trouxe impactos importantes na trajetória do PT no campo político e em suas tendências internas. Foi um dos motivadores para que passasse por um processo de “moderação” para se adequar às regras impostas pelo campo político, na medida em que Lula foi sendo derrotado sucessivamente nos anos 1990. Exemplo ilustrativo foi a expulsão de duas tendências *puritanas*: a Causa Operária (1990) e a Convergência Socialista (1992). Esse alijamento viabilizava mais espaço para os moderados nas disputas internas do PT e empurrava o microcosmo *petista* para a lógica concorrencial do *laissez-faire* contra os demais agrupamentos. A ascensão do PT mexia com a estrutura do campo político, bem como com a trajetória e as estratégias adotadas pelo próprio partido.

Ele foi para muitos estudiosos a agremiação mais estudada pela Ciência Política.⁸⁹ E sem dúvidas o “transformismo” *petista* na década de 1990 foi mais frequente, na medida em que a sigla conseguia galgar espaços institucionais.⁹⁰ Ao bem da verdade, é possível sintetizar o transformismo no PT por meio do dilema entre a negação da institucionalidade

⁸⁸ GOMES, Rodrigo de Aguiar. *1989: a maior eleição da história*. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

⁸⁹ AMARAL, Oswaldo E. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. São Paulo: Editora Alameda, 2015; SANTIN, Ricardo João. *Construção de um partido político: a trajetória política e a estabilidade eleitoral do PP gaúcho*. Porto Alegre: Berthier, 2005.

⁹⁰ Entre os diversos trabalhos, mencionamos aqui: IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012; AMARAL, Oswaldo E. *A estrela não é mais vermelha*. São Paulo: Editora Garçoni, 2003; COELHO NETO, Eurelino T. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Feira de Santana: UEFS, 2012; POMAR, Valter. *A metamorfose*. São Paulo: Página 13, 2014; SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê editorial, 2015; SILVA, Antônio Osaí da. Nem reforma, nem revolução: a estrela é branca. In: VILLA, Marco Antônio; ANGELO, Vitor Amorim de (orgs.). *O partido dos trabalhadores e a política brasileira: uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009. Contudo, ressaltamos a ausência de estudos regionalizados sobre esse processo. Essa é uma lacuna importante, pois a divisão do PT em tendências influenciou para resultados diferentes nos estados. As correntes majoritárias regionais nem sempre eram as mesmas que comandavam o Diretório Nacional.

e a reafirmação de suas convicções fundacionais (*partido puritano* externo ao parlamento e arraigado em movimentos sociais, católicos e de esquerda) conflitando com a possibilidade de galgar espaços na *realpolitik* e ampliar seu eleitorado para uma faixa maior do que a *puritana* (partido integrado à lógica concorrencial do campo político).

Dado um pouco das mudanças estruturais promovidas pelo campo político que estavam presentes durante quase toda a década de 1990, voltemos para analisar estas mesmas movimentações no cenário político regional no início da última década do século XX. Em 1990, seria a primeira eleição sob a era Collor, na égide das novas constituições. No âmbito político, a criação do segundo turno exigia maioria absoluta dos votos válidos na eleição.

Apresentaram-se como agentes concorrentes Alceu Collares (PDT-PSDB-PCdoB); Nelson Marchezan (PDS-PFL-PTB-PL-PRN-PSC); José Fogaça (PMDB); e Tarso Genro, então vice-prefeito de Porto Alegre (PT-PSB-PCB). No pleito, Nelson Marchezan (33,2%) e Alceu Collares (36%) foram para o segundo turno, enquanto Pedro Simon (PMDB) venceu com folga para o senado, iniciando uma longa trajetória em Brasília. No segundo turno, com uma diferença de quase dois votos por um, o *trabalhismo* vencia a sigla herdeira da ARENA. Este pleito confirmou a lógica observada por Tavares e Grohmann ao longo dos anos 1980, de que PDS, PDT e PMDB foram as principais siglas do Estado.⁹¹ E os *trabalhistas* eram os últimos a chegar ao Piratini, retornando depois de 1958.

Há de se ressaltar que a eleição de 1990 também formou um parlamento regional oposicionista ao mandato de Collares, e o governador do PDT não fez uma coalizão para ampliar a base eleita. Ainda segundo Tavares, Collares tinha duas opções: formava uma maioria no Legislativo, partilhando a administração com os partidos mais fortes na ALERGS e, assim, “descaracterizando-se” para fortalecer, ou mantinha-se estritamente partidário, tendo como contrapartida uma relação conflituosa com o parlamento regional.⁹² Ou seja, a estrutura institucional, aliada ao formato do campo político, colocava Collares em uma encruzilhada: abandonava certo *puritanismo* ideológico e cedia aos adversários parte da estrutura do estado em troca de apoio parlamentar ou mantinha-se

⁹¹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1990*. Arquivo digitalizado do TRE-RS; TAVARES, José Antônio Giusti. Rio Grande do Sul: o Sistema Partidário Eleitoral e Parlamentar. In: LIMA JÚNIOR, Olavo. (Org.). *O Sistema Partidário Brasileiro: Diversidade e Tendências – 1982-94*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997; GROHMANN, Luis Gustavo Mello. *Representação política, sistema eleitoral e sistema partidário: análise comparativa do Estado do Rio Grande do Sul de 1966 a 1994*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 1996.

⁹² TAVARES, op. cit.

afastado de uma aliança com outros partidos, que poderiam se articular para barrar a agenda do governo no Legislativo.

Collares possuía menos de 1/3 do parlamento: o governo teve 14 cadeiras ao todo. O PMDB seguia com força numérica, tendo 12 deputados. Logo em seguida, a novidade política na disputa eleitoral do Rio Grande do Sul foi o PTB, com oito cadeiras. Muito mais pelo capital midiático-incorporado e convertido de Sérgio Zambiasi, que fez mais de 320 mil votos.⁹³ Para se ter uma noção da eficácia da conversão de capital do radialista, o segundo mais votado teve 35 mil votos, pouco mais de 10% em relação a Zambiasi. Em termos eleitorais, ele alavancaria o PTB pelo coeficiente eleitoral. Seu ingresso transformou a até então inexpressiva sigla em um partido com alto poder de barganha, sendo um exemplo da força que um capital de notoriedade obtido no campo jornalístico pode ter na luta política. As demais bancadas foram formadas por PT (5), PFL (2), PCdoB (1) e PSB (1). Apesar da maior pluralidade de siglas, por um lado, os partidos tradicionais dos anos 1980 – PDT, PMDB e PDS -, ainda eram majoritários. Os recursos acumulados ao longo de décadas ainda davam a estas siglas uma força simbólica relevante no campo político regional.

A consequência desse posicionamento fechado deu vazão a uma relação ambígua: ao mesmo tempo em que Collares protestava no Judiciário contra a Assembleia Legislativa, e dessa sofresse uma desgastante CPI da propina envolvendo sua esposa, teve a maioria dos seus projetos aprovados na casa. Mas apesar de um índice alto (77%) de homologação, este foi o percentual mais baixo entre todos os governos do mesmo período. Além disso, nenhum veto de Collares foi aceito.⁹⁴ Carlos Araújo, deputado estadual e líder do governo na Assembleia Legislativa, ilustrou: “nós éramos 13 deputados em um palco de 55. Soubemos, com a compreensão das demais bancadas, exceto PT e PSB, aprovar o que era importante no governo Collares”, tachando os *petistas* de ‘UDN de calça curta’ pela lógica de um “moralismo imbecil” que, segundo ele, o partido tinha na ALERGS.⁹⁵

Além da mais baixa taxa de aprovação de projetos, se confrontarmos o governo Collares com Pedro Simon e Antônio Britto veremos que a gestão do PDT foi a que mais

⁹³ PEREIRA, André. *Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo*. Vitória: Edufes, 2014; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1990*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

⁹⁴ ABRÚCIO, Fernando Luiz. O ultrapresidencialismo estadual. In: ANDRADE, Régis de Castro (org.). *Processo de governo no município e no estado*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998; TOMIO, Fabrício; RICCI, Paolo. Instituições e decisões: estudo comparativo do processo legislativo das Assembleias Estaduais. In: *ENCONTRO da Associação Brasileira de Ciência Política*, Recife: [s.e.], 2010.

⁹⁵ ARAÚJO, Carlos. Depoimento. In: O VOTO e o pão. Direção: Gilberto Lima. Casa de Criação, 2015. 1 DVD (1h21m).

entrou na justiça solicitando ações diretas de inconstitucionalidade: 9 (Simon), 34 (Collares) e 4 (Britto). Isso, segundo André Pereira, indica que o governador sofreu derrotas importantes no plenário, e tinha que recorrer ao Judiciário para anular leis aprovadas pela Assembleia Legislativa.⁹⁶ Portanto, apesar de Collares procurar afirmar que a relação com o Legislativo foi tranquila, não existe sustentação frente aos números dos demais governos: o governo do PDT sentiu a ausência parlamentar. Os *pedetistas* não conseguiram contrapor a condição numérica, e a oposição valeu-se de sua maioria para obstruir as pautas do governo.

Seu governo também ficou marcado por uma relação conturbada com o CPERS. Em entrevista posterior, Collares indicou como foi essa relação. Segundo ele, “nós pegamos aqui um touro novinho com guampas quase reluzentes — o CPERS e o PT. Eram os dois mais radicais do Brasil”. Ainda dizia que não tinha assumido “e o CPERS já estava ali na frente batendo panela”.⁹⁷ Sinalizava que o sindicato tinha conseguido poder de mobilização e legitimação perante amplos setores sociais que constrangiam o governo e faziam ele perder capital político e credibilidade em uma bandeira central do PDT. Afinal, a identificação com a pauta da educação era conhecida e reconhecida pelo PDT.

Sobre as quatro CPIs que enfrentou, a de maior desgaste para o governo foi a “da propina”. Leonel Brizola, em 2001 indicou o PT como a *cabeça* daquele processo, já que Flávio Koutzii a presidiu. Conforme Brizola, em entrevista ao programa de TV Roda Viva:

O que eles (os *petistas*) fizeram com o Collares na CPI da propina! O pobre do negrão ficou louco! Depois, o Collares se desentendeu com a esposa dele, e casou com uma outra, que disseram que era loura. Transformaram aquilo num caso mórbido. Eu não posso fazer aqui o gesto que eles faziam para o Collares (na ocasião).⁹⁸

Carlos Bastos, integrante do governo, delineou a repercussão da CPI:

Prejudicaram a carreira dele (com a CPI). Ele era candidato natural ao senado (em 1994) e teria uma boa eleição dentro de uma normalidade. Essa campanha, a CPI, essa guerra de guerrilha contra a gestão dele desestruturou completamente a candidatura dele. Tanto que ele não concorreu ao senado. Era um pleito do partido lançar o Collares ao senado e ele não pôde concorrer em função da campanha que tinha na Assembleia em função de CPI.⁹⁹

⁹⁶ PEREIRA, op. cit.

⁹⁷ SUL 21. Alceu Collares: “*Vem aí uma revolução. Mas não há quem lidere as massas*”. Disponível em: <https://goo.gl/Fr1ydo>. Acesso em: 16.09.2017; COLLARES, Alceu. Depoimento. In: O VOTO e o pão. Direção: Gilberto Lima. Casa de Criação, 2015. 1 DVD (1h21m).

⁹⁸ Jornal *Estadão*. 14 de novembro de 2001. Arquivo *Estadão*.

⁹⁹ BASTOS, Carlos. Depoimento. In: O VOTO e o pão. Direção: Gilberto Lima. Casa de Criação, 2015. 1 DVD (1h21m) – Arquivo Pessoal.

Os depoimentos de Collares e Brizola ilustram as dificuldades enfrentadas pelo governo no parlamento e com o PT. Este, com seus deputados, procurou trabalhar na deslegitimação do PDT, construindo-se no mundo social como o “verdadeiro” partido de esquerda, uma forma de cooptar parte do eleitorado que ainda sustentava o *trabalhismo*. Isto é, na lógica de disputar a representação legítima da esquerda no Rio Grande do Sul. Apesar de o partido não ter conseguido grande expressão eleitoral em 1990, é bem verdade que o PT daria um importante salto a partir dessa legislatura, convertendo a atuação na oposição, a baixa popularidade do governo Collares e a continuidade da gestão em Porto Alegre em capital político.

Interessante chamar atenção para o fato de o governo Collares ter tido um PIB muito acima da média: um acumulado de 23%, sobre Jair Soares (14%) e Simon (0,7%), que o precederam. Comparando com o PIB nacional do mesmo período, que foi de 11%¹⁰⁰, é possível afirmar que o Produto Interno Bruto gaúcho teve considerável aumento. Mas isso não se refletiu em um fortalecimento do PDT no estado. Outro ponto relevante a ser destacado é que, embora a estrutura dominante do campo político estivesse alinhada a um projeto desestatizante desde a vitória de Collor, o governo Collares não representou isso. Ainda assim, estes fatores não refletiram em um aumento de capital político por parte dos *pedetistas*, ofuscados pelos escândalos na área educacional.

Ponto que pode ser visto como positivo, por ter continuidade nos governos seguintes, foi a implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), cuja lógica é a participação direta de setores sociais. Os COREDES dividiram o estado inicialmente em 17 regiões, sendo ampliados para 22 em 1996, já no governo Britto, e reuniam-se por meio de fóruns de discussão. A definição orçamentária do estado, a partir de 1994, passou pelos COREDES, que determinava o destino de 10 a 40% da receita gaúcha.¹⁰¹

Todavia, a partir da vitória do *peemedebista* Antônio Britto junto com Fernando Henrique Cardoso em escala nacional, ocorreu um avanço da tese de que era necessária uma reforma do papel do estado também no Rio Grande do Sul. Esse processo levará a um acirramento da polarização, representado na defesa dessa visão por Antônio Britto e partidos que o sustentavam, como o PMDB, PDS/PPR e PSDB, e outro

¹⁰⁰ BUENO; MISKULIM, op. cit.

¹⁰¹ LUFT, Lucas. *A política de regionalização e seus impactos no Rio Grande do Sul: o caso dos COREDES*. Trabalho de Conclusão (Graduação em Economia), Porto Alegre, UFRGS, 2013.

contraponto essa pauta: PT, PSB, PCdoB e PDT. Ainda que nem sempre as siglas andassem unidas, a luta política simbólica era ao redor destas duas visões de mundo. Para entender essa mudança estrutural do campo e como ela influenciou no PT enquanto microcosmos, Mauro Iasi ressalta que o combate ao que era visto como ‘*neoliberalismo*’ havia se tornado nos anos 1990 a bandeira central do partido, e não mais o socialismo ou a derrocada do capitalismo.¹⁰²

É possível afirmar que a estrutura interna do PT, onde o poder de mobilização de militantes e de adesões passava a ser a derrota do projeto que era visto por eles como *neoliberal*, bem como a externa do campo, simbolizada pela ascensão de FHC e Britto, contribuíram para que, no Rio Grande do Sul, a mobilização simbólica de agentes, grupos, militantes etc. se desse pelo combate à redução do Estado e revisão do seu papel. Se o PT e os partidos à esquerda no campo (PDT e até mesmo o PMDB) mobilizavam seus agentes e *profanos* por meio de ideias-força como a defesa da “democracia” e do voto direto, em contraponto à estrutura autoritária do período militar, agora a disputa simbólica se dava entre os vistos como ‘neoliberais’ contra os que se viam como ‘guardiões’ da manutenção do papel do Estado.

Essa divisão política representada por PMDB/PDT/PDS daria vazão a uma polarização encabeçada pelo PT e outra pelo PMDB, alterando a estrutura do campo político. Os primeiros se colocariam como conservadores da estrutura da máquina pública, enquanto os *peemedebistas* se alinhavam com as ideias-força dominantes no contexto nacional e internacional, representadas pelo que chamavam de ‘reforma’ do estado. Isso esteve nítido no Rio Grande do Sul na eleição de 1994. Esse era o princípio de divisão que movia grupos e agentes profissionais para obter a adesão de *profanos* e militantes sobre a forma mais legítima de representação do mundo social, em disputa pelos dois projetos.

2.5 PROJETOS EM DISPUTA: A NOVA FACE DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL

As eleições de 1994 marcariam a ascensão eleitoral do PT em escala regional, colocando o partido como uma das principais forças no campo político estadual. Pela primeira vez, uma legenda fora da tríade PDT-PMDB-PDS disputaria com chances de

¹⁰² IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

vitória eleitoral o governo do estado. Como sinal do maior fracionamento de forças no sistema partidário no Rio Grande do Sul, uma candidatura eleita ao senado não sairia de um desses três partidos. Confirmando a tendência do PTB em agregar quadros com capital midiático convertido em político, Emília Fernandes, apresentadora de televisão, foi escolhida para a cadeira.

A eleição se dividiu entre dois blocos majoritários: a Frente Popular (PT, PSTU, PPS, PSB, PV e PCdoB) e Movimento Rio Grande Unido e Forte (PMDB, PL e PSDB). Junto a estes, também concorreram Sereno Chaise (PDT-PMN-PP), Celso Bernardi (PFL-PPR/PDS), Irapuan Teixeira (PRONA) e José Luiz Gomes (PRN).¹⁰³ A eleição de 1994 seria a primeira entre três que colocaria PT e PMDB em posição antagônica e definiria as posições dos agentes partidários no campo político regional.

O sistema de segundo turno vai colocar frente a frente PMDB e PT, em três eleições, confirmando a alternância já identificada nos períodos anteriores e um bipartidarismo de fato com a formação de um bloco anti-PT. Em 1994 o PMDB sairá vitorioso coligando-se com os partidos conservadores, deixando à Frente Popular (PT + aliados de esquerda) as bandeiras de luta contra o projeto *neoliberal* da candidatura Fernando Henrique Cardoso e da resistência da sociedade organizada. Provavelmente o êxito do Plano Real (determinante para a vitória de FHC no plano nacional) pesou também regionalmente para o eleitor referendar um aliado no governo federal.¹⁰⁴

A defesa simbólica da campanha do PT esteve na propaganda da gestão em Porto Alegre e na crítica ao projeto de privatização de estatais no cenário nacional. Já o Movimento Rio Grande Unido apegava-se na reestruturação da máquina pública gaúcha, e em defesa do Plano Real. Por parte de Olívio Dutra, a desconstrução de Britto foi por sua gestão como ministro da Previdência Social. A campanha de Britto visou, por diversas vezes, associar o PT ao autoritarismo e ao fascismo, utilizando como mote as disputas internas do partido.¹⁰⁵ Mas, em uma perspectiva relacional entre os grupos profissionais

¹⁰³ FILOMENA, César Luciano. A gênese da construção do discurso antipetista: análise da eleição para governador do estado do Rio Grande do Sul no ano de 1994. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, maio-agosto 2008.

¹⁰⁴ NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995, p. 111-112, grifo meu.

¹⁰⁵ Idem; CÉSAR, op. cit. As tendências internas do PT tiveram seu reconhecimento pelo Diretório Nacional em 1987, ainda que elas existissem desde a fundação do partido, e foram regulamentadas nos anos 1990. Elas traziam em seu bojo desde trotskistas, revolucionários até religiosos e social democratas. Segundo AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1991, elas surgiam, dissolviam e fundiam-se com fluidez, conforme o contexto político envolvendo as disputas internas do PT ou até mesmo no desenho nacional e internacional. Por vezes, há divergências e heterogeneidades dentro da mesma tendência, denotando a complexidade de sua compreensão. No Rio Grande do Sul, a divisão era vista por duas frentes: uma 'radical' e outra 'moderada'. Nacionalmente, a segunda comandava o PT. Mas no estado, os ditos 'xiitas' sustentavam a candidatura Olívio Dutra.

do campo político, as campanhas de Olívio e Britto buscavam atacar a *fides* de seus adversários, construindo-se na desconstrução do outro. Era uma luta pela tentativa de associação do adversário ao escândalo, que causasse ojeriza por parte ampla dos *profanos*, resultando em perda de capital.

O resultado da eleição, em primeiro turno, deu a vitória a Antônio Britto, com 49,2%. Logo em seguida, Olívio Dutra fez 34,7% dos votos, e os demais - Celso Bernardi, 8,7%; Sereno Chaise, 5,7%; Irapuan Teixeira, 1% e José Gomes, 0,6%¹⁰⁶ - tiveram votação menor, favorecendo uma estrutura polarizada por PT e PMDB. Foi assim que ocorreu o segundo turno entre Olívio Dutra e Antônio Britto, aumentando o tom de conflito.

Nesse sentido, enquanto Britto buscava atacar as administrações de Olívio e Tarso Genro na prefeitura de Porto Alegre, querendo reverter o sucesso da conversão de recursos em capital político na cidade, a candidatura do PT denunciou o *peemedebista* adjetivando-o como *elitista* e *neoliberal*, além de insinuar que o candidato do PMDB possuía o apoio da Rede Brasil Sul, que estaria influenciando no campo político para mobilizar os *profanos* em seu favor. Britto alegava que não faria privatizações, contrariando a assertiva de Olívio Dutra. Pontos como a extinção do IPE, a privatização da CRT e a manutenção do Calendário Rotativo, que eram associados pelo PT como pautas de Britto se fosse governador, eram desmentidas pelo PMDB. Além disso, Britto utilizou-se do apoio obtido por FHC. Eleito no primeiro turno, ele aparecia nas propagandas de televisão convocando o eleitorado a votar no candidato do PMDB. Ainda que Lula tivesse vencido no Rio Grande do Sul¹⁰⁷, buscava-se mostrar que Britto teria suporte da União.

No segundo turno, o “apoio quente” de Celso Bernardi a Antônio Britto dava à candidatura do PMDB uma importante aliança, somando parcialmente o capital político do primeiro ao segundo. Não somente porque Bernardi foi o terceiro mais votado e poderia ser decisivo na luta política eleitoral, mas pelo PDS/PPR ser a mais forte sigla no interior do Rio Grande do Sul em termos de prefeituras durante os anos 1980 e 1990.¹⁰⁸ A disputa se ancorava em recursos que se convertiam em capital e provinham de eleitorados e

¹⁰⁶ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1994*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

¹⁰⁷ FILOMENA, op. cit.; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1994*. Arquivo digitalizado do TRE-RS; HORÁRIO ELEITORAL. *Propaganda da Frente Popular*. Porto Alegre: TV Bandeirantes, 14.08.1994. HGPE. Disponível em: <https://goo.gl/gFRSH3>. Acesso em 30.09.2017. (Autor possui cópia). Há de se ressaltar que Lula, de 1989 até sua eleição, só não venceu o primeiro turno de 1989.

¹⁰⁸ SANTIN, op. cit.

regiões distintas. O interior era a base ‘segura’ para fazer frente ao sucesso *petista* na Região Metropolitana.

Para isso, confirmando a mudança estrutural no campo, a rivalidade herdada do período militar e que esteve bastante presente quando Jair Soares (PDS) e Pedro Simon (PMDB) governaram foi superada com a aproximação. Agora, frente à candidatura Olívio Dutra, formavam uma aliança não vista até então, o que explica a mudança de estratégia. Quando a luta simbólica se dava com as ideias-força da “democracia” contra a tutela militar, PPR/PDS e PMDB estavam em polos antagônicos. Com a implantação de uma democracia liberal em lugar da estrutura militar e a visão ‘consensual’ que o mundo social tinha em defesa da primeira, os agentes políticos se deslocavam. O PMDB, que subiu em palanque ao lado do PT no Rio Grande do Sul em defesa da democracia, agora aliava-se ao PDS/PPR em torno da ideia-força que defendia a revisão do tamanho e papel do Estado. E o PT colocava-se do outro lado do campo, formando, assim, o princípio de di-visão do campo.

Por outro lado, o situacionismo apoiou timidamente o PT. O PDT “oficialmente” chamou votos para Olívio, mas não era consensual: além de a maioria dos prefeitos do partido prestarem apoio explícito a Antônio Britto, Alceu Collares, em entrevista ao jornal *Zero Hora*, foi afrontoso ao afirmar que considerava o PT um inimigo dos *trabalhistas*.¹⁰⁹ Há de se ressaltar, aqui, o fato de a relação entre Collares com o PT ser marcada sempre por um clima de rivalidade e de disputa pelo eleitorado e hegemonia da esquerda no campo político. Collares se posicionou na maioria das vezes como contrário a alianças do PDT com o PT.

Apesar de Olívio Dutra vencer na capital com quase 65% dos votos, Britto manteve a hegemonia no interior, tendo 52% dos sufrágios contra 47%.¹¹⁰ Intensifica-se ali a polarização política, pois o PT passou a ser o principal partido de oposição aos projetos do governo Britto, com Olívio Dutra derrotado em 1994, mas ele acabou diminuindo a diferença de votos para o candidato do PMDB no segundo turno. Isto é, o projeto *petista* com a visão de mundo social que o sustentava havia sido derrotado, mas estava em ascensão. Entre os pontos que fomentaram a luta simbólica durante o governo encontram-se, principalmente, o projeto de privatização de estatais gaúchas, da elaboração do chamado Plano de Demissão Voluntária (PDV) e de ingresso do Rio Grande do Sul na

¹⁰⁹ FILOMENA, op. cit., 2008.

¹¹⁰ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1994*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

Guerra Fiscal com renúncias em favor da vinda de multinacionais. O PT gaúcho se alinharia estruturalmente com o partido em nível nacional, que se postava como principal antagonista, junto ao PDT de Brizola, a políticas de mudanças estruturais com aspiração *neoliberal*, semelhantes às implantadas por FHC.

Na verdade, já havia indícios entre a semelhança dos projetos de Britto e FHC. Vejamos o que disse Britto nove dias antes da eleição, na *Folha de São Paulo*:

É urgente que o Brasil descubra o que, com tristeza, os gaúchos hoje sofrem: envelhecimento da máquina pública estadual, sua reduzida capacidade de investimento e perda de dinamismo de várias economias regionais gerando bolsões de pobreza e de miséria presentes em boa parte do Estado. [...] Ou promovemos imediatas atualizações e reformas da estrutura pública, de modo a gerar mais investimentos e melhores serviços ou, de forma crescente, apenas sobreviverão no Estado empreendimentos e regiões absolutamente independentes do que seja público, da telefonia à energia, da educação às estradas. [...] Sinto, com alegria, que é grande a determinação de olhar para a frente, participar com firmeza do processo de desenvolvimento que se abre ao Brasil.¹¹¹

Estruturalmente, o projeto de Britto estava concatenado com a Reforma Gerencial do Estado, integrante do programa de estabilização do Plano Real por FHC. Este plano convergia com o de Antônio Britto, na medida em que previa mudanças constitucionais, privatização de estatais e concentração do Estado no que este não poderia delegar, como justiça, policiamento e arrecadação. O ato simbólico da Reforma Gerencial do Estado viria em 1995, quando o Plano de Concessões foi definido por Fernando Henrique como o fim da Era Vargas, “para que o Estado possa atender aos anseios do mundo contemporâneo”. Conforme Forgiarini, ela visava redefinir o papel do Estado com a sociedade, adotando um modelo gerencial em substituição ao burocrático. Esta reforma tinha como pretexto conceder mais liberdade de ação à Administração Pública; priorizar a economia, agilidade e eficiência no setor público e articular atores no desenvolvimento social, inspirando-se em movimentos semelhantes na Europa e Estados Unidos.¹¹²

¹¹¹ Jornal *Folha de São Paulo*. 06 de novembro de 1994. Arquivo *Folha de São Paulo*.

¹¹² FORGIARINI, Giorgio. *Continuidade e/ou ruptura: a Reforma Gerencial da Administração Pública brasileira na ‘era Lula’*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Santa Maria, 2013; Jornal *Folha de São Paulo*. 14 de fevereiro de 1995. Arquivo *Folha de São Paulo*; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Brasília: Enap, 1998. Sobre a Reforma Gerencial, indicamos a leitura da obra citada de Bresser-Pereira, escrita por um de seus mentores. Acerca de um estudo acadêmico sobre a Reforma Gerencial do Estado além do citado no texto, v. LIMA, Maria Jacqueline N. *Reforma do Estado no Brasil (1995-1998): processo decisório em contexto de múltiplos veto players*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

A lógica de aspiração ‘*neoliberal*’ ganhava adeptos no mundo social e mobilizava cada vez mais agentes defensores da reforma do estado como modelo para o desenvolvimento econômico, social e político. No Brasil, Collor e FHC eram, em parte, reflexos da capitalização dessa ideia-força, que mobilizava grupos, agentes, militantes, imprensa, setores dominantes do campo econômico e político que acreditavam e faziam acreditar que a redução do tamanho e papel do Estado era a única forma de conduzi-lo. Essa ideia-força foi motor, no Brasil, para a política econômica dos anos 1990. Em escala regional, a mesma influência mobilizou agentes do campo político, que souberam aproveitar-se para converter essa ideia-força em capital político, com a defesa da redução do papel e extensão dos estados da federação.

E isso era abertamente admitido. César Busatto e João Carlos Torres citavam a inspiração do projeto encabeçado por Luiz Mendonça de Barros, presidente do BNDES entre 1995 e 1998 e que foi responsável pelo processo de privatização de estatais do mesmo período.¹¹³ O perfil semelhante seria confirmado durante os mandatos simultâneos. Em 1998, Sérgio da Costa Franco chegou a dizer que “Lula está para Olívio como FH está para Britto”. Olívio, em tom crítico na TV Bandeirantes, chegou a chamar o governo do PMDB de “xerox no Rio Grande do Sul” ao governo federal e “subordinado” ao FHC.¹¹⁴

2.5.1 O governo Antônio Britto e a relação com o Legislativo: construindo maioria absoluta para o projeto de ‘modernização’

César Filomena definiu as linhas gerais do governo Britto:

a agenda de políticas públicas seguiu as diretrizes apresentadas por Britto para o governo [...] A primeira, por políticas ligadas à reforma administrativa e, por consequência, à redução do comprometimento dos recursos do Estado, cujos programas representativos concentraram-se no de Incentivo ao Afastamento Voluntário do Serviço Público e à Reconversão Funcional de Servidores Públicos Estaduais (PDV), no de Reforma do Estado (PRE) – que incluiu a privatização de empresas estatais, no de Concessões Rodoviárias (PECR) e na própria renegociação da dívida mobiliária com a União. A segunda, dependente para sua consecução da primeira, através de programas de fomento à indústria:

¹¹³ FILOMENA, César Luciano Augusto. *Agente político, articulação e políticas públicas: o antagonismo posicional na política do Rio Grande do Sul (1995-2002)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 2015.

¹¹⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. “Polarização atípica e resistência à mudança”. *Jornal Já*. Porto Alegre. 1º a 15 de novembro de 1998. Edição histórica. Arquivo Pessoal do autor; DEBATE TV Bandeirantes. Eleições 1998 (segundo turno – governador do Rio Grande do Sul). Disponível em: <https://goo.gl/7ZH2s4>. Acesso em 26.10.2017.

o Fundo Operação-Empresa (FUNDOPEM-RS), o Fundo de Fomento Automotivo (FOMENTAR-RS) e o Fundo de Desenvolvimento para Complexos Industriais (FDI-RS).¹¹⁵

Segundo Filomena, a oposição às vendas de estatais, concessão de rodovias por pedágios e a renegociação da dívida estadual com a União provocaram uma articulação dos agentes oposicionistas no estado para além do parlamento. Críticas em jornais, com a formação de “frentes amplas” pela manutenção das empresas públicas e mobilizações foram algumas das armas simbólicas da resistência da oposição de esquerda. O ponto alto dessa desmoralização pela oposição foi a publicação de um cheque para a montadora GM. Koutzii denunciou a transferência de recursos públicos antecipados à montadora, atitude que levou o governo ao descrédito no plano simbólico. Conforme Koutzii, com essa atitude “não afundei o navio, mas mandei uns torpedos no seu casco”¹¹⁶, ilustrando a repercussão que a divulgação da transferência de recursos públicos antecipados pelo estado a ela trouxe e o dano causado no capital simbólico do governo e de seu programa de atração de investimentos.

O governo Antônio Britto, para efetuar as reformas que prometia, lançou mão de uma postura diferente da vista por Alceu Collares. Para isso, dividiu o controle de políticas públicas entre partidos do campo político para construir uma coalizão majoritária na Assembleia Legislativa. Ao fim da eleição, Britto possuía 26 cadeiras, contando com os partidos que o apoiaram no segundo turno, somados com 10 do PTB que vieram a integrar o governo depois. Os 18 demais ficaram na oposição, representando os partidos que apoiaram Olívio Dutra. Essa busca por maioria, por sinal, já era admitida por Britto ainda durante o período eleitoral. Assim, Luís Grohmann afirmou que ele teve o primeiro governo com maioria parlamentar por meio de coalizão de governo desde 1982, compondo com integrantes de diversos partidos.¹¹⁷ Por essa forma que Britto procurou

¹¹⁵ FILOMENA, op. cit., 2015.

¹¹⁶ FILOMENA, op. cit., 2015; ENTREVISTA de Flávio Koutzii para César Filomena, op cit.; Jornal JÁ, 01 a 15 de novembro de 1998. Arquivo Pessoal do autor.

¹¹⁷ PASSOS, Manoel Araújo. *Estabilidade e rotatividade do secretariado do Rio Grande do Sul: 1991-2002 – governos de minoria e governos de maioria*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 2013; PEREIRA, op. cit.; Jornal Zero Hora, 23 de Outubro de 1994. Arquivo MUSECOM; GROHMANN, Luís Gustavo. A polarização política no RS e a relação executivo-legislativo (1995-2001). *Revista Estudos Legislativos*. Ano 2, n. 2, 2006. Um trabalho que procurou traçar as origens sociais dos deputados estaduais eleitos em 1994 é o de CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Sobre a formação da coalizão de Britto, ver: CARMONA, Maurício Espíndola. *Articulação política e formação de um governo de coalizão: estudo tópico-teórico da gestão do governo Antônio Britto*. *Estudos legislativos*, 2009, n. 3.

ampliar os recursos disponíveis na Assembleia Legislativa, elevando apoio no campo e no parlamento para fazer as reformas que defendia.

Nessa estratégia, teve espaço até para tentar uma aproximação com o PT. Segundo Marcos Rolim, deputado estadual do PT naquela legislatura:

Sim, tentou. Tentou [uma aproximação com o PT]. Eu me lembro do começo do governo o Britto foi pessoalmente até a Assembleia e propôs reunião com todas as bancadas, inclusive com a do PT. Nós aceitamos fazer a reunião com ele, havia certa resistência da bancada, mas se avaliou que ficaria muito ruim o governador pedir uma reunião com a bancada e a bancada se recusar a participar. A bancada foi para a reunião, mas foi para ouvir. Ouviu respeitosamente e saiu. A decisão de fazer oposição estava tomada.¹¹⁸

As dificuldades encontradas por Collares para a aprovação de projetos não foram vistas durante o governo Antônio Britto, que cedeu recursos do Estado em troca de apoio Legislativo.¹¹⁹ A formação da coalizão foi bem sucedida para o governo do PMDB, pois viabilizou a Britto colocar seu projeto de Reforma do Estado em prática. Lançou mão, assim, da mesma manobra utilizada por Fernando Henrique Cardoso ao ampliar sua base de apoio no Congresso para colocar em prática essa ‘reestruturação’.

Por outro lado, a coalizão motivou os agentes antagônicos no campo político ao projeto *peemedebista* a usar de diversos meios para denunciar o que se chamava de desmonte do estado gaúcho. Isto é, se as ideias-força de redução do papel estatal haviam sido capitalizadas por Antônio Britto, usando-se do apoio simbólico de parcelas significativas de dominantes e dominados, o grupo contrário a essa agenda soube também capitalizar a rejeição dessas reformas e lançar mão de estratégias que organizaram grupos antagônicos a essas medidas. Estes viriam a ser mobilizados e organizados durante o mandato de Antônio Britto. Aproveitando-se do capital político que o PT acumulava governando a capital do estado e como bloco articulado na oposição durante os anos 1980 e 1990, a legenda usou seus recursos em movimentos sociais, prefeituras, agentes investidos de mandatos parlamentares e militantes benévolos e profissionais para denunciar as ações de Britto como desestruturantes e pouco efetivas.

A partir do governo Britto, ficam nítidas as duas ideias-força mobilizadoras de grupos dominantes que articulavam e mobilizavam seguidores: uma tratava da ideia de modernização, flexibilização, geração de emprego, combate ao corporativismo etc.,

¹¹⁸ ENTREVISTA de Marcos Rolim para César Filomena. DVD-ROM-6. Disponível em: <https://goo.gl/BEYniM>, acesso em 25.10.2017 (autor possui cópia).

¹¹⁹ PEREIRA, op. cit.; PASSOS, op. cit.

termos concatenados com a estrutura nacional e internacional. Por outro lado, a oposição articulava recursos sociais para contrapor a ideia de “consenso” que a lógica ‘*neoliberal*’, reformista do estado, procurava traçar como saída inevitável. As ideias-força contrárias à ela mostrariam relevante poder de contraponto. Ao lado de setores com importante poder de mobilização, partidos de esquerda e seus agentes conseguiram converter essa oposição em capital político.

A forma com que a oposição *petista* buscou construir-se desconstruindo Britto é bem ilustrada pelo ex-secretário César Busatto, homem de confiança do governo:

Nós fomos caracterizados de tudo que se possa imaginar, de traidores, de vendilhões, de corruptos, de ladrões, e, daí, para pior. [...] Eu respondi mais de vinte ações populares, para ter uma ideia. Quer dizer, não foi só o PT, mas um conjunto de movimentos sociais que se articularam em torno do projeto do PT, que naquele momento era um projeto reluzente, com toda uma pureza política, de quem recém estava iniciando sua trajetória de poder, que não teve espaço para conversação. [...] Diariamente o governo Britto era taxado de um governo que vendeu o Rio Grande, que vendeu o patrimônio público.¹²⁰

Há de se ressaltar que, a respeito das oposições, o PT era visto como o mais fechado no parlamento estadual, procurando se construir simbolicamente como diferente das demais legendas. Britto, no debate eleitoral de 1998, chamou a atuação *petista* de “sectária e radical na Assembleia Legislativa”, comparando com a postura dos demais partidos de oposição que, por vezes, votaram com o governo. Busatto, citado acima, disse não conseguir “ver outra força política relevante naquela época que fazia oposição fora o PT, porque o PT ele tinha uma posição hegemônica naquele momento de oposição. E tinha quadros muito preparados, o Koutzii, o Raul Pont, eram os mais destacados”.¹²¹

Na fala de ambos, há o destaque para a forma como o PT construiu simbolicamente seu capital político por meio de uma atuação oposicionista. Também reconhecem que o PT gaúcho soube utilizar as medidas tomadas pelo governo *peemedebista* como recurso para mobilizar um conjunto de grupos e agentes sociais em torno da rejeição ao projeto de Britto, caracterizado especialmente por movimentos sociais e seus *porta-vozes*. Assim, construiu um movimento político relevante que defendia a ideia de que era possível um projeto diferente daquele que era proposto por Antônio Britto. E o PT era visto e reconhecido como quem poderia levá-lo adiante. Ou seja, era a sigla que concentrava o

¹²⁰ ENTREVISTA de César Busatto para César Filomena. DVD-ROM-2. Disponível em: <https://goo.gl/JJaNBe>, acesso em 25.10.2017 (autor possui cópia).

¹²¹ ENTREVISTA de César Busatto, op. cit.; DEBATE TV Bandeirantes. Eleições 1998 (segundo turno – governador do Rio Grande do Sul). Disponível em: <https://goo.gl/7ZH2s4>. Acesso em 26.10.2017.

capital simbólico institucionalizado desta ideia. Construiu esse movimento ao longo do mandato do PMDB, continuando a trajetória ascendente no campo político que o PT iniciou no final dos anos 1980.

À oposição do PT ao PMDB, em 1996 os *petistas* passaram a governar mais cidades no Rio Grande do Sul: de sete, o partido passou a comandar 25 cidades no interior, além de eleger 19 vice-prefeitos em coligação.¹²² Ou seja, controlava mais postos de políticas públicas e tinha maior número de militantes e porta-vozes profissionais atrelados à estrutura do estado e distribuídos geograficamente para mais regiões. Esse fator também atesta que o projeto *petista* adquiria maior prestígio e capital político no Rio Grande do Sul, criando meios mais viáveis para 1998. Porque aumentava o número de porta-vozes autorizados do partido e consagrados por meio de mandato pelo Estado para falar e agir em nome da sigla.

Esse crescimento é ilustrado por Ricardo de Azevedo em uma revista editada pelo PT. No texto, destacam-se os resultados eleitorais ascendentes. Segundo Azevedo, “o PT gaúcho é hoje, sem sombra de dúvida, o mais forte do país” e, naquele momento, estava avançando sobre parcelas expressivas do eleitorado *pedetista* que, ao contrário do Partido dos Trabalhadores, demonstrava diminuição de votos.¹²³ É possível aferir a relevância que o PT gaúcho ganhava dentro do partido como um todo, e a expectativa que se criava pelos resultados que poderia obter no Rio Grande do Sul, em especial na eleição de 1998.

É necessário ressaltar que, apesar dessa articulação, a ascensão do projeto liderado por Antônio Britto esteve rodeado de muita expectativa e euforia por elites dominantes dos campos político e econômico no Rio Grande do Sul. Nisso esteve o objetivo de colocar o Rio Grande do Sul como um dos estados vistos e reconhecidos como mais desenvolvidos da federação para alçar Antônio Britto com capital político incorporado para ser um presidenciável em 2002. É possível depreender isso por César Busatto:

Estávamos com o sonho de fazer o Britto o candidato a Presidente da República. Nós tínhamos a ideia de reelegê-lo. E se nós reelegêssemos o Britto, nós achávamos que estávamos em condições [...] com razão da GM, da Ford, da Siemens, da General Electric, a Pirelli, a Goodyear, nós estávamos trazendo um bloco industrial pesado que nos permitia a nós nos colocar com força no patamar da disputa dos grandes rumos do país. E o Britto era o nosso ícone a esse projeto.¹²⁴

¹²² SINGER, op. cit.

¹²³ AZEVEDO, Ricardo de. A estrela dos pampas. *Teoria e Debate*. Edição 34. Março de 1997. Arquivo virtual *Teoria e Debate*.

¹²⁴ ENTREVISTA de César Busatto para César Filomena, op. cit.

É cercado por essa estrutura pautada na resistência *petista* ao projeto liderado pelo PMDB com críticas direcionadas pelo PT ao governo do estado, junto com o processo que visava alçar o governador do Rio Grande do Sul no contexto político nacional e cujo objetivo passava inevitavelmente pela reeleição de Antônio Britto, que ocorreu a eleição de 1998. Deter-nos-emos nela com maior atenção do que nos demais, pela importância de sua compreensão para entender o contexto político que permeou os quatro anos de mandato de Olívio Dutra. Dessa forma, procuraremos viabilizar um melhor entendimento a respeito dos discursos parlamentares durante o governo *petista* no Rio Grande do Sul.

2.5.2 A disputa simbólica em torno de projetos para o estado: o período eleitoral e a eleição de Olívio Dutra

A atuação do PT e o perfil do governo Antônio Britto, atreladas à apertada vitória do candidato do PMDB em 1994, indicavam o agravamento do conflito entre os agentes para manter ou subverter suas posições no campo político. Soma-se a isso o novo embate entre FHC, apoiado por Britto, e Lula, candidato do PT, que protagonizariam novamente o conflito da eleição anterior. O cenário político parecia uma repetição de 1994, com a diferença de que os vencedores daquele ano enfrentariam os vencidos defendendo a continuidade de seus respectivos governos.

Se o desenho de 1998 acabou sendo um “espelho” de 1994, isso não era tão óbvio. Especialmente pelo PT, que transformou a escolha de seu candidato em um episódio à parte com os conflitos entre agentes internos do microcosmos que defendiam a hipótese de Tarso Genro ser candidato. Esse conflito entre agentes militantes ganhou espaço no campo jornalístico. A disputa entre os dois ficou vista como uma batalha entre o “radical” Olívio Dutra contra o “moderado” Tarso Genro, sobretudo pelas tendências internas que os apoiaram. Alguns agentes, como a *Zero Hora* e seu articulista político José Barrionuevo, procuravam vincular Olívio Dutra a um perfil “stalinista” e refém das tendências radicais, em contraponto a Tarso Genro. Era uma tentativa de influenciar nas instâncias do PT para os agentes deste microcosmos optarem pela candidatura moderada. E, na visão difundida por Barrionuevo, mais preparado para ganhar a disputa eleitoral e governar.¹²⁵

¹²⁵ SCHUSTER, Marco Antônio Franzmann. *Página 10 e PT: jornalismo e política na sociedade de comunicação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Porto Alegre, UFRGS, 2002;

Outro ponto que se estendeu foi sobre o apoio do PDT como forma de aumentar os recursos disponíveis para enfrentar as legendas que amparavam Britto, estando atrelado ao debate sobre a candidatura Anthony Garotinho no Rio de Janeiro e à composição da chapa Lula-Brizola para a Presidência da República. No Rio de Janeiro, parte do PT se negava também a compor a chapa Garotinho. No Rio Grande do Sul, uma ala do PDT, liderada por Alceu Collares, resistiu coligar com o PT. E um grupo *puritano* mobilizado no PT gaúcho, conduzido por Luciana Genro, resistia publicamente a uma aproximação com os *trabalhistas*.

Se a formação da chapa do PT passou por uma “engenharia”, a do bloco de Antônio Britto foi menos turbulenta. O governador conseguiu levar, em coligação já no primeiro turno, todo o escalão que deu base de sustentação à sua gestão. O bloco governista viria coeso. Já as legendas de esquerda, no primeiro turno, se fragmentaram, com o lançamento da senadora Emília Fernandes ao governo do estado pelo PDT. É provável que a ideia de “fechar o cerco” pelo PMDB objetivava derrotar Olívio Dutra já no primeiro turno.

O período eleitoral foi de intensa rivalidade, marcando ações judiciais, acusações aos veículos de comunicação por interferirem no campo político, ataques em horários de televisão e por meio de “a pedidos” em jornais. Olívio diversas vezes acusou Britto de ser apoiado pela RBS, enquanto o governador processou o *Correio do Povo* por estar ausente das matérias por “boicote”. Os conflitos jurídicos forçaram o TRE a criar uma força-tarefa para julgar as mais de 800 ações expedidas de parte a parte e originaram multas a partidos e candidatos.¹²⁶

MENEZES, Daiane Boelhouwer. *A construção de Olívio Dutra e Tarso Genro pelo Jornal Zero Hora antes da prévia que definiu o candidato do PT ao governo do estado do Rio Grande do Sul em 2002*. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. A pesquisa de Schuster é ilustrativa sobre a interferência da coluna de Barrionuevo nas disputas do microcosmo *petista*, influenciando a luta interna entre agentes que disputavam entre si, com capitais desiguais, o comando do partido. Não só muitas disputas entre estes agentes ocorriam também pela coluna, com envio de cartas, posicionamentos e críticas entre as tendências de forma pública, como o próprio jornalista citava mais o PT em sua coluna do que qualquer outra legenda. Schuster contabilizou 675 menções ao PT no segundo semestre de 1998, sendo o PMDB citado 233 vezes. Em 1997, antes do processo eleitoral, a legenda *petista* foi citada 449 vezes contra 229. A coluna tentava e conseguia influenciar nas disputas políticas interna e externa com a colaboração voluntária dos próprios agentes do PT. O próprio presidente do PT na época admitia que algumas tendências brigavam com Barrionuevo, mas passavam a ele informações e enviavam a adversários internos notas a serem publicadas naquele espaço. Ficava evidente como o conflito era, inclusive, estimulado e retroalimentado pelos dois agentes: PT e Zero Hora.

¹²⁶ Jornal *Correio do Povo*, 21 de Junho e 14 de agosto de 1998. *Arquivo CP*; OBSERVATÓRIO da imprensa. *Antônio Britto processa Correio do Povo por boicote*. Disponível em <https://goo.gl/UN47Bn>, acesso em 09.10.2017; *Jornal JÁ*, 01 a 15 de novembro de 1998. Arquivo Pessoal do autor. A crítica ao posicionamento da RBS não era novidade. Na avaliação da campanha de 1994, dizia ser “necessário pensar com mais profundidade o enfrentamento ao poderio dos meios de comunicação de massa, especialmente ao monopólio do grupo RBS. [...] Ainda que no geral tenhamos acertado em termos de linha política, o partido

Um ponto forte de crítica aos meios de comunicação se deu em razão do uso das sondagens de intenção de voto. Isso fez com que a RBS contratasse dois institutos de pesquisa, cuja legitimidade era defendida pela empresa: “as pesquisas eleitorais divulgadas pelos veículos da RBS são feitas por dois institutos de reconhecida credibilidade e independência”- Ibope e Datafolha -, contrapondo-se ao fato de o *Correio do Povo* manter um órgão próprio de sondagens. Ponto alto dos ataques do PT foi quando *Zero Hora* divulgou que Britto estaria na frente de Olívio na capital do estado, com o partido criticando a RBS por meio de matérias pagas publicadas no próprio jornal do conglomerado. Em uma, acusava o grupo de ter obtido vantagens com o governo Britto, como ser “dona da CRT, a maior empresa pública gaúcha construída com recurso público de gerações”. O posicionamento da RBS foi visto como favorável à eleição de Antônio Britto ainda no primeiro turno. Não só pela divulgação das pesquisas, mas pelas manchetes e editoriais que, segundo Maria Lussani, eram simpáticas a Britto.¹²⁷

Apesar da expectativa gerada em diversos momentos de uma vitória de Britto ainda no primeiro turno, o candidato do PMDB venceu com menos de 50%.¹²⁸ Com isso, os dois foram ao segundo turno. O resultado da eleição indicou uma vitória apertada de Britto, por meio por cento em relação ao candidato do PT. Prosseguindo, Emília Fernandes fez 6,19%. Nesse sentido, essa “terceira força” sinalizava apoio ao candidato do PT¹²⁹, seguindo a lógica nacional arrolada com a dupla Brizola-Lula. Por sinal, a vitória de FHC em primeiro turno faria com que os partidos direcionassem suas atenções para as eleições em nível regional onde houve segundo turno. Um destes casos seria o Rio Grande do Sul, não somente pela pequena diferença entre os candidatos, mas também por Lula-Brizola terem derrotado FHC no estado.

Em matéria do *Correio do Povo*, fica claro o prestígio de Lula no Rio Grande do Sul, mais votado do que o candidato do partido ao governo do estado. A preocupação da

não demonstrou a firmeza que o assunto exige”. Cf. Arquivo PT. *Acervo Sindbancários*. Doc nº c4.5_0063_0018.

¹²⁷ Jornal *Zero Hora*, 04, 06 e 09 de setembro de 1998. Arquivo MUSECOM; LUSSANI, Maria. *O CR-P nas eleições de 1998 para o governo gaúcho: a vitória da contra-hegemonia*. Dissertação (Mestrado em comunicação social), Porto Alegre, PUCRS, 2003.

¹²⁸ Em setembro, mês que precedeu a votação que ocorreu em 03 de outubro, o jornal *Zero Hora* divulgou em capa por três edições a vitória de Antônio Britto ainda no primeiro turno de acordo com pesquisas de opinião. Cf. Jornal *Zero Hora*, 06, 07 e 27 de setembro de 1998. Arquivo MUSECOM. Já o *Correio do Povo* indicou, dois dias antes da eleição, que haveria segundo turno, conforme pesquisa realizada pelo seu próprio instituto de pesquisa. Cf. Jornal *Correio do Povo*, 03 de outubro de 1998. Arquivo CP.

¹²⁹ Jornal *Correio do Povo*, 5 e 7 de outubro de 1998. Arquivo CP. Além destes, havia sido eleito Pedro Simon para o senado com ampla margem, que manteve do início ao fim da campanha, conforme as pesquisas de opinião indicaram.

cúpula *petista* era transferir capital político incorporado de Lula a Olívio para assegurar a vitória ao governo gaúcho. A vinda de Lula visava “convencer os 165.034 eleitores que votaram nele, e não em Olívio Dutra, a transferirem o voto ao candidato da Frente Popular ao governo”.¹³⁰

Com o apoio do PDT a Olívio, a estratégia lançada por Britto para conseguir ampliar os recursos políticos disponíveis foi de sondar e buscar adesões de prefeitos *trabalhistas* individualmente, pois não teve alianças para costurar no segundo turno, mantendo o mesmo grupo que deu sustentação à campanha no primeiro. Ao todo, 18 prefeitos do PDT apoiaram Britto, sendo expulsos pelo partido, mostrando que não havia consenso nas disputas entre os agentes do microcosmo *trabalhista* em relação ao apoio à Frente Popular. Outra estratégia adotada pelo candidato do PMDB foi delegar deputados eleitos em regiões onde sua votação foi considerada aquém das expectativas, procurando transferir o capital local de prestígio destes agentes para Britto. Contudo, sondagens diferentes indicaram que a intenção dos eleitores de Emília Fernandes para votar em Olívio Dutra no segundo turno variou entre 66% a 75%.¹³¹ O eleitorado *pedetista* possivelmente migrou em massa para Olívio Dutra.

Apesar de forte acirramento que envolveu agentes do campo político e econômico, as pesquisas do segundo turno indicavam a virada: vitória de Olívio Dutra, sempre por volta de 5% de vantagem em relação a Britto, conforme as seis pesquisas publicadas no *Correio do Povo* por três institutos de pesquisa diferentes indicavam.¹³² Apesar disso, a vitória da candidatura *petista* foi apertada. A diferença de votos em favor de Olívio Dutra foi de 1,5%. Vencia o PT para governar o estado do Rio Grande do Sul, consolidando a força *petista* no extremo sul do Brasil. Vitória que foi encarada como a mais importante, até então, na história do PT, que teria também o controle da capital do estado. Entretanto, vencer o pleito no Rio Grande do Sul trouxe desafios para o partido que havia formado seu *habitus* político na oposição a Collares e Antônio Britto.

2.6 A VITÓRIA *PETISTA*: COMPONDO GOVERNO EM SITUAÇÃO DE MINORIA

A vitória de Olívio significou o ápice de uma ascendente eleitoral do PT, que registrou nas cinco eleições que disputou sempre resultados melhores, ocupando a posição

¹³⁰ Jornal Correio do Povo, 14 de outubro de 1998. *Arquivo CP*.

¹³¹ Jornal Correio do Povo, 07 e 14 de outubro de 1998. *Arquivo CP*.

¹³² Jornal Correio do Povo, 16, 18, 21, 24 e 25 de outubro de 1998. *Arquivo CP*.

ascendente no campo político. Além disso, sinaliza o espraiamento do voto no PT para fora da capital. E isso era um desafio para o partido não só no Rio Grande do Sul, mas em escala nacional, já que o PT assentou-se eleitoralmente em grandes centros urbanos, tendo dificuldade em penetrar no interior. A vitória do PT, em círculos onde o eleitorado costumava sufragar candidaturas conservadoras, mostrava o avanço geográfico-eleitoral do poder de mobilização e adesão da sigla.

O PT enfrentaria, agora, novas dicotomias e tensões sobre o capital político e a *fides* adquirida de aliados como partido oposicionista. Sua gestão, “iniciada em 1999, gerou enormes expectativas” em razão “do forte enfrentamento ocorrido no período anterior, marcado pela disputa social de dois projetos divergentes em relação ao conteúdo político-administrativo e às propostas de desenvolvimento para o estado”.¹³³ Para isso, encarava a dificuldade de governar com minoria no parlamento, ideologicamente *puritano* e coerente com a lógica de não fazer composições com adversários do polo oposto no campo político em troca de governabilidade como finalidade. Quando o primeiro turno finalizou, 20 deputados eram aliados de Olívio Dutra.¹³⁴ E 35 deputados pertenciam a siglas ligadas à campanha de Antônio Britto. Oito siglas possuíam deputados, refletindo a mudança estrutural no campo político brasileiro de fragmentação de partidos ocupantes de postos institucionais.

O desenho partidário das bancadas não se alterou nos primeiros meses de governo. E a posição do PT foi intransigente: não faria “concessões” ou buscaria a ampliação da bancada em torno da “governabilidade”. André Pereira destaca que a divisão do PT gaúcho em várias tendências também dificultava a unidade do próprio partido.¹³⁵ Sobre a relação ‘externa’, ficam claros dois pontos: a inexistência de consenso entre os que preparavam a transição de governo, havendo uma disputa entre agentes *puritanos* contra os dispostos a participar da política competitiva inseridos no microcosmo *petista*. E, nisso, pautava-se a possibilidade de ceder acesso a políticas públicas para membros de adversários do campo político em troca de apoio legislativo. Nessa disputa no microcosmo, pautava-se a manutenção da crença no PT. Se o partido, no governo, viesse

¹³³ CAMINI, Lucia. *O processo de construção da política educacional no Rio Grande do Sul de 1999 a 2002: relações, limites, contradições e avanços*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 100.

¹³⁴ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1998*. Arquivo digitalizado do TRE-RS. Ver os deputados que assumiram nesta legislatura no Anexo I. É possível nela ver as mudanças ocorridas no parlamento ao longo da legislatura, como troca de partidos e substituições de deputados. PT, PPB, PTB, PMDB, PDT, PFL, PSDB e PSB tinham, respectivamente, 12, 11, 10, 10, 7, 2, 2 e um deputado.

¹³⁵ PEREIRA, op. cit.

a abandonar totalmente as bandeiras e posturas políticas que defendeu e utilizou para construir seu capital político, colocaria em crise a *fides* de setores dominantes e dominados na legenda. E estes, de todo modo, creditavam ao PT sua confiança pautando-se em uma forma “diferente” de fazer política em relação às demais siglas do campo, como gestor de políticas públicas e formador de meios diferentes para viabilizá-las.

A fala de Rolim expõe a pressão que o governo sofreria na nova posição que ocupava.

Nós não apostamos na ampliação do governo. O PTB, havia certo momento onde poderia se puxar o PTB, senão todo, uma parte dele viria. Até, talvez, pelo fisiologismo, mas poderiam vir. Isso teria constituído uma condição política na Assembleia razoável para o governo Olívio. Teria condições de transitar, de apoiar projeto. O PT desprezou isso, desprezou, de novo a ideologia. O tema das alianças. Aquela era uma época que a DS defendia aliança com o Partido Operário. Raul Pont: ‘aliança com partido burguês não’. Essas cabeças de osso para fazer sopa. Quer dizer, uma postura muito dogmática, muito apolítica. Eu acho que o Olívio Dutra é um pouco vítima disso, de um purismo ideológico.¹³⁶

A esse contexto de inflexibilidade da base governista, complementa-se a articulação dos deputados oposicionistas. Giovani Feltes, deputado estadual do PMDB e líder da bancada, disse que o “partido não está disposto a dar trégua alguma ao novo governo”. Vilson Covatti, por sua vez, dissera que o PPB tinha que assumir a posição de principal partido de oposição, sendo “o inimigo número um do PT”.¹³⁷ Uma conjuntura que apontava para a continuidade e acirramento dos conflitos, e não por composições. Os dois núcleos, em poderes diferentes, travavam uma luta simbólica de di-visão do mundo social para conservar a legitimidade de seus respectivos mandatos.

O próprio bloco vencedor tinha dificuldades em acertar a composição. Primeiro, pela animosidade gerada em setores mais “radicais” do PT com o ingresso do PDT no secretariado. Junto a isso, o processo de composição do governo foi dificultado pelos *trabalhistas* exigirem secretarias de maior peso político do que as oferecidas e pela atitude do PT em se retirar, em dezembro 1998, da votação que envolvia a aprovação das contas do governo Collares, gerando protestos do ex-governador e de Leonel Brizola: o primeiro articulava a saída do PDT do governo *petista* e o segundo ameaçou o presidente do PT de afastar o partido da administração. No PT, as tendências “moderadas” protestaram contra

¹³⁶ ENTREVISTA de Marcos Rolim para César Filomena, op. cit. A DS, mencionada por Rolim, é a Democracia Socialista, tendência interna do PT com muita expressão no PT-RS, embora não produza, dentro do partido em nível nacional, a mesma força. Sobre a DS, v.: ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: EdUfscar, 2008.

¹³⁷ *Jornal Correio do Povo*, 1º de Dezembro de 1998. *Arquivo CP*.

a distribuição na divisão de cargos políticos. Esther Grossi, do PT Ampla, alegou que sua tendência representava 32% do diretório regional e criticava a “reduzida participação no futuro governo estadual”.¹³⁸ Havia claramente uma luta entre os agentes aliados ao governo e dentro do microcosmo do PT em torno de postos de acesso a políticas públicas e posições de primeiro escalão, recursos importantes que poderiam ser convertidos em capital político.

As dificuldades com a base aliada não eram o único problema do governo recém-eleito. Os partidos de oposição anunciaram, em novembro, que excluiriam a Frente Popular da presidência da ALERGS. Legitimando a decisão, diziam “ter o aval dos eleitores para fazer oposição a Olívio. E, como maioria, podem também eleger os presidentes”. Beto Albuquerque definiu como “violência à democracia” a medida, e Flávio Koutzii ameaçou com o boicote do PT à Mesa Diretora¹³⁹, iniciando as primeiras tensões entre governo e parlamento antes mesmo da posse. A oposição fez sua maioria numérica no parlamento prevalecer.

Remeteu-se ao mesmo contexto a crise entre as equipes de transição de governo. O bloco que assumiria em janeiro de 1999 solicitou a suspensão de projetos com cunho de incentivo fiscal a Britto, que se negou a fazê-lo. A Frente Popular acusava o governo de “sonegar dados”, e a gestão Britto dizia que o PT estava *interferindo* na administração que ainda não havia findado. Como resumiu *Zero Hora*, “o PT usa o argumento de que o projeto de Britto foi derrotado nas urnas para pedir a suspensão de atos que contrariem sua filosofia. Britto reage lembrando que foi eleito para governar até 31 de dezembro e diz que não abdicará do poder antes”, sendo a transição mais turbulenta do período democrático. O ápice dessas divergências foi a ausência de Britto na troca de governo pela primeira vez na história.¹⁴⁰

Nesse sentido, havia claramente a inviabilização do que Fernando Abrúcio chamou de ‘pacto homologatório’: isto é, uma relação de troca entre Executivo e Legislativo, com este dando apoio incondicional às medidas daquele e recebendo acesso à burocracia pública para atender as demandas de seu eleitorado. Quando ocorre o pacto homologatório, a margem para fazer oposição é ínfima, sendo este constituído em uma

¹³⁸ Jornal Correio do Povo, 29 de outubro, 10 e 14 de dezembro de 1998. *Arquivo CP*; Jornal Zero Hora, 30 de novembro de 1998. *Arquivo MUSECOM*.

¹³⁹ Jornal Zero Hora, 06 e 26 de novembro de 1998. *Arquivo MUSECOM*.

¹⁴⁰ Jornal Zero Hora, 12, 13, 23, 24 e 25 de dezembro de 1998. *Arquivo MUSECOM*; Jornal Correio do Povo, 03 de dezembro de 1998. *Arquivo CP*. Sobre as exigências feitas pelo PT para Antônio Britto, ver: Jornal Zero Hora, 17 de novembro de 1998. *Arquivo MUSECOM*.

lógica fisiológica.¹⁴¹ Esta situação, formada, segundo o autor, sobretudo para o período 1991-1994 nos estados, não era a que se desenhava na legislatura 1999-2002. Os parlamentares e o Executivo articulavam-se para atuar politicamente por outros meios.

Em meio a esse contexto que o governo Olívio Dutra manteve a posição intransigente. Como veremos, durante o governo ocorreriam ainda duas dissidências: a saída do único deputado do PSB para a oposição e de toda a bancada do PDT, afastamento vinculado com as eleições municipais de 2000, deixando o governo de 20 para 12 deputados em um universo de 55 deputados. Em porcentagem, a oposição teria 76% das cadeiras, controlando com folga o Legislativo, ficando em condições mais difíceis na Assembleia Legislativa para aqueles agentes ligados ao Executivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO:

Neste capítulo foi possível analisar a formação de agentes individuais e seus agrupamentos no campo político do Rio Grande do Sul, desde a abertura até a eleição de Olívio Dutra. Analisamos como estes agentes atuaram no campo, quais suas estratégias adotadas e suas trajetórias em meio à estrutura dada. Nesse sentido, foi importante desenvolvermos a noção de *campo político aparente*: os partidos que deram sustentação à fachada democrática do regime autoritário acumularam, desde 1964, recursos e capitais para seus partidos e agentes individuais. Estes recursos vieram a ser utilizados no momento de abertura do regime e que garantiam a posição dominante destes agentes nos momentos iniciais de constituição do campo. Por isso, não era possível ignorar a manipulação prévia destes recursos passíveis de conversão em capital antes da abertura partidária.

Assim, foi possível dar conta de compreender a inserção de novos agentes naquela estrutura que se encontrava em crise. Estes manipulavam recursos diferentes e tinham pouco capital político prévio, estando na condição de agentes dominados do campo (PT, PDT, PTB e os demais que viriam a surgir). Foi possível notar a movimentação destes agentes: nos anos 1980, ocorreu a ascensão do PMDB no campo, sobretudo quando a disputa de visões no mundo social foi entre democracia contra ditadura, apoiando-se nos recursos que tinha disponíveis pela oposição à Arena no período autoritário e em função do destaque que alguns de seus agentes tiveram no processo das *Diretas Já* e da

¹⁴¹ ABRÚCIO, op. cit., 1998.

constituente, atrelados ao peso considerável do sucesso do Plano Cruzado nesse contexto. É esse prestígio que explica o fato de o PMDB não governar apenas um estado em 1986.

No Rio Grande do Sul, a notoriedade do *trabalhismo brizolista* existente no pré-1964 foi parcialmente recuperada pelo PDT. Isso deu à sigla uma potência eleitoral importante desde 1982, com o partido tendo votação de peso naquele pleito. No estado, havia três siglas que disputavam a condição de posição dominante: PDS, PMDB e PDT. A disputa entre as duas legendas que construíam seu capital de notoriedade como oposição ao regime militar permitiu ao PDS vencer a primeira eleição pela fragmentação do eleitorado nos dois partidos. Porém, a partir daí, seguindo a lógica estrutural do campo político brasileiro, nota-se um declínio do PDS. Os agentes políticos no Rio Grande do Sul, vinculados, sobretudo, ao PDT e PMDB atingiam posição dominante no campo ao conseguir controlar postos estratégicos nas disputas políticas (como a prefeitura da capital e o governo do estado), evidenciando que a defesa da democracia tinha um valor simbólico de ascensão naquela estrutura, refletindo a lógica vista nacionalmente – com a peculiaridade de o PDT ter força de mobilização no estado.

Nos anos 1990, com a consolidação da abertura e a formação de outras agremiações que concorreriam pelo monopólio de falar e agir em nome dos *profanos*, a estrutura do campo se altera. A ascensão de uma agenda que era vista e reconhecida por parcelas importantes de agentes e profanos como *neoliberalismo*, como uma ideia-força em escala internacional, reflete no campo político brasileiro. A consequência também vai ser a articulação de grupos contrários a essa ideia-força, que passariam a disputar a visão mais legítima acerca do papel do Estado em relação à sociedade, economia etc. No campo político brasileiro, isso fica claro desde 1989. No Rio Grande do Sul, a ascensão do Partido dos Trabalhadores a partir de 1988, na capital, é um reflexo disso. Contudo, em termos regionais essa disputa fica evidente a partir de 1994. Antônio Britto, do PMDB, passou a mobilizar seus agentes ancorados na visão de mundo social que apregoava a redução do papel do Estado, usando a aliança que tinha com FHC, contra Olívio Dutra. Este colocava-se no lado oposto obedecendo à disputa baseada em um princípio de di-visão do mundo social. Durante o governo Antônio Britto, a construção de uma representação que fazia ver e reconhece-lo como *neoliberal* ajuda a explicar o porquê de uma série de militantes manterem sua mobilização contra a administração do PMDB. Observamos, portanto, a ascensão do PT no campo político regional. Sua posição, nos anos 1980 e 1990, próxima do *puritanismo* na oposição, colocaria o partido em situação de contraposição com parte do discurso que a própria legenda construiu de si.

Ao assumir o governo, com a condição estrutural adversa de não ter o controle do Legislativo, e optando por manter-se *puritano* e não fazer coligações, o PT-RS teria o desafio de converter o acesso que teve ao Executivo em capital político. A oposição procuraria obstruir a posição ascendente do PT no campo político. Os dois blocos, articulados em poderes distintos, procurariam defender a legitimidade de atuar como mandatários eleitos e delegados pelos *profanos* durante a 50ª legislatura. No próximo capítulo, nosso objetivo é procurar compreender como ocorreu o processo de luta simbólica pela legitimidade de falar e agir em nome dos *profanos* por projetos de participação popular, em meio ao impasse institucional que se desenhava.

3. DISPUTAS EM TORNO DA “PARTICIPAÇÃO POPULAR”

Considerando o exposto no capítulo anterior, o debate em torno do orçamento definido por modelos de “democracia direta” indicava que seria marcado por disputas simbólicas. O governo se apegava à *crença no OP* para reverter a conjuntura minoritária no parlamento estadual. A oposição procurava abordar o tema do Orçamento Participativo até antes de ser implantado pelo Executivo gaúcho. No que concerne ao situacionismo, o governo encarava – e confessava – ter dificuldade de inserir o OP em uma escala estadual.¹⁴² Afinal, o Orçamento Participativo jamais havia sido implantado em uma região maior do que a municipal. Para se ter uma ideia dessa dimensão, segundo Benjamin Goldfrank e Aaron Schneider, o OP estadual envolvia “casi nueve veces los recursos de Porto Alegre” e teve “casi 20 veces más participantes, alcanzando casi 400 mil ciudadanos en 2001”¹⁴³, números muitos maiores do que a principal experiência *petista* havia apresentado. Além disso, a expectativa em relação ao projeto existia nacionalmente no PT. Em um livro analisando os governos estaduais do partido e editado pela própria legenda, destacava-se justamente a abertura do orçamento público no Rio Grande do Sul, sobressaindo as dificuldades do processo em escala estadual. Apesar disso, “a experiência mais bem elaborada e mais avançada foi a do Rio Grande do Sul, que conseguiu desenvolver um método de participação popular na elaboração e na execução orçamentárias que incorporou um contingente expressivo da sociedade gaúcha”.¹⁴⁴

Para o que nos interessa aqui, qual seria a estratégia dos deputados opositoristas frente à implantação do OP-RS? Em relação ao governo, como este defenderia a implantação do programa frente à resistência parlamentar ‘pré-existente’, o que não ocorreu quando o Orçamento Participativo surgiu? Também abordamos os ‘projetos alternativos’ de participação popular. Os conflitos entre eles partem da lógica de que só existiram na disputa pela legitimidade de falar e agir em nome dos *profanos* pela

¹⁴² Olívio Dutra admitia: “não poderíamos fazer a mera transposição do orçamento participativo aplicado em âmbito municipal para a esfera mais ampla e complexa do estado. Era preciso levar em consideração um leque maior de forças e estruturas políticas, como as prefeituras, os conselhos regionais de desenvolvimento, as representações políticas locais, as diferenças regionais e as relações político-institucionais com os demais poderes”. Cf. DUTRA, Olívio; BENEVIDES, Maria Victória. *Orçamento Participativo e socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 10-11. Por sua fala, nota-se que o governo do estado levou em conta a maior complexidade de implantar essa experiência em uma escala maior do que as locais, onde já havia um número considerável de projetos.

¹⁴³ GOLDFRANK; SCHNEIDER, op. cit., p. 256-257.

¹⁴⁴ BITTAR, Jorge; LASSANCE, Antonio. O modo petista de governar. In: BITTAR, Jorge (org). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

existência e execução do Orçamento Participativo, e foram usados pelas bancadas nas disputas políticas, que defendiam a legitimidade de determinado mecanismo em contraposição aos demais.

Fracionamos o capítulo em três partes: primeiro, estudaremos como este tema esteve presente no primeiro ano de governo, quando ocorreu a implantação do Orçamento Participativo e do Fórum Democrático. Justifica-se esta escolha por ter sido o mais conturbado período do mandato sobre o assunto, quando as disputas pelo projeto mais legítimo estiveram muito presentes. Foi também no primeiro ano que a questão da legalidade do Orçamento Participativo esteve em pauta, atrelada com a existência dos COREDES, da Consulta Popular e de seus respectivos papéis. Na segunda parte, analisamos como ele era retratado na votação do orçamento para o próximo ano. Optamos por recortar anualmente. Assim, foi possível comparar como os polos opostos do campo discutiram-no em contextos diferentes, quando a previsão orçamentária era votada, buscando interpretar quais estratégias estiveram presentes na legislatura, bem como as possíveis mudanças de postura e o que teria motivado isso. A última parte do capítulo aborda dois itens que envolveram os mecanismos de participação popular: a alteração da matriz tributária e a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. O Fórum Democrático e o Orçamento Participativo foram mobilizados pelos agentes do campo político para definir e emendar os projetos em questão.

Com essa divisão, busca-se responder como as bancadas travaram essa luta simbólica para definir a forma mais legítima de participação popular na elaboração da peça orçamentária e como essa disputa era utilizada para defender seus posicionamentos e sua legitimidade de falar e agir em nome dos *profanos*, sendo apropriados por estes profissionais para fazer valer sua visão como a mais legítima no mundo social. Como objetivos específicos, buscamos analisar como o governo utilizou o capital de prestígio acumulado pelo Orçamento Participativo para contrabalançar a ausência de maioria na Assembleia Legislativa e de que forma a oposição se articulou frente a isso com seus projetos alternativos, visando desconstruir simbolicamente o governo e ratificar sua posição majoritária no Legislativo. Os deputados, por meio dos programas de participação popular, procuravam fazer valer a forma mais legítima de expressão da opinião pública, disputando uma luta entre si para impor qual delas merecia ter o ‘título’ de falar e agir em nome dos *profanos*.

3.1 O SURGIMENTO DE NOVAS MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: CONFLITOS ENTRE NOVOS E VELHOS PROJETOS

A elaboração de formas de participação popular estava na “ordem do dia” da política gaúcha antes mesmo do Orçamento Participativo. Em Porto Alegre, os Conselhos Populares criados por Collares, por exemplo, vinham antes da experiência *petista*. Em nível estadual, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES – foram criados por Collares. No fim do mandato, Britto havia sancionado a Consulta Popular, que previa assembleias regionais para definir o destino de parcela do orçamento.¹⁴⁵

Porém, o Orçamento Participativo foi aquele em que a conversão em capital político esteve mais evidenciada, já que o mecanismo de participação direta foi fundamental para projetar o PT no campo político regional, brasileiro e até mesmo internacional - considerando que o modelo motivou o interesse de muitas cidades e de intelectuais fora do Brasil.

3.1.1 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM NOVO-VELHO CONHECIDO

A implantação do Orçamento Participativo não precisou de um anúncio, considerando que esteve sempre presente na pauta do PT durante a campanha de 1994 e 1998. Não só em declarações anteriores, mas Olívio, ao tomar posse, aproveitara a presença na própria Assembleia Legislativa para anunciar que “estimularia” o Orçamento Participativo. Por outro lado, o novo presidente da Assembleia Legislativa marcava posição oposta, defendendo a legitimidade do parlamento estadual contra “procedimentos alternativos de democracia direta”, em um discurso que ganharia repercussões na imprensa sul-rio-grandense e exprimia um conflito entre a forma de representação mais legítima da opinião pública. O *Correio do Povo*, por exemplo, chamou de “contudente arma de ataque ao PT e à meta do partido governista de implantar a chamada democracia

¹⁴⁵ Sobre essas questões, cf. FEDOZZI, op. cit.; DIAS, op. cit.; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. *Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Santa Cruz, UNISC, 2010. Sobre o OP estadual, cf.: SCHNEIDER; GOLDFRANK, op. cit; GOLDFRANK, Benjamin. SCHNEIDER, Aaron. Restraining the revolution or deepening democracy? The Workers’ Party in Rio Grande do Sul. In: BAIOCCHI, Gianpaolo (org.). *Radicals in power: The Workers’ Party and experiments in Urban Democracy in Brazil*. Londres [Ing]: Zed Books, 2003 e FARIA, Cláudia Feres. *O Estado em movimento: complexidade social e participação política no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Sociologia e Política), Belo Horizonte, UFMG, 2006.

participativa no Estado”.¹⁴⁶ Ou seja, em outras palavras Paulo Odone indiretamente criticava o Orçamento Participativo, aproveitando-se da cerimônia de posse, ou seja, um rito de instituição que ratificava o poder impetrado ao parlamento. Além disso, aproveitou-se da presença do governador na cerimônia. Portanto, os atos iniciais no Legislativo encaminhavam a luta simbólica em relação ao Orçamento Participativo: Odone também ponderava que o Legislativo estava amparado em lei, e os *procedimentos assembleístas* não, legitimando a posição do parlamento.

Estes primeiros indícios já indicavam o perfil que o debate viria a tomar: enquanto o Executivo buscava implantar o Orçamento Participativo, o parlamento estadual se mobilizava para defender sua posição de ‘representante legítimo do povo’. Portanto, alçava-se uma disputa no campo simbólico, considerando que o Executivo defendia sua prerrogativa de criar o Orçamento Participativo à revelia do parlamento, enquanto a Assembleia Legislativa pautava-se na defesa de suas prerrogativas, que incluíam a possibilidade de fazer emendas no orçamento, o que entraria em rota de coalizão com as definições das plenárias do OP.

A oposição operacionalizou os ataques ao Orçamento Participativo por meio de quatro frentes na fase de construção do projeto: questionando os gastos com sua implantação; a legalidade do projeto, a exemplo do que o parlamento porto-alegrense vinha fazendo há quase uma década; insinuando que ele era manipulado pela militância do PT; e que havia um preterimento da Consulta Popular e dos COREDES em favor de um projeto que sequer havia sido regulamentado em lei, diferentemente destes. Com estes argumentos, a oposição tratou de desconstruir simbolicamente o Orçamento Participativo e, por consequência, o próprio governo, ao mesmo tempo em que buscava formar seu capital simbólico moldando negativamente a visão sobre o projeto governista.

Em um primeiro momento, o bloco parlamentar oposicionista partiu em defesa dos COREDES. Ainda que o apoio parlamentar tenha sido mínimo aos COREDES na sua

¹⁴⁶ Governador Olívio Dutra (PT). Assembleia Legislativa. 01.01.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Paulo Odone (PMDB). Assembleia Legislativa. 31.01.1999. *Anais da ALERGS*; Jornal Correio do Povo, 01 de fevereiro de 1999. *Arquivo CP*. Abaixo, um trecho do discurso de Paulo Odone que ilustra a forma em que o deputado tratou o assunto: “nos dias que correm, a instituição parlamentar vem sendo muitas vezes acossada pela bandeira de procedimentos alternativos de aparente democracia direta, em nome de uma legitimação material de aferição duvidosa ou impossível, muitas vezes manipulada, ou pela sua dimensão paroquial, ou pela satisfação de demandas apenas mais próximas do cidadão, ou que lhe são mais visíveis e imediatas, por conseguinte com maior carga de simpatia ou empatia. [...]. O grave perigo de tais práticas está na maliciosa intenção de confrontar a legitimidade (*sic*) formal, decorrente das instituições democráticas representativas, com outras formas de legitimação material, decorrente de mecanismos de participação popular” Ver discurso completo em RIBEIRO, Paulo Odone. *Fórum Democrático: discurso e prática*. Porto Alegre: CORAG, 2000, p. 33-37.

criação e mesmo a bancada do PDT, que era o partido criador do projeto, tenha resistido naquele contexto¹⁴⁷, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Regional foram a estratégia encontrada para defender a não implantação do Orçamento Participativo, refletindo a mudança de estratégia em função da alteração estrutural do campo político. Frederico Antunes (PPB) dizia já no início da legislatura ter pedido “informações ao governo estadual quanto ao andamento, à seqüência do Orçamento Participativo do Estado”. Justificava dizendo que os COREDES haviam trabalhado “juntamente com os municípios, e colheram dos cidadãos gaúchos, nas diferentes regiões do Estado, prioridades, que foram traçadas e votadas, tornando-se leis a serem cumpridas a partir deste período”. Essa defesa é acompanhada por Elmar Schneider (PMDB). Ele convidou Alceu Collares para explicar o contexto envolvendo os COREDES, falando na condição de deputado federal, ex-governador e criador dos Conselhos, e conseguir a “mobilização das 22 regiões do Rio Grande do Sul” para defender “uma posição clara em relação ao cumprimento da lei, aprovada por esta Assembleia”.¹⁴⁸

Assim, a bancada oposicionista partiu em defesa dos COREDES, mas especialmente por servir como um contraponto na disputa simbólica ao Orçamento Participativo. Os Conselhos também tinham como função definir a destinação de parte dos recursos do estado, mas não possuíam a vinculação política que o OP atrelou com o governo *petista*.

Essa estratégia de defender os COREDES também ocorreu com a Consulta Popular. Este foi um mecanismo que previa a votação de prioridades de investimentos regionais nas áreas delimitadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Da Ros destaca que os programas eram bem distintos. A definição da Consulta Popular se dava por votação em cabine, cuja prioridade era escolhida entre opções previamente delimitadas, sem discussão pública. Além disso, o projeto vinculado à administração Britto não era bem visto pelo governo Olívio. Conforme palavras do próprio governador, ratificando uma visão negativa do projeto, Britto “bolou uma coisa chamada Consulta Popular. Era uma espécie de pesquisa de opinião, sem plenária, sem assembleia, bolada nos gabinetes, que foi institucionalizada como uma decisão de governo”. Além disso,

¹⁴⁷ ALLEBRANDT, Sérgio Luís. *Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Santa Cruz, UNISC, 2010.

¹⁴⁸ Deputado Estadual Frederico Antunes (PPB). Assembleia Legislativa. 10.02.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 10.02.1999. *Anais da ALERGS*.

segundo Dutra, “deixou amarradas para nós algumas obras e serviços definidos pela tal consulta popular, sem suplementação de recursos”.¹⁴⁹

Entretanto, a defesa da Consulta Popular pela oposição se dava pelo argumento da legalidade do processo – afinal, era previsto em lei – e pelo fato de o governo *petista* ter que cumprir, em tese, o que foi definido em 1998, primeiro ano de execução das plenárias. O deputado César Busatto (PMDB), que falava também como *ex homem forte* do governo Britto, do qual foi secretário da fazenda, dizia que a participação popular no Rio Grande do Sul era lei, referindo-se à Consulta Popular. Destarte, provocava o deputado Ronaldo Zülke (PT), solicitando a Olívio Dutra que encaminhasse à Assembleia Legislativa uma alteração nela, a ser votada pelos parlamentares. De tal modo, vinculava sua crítica ao fato de o OP não ser regulamentado e, portanto, ser “ilegal”, associando simbolicamente a prática ao totalitarismo¹⁵⁰ e a uma tentativa de “mobilizar o povo contra as instituições consagradas da democracia” e implantar “uma política partidária absolutamente contrária às tradições democráticas deste Estado”. Tese não diferente da de Alexandre Postal (PMDB), que indagava: “o atual governo jurou, no dia 31 de janeiro deste ano, que cumpriria a Constituição do Estado, e, portanto, não pode agir de forma a não cumprir a lei. Se não há lei, não há por que cumpri-la; todavia, se há lei - e se foi feito um juramento - deverá cumpri-la”.¹⁵¹

A ênfase à Consulta Popular e aos COREDES pela oposição era uma posição discursiva que visava obstruir o Orçamento Participativo por meio de um mote central: a ausência de legalidade do projeto *petista*, repetindo-se o que era verificado em perspectiva municipal na capital.¹⁵² Mas, em plano estadual, os deputados podiam recorrer para defender os projetos já existentes, valorizando os que já tinham amparo em lei – o que não ocorria em Porto Alegre. De tal modo, ressaltava-se o Orçamento Participativo como ‘ilegal’ e ‘clandestino’, diminuindo o capital simbólico que o projeto possuía,

¹⁴⁹ ROS, César Augusto Da. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamont, 2002; DUTRA, BENEVIDES, op. cit., p. 55.

¹⁵⁰ A tentativa de associar o PT gaúcho com o totalitarismo não era uma atitude isolada de César Busatto. Uma série de intelectuais críticos à experiência *petista* e membros da imprensa também associavam, produzindo uma bibliografia grande sobre isso. V., entre outros: DACANAL, José Hildebrando; WEBER, João Ernesto. *A nova classe: o governo do PT no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Novo Século, 1999; TAVARES, José Giusti. *Totalitarismo tardio: o caso do PT*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000; ROSENFELD, Dênis. *PT: comunismo ou social-democracia?* Porto Alegre, Soles, 2001; SILVA, Paulo do Couto e. *O impeachment de Olívio Dutra e o Estado Democrático de Direito*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 2000.

¹⁵¹ Deputado Estadual César Busatto (PMDB). Assembleia Legislativa. 18.03.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Alexandre Postal (PMDB). Assembleia Legislativa. 25.03.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁵² DIAS, op. cit.

contrapondo-o aos demais. E, por tabela, contra o próprio PT, que ganhava crédito pelo fato de ser o seu idealizador.

A oposição também questionou os gastos do governo com o Orçamento Participativo. Primeiro, expondo a remuneração de dois mil e quinhentos reais que recebiam os coordenadores do Orçamento Participativo, chamando-os jocosamente de ‘interventores’. A crítica era estendida para a utilização de automóveis da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) no deslocamento destes delegados pelo governo, visto como um desvio de finalidade e um aparelhamento do estado.

Esse fato acabou embasando o mais conhecido pedido de *impeachment* contra o governo, feito por Paulo Couto e Silva. Abaixo, ele justificou o embasamento:

Ainda que o orçamento participativo não conste do organograma das atividades administrativas do Estado, foram nomeados funcionários para prestar serviço ao citado orçamento, mesmo sem qualquer previsão na lei de meios para 1999, bem como concedida autorização para uso de veículos, fornecimento de gasolina, gastos de viagens e despesas de publicidade.¹⁵³

Com argumentos semelhantes ao citado acima, referiam-se Vilson Covatti (PPB) e Elmar Schneider (PMDB), deputados das duas maiores bancadas oposicionistas da casa. O primeiro, associando o OP-RS a “uma tarefa de cunho político-partidário”, dizia que esse direcionamento ocupava “22 servidores, recebendo 2 mil e 500 reais - valor esse que, acrescido de diárias, pode chegar a 4 mil e 100 reais -, usando 22 carros da Emater. Para fazer o que interessa ao partido político, foram tirados 22 veículos dos técnicos da Emater”¹⁵⁴.

Assim como ele, Elmar Schneider (PMDB) dizia:

Aqui se falou em negociata e em respeito aos Coredes. Onde está esse respeito se o atual governo nomeou 22 interventores, que ganham 2 mil e 500 reais? E qual era a exigência para o cargo? Ser filiado ao PT. Ainda não satisfeitos, retiraram 25 carros da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater – e os colocaram nas mãos desses interventores, como prêmio para eles trazerem as notas que o povo gaúcho também paga. Esse é o respeito que o PT tem pelos Coredes. Com massacre, sufocaram os conselhos.¹⁵⁵

¹⁵³ SILVA, op. cit., 2000, p. 69.

¹⁵⁴ Deputado Estadual Vilson Covatti (PPB). Assembleia Legislativa. 26.05.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁵⁵ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 16.09.1999. *Anais da ALERGS*.

A assertiva de Schneider finaliza com a tentativa de associar o Orçamento Participativo ao aparelhamento por parte do PT. A exemplo da questão da legalidade, era uma narrativa antiga da oposição, que vinha da gestão *petista* em Porto Alegre. Inclusive, alguns intelectuais e jornalistas também faziam coro a essa denúncia, chamando a atenção para o fato de a militância do PT “manipular” as assembleias.¹⁵⁶

O deputado estadual João Fischer (PPB), falando sobre uma assembleia local em Sapiranga, “denunciava” que 10% dos participantes residiam na localidade, enquanto 50% eram “militantes do partido do governo”. Os demais eram “militantes do PT e de outros partidos que dão sustentação ao governo, originários de municípios como Campo Bom, Igrejinha e Parobé”. Sua crítica, nesse ponto, também estava no fato de pessoas originárias de outras localidades poderem escolher representantes. Complementando, César Busatto dizia que a declaração de Fischer “reforça nossas indagações no sentido de que esse instrumento do PT, agora levado ao Governo do Estado, não é nada mais do que um aparelho político-partidário de controle da comunidade e não um instrumento efetivo de participação democrática, como é divulgado”. Portanto, ressaltava que “existe nesta Casa uma lei que prevê o voto direto da população na escolha das suas prioridades. É a lei da consulta popular, que já foi implantada no ano passado, com excelentes resultados e com a participação da comunidade gaúcha em todos os municípios”.¹⁵⁷

Na mesma direção, isto é, apegando-se na assertiva de aparelhamento do OP pelo PT, Elmar Schneider (PMDB) condenava a divulgação das plenárias do OP em escolas públicas. Por esta via, comparava a atuação *petista* com a de outro momento histórico no Brasil: “a sociedade brasileira já viveu essa triste experiência, sem dúvida nenhuma, na época da ditadura militar, quando aquele governo impunha disciplinas, como a de Moral e Cívica, a fim de disseminar as ideias autoritárias da ditadura”. Em outra ocasião, o mesmo deputado levaria à tribuna uma “denúncia” de que alunos da rede estadual estariam

¹⁵⁶ Sobre isso, cf. TAVARES, op. cit.; DACANAL, José Hildebrando; WEBER, João Ernesto. *A nova classe: o governo do PT no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Novo Século, 1999; FORTUNATI, José; HOHFELDT, Antônio. *O fascínio da estrela: trajetória e contradição do Partido dos Trabalhadores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Ver também a coluna de José Barrionuevo, publicada em 12 de março no jornal Zero Hora. Este jornalista ficaria conhecido por sua posição declaradamente *antipetista* em favor de Antônio Britto, como o próprio admitiu em SCHUSTER, op. cit.

¹⁵⁷ Deputado Estadual João Fischer (PPB). Assembleia Legislativa. 16.03.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual César Busatto (PMDB). Assembleia Legislativa. 16.03.1999. *Anais da ALERGS*. Conforme o jornal Zero Hora, esta era a primeira assembleia do Orçamento Participativo. Cf. Jornal Zero Hora, 9.03.1999. Arquivo MUSECOM. Nesse sentido, corrobora a tese de que a ofensiva da oposição ocorreu principalmente no início do Orçamento Participativo, ainda quando o mesmo estava na fase de planejamento.

sendo liberados “para que possam comparecer à reunião, à máquina política do governo *petista*, do Orçamento Participativo”.¹⁵⁸

A oposição se articulava, portanto, alinhando o discurso sobre o Orçamento Participativo no sentido de associá-lo a uma visão negativa que levasse à perda de prestígio e de capital político, como a um uso político-partidário, ilegal, autoritário e manipulado. Portanto, fica evidente que a defesa dos projetos anteriores toma como premissa um ataque ao Orçamento Participativo, e não um amparo *stricto sensu* a eles, seguindo o caminho de acusações que envolviam gastos, participação de militantes e comparação com regimes autoritários. Isto é, com questões simbólicas que maculavam o Orçamento Participativo e procuravam vinculá-lo a uma visão negativa. Esses pontos que eram destacados pela oposição não seriam encontrados, segundo a visão que procuravam mobilizar, nos demais projetos que eram amparados por ela.

Porém, como o PT procurou responder a esses ataques no parlamento? A bancada governista polarizou a disputa pela legitimidade do Orçamento Participativo, mas o bloco parlamentar esquivou-se de fazer ataques frontais às bancadas oposicionistas. Ao invés disso, construiu a imagem de que o Orçamento Participativo ampliava a participação popular, vinculando a uma postura do governo. Quando a crítica se deu, ela ocorreu, em geral, fazendo uma comparação com a administração Antônio Britto.

A posição majoritária da bancada parlamentar governista foi buscar uma conciliação entre os poderes, e não no enfrentamento com a oposição que era liderada quase de forma monopolizada pelo PMDB e PPB na questão do surgimento do Orçamento Participativo, como podemos perceber pelos partidos dos deputados que fizeram as primeiras reações. Nesse sentido, é possível abstrair que a estratégia adotada pelo Partido dos Trabalhadores visava não aumentar o conflito, que era marcado por uma difícil transição e, especialmente, pela ‘polêmica da Ford’. Por isso a adoção de uma postura conciliatória, procurando desconstruir a posição oposicionista por uma via distinta daquela adotada pelo bloco antagonista ao governo.

Esse posicionamento fica claro quando Ronaldo Zülke (PT), no início da legislatura, procurou dissuadir os parlamentares de que a ideia do Orçamento Participativo era sobrepular a Assembleia Legislativa, procurando diferenciar nas disputas simbólicas o papel de ambos. O líder do governo dizia que o Orçamento Participativo provocava a emersão dos problemas e reivindicações comunitárias. Já a Assembleia Legislativa seria

¹⁵⁸ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 04.03.1999 e 25.05.1999. *Anais da ALERGS*.

“palco dos grandes debates e do confronto qualificado de concepções político-ideológicas distintas”. Sustentava sua argumentação comparando com Porto Alegre. Segundo ele, em nenhum momento ocorreu a sobreposição do Orçamento Participativo em relação à Câmara de Vereadores, sendo “instrumento estratégico para a implantação do nosso programa de governo. Através dele queremos estabelecer um amplo diálogo com a sociedade gaúcha, expondo aberta e sinceramente nossas dificuldades, construindo conjuntamente o caminho a seguir”.¹⁵⁹

Nota-se que o posicionamento de Zülke estava alinhado com a defesa de uma lógica mais ampla, que procurava associar o Orçamento Participativo à ideia de que ele propunha “uma ruptura com as políticas de clientelismo e do paternalismo, com a política do ‘toma lá, dá cá’”¹⁶⁰, conforme a coordenadora do projeto, Íria Charão, explanava em *Zero Hora*, delineando as diferenças do novo governo em relação ao vencido em 1998. O discurso conciliatório adotado pela base parlamentar em relação ao Poder Legislativo, estratégico se for considerada a dificuldade numérica naquela casa para o governo, era ratificado por Jussara Cony, do PCdoB. Ela dizia que o estado havia sido entregue “administrativa e financeiramente destruído” por Antônio Britto, mas que

Nosso governo entende que a Assembléia Legislativa e a sociedade terão um papel importante na reconstrução do Rio Grande do Sul. [...] Esta Casa, por meio de cada uma de suas bancadas, de cada um dos deputados eleitos para a reconstrução, para o desenvolvimento político, econômico e social desta unidade da Federação, terá uma parcela significativa de responsabilidade.¹⁶¹

Entretanto, nesse ponto havia a defesa das prerrogativas constitucionais do Executivo estadual. Isto é, se, ao parlamento, a oposição alegava que cabia legislar, era direito e dever do Executivo a elaboração da peça orçamentária. Dessa forma, estava se moldando a maneira pela qual o governo viria a defender a legitimidade da organização de seu orçamento.

É o que fica evidente na fala de Cecília Hipólito (PT). Ela advogava que o orçamento “é de competência do Executivo, mas, pela Constituição estadual, também é papel do Governo rio-grandense fomentar a participação popular. Nesse sentido, as medidas que estão sendo tomadas pelo governo visam a organizar o Orçamento Participativo”.¹⁶² A deputada *petista* se amparava na Carta Magna para justificar a

¹⁵⁹ Deputado Estadual Ronaldo Zülke (PT). Assembleia Legislativa. 17.02.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁶⁰ Jornal Zero Hora, 21 de março de 1999. Arquivo MUSECOM.

¹⁶¹ Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 18.02.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁶² Deputada Estadual Cecília Hipólito (PT). Assembleia Legislativa, 10.03.1999. *Anais da ALERGS*.

existência do Orçamento Participativo e sua legalidade. Assim, ela ia de encontro a uma das teses centrais da oposição: o questionamento da legalidade do Orçamento Participativo. Como Cecília Hipólito, deputados da base aliada, sobretudo do PT e do PCdoB, retomariam essa assertiva. Portanto, a defesa da prerrogativa do Executivo em relação ao orçamento era a arma simbólica usada pelo governo para defender sua legitimidade de criar o Orçamento Participativo, contrapondo a ofensiva organizada pela bancada oposicionista, mas de forma cautelosa.

Mesmo os discursos que contrapunham frontalmente a oposição eram marcados por um tom tênue. Na fala de Ronaldo Zülke (PT), nota-se também que o deputado procura imputar à oposição a pecha de não querer a participação da população nas decisões do governo.

Não bastasse isso, a tese mais defendida durante a campanha eleitoral foi a do Orçamento Participativo, da necessidade de fazer com que o orçamento do Governo do Estado seja elaborado com a participação do povo. Os deputados de oposição dizem que isso não poderá acontecer, pois é o ovo da serpente, irá afrontar a lei, irá contra os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes - e contra a consulta popular. Dessa forma seguem os discursos da oposição. Isso significa a manifesta vontade de não aceitar a democracia e a vontade do povo. Alguém tem dúvida de que o nosso governo defendia essa tese durante a campanha eleitoral, de que esse é um compromisso do nosso governo e de que deve ser implementado? Ninguém pode ter essa dúvida; os deputados de oposição, porém, não aceitam essa tese, pois não reconhecem a legitimidade e a vontade soberana do povo.¹⁶³

É possível afirmar que ambos os blocos denotavam ao seu adversário a ideia de não querer a participação popular: a oposição argumentava que o Orçamento Participativo era ilegal e aparelhado. Portanto, maculava a participação. O situacionismo, ao defender a legitimidade do Executivo em implantá-lo, acusava a oposição de rejeitar a participação do “povo” na definição do orçamento público regional, opondo-se na visão do governo a “radicalizar a participação democrática da sociedade no sentido de que ela acompanhe passo a passo e ajude a construir, na amplitude necessária, um verdadeiro projeto de desenvolvimento para este Estado”.¹⁶⁴ Nessa fase inicial da discussão sobre a implantação do Orçamento Participativo, havia uma dualidade de posições, com os blocos reivindicando para si a forma mais legítima de participação “popular”.

Entretanto, dois outros pontos são importantes de se observar: o primeiro é de que nenhum deles reivindicava ao Poder Legislativo o monopólio da representação. Pode-se

¹⁶³ Deputado Estadual Ronaldo Zülke (PT). Assembleia Legislativa. 04.05.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁶⁴ Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 04.05.1999. *Anais da ALERGS*.

afirmar que o apoio à participação popular era um consenso entre situacionismo e oposição. O debate se ateve apenas na maneira em que ela deveria ocorrer. E isso se dava porque os blocos defendiam aqueles projetos que poderiam gerar ganhos em capital político, surgindo como seus respectivos representantes no Poder Legislativo gaúcho. Também denota o fato de que já não bastava “ser eleito” para falar e agir em nome dos *profanos*: era necessário criar alternativas de participação direta para se tivesse legitimidade para tal.

3.1.2 A DUALIDADE COM OS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E A CONSULTA POPULAR: A CRISE PARA ALÉM DA RELAÇÃO PARLAMENTAR

Seria insuficiente compreender a dinâmica envolvendo a disputa entre as bancadas sobre a forma mais legítima da “participação popular” se não fizéssemos uma análise extraparlamentar da estrutura do campo político. Logo que o governo da Frente Popular tomou posse, a reação parlamentar e dos partidos da oposição foram incisivas na contraposição do Executivo. Porém, demorou pouco para que outros atuantes, externos ao parlamento, também começassem a cercar o governo. Houve, por exemplo, a iniciativa de um advogado que desde o início do mandato fez uma campanha por meio de *outdoors*, patrocínios em jornais e reuniões com agentes do campo político conclamando pelo *impeachment* de Olívio¹⁶⁵, pautando-se, entre outros argumentos, na “ilegalidade” do Orçamento Participativo e na saída da Ford do Rio Grande do Sul.

Além disso, a dificuldade na relação com os COREDES extrapolava a questão da legalidade – ou não – do Orçamento Participativo. Os próprios coordenadores regionais romperam publicamente o diálogo com o governo do estado, quando este anunciou o lançamento do Orçamento Participativo, alijando os Conselhos Regionais do projeto, como forma de pressionar o PT para conseguir maiores recursos no aparelho estatal. Um importante jornal rio-grandense chegou a definir a participação dos COREDES no

¹⁶⁵ Sobre isso, cf. a síntese na capa do jornal *Correio do Povo* de 8 de agosto de 1999; *Zero Hora*, 1º de setembro de 1999 e SILVA, op. cit., 2000. Paulo Silva se notabilizaria pelos *outdoors* na cidade em favor do *impeachment* e tecia contundentes críticas ao governo. Além disso, utilizava de tons superlativos para pressionar o parlamento: “diante do eleitorado que o elegeu com a intenção clara, expressa em larga maioria, de defender este Estado dos assaltos daqueles que desejam alterar a nossa tradição cívica e moral, levando-nos a caminhos pelos quais nenhum outro país conseguiu alcançar o seu sonho de felicidade”. Cf. COUTO, op. cit., p. 34-37-83.

Orçamento Participativo como de “meros figurantes”¹⁶⁶, ilustrando a visão que se tinha desse processo.

Somou-se a isso uma profunda crise com o Partido Democrático Trabalhista: a costura da aliança eleitoral e do apoio ao governo foi bastante complexa e problemática, como vimos. Alijar os COREDES do processo, como o governo estava dando a entender que faria para implantar o Orçamento Participativo, foi ponto determinante para que os agentes *antipetistas do PDT* trabalhassem para articular a saída do governo Olívio Dutra, considerando a ligação dos Conselhos com a principal figura do partido *trabalhista*. Isso deve explicar porque, apesar de ser o PDT o principal partido da base aliada depois do PT, nenhum deputado da sigla pronunciou-se a respeito do impasse com os COREDES em um primeiro momento, tampouco em relação ao Orçamento Participativo. Há de se considerar que, no partido de Leonel Brizola, não havia consenso entre os agentes internos do microcosmo sobre como agir em função dessa questão.

O ápice da crise se deu quando Collares – por iniciativa própria, independente do PDT -, entrou com uma ação na justiça contra o governo do estado requerendo a suspensão de gastos públicos com o OP e obtendo a proibição de destinação de recursos públicos por um ano em caráter liminar. Isso daria brecha para uma série de críticas do governo ao Judiciário e a uma profunda divisão entre os agentes do PDT. Nesse sentido, é possível perceber a dificuldade que o governo tinha com a dualidade estabelecida com os Conselhos Regionais. Portanto, agir como um *partido puritano*, abrindo mais uma frente de conflitos, não estava na agenda do governo Olívio Dutra. A postura parlamentar, acompanhada da observada pelo Executivo, visava buscar uma solução para impasse, esquivando-se de agravá-lo em mais um dissenso.

Jussara Cony (PCdoB) argumentava em favor dessa conciliação. Ela defendia o perfil de um governo que estivesse “em conjunto com a sociedade, por meio do Orçamento Participativo e dos Coredes, pois temos compromissos muito bem definidos”. O interesse em conciliar o Orçamento Participativo com os COREDES também foi exposto por Cecília Hipólito (PT):

Estamos tomando como base as 22 regiões de abrangência dos Coredes porque queremos, efetivamente, que eles participem desse processo. Ontem houve uma reunião com o governador do Estado, ficando estabelecido que os 22 Coredes terão representação nos conselhos, a fim de que os debates, tanto nos municípios quanto nas regiões, possam ser qualificados, e que se possa discutir

¹⁶⁶ Jornal Zero Hora, 13 de março de 1999. *Arquivo MUSECOM*.

a própria composição do orçamento – o que é receita, o que é despesa – e as atribuições dos municípios e do próprio Estado.¹⁶⁷

Por outro lado, o tamanho da crise abriu a brecha necessária para que os agentes políticos da oposição buscassem ampliar a cisão existente, procurando diminuir a difícil governabilidade do PT e impedir a conversão do acesso ao Executivo estadual em capital político. É o que é possível depreender na fala de Alexandre Postal, deputado do PMDB. Nela, fica explícita a ideia de buscar aumentar a divisão entre PDT e PT, cobrando daquele, inclusive de forma a tentar constranger, uma posição em defesa dos COREDES:

[Os membros do Executivo] tentaram, de certo modo, esvaziar por completo os Coredes. Não conseguiram, porque enfrentaram um embate psicológico interno do grupo que compõe a Frente Popular e os partidos a ela aliados, tendo em vista que o PDT - partido que criou os Coredes no Rio Grande do Sul, comandado pelo ex-Governador, Dr. Alceu Collares - faz parte do atual governo. Tanto é verdade que há um choque, que não conseguiram definir, em conjunto, qual é a ação do Orçamento Participativo.¹⁶⁸

Essa estratégia parlamentar saiu da pressão discursiva, sendo que a bancada do PPB convocou os conselheiros para debaterem no Legislativo sobre as atribuições e competências dos COREDES frente as “atividades paralelas sob o rótulo de 'Orçamento Participativo', à margem da lei”. Além disso, o PMDB, por meio de Elmar Schneider, também havia convocado Alceu Collares, “trazendo S. Exa. para essa comissão por considerá-lo o pai dos Coredes”. Ainda que, a bem da verdade, alguns parlamentares sugerissem uma terceira via que possibilitasse a integração dos COREDES e do OP, o fato é que consistiam em iniciativas isoladas, que não tiveram prosseguimento. A de Bernardo de Souza, ex-prefeito de Pelotas que se colocava como criador, enquanto prefeito, da “primeira e mais completa” experiência de Orçamento Participativo da América nos anos 1980, condicionava a apresentação de uma proposta alternativa ao encontro de um consenso entre os dois blocos¹⁶⁹, o que não ocorreu justamente pelo contexto de conflito entre os projetos.

¹⁶⁷ Deputada Estadual Cecília Hipólito (PT). Assembleia Legislativa. 10.03.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁶⁸ Deputado Estadual Alexandre Postal (PMDB). Assembleia Legislativa. 25.03.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁶⁹ Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). Assembleia Legislativa. 10.03.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 10.03.1999. *Anais da ALERGS*; RIBEIRO, Paulo Odone. *Fórum Democrático: discurso e prática*. Porto Alegre: CORAG, 2000; SCHNEIDER; GOLDFRANK, op. cit. Sobre as propostas alternativas, v.: Jornal Correio do Povo, 09 de abril de 1999, *Arquivo CP* e Deputada Estadual Maria do Carmo (PPB). Assembleia Legislativa. 30.03.1999. *Anais da ALERGS*. O projeto de Maria do Carmo procurava integrar OP, COREDE e Consulta Popular, visando, no dizer da deputada, harmonizar os projetos, e não contraporem. Bernardo de Souza, um deputado situacionista, ia no mesmo caminho. Ele alertava para o perigo de crises institucionais com os dois projetos apontando caminhos distintos.

A aposta da oposição em aumentar a crise no governo se dissolveu quando o Orçamento Participativo e os COREDES chegaram a um consenso: o governo do estado decidiu por integrar os COREDES no Orçamento Participativo. Assim, os conselheiros regionais teriam assento no COP – Conselho do Orçamento Participativo¹⁷⁰ -, com direito a voto nas definições de prioridades ao orçamento, ganhando espaço e manipulando recursos com o prestígio do programa. E o fim dos conflitos também acalmou o PDT temporariamente. A suspensão judicial seguiu em vigor até metade do ano 2000.

Considerando a estrutura a qual envolvia os Conselhos Regionais, explica-se a atitude conciliatória. Mas em relação à Consulta Popular? Levando em conta que este projeto, “herança” do governo Antônio Britto, era defendido só pela bancada que deu sustentação ao Executivo anterior, os governistas procuraram deslegitimar o projeto, e não disputá-lo, como fizeram com os COREDES. Poderiam, por exemplo, buscar apoio para aumentar os recursos disponíveis para governar, visando um consenso em relação ao programa. Principalmente no PPB e no PMDB, partidos mais numerosos da oposição e ligados ao governo Antônio Britto.

Mas não foi esse o estilo adotado pelo governo. Aproveitando-se do recesso parlamentar – onde a oposição não poderia dar o caráter de “escândalo” nas disputas entre os agentes profissionais do Legislativo -, o governo ingressou no STF pedindo a inconstitucionalidade da lei. Argumentava que a Constituição Federal reservava à União o estabelecimento de normas sobre o orçamento. Em síntese, o governo defendia que a Consulta Popular invadiu uma prerrogativa federal: a normatização do orçamento.¹⁷¹ Mesmo em recesso parlamentar, a oposição não se furtou de imprimir sua contrariedade à medida e ao governo. Aqui, novamente, buscando associar as práticas do governo ao autoritarismo, criando uma visão social negativa do *petismo*, vinculando a uma postura antipopular.

Para isso, o tom superlativo não foi descartado pela bancada da oposição. O presidente da Assembleia Legislativa chegou a comparar o ato como “a maior arbitrariedade já cometida na história política brasileira, desde o AI-5”. Seguindo a lógica

¹⁷⁰ Segundo Félix Sánchez, op. cit., os conselheiros do Orçamento Participativo em Porto Alegre, São Paulo e Rio Grande do Sul são divididos em dois: os indicados pelos participantes e pelo Executivo. Os primeiros possuem mandato deliberativo, enquanto os segundos podem participar com assento e direito de opinar. Entretanto, não tem voto direto nas reuniões do conselho do Orçamento Participativo. Já conforme Dutra; Benevides op. cit., 2001, p. 40, “no processo do orçamento participativo, são eleitos os conselheiros, que, por sua vez, elegem os delegados que compõem o COP, Conselho do Orçamento Participativo. A realização de cada assembléia local e regional é antecedida de reuniões e encontros de iniciativa das próprias organizações da sociedade civil que mobilizam milhares de pessoas”.

¹⁷¹ Jornal Correio do Povo, 22 de julho de 1999. *Arquivo CP*.

de representar a medida como antipopular, afirmava que “o PT renegou seu passado, comportou-se como um partido autoritário, de extrema direita, e demonstrou que considera o Orçamento Participativo uma brincadeira”. As críticas não foram uma exclusividade da oposição, já que Bernardo de Souza (PSB), da base aliada, chamou a ação de “retrocesso político, que poderá obter sucesso nos tribunais, mas jamais deixará de ser uma iniciativa conservadora”.¹⁷² Em um contexto onde a ideia da participação popular ganhava tons quase consensuais no mundo social, a medida corroborava a tese que buscava fazer crer o governo *petista* como autoritário, na visão da bancada oposicionista.

E a bancada governista, como legitimaria a posição do governo? Como explicaria a ação judicial contra uma lei que previa a participação popular que ela mesma defendia? O argumento que visava blindar o governismo da perda de capital político era de que o partido seguia coerente, pois havia votado contra a lei em 1998. O líder do governo, Ronaldo Zülke (PT), dizia que a Consulta Popular era uma “tentativa desesperada de final de governo para se contrapor ao Orçamento Participativo, que tinha já naquela época enorme simpatia da população gaúcha”. Além disso, rebateu Odone, ao dizer que este adotava discurso “demagógico e falso”.¹⁷³

É importante ressaltar, do que foi exposto, a relevância de se compreender outros espaços de disputa simbólica como o campo jornalístico. A disputa parlamentar, aqui, não esteve na tribuna “oficial” da Assembleia Legislativa. Ela ocorreu quase exclusivamente por meio de agentes ligados à imprensa. Os profissionais do campo político fizeram por meio dela aquilo que já faziam naquele espaço majoritariamente voltado ao debate dos profissionais do campo: disputaram representar o Orçamento Participativo e o governo, sendo vistos pela oposição como autoritários ou promotores da participação popular. Também ficava revelado que, junto com a ação de Alceu Collares contra o Orçamento Participativo, a disputa política ampliava-se para outros espaços e desenrolava-se também no Judiciário.

¹⁷² Idem. Não apenas estes, mas outros parlamentares faziam discursos na imprensa com tom semelhante. Onyx Lorenzoni, do PFL, disse: “Caiu a máscara, mostrando o viés autoritário e a visão facista (*sic*) desse governo”. Mário Bernd, do PMDB, ratificava as palavras de Odone, ao afirmar que “aquele ato [o Ato Institucional nº 5] cassou conquistas do povo, assim como Torelly [procurador geral do estado que entrou com a ação] quer tirar um direito aprovado pelo Legislativo”. Cf. *Jornal Correio do Povo*, 23 e 28 de julho de 1999. *Arquivo CP*.

¹⁷³ *Jornal Correio do Povo*, 23 de julho de 1999. *Arquivo CP*. Para conhecer parte das críticas do PT à Consulta Popular antes de assumir o Piratini, v.: MARQUES, J. Luiz. *Rio Grande do Sul: a vitória da esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Mas, se a medida tomada pelo governo de ingressar no STF solicitando a anulação da lei da Consulta Popular instigou a oposição a representar o governo como autoritário na disputa simbólica, tomando essa posição de repúdio, também é possível traçar um paralelo de comparação com a relação da administração *petista* e os COREDES. Fica explícito que o contexto influenciou na relação com os programas “concorrentes” do Orçamento Participativo: os Conselhos Regionais possuíam respaldo de muitas forças, inclusive aliadas. Já a Consulta Popular era um programa vinculado ao governo Britto e a sua antiga base aliada. Ainda que a ação contra a Consulta Popular tenha trazido certo desconforto em parte da base aliada, ficava evidenciada que a defesa aos COREDES era, sobretudo, uma posição estratégica. A estrutura do campo político e a posição minoritária do governo impediam o PT de agir como um *partido puritano* e romper com a base que lhe dava sustentação. Tudo indicava que uma ação parecida com os Conselhos Regionais traria um fracionamento nos partidos vinculados à gestão Olívio Dutra. Isso significaria a diminuição da viabilidade da aplicação de políticas públicas passíveis de conversão em capital político e o reforço da ideia-força que maculava o PT ao autoritarismo.

3.1.3 UMA NOVA PEÇA NO TABULEIRO: O FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na medida em que o Orçamento Participativo realizava suas plenárias e era implantado no Rio Grande do Sul independentemente da resistência do bloco parlamentar majoritário no Legislativo, a oposição passou a estudar alternativas para contrapor o OP. Já se considerando a integração dos COREDES ao programa do governo, o que inviabilizou a contraposição entre os projetos, da forma como os deputados da oposição vinham fazendo.

Neste contexto é que foi lançado o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional. Ao longo do seu lançamento e execução, os parlamentares travaram uma disputa simbólica com o Orçamento Participativo pela definição do mecanismo mais legítimo de exprimir a posição da ‘opinião pública’. Seria a nova arma na disputa para enfraquecer o OP e ter outra forma de legitimar o que a oposição defendia - para além dos próprios mandatos. Havia nele algumas características que o distinguiam dos projetos anteriores: era um programa elaborado pelo e para o parlamento, que visava definir prioridades no

orçamento, a exemplo do Orçamento Participativo. Com suas plenárias regionalizadas, estava fora da órbita do Executivo.

E, sendo o parlamento majoritariamente oposicionista, formava-se o desenho para um conflito entre programas: o Orçamento Participativo respaldado pelo Executivo e, do outro, o Fórum Democrático, cujas pautas eram defendidas pelo parlamento controlado pela oposição. Ainda que Odone e outros parlamentares negassem que o Fórum era uma resposta ao OP e procurasse vender a ideia de que o projeto era uma “terceira via”¹⁷⁴, o andamento do debate no Legislativo indicava isso, sendo um argumento para legitimar sua implantação. Assim, o governo enviava ao parlamento o orçamento legitimado pelo OP – pois foi por meio dele construído – e a oposição, usando a prerrogativa do Fórum Democrático, conseguia fazer emendas com a indicação de alterações na peça também pela “participação popular”. Ambos estavam, na luta simbólica, procurando fazer-se como ‘representantes do povo’ e do que ‘ele’ deliberou.

A implantação do Fórum Democrático sustentou a continuidade das rivalidades entre os blocos. Isto é, se no primeiro momento o conflito se deu entre COREDES e Orçamento Participativo, a oposição agora se apegava ao novo plano em lugar do primeiro para contrapor o Executivo.¹⁷⁵ O bloco situacionista, por sua vez, adotou inicialmente também uma postura de confronto, ao denunciar o Fórum como um “ataque” ao Orçamento Participativo e rejeitar sua criação. Ou seja, agiu distintamente de quando buscou conciliar com os Conselhos Regionais.

É isso que fica claro na primeira declaração da bancada *petista* em relação ao Fórum. A deputada Cecília Hipólito dizia ao *Correio do Povo*, imediatamente após o anúncio, que a Assembleia Legislativa não tinha prerrogativa sobre o orçamento: “o presidente Paulo Odone, por desinformação ou má-fé, está confundindo as atribuições dos poderes Executivo e Legislativo”¹⁷⁶, acusando-o de desrespeitar o regimento interno do parlamento.

A semelhança entre os projetos era ressaltada pelo *Correio do Povo*:

¹⁷⁴ Ao *Correio do Povo*, comentando o lançamento do Fórum Democrático, Paulo Odone afirmou, direcionando-se ao bloco *petista*: “O Piratini e a Frente Popular podem ficar tranqüilos. O Fórum não veio para ser o fantasma do Orçamento Participativo”. Cf. *Jornal Correio do Povo*, 23 de agosto de 1999. *Arquivo CP*.

¹⁷⁵ Essa afirmação se sustenta não só na tentativa de se criar o Fórum Democrático, mas também porque, paralelamente a isso, Paulo Odone articulava com que os COMUDES tivessem o objetivo de revisar as definições do Orçamento Participativo em 467 municípios do estado. Cf. *Jornal Correio do Povo*, 3 de agosto de 1999. *Arquivo CP*.

¹⁷⁶ *Jornal Correio do Povo*, 12 de agosto de 1999. *Arquivo CP*.

'O Fórum Democrático permitirá a participação dos cidadãos, com regras transparentes, nos debates do Orçamento do Estado', afirmou o presidente Paulo Odone. 'Deputados, prefeitos, vereadores, representantes de segmentos organizados e cidadãos poderão participar, através do voto direto e secreto, comparecendo às assembléias populares, convocadas pelos Conselhos Municipais, dentro dos Coredes', explicou. O orçamento poderá ser modificado por meio de emendas populares, dos Coredes e dos deputados. À Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Paulo Pimenta, do PT, caberá a tarefa de comandar o processo, inclusive promovendo audiências públicas nas 22 sedes regionais dos Coredes. Depois, acrescentou Odone, as sugestões serão transformadas em emendas de comissão, que, junto com as dos deputados e dos Coredes, receberão parecer para votação em plenário.¹⁷⁷

Em plenário, os discursos da oposição apontaram para a defesa da legitimidade do novo projeto em contraposição ao Orçamento Participativo, usando-se dos mesmos argumentos que pautavam a defesa dos COREDES no início da legislatura. Além disso, mostra que não bastava receber a delegação de deputado estadual para falar em nome dos *profanos*: era necessário, também, promover práticas de participação direta para poder exercer a função simbólica de seus efetivos porta-vozes para justificar suas posições.

Berfran Rosado, do PMDB, criticando a fala do deputado *petista* Elvino Bohn Gass, dizia que este “não percebe o objetivo do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional como forma de fortalecimento do Parlamento” pelo fato de que “a finalidade do Orçamento Participativo não possui o caráter amplo de participação e fortalecimento dos movimentos sociais”, representando “um instrumento de fortalecimento do Partido dos Trabalhadores” para “cercear os direitos e as conquistas da sociedade”.¹⁷⁸ Em linhas gerais, já é possível perceber a tendência da polarização e contraposição ao OP por esse novo projeto.

A posição da oposição visava legitimar o Fórum, distinguindo ele do Orçamento Participativo. Para isso, não só criticava-se o OP, mas também questionava a posição *petista*, que era contrária à implantação do Fórum. Paulo Odone exemplificava essa posição em pronunciamento no plenário da Assembleia Legislativa gaúcha, legitimando a postura da bancada da oposição e defendendo o Fórum Democrático em relação ao Orçamento Participativo.

Pela forma como o Rio Grande se radicalizou e pelo ambiente político dos últimos tempos, não seria de admirar que, ao implantarmos o fórum, houvesse suspeita, primeiramente, de que esse seria um instrumento da presidência ou da oposição contra o governo e, em segundo lugar, de que se destinava a destruir o Orçamento Participativo. [...] O nosso colega, Deputado Flávio Koutzii [...] [atribuiu] a decisão da Assembléia a uma posição injusta de oposição maciça

¹⁷⁷ Jornal Correio do Povo, 02 de setembro de 1999. *Arquivo CP*.

¹⁷⁸ Deputado Estadual Berfran Rosado (PMDB). Assembleia Legislativa. 11.08.1999. *Anais da ALERGS*.

dos integrantes desta Casa e do seu presidente, o qual teria ousado construir um fórum paralelo ao Orçamento Participativo. Não sabia que havia patenteamento político e propriedade das instituições de consulta popular neste Estado. [...] É uma pena que não tenha sido entendido o esforço de tentar institucionalizar o Orçamento Participativo, legalizá-lo e de torná-lo imune às críticas que tantas vezes, com ou sem razão, com mais ou menos ênfase, a ele foram feitas, críticas procedentes enquanto não houver a sua defesa institucional, já que inibe a participação de todos, não assegura a universalidade nem a representatividade e não dispõe de regras públicas claras.¹⁷⁹

Dentro desse debate, os agentes da bancada governista procuraram questionar a competência do parlamento em realizar as assembleias. Neste ponto, um dos argumentos era de que o orçamento era competência exclusiva do Executivo, não cabendo ao Legislativo essa incumbência. Cecília Hipólito (PT) não só apontava para o exposto acima como também criticava a organização orçamentária do Legislativo, usando disso para contrapor a oposição: “Se o presidente da Assembléia Legislativa deseja discutir orçamento, temos uma sugestão: a de que discuta o orçamento desta Casa com a população. Gostaríamos de um processo transparente em relação a esse orçamento, que não é transparente sequer para todas as bancadas”.¹⁸⁰

Junto a isso, um suposto documento do PMDB dizia que o Fórum Democrático buscava combater o Orçamento Participativo. Era um reforço na disputa pela representação levada a cabo pelo PT e legendas aliadas que procuravam impor a visão de que o Fórum Democrático nada mais era do que um ‘revanchismo’ ao Orçamento Participativo, procurando levá-lo ao descrédito e à perda de *fides*. Houve uma curiosa inversão de posições: se o PMDB combatia o Orçamento Participativo nas disputas simbólicas associando-o a um aparelhamento do PT, agora era a vez do partido governista fazer o mesmo com o Fórum Democrático e a oposição.

Uma síntese da posição governista é dada por Edson Portinho. O deputado do PT mencionava que o documento emitido pelo PMDB de Sapucaia do Sul representava “o verdadeiro pensamento do PMDB estadual” e “o que pensa o partido derrotado nas últimas eleições. É o que pensa o partido que, aqui, nesta Casa, tem-nos atacado desde o primeiro dia, tem feito críticas irresponsáveis em relação ao nosso governo”.¹⁸¹ Portanto,

¹⁷⁹ Deputado Estadual Paulo Odone (PMDB). Assembleia Legislativa. 31.08.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁸⁰ Deputada Estadual Cecília Hipólito (PT). Assembleia Legislativa. 11.08.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁸¹ Deputado Estadual Edson Portinho (PT). Assembleia Legislativa. 16.09.1999. *Anais da ALERGS*. Segundo a transcrição, o referido documento que provocou acirramento de ânimos na Assembleia Legislativa convidava para o lançamento do Fórum Democrático: “Enfatizamos que a presença do companheiro prestigiará a proposta lançada pela Assembléia Legislativa de consulta direta e democrática à sociedade, na elaboração do Orçamento Estadual. Trata-se de bandeira de luta do PMDB, em contraponto do Orçamento Participativo, aparelho partidário do atual Governo Estadual”. Em resposta, Elmar Schneider contrapunha com outro documento “com timbre do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no qual o

exemplifica o papel adotado pela bancada governista, que procurava com esse documento legitimar a ideia de que o objetivo do Fórum era contrapor o OP, e não viabilizar a participação popular. Muito em função disso que alguns parlamentares do PT viriam a questionar porque o PMDB, enquanto governo, não havia criado alternativas para ampliar a participação popular. Quando o fez, foi no último ano da legislatura, cujas metas definidas teriam que ser cumpridas apenas para o próximo mandato, que coube ao PT.

Entretanto, no momento em que o Fórum Democrático foi à votação, a bancada governista propôs alterações no projeto, possivelmente já sabendo que seria aprovado pela oposição, que tinha articulado os recursos disponíveis para isso. Ainda que a oposição argumentasse terem algumas das proposições da bancada governista sido incorporadas na proposta do Fórum Democrático – que estavam no substitutivo nº 3, em lugar do nº 2, do bloco governista -, isso não impediu os protestos por parte dos deputados *petistas*, que acusavam os agentes parlamentares vinculados ao PMDB de não abrir espaço de negociação com a situação. Especialmente pelo fato de o projeto excluir a participação dos presidentes dos partidos políticos que, na proposição do PT, teriam assento no Fórum.

Mesmo com a oposição da bancada governista ao projeto – exceção dada ao PSB e ao PDT, que se abstiveram, o que na prática dava no mesmo do que votar contra -, o bloco vinculado ao governo Olívio Dutra não se furtou em associar à gestão o fato de se estar discutindo um novo mecanismo de participação popular. Era uma forma de garantir ao governo parte do crédito que o Fórum Democrático geraria aos agentes do campo político regional, colocando o situacionismo como responsável por ele. Assim manifestou-se Cecília Hipólito (PT):

É importante registrar que somente estamos discutindo o Fórum Democrático, o Corede e as críticas ao Orçamento Participativo porque ganhamos a eleição e propusemos uma pauta de debate com um controle social para o povo gaúcho. Há muito tempo, poderiam ter sido propostas várias formas de controle social do orçamento. Estamos fazendo isso em um debate com os Coredes e com o Orçamento Participativo.¹⁸²

Apesar de o PT se posicionar contrariamente ao Fórum Democrático, criticar a oposição pela não incorporação de proposições de sua bancada e de vinculá-lo a interesses

presidente do PT do Município de Pinheiro Machado convida a população para ir à reunião do Orçamento Participativo. Aqui está o documento oficial, pago com dinheiro público do Estado”, exemplificando a luta simbólica existente, que era legitimada por meio de ofícios adversários. Cf. Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 16.09.1999. *Anais da ALERGS*. Ver também: Correio do Povo, 17 de setembro de 1999. *Arquivo CP*.

¹⁸² Deputada Estadual Cecília Hipólito (PT). Assembleia Legislativa. 08.09.1999. *Anais da ALERGS*.

partidários que visariam apenas contrapor o OP, por outro lado o partido também constrói para si a ideia de que este projeto só existe porque o governo era proponente da participação popular. Logo após a aprovação do projeto, foi possível perceber algumas críticas, mas cada vez mais pontuais, proferidas por lideranças do PT. Em seguida, notamos que elas dariam lugar para uma posição que procurava a conciliação e até apoio ao Fórum.¹⁸³

Assim, a bancada governista contrapunha um dos argumentos centrais da oposição no processo de votação do Fórum, que questionava a posição *petista* de ser contrária a um projeto de ‘participação popular’. Se Elmar Schneider (PMDB) era um dos que dizia: “os deputados do PT afirmam que são favoráveis à participação popular no orçamento, mas que desta vez, neste projeto, eles são contrários”¹⁸⁴, ao mudar a postura com o estabelecimento do Fórum, disputar os méritos de sua criação e participar das plenárias, nota-se uma mudança de estratégia em relação à postura inicial da bancada governista. Agiu-se de forma diferente da bancada oposicionista, que se manteve durante a maior parte do tempo travando uma luta antagônica ao Orçamento Participativo e procurando levá-lo ao descrédito. O contrário disso foi exceção.

Como veremos a seguir, a oposição passou a utilizar o Fórum Democrático para ‘desmascarar’ o Orçamento Participativo. Apoiando-se em suas plenárias, ela passou a apontar ‘falhas’, ‘brechas’ e ‘ausências’ nas peças orçamentárias que eram organizadas pelo Executivo estadual com base nas assembleias do Orçamento Participativo. Com o Orçamento Participativo estabelecido – apesar das críticas em relação a sua legalidade –, o foco principal passou a ser no sentido do não cumprimento daquilo que foi deliberado.

¹⁸³ O Secretário da Casa Civil, Flávio Koutzii, alertou para o perigo de o Fórum gerar impasses na análise do Orçamento Geral do Estado inviabilizando o Orçamento Participativo. Raul Pont, prefeito da capital gaúcha, complementava advogando que sua manutenção era inoportuna. Essa fala viria a ser condenada por Paulo Odone e Paulo Pimenta. Este, deputado estadual do PT e participante ativo do Fórum na condição de presidente da Comissão de Finanças e Planejamento da ALERGS, criticava o colega de partido: “talvez o prefeito não saiba que há um processo irreversível de democratização da sociedade gaúcha, inaugurado com a eleição do governador e ampliado pelo Orçamento Participativo”. Paulo Pimenta seria um conciliador do Fórum com o OP. Além dessas demonstrações, em momentos de conflito nas assembleias do Fórum, como a vaias por membros do PT, Pimenta tomou partido em defesa dos parlamentares ligados ao PMDB. O posicionamento conciliatório tomou conta também de PCdoB e PDT que, se em um primeiro momento acompanharam o PT na contrariedade ao Fórum, depois conciliaram com o projeto instaurado por Paulo Odone. Cf. Jornal Correio do Povo, 14.09.1999; 20, 21, 23 e 31.10.1999. *Arquivo CP*.

¹⁸⁴ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 08.09.1999. *Anais da ALERGS*.

3.2 AS DISPUTAS DE LEGITIMIDADE E ESTRATÉGIAS NA VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL: O FÓRUM DEMOCRÁTICO E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO CONTEXTO

A votação do orçamento anual funcionava da seguinte maneira: o Executivo elaborava a peça e, depois, a Assembleia Legislativa discutia possíveis alterações no texto por meio de emendas parlamentares. Para isso, havia a necessidade de indicar de onde saíam os recursos para a proposição de uma emenda, já que os deputados não possuíam a permissão de gerar novos gastos. Ou seja, consistia basicamente em uma realocação de recursos. É neste momento que se esperava o acirramento de ânimos, já que a alteração da Lei Orçamentária não interessava para o Executivo e membros do Orçamento Participativo.¹⁸⁵ Por outro lado, as assembleias do Fórum Democrático legitimavam e pressionavam para o oposto. Isto é, defendendo a alteração no orçamento com a apresentação de emendas capitaneadas pela oposição, usando as demandas definidas no Fórum Democrático que não estavam contempladas pelo projeto do Executivo.

Buscaremos analisar os quatro momentos em que o orçamento foi definido pelo governo Olívio Dutra e votado na 50ª legislatura. Assim, viabiliza-se a olhar estas disputas em torno da legitimidade de alterar ou manter o orçamento sob uma perspectiva comparativa, percebendo quais estratégias estiveram presentes em cada ano, e considerando também a influência dos diferentes contextos. Visando uma delimitação metodológica adequada, preferimos estudar os debates no plenário nos meses de setembro e dezembro de cada ano, quando a discussão sobre esse tema ganhava centralidade na discussão parlamentar com a entrega da peça orçamentária pelo Executivo à ALERGS. Queremos entender como os programas de participação popular estiveram presentes na luta simbólica do orçamento anualmente durante a legislatura estudada.

3.2.1 1999: AS DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO LEGÍTIMA – CONFLITOS NO PRIMEIRO ORÇAMENTO DO GOVERNO

A votação do primeiro orçamento do governo constituiu-se na mais conflituosa das quatro da legislatura analisada, ainda permeado pelas discussões do subcapítulo anterior.

¹⁸⁵ DIAS, op. cit.

Se inseria o Fórum Democrático, legitimador das emendas, e o Orçamento Participativo, que respaldava o Executivo e sua peça orçamentária original. Ainda que, com menor intensidade, também havia aqueles que reivindicavam o cumprimento das definições da Consulta Popular. Nessa disputa, os agentes do campo político mobilizavam recursos externos para fazer sua posição ser vista e reconhecida como a mais legítima na disputa simbólica: no dia da entrega da peça orçamentária, segundo Axt, manifestantes estiveram em frente à Assembleia Legislativa gaúcha defendendo a manutenção do projeto enviado pelo Executivo com a participação do próprio governador, como forma de pressionar a oposição.¹⁸⁶

Nesse ponto, vigorava a argumentação de que o orçamento havia sido discutido por 190 mil pessoas, o que era contestado pela oposição. Segundo Onyx Lorenzoni, “esse número não é de confiança, porque ninguém contou. [...]. No ano passado, [a Consulta Popular] teve a participação de 375 mil pessoas, com título eleitoral e assinatura”.¹⁸⁷ Contudo, ainda que as disputas tenham ocorrido sob outras frentes - com maior ou menor intensidade -, é possível afirmar que a estratégia da oposição parlamentar mais utilizada foi procurar brechas na peça orçamentária para deslegitimar o governo por não cumprir o que foi definido nas plenárias do OP. Tática esta que se renunciava com a solicitação do PMDB para receber uma cópia das assembleias para compará-la com a peça orçamentária.¹⁸⁸ Mário Bernd, agente vinculado à sigla, questionava:

Segundo palavras do Governador Olívio Dutra, o projeto mais importante de seu governo foi fecundado pela contribuição de 190 mil cidadãos gaúchos. Entretanto, ao analisarmos a peça orçamentária, observamos que ela é estéril de contribuições. Será um caso de azoospermia ou de ilegalidade proposital? [...]. O orçamento é enviado a esta Casa para ser debatido e aperfeiçoado, especialmente visando à fiscalização da execução orçamentária. Aquilo que não está no orçamento não é passível de ser fiscalizado. E por que, então, o governo não colocou na peça as prioridades das ditas assembleias do Orçamento Participativo? Porque não quer ser fiscalizado, pois lhe falta transparência.¹⁸⁹

¹⁸⁶ AXT, Gunter. Introdução. In: RIBEIRO, Paulo Odone. *Fórum Democrático: discurso e prática*. Porto Alegre: CORAG, 2000, p. 23.

¹⁸⁷ Jornal Correio do Povo, 16 e 19 de setembro de 1999. *Arquivo CP*. Ainda que não fosse uma posição tão central, alguns deputados exigiriam o cumprimento das metas definidas em 1998 na Consulta Popular. Em relação à representação, nota-se semelhança com Porto Alegre. Berfran Rosado (PMDB), deputado estadual, publicou um panfleto apontando falhas do Orçamento Participativo da capital alegando que a participação no OP era menos do que 1% do eleitorado da cidade e que mais de 50% das definições das assembleias não eram cumpridas. Cf. ROSADO, Berfran. *Orçamento Participativo: A manipulação da vontade popular*. Porto Alegre: [s.e.]: 1999.

¹⁸⁸ Deputado Estadual Alexandre Postal (PMDB). Assembleia Legislativa. 22.09.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁸⁹ Deputado Estadual Mário Bernd (PMDB). Assembleia Legislativa. 30.09.1999. *Anais da ALERGS*.

Mário Bernd seria acompanhado por outros deputados, como Onyx Lorenzoni (PFL):

Afirmam que o Orçamento Participativo foi criado para atender à vontade do povo. O povo da Região da Campanha priorizou trabalho e renda, educação e saúde. Para o item geração de trabalho e renda, a prioridade número um, sabem quanto há de recursos? Nada, zero. Na Região da Produção a prioridade foi a agricultura. Sabem quanto está previsto no orçamento para agricultura? Apenas 6,6% do montante fixado para a região. Na Região Centro-Sul, a prioridade número um é a agricultura, mas foi destinado apenas 6,18% do previsto. No Vale do Rio dos Sinos a segunda prioridade é a geração de trabalho e renda. Sabem quanto está previsto no projeto? Zero, nenhum real.¹⁹⁰

As falas citadas nos ajudam a concluir que a tática da oposição, na hora de votar o orçamento, se modificou: não houve questionamentos diretos ao Orçamento Participativo. Houve, sim, a tentativa de apontar para a inconsistência entre o que foi definido pelas plenárias do OP e a peça orçamentária enviada pelo governo, em tese, elaborada nessas assembleias locais. Apontando essas incompatibilidades, questionava a credibilidade do Executivo por não cumpri-las e viabilizava a construção de sua legitimidade para poder alterar a peça orçamentária por meio de emendas realocando recursos, inclusive para corrigir o que chamava de ‘distorções’ e ‘manipulações’ da administração. Assim, vinculava o projeto a um ‘escândalo’, passível de perda de capital político entre os *profanos* que simpatizavam e eram mobilizados pelas ideias-força do PT.

Essa lógica é ratificada quando o debate parlamentar destoa para a ausência de regiões contempladas pela peça orçamentária. Mário Bernd, que se destacaria como uma das lideranças políticas do PMDB no debate sobre a peça orçamentária, questionava como poderiam 186 municípios ter “investimento zero em 2000, apesar de o governador ter confirmado reuniões do Orçamento Participativo (OP) nos 467 municípios”.¹⁹¹ O questionamento de Bernd não é ao Orçamento Participativo em si, mas na incoerência da peça apresentada pelo Executivo em relação ao que foi definido nas plenárias locais.

Foi usando brechas no Orçamento Participativo que a oposição procurou afirmar o Fórum Democrático como a forma mais legítima de representação popular na construção da peça orçamentária. Destacando equívocos e omissões, a oposição passou a defender a importância do Fórum Democrático como solução para os problemas do projeto encaminhado pelo Executivo, como acabou fazendo. Foi por meio dessa premissa que ela

¹⁹⁰ Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). Assembleia Legislativa. 29.11.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁹¹ Jornal Correio do Povo, 29 de setembro de 1999. *Arquivo CP*.

apresentou suas emendas. Ameaçando, como declarou João Osório (PMDB), o governo com um *impeachment* em caso de não cumprimento dessas propostas de alteração no orçamento. Apenas como resultado do Fórum Democrático, os deputados entregaram à Comissão de Finanças e Planejamento 1330 emendas ao orçamento, sendo 619 delas demandas diretas do Fórum Democrático. Isso levou a relatora do Orçamento Geral do Estado, Cecília Hipólito, a atrasar a entrega do documento para não descaracterizar o projeto original, o que a levava a negociar com a oposição as proposições.¹⁹² Houve uma ofensiva oposicionista na peça orçamentária, articulada por um obstructionismo para desconstruir o orçamento do governo e conseguir barganhar com a base vinculada ao Executivo *petista*, usando como argumento de que as alterações advinham para contemplar o que o Fórum Democrático havia definido.

Para preservar o orçamento, a bancada governista abriu espaço clamando por entendimento com a oposição. O governo admitia abrir mão de parte do orçamento definido pelo OP se, em troca, conseguisse ver preservada a maior parte da peça orçamentária, ameaçada por mais de mil emendas. Nessa disputa, onde os blocos do campo político usavam os recursos que possuíam para tensionar ainda mais a luta pelo instrumento legítimo de expressão da ‘opinião pública’, chegou-se a um consenso.

Reuniões do Orçamento Participativo apontando prioridades ao Executivo; Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional sugerindo emendas e bancada governista em minoria. Estes ingredientes, em meio à forte polarização dos debates, apontavam para um impasse intransponível na Assembléia Legislativa. Aos poucos, os deputados começaram a conjugar os verbos ceder e acordar. A oposição conseguiu o que queria, movimentando pouco mais de 3% do total do Orçamento Geral do Estado para 2000. A bancada governista viu ficarem intactas algumas questões como a reforma agrária.¹⁹³

A contemplação do que o Executivo pleiteava fica evidente na fala da relatora do orçamento, Cecília Hipólito (PT). Sua fala, além disso, corrobora a tentativa de conciliação entre Fórum e Orçamento Participativo. Ela ressaltou que “o Orçamento Participativo e o Fórum Democrático mobilizaram milhares de cidadãos numa rica experiência de democratização do orçamento público”. A peça, para ela, era resultado da “concretização da vontade popular após a primeira experiência, no âmbito estadual, de

¹⁹² Jornal Correio do Povo, 15 e 27 de novembro de 1999. *Arquivo CP*.

¹⁹³ Jornal Correio do Povo, 30 de novembro de 1999. *Arquivo CP*. Sobre a comemoração pelo consenso em torno do orçamento, ver a edição citada do Correio do Povo. O jornal destacou que o dia da votação foi marcado pela pressão na assembleia pelos movimentos sociais, que defendiam a manutenção da peça. A votação unânime foi celebrada por Paulo Odone, que chamou o orçamento de “mais democrático da história do Rio Grande do Sul”.

uma grande experiência de democracia”. Na sua visão, ela acompanhava a população ao indicar “a aplicação de recursos nas áreas da agricultura, educação e saúde”. Cecília Hipólito destacava ter examinado as emendas e aceito aquelas que não descaracterizavam o OP. E ressaltava que “tanto o processo do Orçamento Participativo quanto o Fórum Democrático mostraram-se experiências originais e pioneiras, cujos acúmulos necessitam estar valorizados”, sendo que ambos fizeram com que o orçamento tivesse “a marca da participação popular”.¹⁹⁴

Havia uma reivindicação ao Poder Legislativo como um todo por ter acolhido o que o ‘povo’ decidiu, compartilhando com o parlamento o lucro simbólico de ter sido aprovada uma peça orçamentária construída pela participação popular. Apesar dos métodos diferentes, a lógica da participação popular era uma construção simbólica consensual por parte do Legislativo gaúcho. Nota-se que a deputada *petista* adota uma postura conciliatória como forma de defender o orçamento em que foi relatora, valorizando a peça por meio de ambos os projetos de participação popular. Defendendo, assim, a preservação do Orçamento Participativo perante as alterações solicitadas pela oposição.

De forma semelhante, a posição de César Busatto foi a de defender a atuação do Fórum Democrático, e a ideia de que a oposição procurou não provocar alterações substanciais na peça orçamentária, limitando o papel do bloco antagonista ao governo somente a “transposições de verba de uma área para outra no equivalente a 3% do orçamento do Estado”. Além disso, afirmava que o Fórum Democrático iria abrir uma nova frente: a de fiscalizar a execução do orçamento aprovado.¹⁹⁵ Nota-se que Busatto, furtando-se de fazer críticas ao orçamento mesmo usando o OP como comparativo com o orçamento original, passou no fim do processo a conciliar com o governo e viabilizar a aprovação da peça garantindo alguma participação na sua construção. Mas é curioso notar que essa postura no fim do primeiro ano se estendeu para reconhecer pontualmente a importância do Orçamento Participativo por parte de dois deputados opositores:

¹⁹⁴ Deputada Estadual Cecília Hipólito (PT). Assembleia Legislativa. 29.11.1999. *Anais da ALERGS*. Não se quer dizer aqui que não houve resistências em relação ao Orçamento. O próprio deputado Paulo Pimenta afirmou que alguns programas seriam afetados. Mas fica claro que o orçamento votado no final do ano acabou sendo de bom grado para a bancada governista, que admitia ter preservado substancialmente ele com base no OP e, também, valorizava a contribuição do Fórum Democrático. Cf. Deputado Estadual Paulo Pimenta (PT). Assembleia Legislativa. 29.11.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁹⁵ Deputado Estadual César Busatto (PMDB). Assembleia Legislativa. 29.11.1999. *Anais da ALERGS*.

Alexandre Postal (PMDB) e Luis Lara (PTB), algo que parecia ser inimaginável no início do processo.

O primeiro, membro do partido que mais se dedicou a contrapor o governo, declarou que a decisão de discutir o orçamento “com toda a sociedade, realizando reuniões em cada cidade” tinha um “mérito extraordinário. O Orçamento Participativo estabelece recursos aos municípios segundo as prioridades desses”. Já Lara, um pouco mais comedido, dizia que a postura “propiciou ao governo uma oportunidade de aproximar-se da população do Rio Grande do Sul”, sendo o Fórum e o Orçamento Participativo “dois instrumentos legítimos, embora um legal e o outro não, nesse processo, mas não podem suprir o dever constitucional dos deputados”.¹⁹⁶ Nesse sentido, é significativo que a conciliação tenha chegado a ponto de se reconhecer, pela primeira vez por parte da oposição e, em especial da bancada do PMDB, as contribuições do Orçamento Participativo.

Isso indica que a oposição havia flexibilizado ao final do processo, mas também o próprio governo cedeu em pontos que eram relevantes para o bloco antagonista à Frente Popular. Exemplo disso é o fato de a bancada governista ter sido a primeira a adotar uma postura menos rígida em relação ao Fórum Democrático e ter participado de suas plenárias de discussão, diminuindo o clima belicoso inicial.

3.2.2 2000: AS DISPUTAS PELO ORÇAMENTO EM NOVOS FOCOS

A votação orçamentária de 2000 deu-se em contexto bastante distinto daquele observado anteriormente. Não apenas pela mudança na presidência da Assembleia Legislativa, que agora era liderada por Otomar Vivian (PPB). Mas também porque os debates se davam sob o clima das eleições municipais e, em função desta, uma crise política envolvendo o Partido Democrático Trabalhista colocou a sigla em litígio contra o PT estadual. Segundo André Pereira, o período eleitoral foi o detonador de uma distensão que já vinha da greve do magistério e com a negativa do deputado estadual Vieira da Cunha em votar a favor das alterações do ICMS¹⁹⁷ - que veremos no próximo subcapítulo. Ou seja, isso demonstrava a vitória dos agentes internos do microcosmo *trabalhista* que

¹⁹⁶ Deputado Estadual Luis Augusto Lara (PTB). Assembleia Legislativa. 29.11.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Alexandre Postal (PMDB). Assembleia Legislativa. 29.11.1999. *Anais da ALERGS*.

¹⁹⁷ PEREIRA, op. cit. Entre os nomes que saíram do PDT em função dessa crise estão Milton Zuanazzi, Emília Fernandes – que era senadora pelo PDT -, Dilma Rousseff – que ocupava a Secretaria de Minas e Energia no governo Olívio Dutra -, e de Sereno Chaise, *trabalhista* “histórico”.

articulavam a saída da participação no governo *petista*. Além disso, como consequência, deixava o governo com menos recursos no parlamento – ficaria com 12 deputados, em um universo composto por 55 parlamentares. Dessa forma, os deputados do PDT passariam a compor ao lado da “tradicional” oposição.

O período da discussão orçamentária foi marcado pelo menos por quatro divergências: a definição do orçamento para o Judiciário e Legislativo; a mudança regimental que alterou a maneira pela qual o relator do orçamento seria escolhido; a alteração da matriz tributária envolvendo o Imposto sobre Comércio, Mercadorias e Serviços (ICMS) e cobranças em relação ao orçamento anterior e sua execução.

No primeiro caso, houve divergências pelos valores estabelecidos e destinados para o exercício dos poderes ao longo de 2001 na previsão orçamentária. Judiciário e Legislativo repudiaram a postura do Executivo, com o primeiro cogitando pedir o *impeachment* do governador. Como retaliação, pela primeira vez o Judiciário encaminhou ao Legislativo sua proposta orçamentária, e não ao Executivo. E, a isso, o período de votação e definição da peça orçamentária era complementado pelas eleições municipais de 2000, que definia a escolha de novos prefeitos e vereadores para a legislatura 2001-2004.¹⁹⁸

Já o segundo caso ocorreu ainda em 1999. O orçamento do ano anterior havia tido como relatora a deputada estadual Cecília Hipólito (PT). O regimento previa que a relatoria era uma decisão particular do presidente da Comissão de Finanças e Planejamento, que era escolhido pelo Executivo. Ou seja: o Executivo escolhia o presidente da Comissão de Finanças e Planejamento, que tinha poder de deliberar quem faria a relatoria do orçamento. Isto é, ele poderia escolher indiretamente a relatoria, independentemente se tivesse ou não maioria parlamentar. A bancada oposicionista levou adiante um projeto de alteração no regimento interno da Assembleia Estadual, que direcionava a escolha da relatoria para o voto em plenário, tirando da órbita do Executivo essa influência. A consequência disso foi a escolha de Onyx Lorenzoni (PFL) para a relatoria, feroz e reconhecido adversário *petista*. Sua escolha representou o fracasso da tentativa de Paulo Pimenta compor com a oposição um nome do PT para o cargo.¹⁹⁹ A

¹⁹⁸ Jornal Correio do Povo, 15, 19 e 20 de setembro; 21 de outubro de 2000. *Arquivo CP*. Jornal Zero Hora, 26 de outubro de 2000. *Arquivo MUSECOM*. Sobre um posicionamento do PT em relação a isso, cf. Deputado Estadual Luis Fernando Schmidt (PT). Assembleia Legislativa. 26.10.2000. *Anais da ALERGS*.

¹⁹⁹ Jornal Correio do Povo, 18 de setembro e 04 de outubro de 2000. *Arquivo CP*. Lorenzoni chegou a publicar um livro tecendo críticas ao governo do PT no Rio Grande do Sul com entrevistas e artigos publicados em jornais do estado. Cf.: LORENZONI, Onyx. *Os 500 dias de governo do PT são outros 500*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

bancada oposicionista mobilizou sua condição majoritária na ALERGS para diminuir a força do Executivo nas decisões envolvendo aquela casa.

O terceiro ponto foi em relação à alteração do ICMS – tratado a seguir -, cujo debate chegou a extrapolar as datas-limite no regimento interno para a votação do orçamento. O quarto ponto, relativamente menos explorado pela oposição, visou comparar a dotação aprovada em 2000 com aquilo que havia sido efetivamente executado. Embora o Orçamento Participativo não estivesse fora dessa disputa simbólica, é possível afirmar que a oposição, no momento de votar o orçamento de 2001, optou por atuar simultaneamente em outras frentes para deslegitimar o governo. Isto é, não usar como forma principal o Orçamento Participativo e o Fórum Democrático para obstruir e barganhar emendas na peça orçamentária.

Mas, acompanhando aquilo que nos interessa nesse trabalho, como a oposição e a bancada situacionista utilizaram os projetos de participação popular? Seguindo o que foi exposto, também seria equivocado secundarizar o papel do Orçamento Participativo como fator de pressão do Executivo para que tivesse suas solicitações aprovadas pelo parlamento regional. Primeiro, porque a entrega do projeto do orçamento para a Assembleia Legislativa foi marcada por intensa manifestação provocada pelos conselheiros do Orçamento Participativo. O PT e demais siglas situacionistas mobilizaram militantes profissionais e benévolos ao parlamento como forma de pressão e barganha para que a peça orçamentária fosse aprovada sem maiores alterações. E, além disso, estes militantes também aproveitavam o ensejo para fazer coro ao posicionamento do Executivo em relação aos temas acima citados, como é possível perceber por meio da matéria jornalística abaixo:

Um ato público, na Praça da Matriz, marcou o dia conturbado da entrega do projeto ao Legislativo. Os conselheiros do Orçamento Participativo criticaram duramente a postura dos deputados de oposição em solicitar aumento de recursos para o Legislativo. Após ser recebido pelo deputado Manoel Maria, do PTB, na presidência da Assembléia, o governador dirigiu-se à Praça da Matriz. Em seu discurso, Olívio exaltou a participação de 281.926 gaúchos na elaboração do orçamento. Salientou, também, a legitimidade da Assembléia

Legislativa de realizar, nos próximos meses, o Fórum Democrático para produzir emendas à proposta apresentada ontem pelo Executivo.²⁰⁰

Armando Burd, articulista do jornal *Correio do Povo*, ilustra a mobilização de agentes externos para pressionar o Legislativo:

A entrega do orçamento do Estado se diferenciou, este ano, por um aspecto: virou manifestação política com o bloqueio da Rua Duque de Caxias para veículos. Carro de som, militantes partidários e discursos apimentados contra os demais poderes tomaram conta da tarde. [...]. A condução do assunto, nos próximos dois meses e meio, ficará com os deputados estaduais. A população será mais uma vez ouvida em reuniões do Fórum, que começam a 10 de outubro.²⁰¹

Percebe-se que o Orçamento Participativo seguiu como um recurso político externo para pressionar a oposição e legitimar as pautas do governo estadual na Assembleia Legislativa até em temas indiretamente ligados à proposta orçamentária, elaborada em conjunto com as plenárias regionais, como a definição dos valores destinados ao parlamento. E a manutenção do Fórum Democrático indicava a continuidade do mecanismo de disputa legitimada pela oposição parlamentar. Em linhas gerais, a emergência de outros assuntos na discussão do orçamento não significou a irrelevância destes projetos na hora da definição da peça. Pelo contrário, foram usados para amparar as posições adotadas na luta simbólica entre as partes antagônicas do campo.

Um dos pontos onde o bloco situacionista utilizou-se do Orçamento Participativo como ferramenta da luta política para fazer valer suas pautas, e como forma de levar a oposição ao descrédito, foi propondo a abertura das contas da Assembleia Legislativa nas plenárias. Elvino Bohn Gass (PT), ao mencionar ter sido a peça orçamentária para 2001 debatida por 280 mil pessoas e os recursos ao Judiciário e Legislativo sido definidos por meio de assembleias em todos os municípios do estado, propusera que, para aumentar “os recursos do Poder Judiciário e da Assembléia Legislativa era preciso haver um debate com a sociedade”, colocando os poderes em coalizão com prioridades já estabelecidas: “as pessoas terão de decidir se os recursos devem ser cortados da reforma agrária, das escolas,

²⁰⁰ Jornal *Correio do Povo*, 16 de setembro de 2000. *Arquivo CP*.

²⁰¹ Jornal *Correio do Povo*, 16 de setembro de 2000. *Arquivo CP*. Ao leitor menos familiarizado com Porto Alegre, é importante situar que a Rua Duque de Caxias é onde fica localizado o Palácio Piratini e, em sua frente, a Assembleia Legislativa. A Praça da Matriz, mencionada anteriormente, é onde se localiza também o Judiciário.

da saúde ou do programa do pequeno agricultor, para que a Assembléia Legislativa construa mais um anexo e um elevador panorâmico em seu prédio”, rebatia.

Bohn Gass, um dos críticos do Fórum Democrático quando da sua implantação, dizia querer que seus defensores “pautassem esses temas nas reuniões, para que o Orçamento Participativo também fosse aplicado nas questões que envolvem o orçamento da Assembléia Legislativa, que não foi debatido com a sociedade, e do orçamento do Poder Judiciário”.²⁰²

O governo usava o Orçamento Participativo como uma arma contra a oposição na luta simbólica, que reivindicava mais verbas para o Legislativo. E a oposição parlamentar passou a cobrar o cumprimento do orçamento votado no ano anterior, em 2000. Ela comparava a execução do que foi previsto e definido no final do ano anterior com o que havia sido realizado pelo governo Olívio Dutra, bem como eventuais alterações daquilo que havia sido aprovado.

É isso que se extrai, por exemplo, da fala de Berfran Rosado. O deputado do PMDB criticou o governo por ter estabelecido no orçamento anterior 700 milhões de reais, mas que, “posteriormente, o governo alterou o orçamento em mais de 1 bilhão de reais. Com o canetaço do Governador Olívio Dutra, transformou totalmente o que foi discutido com a população, o que é um desrespeito à participação da sociedade”, bem como afirmava que “não executou nenhuma das emendas aprovadas pelo fórum”. Assim como se questionavam as alterações, também as incompletudes daquilo que havia sido definido em plenária não ficavam de fora da mira da bancada oposicionista na tentativa de levar o governo ao descrédito com os projetos de participação popular. É o exemplo de Iradir Pietroski (PTB). Ele denunciava que uma estrada de seu reduto eleitoral era prioridade nas assembleias do Orçamento Participativo, mas sua conclusão estava parada. Por isso, “naquela região, o povo vê que tudo o que foi tratado no Orçamento Participativo é mentira”. Assim como Pietroski (PTB), Francisco Appio (PPB) trazia a público que, dos 29 milhões destinados ao DAER no orçamento anterior via Orçamento Participativo, apenas nove haviam sido realmente destinados.²⁰³

Apesar das articulações para levar o governo ao descrédito com os projetos de participação popular, a posição da relatoria de Onyx Lorenzoni (PFL) foi por não mexer

²⁰² Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). Assembleia Legislativa. 10.10.2000. *Anais da ALERGS*.

²⁰³ Deputado Estadual Berfran Rosado (PMDB). Assembleia Legislativa. 18.10.2000 e 08.11.2000. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Iradir Pietroski (PTB). Assembleia Legislativa. 08.11.2000. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). Assembleia Legislativa. 24.10.2000. *Anais da ALERGS*.

na peça encaminhada pelo Executivo, aprovando-a sem maiores modificações após a Assembleia Legislativa ter rejeitado a alteração no ICMS. Uma posição oposta da que observamos em 1999, quando a oposição apresentou, ao total, mais de mil emendas à relatoria do orçamento.

Qual a principal diferença disso, se considerarmos o Orçamento Participativo no contexto? Em 1999, a busca pela perda de *fides* do governo se dava pela obstrução do orçamento ‘legitimado’ pelo OP até se chegar a um consenso entre os profissionais delegados por um mandato no campo. E agora, o que havia sido definido para 2001 não passava por modificações. Era uma mudança de estratégia entre os agentes do campo: o Executivo não poderia reclamar por pautas e estratégias obstrucionistas ao seu orçamento, que passou sem alterações. Ele fez em 1999, mas não poderia usar o mesmo para responsabilizar a oposição em 2000 e levá-la à perda de crédito nas disputas do campo.

Para ilustrar o que estamos afirmando, é importante destacar a assertiva do relator, Onyx Lorenzoni (PFL). Segundo ele, a decisão de não alterar o orçamento não veio de uma posição pessoal, mas de um consenso entre deputados de todos os partidos. Entendimento este “de que, mesmo havendo divergência de posição, é um direito conquistado legitimamente pelo partido que ocupa o Palácio Piratini implementar aquelas políticas que lhe são mais caras ou mais identificadas com a sua linha doutrinária e ideológica”, cabendo “à sociedade gaúcha julgar os atos que o governo implementará a partir de 1º de janeiro”.²⁰⁴ A opção por efetuar poucas mudanças no orçamento e manter o que, segundo o governo, havia sido deliberado em assembleia do Orçamento Participativo indica que a oposição optou por esperar e cobrar o cumprimento da peça orçamentária. E, ao não obstruir, procurava isentar-se de descrédito, caso houvesse eventuais falhas na sua execução.

Essa posição foi acompanhada pelo reconhecimento ao Orçamento Participativo por alguns setores da oposição, mostrando que ele ganhava certo grau de legitimidade naquela estrutura do campo. Segundo Busatto (PMDB), “reconhecemos que o Orçamento Participativo [...] é um instrumento que realmente avança e aprofunda a participação

²⁰⁴ Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). Assembleia Legislativa. 21.12.2000. *Anais da ALERGS*. É importante fazer a ressalva de que a medida de não emendar o orçamento gerou protestos na tribuna de deputados contrários a medida, como Kalil Sehbe (PDT) e Francisco Appio (PPB). Além deles, o Correio do Povo noticiava também a oposição de José Ivo Sartori (PMDB) à medida. Deputado Estadual Kalil Sehbe (PDT). Assembleia Legislativa. 21.12.2000. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). Assembleia Legislativa. 21.12.2000. *Anais da ALERGS*; Jornal Correio do Povo, 22 de novembro de 2000. *Arquivo CP*.

democrática da população na gestão da coisa pública. Tal fato é efetivamente positivo”.²⁰⁵ A postura era elogiada por alguns deputados da base governista. É o caso de Jussara Cony (PCdoB).

O discurso do relator expressa, no meu entendimento, um recuo da oposição em relação ao ano anterior. É aí que entra a importância da participação popular. Nos debates do ano passado, a oposição afirmava, categoricamente, que iria impor suas propostas, justificando, inclusive, que o Legislativo tinha mais representatividade que o governo e que não reconhecia as decisões do Orçamento Participativo, contrapondo-se a ele com a criação do Fórum Democrático. [...]. Na realidade, a oposição reduziu as receitas do Estado ao não aprovar a proposta de alteração da matriz tributária. No relatório feito para o orçamento, tenta deixar ao largo essa questão. O relator suprimiu do orçamento o parágrafo único do art. 2º, no qual o governo fazia menção a que parte da receita estimada decorreria da aprovação da matriz tributária.²⁰⁶

Porém, sua fala exprime a tentativa da situação em responsabilizar a oposição pela não-aprovação da Matriz Tributária, alegando que a medida era um obstáculo à execução efetiva do orçamento aprovado pela ‘participação popular’. Assim, se a oposição procurava travar uma posição de isenção na luta entre os agentes do campo, os governistas agiam no sentido oposto, responsabilizando-a por não alterar a estrutura do ICMS, o que era indispensável para atender as previsões aprovadas.

3.2.3 2001: OS PROJETOS DE PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO ELEITORAL

O contexto político de 2001 na Assembleia Legislativa trazia mudanças relevantes no campo político regional. Um dos mais significativos foi a saída de Bernardo de Souza da base aliada para o PPS, diminuindo o já pequeno recurso que dispunha o Executivo no Legislativo. Junto a isso, o PMDB, principal partido da oposição, perdeu cinco deputados que migraram para o PPS, além do senador José Fogaça e do ex-governador Antônio Britto, que era o nome mais cotado para o governo do estado em 2002. Eles também se somariam ao PPS. O governo via isso como uma oportunidade positiva.

Ficará mais fácil negociar com a bancada do PMDB e não vê razões para a troca de postura do PPS, conduzido por Bernardo de Souza. O governo, disse ele, tem consciência de que continuará enfrentando a oposição de 43 deputados contra 12 da sua base aliada, mas sabe que as negociações serão diferenciadas. Pavan acha que o 'radicalismo' do grupo dissidente do PMDB não se

²⁰⁵ Deputado Estadual César Busatto (PMDB). Assembleia Legislativa. 21.12.2000. *Anais da ALERGS*.

²⁰⁶ Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 21.12.2000. *Anais da ALERGS*.

transportará ao PPS. 'Se eles não estiverem enganando o novo partido, terão de mudar a postura em relação a muitos assuntos, pois agora são socialistas', disse. [...]. Admite, porém, que o PMDB não será raivoso tomando atitudes a toque de caixa e terá os pés no chão, sem que isso represente complacência com o Executivo.²⁰⁷

Assim, o PPS passou de uma sigla com nenhum deputado para uma das mais importantes do parlamento estadual, ascendendo no campo político como uma agremiação com força decisória e adquirindo recursos intra e extraparlamentar. Há de se considerar a possibilidade aventada de mudança nas posturas dos deputados que migraram para o PPS e daqueles que permaneceram no PMDB, podendo atenuar sua posição em favor do governo e este, em troca, dar acesso a políticas públicas controladas pelo Executivo. A presidência da Assembleia Legislativa era ocupada por Sérgio Zambiasi, um deputado mais moderado.

Há de se considerar a inexistência de uma disputa eleitoral que, como vimos, influenciou na estrutura do campo. Embora seja possível perceber, por meio de fontes jornalísticas, que as siglas já se articulavam em direção ao pleito eleitoral de 2002.²⁰⁸ Deve-se levar em conta, também, que esse orçamento valeria para o ano seguinte (2002), o último ano do governo Olívio Dutra e que ocorriam as eleições. Ou seja, sendo mais relevante para os agentes do campo político do que o orçamento de 2003. Contudo, também é importante destacar que boa parte das atenções no parlamento estadual estavam voltadas para a CPI da Segurança Pública, maior crise enfrentada pelo governo estadual, que trabalharemos em capítulo posterior.

Com essa estrutura no campo político, como o Orçamento Participativo esteve presente, na terceira elaboração da peça? Sua votação foi marcada por uma emenda constitucional proposta por Berfran Rosado (PMDB) que obrigava a execução daquilo que era aprovado na previsão, vetando o mecanismo de suplementação e na acusação de

²⁰⁷ Jornal Correio do Povo, 30 de setembro de 2001. *Arquivo CP*. Os deputados que migraram foram Paulo Odone, Mário Bernd, Berfran Rosado, César Busatto e Iara Wortmann – esta assumiu a cadeira em 2001. Sobre essa mudança, v. a versão de Busatto em: BUSATTO, César. *Responsabilidade social: revolução do nosso tempo*. Porto Alegre: CORAG, 2001.

²⁰⁸ Um exemplo disso foi a articulação antecipada de Celso Bernardi, do PPB, que pressionava Olívio Dutra para que fossem disponibilizados dados de secretarias e das finanças. Bernardi fazia solicitação apenas na condição de pré-candidato e presidente licenciado do PPB, e também pressionava para que os demais partidos de oposição o apoiassem na corrida ao Palácio Piratini. A resposta do executivo estadual foi de veemente negativa. Cf. Jornal Correio do Povo, 25 e 26 de setembro e 02 de outubro de 2001. *Arquivo CP*.

Bernardo de Souza (PPS), que apontava para um *déficit* que passava dos quatro bilhões de reais, contra os R\$ 310 milhões antevistos pelo governo.²⁰⁹

Entretanto, o orçamento de 2002 foi recordista em emendas. Possivelmente, os agentes do campo político investidos de mandato parlamentar procuravam acessar recursos do estado para suas bases eleitorais no ano do pleito para converter isso em capital político incorporado e institucionalizado em suas instituições. PT e PCdoB – os únicos que eram da base aliada – explanavam sua contrariedade a 28 delas, pois havia, segundo estas bancadas, “flagrante descaracterização da proposta original do Executivo, elaborada a partir do debate nas assembléias do Orçamento Participativo”. Como resposta, o PPS declarava “que o governo vem, reiteradamente, desrespeitando as emendas populares apresentadas no Orçamento Participativo e no Fórum Democrático”, já que teria cumprido “apenas 0,3% da verba originalmente disponível, que foi de R\$ 347 milhões”.²¹⁰ A bancada do PPS, liderada pelo ex-aliado Bernardo de Souza, acabaria por ser a única a votar contra o orçamento elaborado pelo Executivo com a relatoria de Adroaldo Loureiro (PDT).

A contrapartida da oposição foi questionar as suplementações - estas são dotações feitas por governos para realocar verbas do orçamento de setores que são cancelados ou possuem uma fonte superavitária em comparação à previsão aprovada. A bancada oposicionista questionava a medida, dizendo que ela alterava o que era aprovado no final de cada ano sem a devida ‘participação popular’, como uma decisão a ‘quatro paredes’. Vários deputados da oposição diziam isso, e cogitavam aprovar um projeto de lei que vetava a utilização do expediente de suplementar o orçamento. Ou seja, articulavam para retirar do Executivo um recurso de que ele dispunha e usava sem depender do parlamento. Ao aprovar essa proibição, aumentava a dependência ao Legislativo e, também, das negociações entre os profissionais investidos de mandato e ligados à oposição.

Como exemplo, Berfran Rosado ilustrava que “o Governo investiu apenas 30% daquilo que estava previsto e só pagou o que alterou por suplementação, fruto do canetaço e do decreto do Governador Olívio Dutra”. Em sua visão, o “Orçamento Participativo, portanto, serve para fazer política partidária e propaganda eleitoral, mas não serve para resolver os problemas das comunidades ou para garantir suas conquistas”. Se a oposição alegava que a suplementação era uma manobra, o bloco situacionista, por meio de José Gomes (PT), defendia a legitimidade do Executivo poder “alocar recursos que estejam em

²⁰⁹ Jornal Correio do Povo, 7 de setembro e 9 e 11 de outubro de 2001. *Arquivo CP.*

²¹⁰ Jornal Correio do Povo, 23 de novembro de 2001. *Arquivo CP.*

excesso em um setor ou que não tenham sido destinados para outro, evitando que sejam utilizados em outra rubrica, a fim de que possa o Governo implementar as políticas necessárias”. Dessa forma, a bancada governista acusava a oposição de querer engessar o Executivo: “o Orçamento deste Estado foi suplementado em mais de 70%. Verifiquem o que querem fazer conosco: pretendem inviabilizar nossa capacidade de mobilização para atender às demandas do Orçamento Participativo – parece-me que o objetivo está claro”.²¹¹

É curioso perceber que a questão da suplementação colocaria oposição e situação em lados opostos, mas na defesa da mesma pauta: a prevalência da participação popular. Se a bancada governista alegava, na disputa por representação, que proibir a suplementação resultaria em um desrespeito ao cumprimento de metas definidas pelo Orçamento Participativo, a oposição, ao discuti-la, procurava colocar o governo frente-a-frente com os delegados do OP. Elmar Schneider (PMDB) alegava:

O atual Governo, o Governo do PT, executou menos do que a suplementação, ou seja, a participação popular citada pelo Deputado Luis Fernando Schmidt é desrespeitada. Onde está o respeito pela população, por estas 300 mil pessoas que foram às reuniões do Orçamento Participativo? Respeitem a população. [...]. Onde está o respeito pelo povo que participa do Orçamento Participativo? Por que enganar a população desta forma? Há Deputado do PT que defende a agricultura. Vamos aos números: a dotação de 125 milhões de reais para a agricultura foi reduzida para 115 milhões de reais, e foram pagos apenas 6 milhões e 700 mil reais. Isso representa 5,8%, ou a Fazenda calculou mal.²¹²

Assim como Schneider, Mário Bernd, agora do PPS, dizia que a suplementação era um artifício “para não cumprir as decisões do Fórum Democrático e do Orçamento Participativo, que ele utiliza como massa de manobra”. César Busatto, também do PPS, acusava:

Para V. Exas. terem uma idéia, na execução do Orçamento do Estado do ano passado, dos 8,4 bilhões de reais da dotação inicial, foram suplementados nada menos do que 1,9 bilhões de reais ao longo do ano. E essas suplementações foram feitas sem nenhuma consulta popular, ou seja, por determinação e iniciativa exclusiva do Poder Executivo. O Orçamento Participativo não foi ouvido, a população não foi consultada. As suplementações são, portanto, uma deformação, uma violência a essa idéia bonita, mas que na prática não está

²¹¹ Deputado Estadual Berfran Rosado (PMDB). Assembleia Legislativa. 04.09.2001. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual José Gomes (PT). Assembleia Legislativa. 11.09.2001. *Anais da ALERGS*.

²¹² Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 19.11.2001. *Anais da ALERGS*.

funcionando, da participação da população na elaboração e execução do Orçamento.²¹³

As críticas em torno da suplementação ficaram, como se pôde perceber, envoltas em uma disputa pela imposição da ideia que buscava cancelar a medida como ratificadora da participação popular ou, inversamente, como uma contradição a isso. É possível afirmar que o Orçamento Participativo e o Fórum Democrático foram utilizados como legitimadores simbólicos pelos blocos para a defesa ou não das suplementações, usando-se deles como uma ideia-força em favor da participação popular. Algo semelhante ocorreu quando a oposição indicou aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que obrigava a execução do orçamento. Ela, apresentando este projeto em meio ao debate da peça orçamentária, alegava que se garantia a execução da definição da participação popular. Isso, segundo a oposição, porque o governo aprovava as definições no orçamento em conjunto com o OP, mas não executava o que era acordado e corroborado no Legislativo.

A medida era defendida pelo partido que mais se opôs ao orçamento do governo em 2001: o PPS, que já havia sido a única sigla a ter votado contra a peça orçamentária de 2002. Todavia, essa PEC era apresentada por “21 Deputados de diferentes Partidos - do PFL, do PSDB, do PMDB, do PTB, do PPB, do PPS e do PDT” e visava, segundo Berfran Rosado (PPS), “tornar o Orçamento mais respeitável, de transformá-lo na peça importante que ele realmente é, de tirar dele aquilo que é a sua ficção”.²¹⁴ Era um avanço dos agentes parlamentares da oposição para restringir o espaço de manobra do governo. Isto é, limitando um recurso manipulado pelo Executivo.

Na fala do deputado César Busatto, mantém-se a lógica apontada acima em relação à suplementação: usava-se a “defesa da participação popular” na disputa simbólica para impor a visão mais legítima dele e aprovar a emenda. Assim, dizia ele que havia um avanço com os programas, mas a execução do que foi definido em áreas como saúde, habitação, desenvolvimento e cultura era baixa, e questionava: “de que adianta votarmos uma lei orçamentária com a participação popular numa época em que praticamente não

²¹³ Deputado Estadual César Busatto (PPS). Assembleia Legislativa. 13.11.2001. *Anais da ALERGS*.

²¹⁴ Deputado Estadual Berfran Rosado (PPS). Assembleia Legislativa. 13.12.2001. *Anais da ALERGS*.

há mais inflação, que dificultava a execução do Orçamento, se essa lei, depois, não for cumprida pelo Governo?”.²¹⁵

Questionando a legalidade da emenda e alegando que ela feria a Lei de Responsabilidade Fiscal, Maria do Rosário dizia que o governo Olívio Dutra estava “sofrendo aqui uma ameaça de retaliação ideológica do Deputado do PPS, que, certamente, de popular e socialista não tem nada, mas que se apresenta com tal insígnia”. Ela procurava descreditar a fala de Busatto, dizendo que o ex-secretário era especialista em “orçamentos elaborados em gabinete, na maquiagem, na privatização para fechar as contas no final de Governo. Essa é a especialidade dos Deputados que compõem, hoje, o PPS”. Ao ser aprovada a emenda, Cecília Hypólito chamou a medida de “autoritária, inconstitucional e discriminatória” que visava dar um golpe no Orçamento Participativo. Segundo ela, a aprovação do orçamento tinha caráter autorizativo, e não obrigatório como a PEC queria determinar.²¹⁶

Porém, queremos evidenciar a manutenção da disputa simbólica por falar e agir em nome dos *profanos* e do que ‘eles’ decidiram: usava-se a “defesa da participação popular” como subterfúgio para a aprovação da emenda por parte da oposição e, inversamente, a bancada governista utilizou-se do mesmo artifício para condenar sua aprovação.

3.2.4 2002: A ARENA DE DISPUTA COMO CONSEQUÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL

Em 2002, o processo de debate orçamentário se dava sob um complexo contexto: ocorria o debate eleitoral que definia a troca de governo e escolheria os novos deputados da próxima legislatura. Portanto, sob uma conjuntura de intensa disputa política entre os blocos situacionista e oposicionista. Há de se ressaltar que o esvaziamento do governo, que tinha 12 de 55 deputados, ficou ainda mais explícito quando o Partido dos

²¹⁵ Deputado Estadual César Busatto (PPS). Assembleia Legislativa. 13.12.2001. *Anais da ALERGS*. Segundo Busatto, “Verificaremos que há um grande avanço na fase de elaboração orçamentária [...]. No entanto, falta-nos avançar exatamente na fase da execução orçamentária, porque de nada adianta aperfeiçoarmos a fase de elaboração se não aperfeiçoarmos a fase de execução do Orçamento votado. [...]. Nada mais justo, portanto, do que fazer do Orçamento uma Lei a ser efetivamente cumprida. [...]. A Secretaria da Saúde, por exemplo, neste ano de 2001, até o mês de novembro, teve 11,4% da sua verba orçamentária executada. A Secretaria da Habitação teve apenas 8,5% da sua verba executada. A Secretaria de Desenvolvimento teve apenas 5% da sua verba executada. A Secretaria da Cultura teve apenas 5,1% da sua verba orçamentária executada. Ora, de que adianta votarmos uma lei orçamentária com a participação popular numa época em que praticamente não há mais inflação, que dificultava a execução do Orçamento, se essa lei, depois, não for cumprida pelo Governo?”

²¹⁶ Deputada Estadual Maria do Rosário (PT). Assembleia Legislativa. 13.12.2001. *Anais da ALERGS*; *Jornal Correio do Povo*, 14 de dezembro de 2001. *Arquivo CP*.

Trabalhadores veio a preterir o próprio governador – Olívio Dutra – em favor de Tarso Genro, que ocupava o posto de prefeito de Porto Alegre. Esse contexto alterou significativamente a estrutura das discussões parlamentares em relação ao orçamento. O primeiro ponto interessante de se observar é que os debates sobre a peça orçamentária foram esvaziados. Esse orçamento teve poucas intervenções na tribuna da Assembleia Legislativa, se comparado com os demais anos, bem como dos debates em torno da imprensa, *locus* de onde muitas vezes foi transposta a disputa entre os profissionais do campo político sobre a peça orçamentária.

Em função deste contexto, é possível supor que a luta sobre a forma mais legítima de participação popular e de falar e agir em nome dela estivesse em outras instâncias: em um processo eleitoral, é provável que o tema fosse mais presente em campanhas, comícios e debates voltados à busca e conquista de adesão de *profanos* e mobilização da militância previamente convertida do que na relação interparlamentar. E, depois de eleito Rigotto, os deputados se voltassem ao processo de transição de governo.

A relatoria do orçamento coube ao opositorista Jorge Gobbi (PSDB). Ele preservou a peça encaminhada pelo Executivo que, conforme Cecília Hipólito, era “fruto da mais ampla democracia promovida pelo governo popular”, ou seja, mantendo o perfil da bancada do governo em relação aos orçamentos anteriores, ao vinculá-lo a uma ‘vontade do povo’. Assim, garantiu-se aprovação unânime tanto na Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa como no plenário do parlamento, ainda que o PPS tenha optado por abstenção, ignorando os apelos de Rigotto em favor de uma posição coesa do bloco opositorista.²¹⁷ Ainda assim, o fato era comemorado pela bancada governista, baseando-se no apoio ao Orçamento Participativo:

Quero chamar a atenção para o fato de que a aprovação unânime do Projeto se deu porque o Relator manteve a essência de tudo o que foi aprovado nas assembleias do Orçamento Participativo – foram realizadas mais de 775 reuniões em todos os Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.²¹⁸

Nesse debate, percebe-se que o Orçamento Participativo esteve muito pouco presente. Como é possível explicar isso, considerando que nos anos anteriores ocorreu,

²¹⁷ Jornal Correio do Povo, 20 de setembro e 27 de novembro de 2001. *Arquivo CP*.

²¹⁸ Deputado Estadual Ronaldo Zülke (PT). Assembleia Legislativa. 20.11.2002. *Anais da ALERGS*. A atitude da relatoria, ainda que do PSDB, foi elogiada por Cecília Hipólito também: “início este debate acerca do orçamento cumprimentando o Deputado Adilson Troca, Relator do Projeto mais importante que esta Assembleia Legislativa vota todos os anos. Sem dúvida, mais uma vez, o Deputado realizou um trabalho sério, competente, atendendo a sugestões de todas as Bancadas e, ao mesmo tempo, respeitando a participação popular sem desfigurar o Orçamento do Estado e garantindo as prioridades do Orçamento

como vimos, justamente o contrário? Primeiro, porque se percebe que a oposição, depois de a eleição ganha pelo PMDB, se colocou favorável à aprovação do orçamento, já que se voltava ao processo de transição. A disputa pelos recursos eleitorais em torno da participação popular já não estavam tão em voga, haja vista a derrota do governo. Por isso a posição colaborativa da oposição, que permitiu ao orçamento ser aprovado sem maiores polêmicas.

Em geral, manifestações mais relevantes sobre o tema já envolviam o novo governo, considerando que Rigotto declarava sua opção por manter o Orçamento Participativo, mas que adotaria mudanças nele para evitar “manipulações nas assembleias”, assim como também admitia alterar a peça aprovada para 2003 por meio de decreto. Pelo PDT, um dos aliados do PMDB, Collares criticava a medida, mencionando que não teria apoiado Rigotto se soubesse que seria mantido o que chamava de “instrumento clandestino”²¹⁹, iniciando uma pressão interna entre os profissionais do campo político aliados ao novo governo para que o programa fosse extinto. As disputas simbólicas sobre os projetos de participação popular, se não estavam presentes com tanta força na discussão do orçamento *em si* como das outras vezes, ocorriam sob outras perspectivas: não mais discutindo o atual governo, mas sim o próximo, que solicitou às bancadas a aprovação do orçamento proposto pelo governo Olívio Dutra e levou o debate orçamentário para os grupos de transição.

Prova disso também fica pelo lado governista, ilustrado na fala do próprio governador que, ao avaliar o seu governo, destacou que “o OP envolveu mais de 1,2 milhão de pessoas na discussão dos investimentos e que as políticas agrárias e agrícolas possibilitaram assentar aproximadamente 6 mil famílias, número quase igual aos 20 anos anteriores”, o que era ratificado, em âmbito parlamentar, pela deputada Cecília Hipólito (PT).²²⁰ Por outro lado, os deputados da oposição, que se preparavam para ser a base aliada a partir de 2003, ocupavam a tribuna para defender o retorno da Consulta Popular que, muito debatida e defendida em 1999, esteve ausente da discussão em 2000 e 2001, já que a bancada oposicionista, nestes anos, preferiu procurar inconsistências entre o orçamento apresentado e o definido em plenária, em vez de apresentar projetos alternativos, como havia feito em 1999. O relator, em seu parecer, deixou claro ao declarar como

Participativo”. Cf. Deputada Estadual Cecília Hipólito (PT). Assembleia Legislativa. 26.11.2002. *Anais da ALERGS*.

²¹⁹ Jornal Correio do Povo, 5 e 6 de novembro de 2002. *Arquivo CP*.

²²⁰ Jornal Correio do Povo, 15 de setembro e 27 de dezembro de 2002. *Arquivo CP*.

recomendação para 2003 que “no início da próxima Legislatura, Executivo e Legislativo procurem acertar a agenda de participação popular na elaboração orçamentária, inclusive a questão do não cumprimento da Lei da Consulta Popular”.²²¹ A esta fala, César Busatto, assim se pronunciou:

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Relator pelo trabalho que realizou sobre o Orçamento 2003. Além de ser um excelente trabalho, traz algumas recomendações que quero enfatizar. A principal delas, no meu entender, é a de que o Executivo e o Legislativo, a partir do próximo exercício, incluam nas suas atitudes o cumprimento da Lei da Consulta Popular. Creio que é extremamente importante corrigirmos essa falha lamentável praticada nesses últimos quatro anos, que foi o seu não-cumprimento.²²²

Seu discurso, junto com o parecer de Jorge Gobbi e a declaração do próprio Germano Rigotto em relação ao Orçamento Participativo já indicavam que se projetava, com a mudança de governo, modificações em torno da temática da participação popular no próximo mandato, bem como ratificam que a disputa política em torno do Orçamento Participativo já era cogitada na nova gestão.

3.3 A PARTICIPAÇÃO POPULAR FORA DO ORÇAMENTO ANUAL: A MATRIZ TRIBUTÁRIA E DA UNIVERSIDADE ESTADUAL

Neste capítulo, vimos como os deputados estaduais buscaram disputar e se legitimar frente aos projetos de participação popular que surgiram no primeiro ano da administração e de que forma eles foram utilizados para contrapor o Executivo estadual na votação do orçamento, onde a base aliada minoritária buscava garantir que a peça orçamentária sofresse poucas alterações e a oposição procurava legitimar sua autonomia para alterá-la. Mas como esse processo ocorreu em relação aos projetos de lei propostos pelo Executivo? Em dois momentos, os blocos antagonistas mobilizaram o Orçamento Participativo e o Fórum Democrático para legitimar suas respectivas posições, evocando a disposição do ‘povo’ em relação a eles para além do orçamento: na votação do que o situacionismo chamou de *redefinição da Matriz Tributária*²²³ – chamada pelos antagonistas como *aumento de impostos*, evidenciando a disputa simbólica pela sua

²²¹ Deputado Estadual Jorge Gobbi (PSDB). Assembleia Legislativa. 26.11.2002. *Anais da ALERGS*.

²²² Deputado Estadual César Busatto (PPS). Assembleia Legislativa. 26.11.2002. *Anais da ALERGS*.

²²³ Optamos por chamar, neste trabalho, o projeto de Redefinição da Matriz Tributária. Não só porque o executivo, que foi quem o criou, ter denominado assim, mas porque o projeto previa aumento de impostos para alguns setores em contrapartida à redução de outros. Por isso a nomenclatura parece ser mais adequada.

representação no mundo social inclusive na denominação do projeto – e na implantação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Esta não é uma abordagem bibliográfica ‘exclusiva’. Cláudia Feres examinou o funcionamento do Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul e dedicou parte do trabalho para analisar a reação das bancadas do Legislativo frente aos projetos de alteração da Matriz Tributária e da Universidade Estadual.²²⁴ Retomamos o tema por ser possível entender de que forma isso ocorria no contexto dos projetos de participação popular. Só constatar que a disputa ocorreu, em nosso entendimento, é insuficiente: é preciso compreender como os deputados se apropriaram destes projetos no campo de disputas, e quais estratégias foram adotadas para que tentassem impor a posição mais legítima a seu respeito, usando como premissa o Orçamento Participativo e o Fórum Democrático. Assim, abordaremos o projeto da Matriz Tributária e da Universidade Estadual.

Também se justifica porque os projetos de participação popular garantiram prestígio suficiente entre *profanos* e profissionais do campo político a ponto de extrapolarem as premissas que os justificavam: isto é, se o Fórum Democrático e o Orçamento Participativo tinham como proposição debater a peça orçamentária²²⁵, em relação à Matriz Tributária e à UERGS foram mobilizados para discutir outra temática. Pelos discursos parlamentares, buscamos compreender as estratégias utilizadas pelos deputados das duas bancadas.

3.3.1 A MATRIZ TRIBUTÁRIA

A alteração da Matriz Tributária visava modificar a estrutura da cobrança de impostos no Rio Grande do Sul, especialmente o Imposto sobre Consumo, Mercadorias e Serviços (ICMS), um dos mais importantes para o caixa do governo estadual. Essa proposta se enquadrava naquilo que Ronaldo Herlein Jr. e Carlos Schmidt chamaram de um “projeto de desenvolvimento que vem se esboçando sob o Governo Olívio Dutra” que enfrentava “dificuldades, práticas e ideológicas, para estabelecer uma diretriz de expansão

²²⁴ FARIA, op. cit.

²²⁵ Há de se ressaltar que o Fórum Democrático sempre debateu a questão orçamentária, mas em 1999 seu criador já propunha que fosse discutido em suas plenárias a Universidade Estadual, a questão dos transgênicos, questões ambientais etc., ou seja, que fosse ampliado para outros temas para além do orçamento. Cf. RIBEIRO, op. cit.

capitalista para a economia regional no atual contexto da economia global”.²²⁶ Entre os pontos de dificuldade estavam não só os problemas do governo estadual em gerir as finanças públicas – compreendendo o pagamento da dívida pública estadual, as reivindicações do funcionalismo por reajustes salariais, a necessidade de reduzir os gastos de pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a opção ideológica de não privatizar como forma de angariar fundos -, mas também pelo diálogo conflituoso com o parlamento.

A questão da Matriz Tributária teve diferentes episódios e fases, sendo um tema que permeou todo o governo. Especialmente porque ele não conseguiu obter maioria e, apesar das estratégias diferentes adotadas pelo Executivo, nenhuma delas trouxe o efeito esperado de fazer a matéria ser aprovada no parlamento regional. Além disso, ele alegava que o ingresso do estado na guerra fiscal pelo governo Antônio Britto teve como consequência “uma queda na participação do ICMS do Rio Grande do Sul no total arrecadado com este tributo no país, de 8,3% em 1994 para 6,9% em 1998”.²²⁷

É importante ressaltar que o Orçamento Participativo foi utilizado pelo Palácio Piratini para pressionar o Legislativo, o que nem sempre ocorreu quando a questão da Matriz Tributária esteve em discussão. Aprovar uma pauta que previa aumentar impostos foi difícil ao Executivo, haja vista que esse tipo de proposição costuma levar a uma perda de capital político por quem propõe e apoia. A rejeição que este tipo de matéria costuma ter entre os campos que atuam como forma de pressão ao político – como o jornalístico e o econômico – é grande. E que acabam, também, por mobilizar a contrariedade por parte dos *profanos*.

A primeira tentativa de aprovar a alteração da Matriz Tributária ocorreu em dezembro de 1999. O projeto previa o aumento “das alíquotas do ICMS de produtos considerados supérfluos, como bebidas, cigarros, energia elétrica, combustíveis e telecomunicações”. O governo, para isso, procurou articular o apoio de agentes dispostos a negociar – que vinham desde o PMDB e o PPB até os governistas do PSB e do PDT, pressionando a numerosa bancada do PTB. Como contraponto e forma de procurar mobilizar recursos externos como forma de pressão aos deputados da oposição, o governo vinculava ceder reajuste salarial aos servidores à aprovação da alteração das alíquotas. O projeto, enviado na última dezena do ano, foi votado sob convocação extraordinária da

²²⁶ SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR., Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 255-284, 2002, p. 276.

²²⁷ MACHADO, Nelson. Finanças e tributação. In: BITTAR, Jorge (org). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 71.

Assembleia pelo governo, evidenciando o esforço feito pelo Executivo em favor de sua aprovação.²²⁸

O projeto foi elogiado por agentes políticos com relevância no cenário nacional, como Leonel Brizola e o presidente Fernando Henrique Cardoso – que era sustentado em nível federal por muitos dos partidos que eram oposição no Rio Grande do Sul. Mas, considerando o contexto político rio-grandense, muitos agentes articularam para pressionar a oposição a obstruir o projeto do Executivo. Tanto daqueles vinculados ao setor empresarial, como a FIERGS, até entidades que tradicionalmente eram recursos vinculados ao PT, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Centro dos Professores do Estado (CPERS), que “repudiava os índices e a política de abono salarial prevista no pacote” - este último era o maior sindicato do Rio Grande do Sul e sua ex-presidente ocupava a secretaria da educação de Olívio Dutra. De acordo com Gunter Axt, “o principal desgosto dos sindicatos dizia respeito ao fato de terem sido excluídos do processo de preparação do pacote no Palácio Piratini, afinal sentiam-se até então parte do governo”.²²⁹

Com uma oposição coesa em votar contra a proposta do governo e um bloco situacionista fissurado em sua própria base, o principal projeto de alteração da estrutura tributária do estado foi rejeitado por 39 votos a 14. Além de nenhum parlamentar da oposição ter votado a favor, cinco deputados da base não acompanharam o governo. Os deputados situacionistas o fizeram porque o governo teria dito ser possível arrecadar 200 milhões de reais. Mas, segundo estes parlamentares, o reajuste traria um aumento de 500 milhões.²³⁰ Ou seja, quase o triplo. Entre os deputados da base contrários ao projeto, quatro dos sete eram do PDT, ainda que Leonel Brizola tenha sido a favor, figura de maior capital político incorporado do partido.

Nota-se que o governo se encontrava em uma situação bastante complicada para aprová-la. E, a julgar pela tentativa recorrente em aprova-la, era ela de bastante importância para o Executivo, mesmo sendo negativa para o capital político do governo do estado. Com esta conjuntura adversa, o governo estadual passou a avaliar o uso do Orçamento Participativo como forma de pressionar os deputados e reverter votos contrários ao projeto retomando, em 2000, essa discussão. Por isso, se passou a construir uma segunda proposta de alteração da estrutura do ICMS, apresentada em meados de

²²⁸ Jornal Correio do Povo, 12, 13, 14, 16, 18, 23 e 28 de dezembro de 1999. *Arquivo CP.*

²²⁹ AXT, op. cit., 2000, p. 18; Jornal Correio do Povo, 17, 21 e 23 de dezembro de 1999. *Arquivo CP.*

²³⁰ Jornal Correio do Povo, 29 de dezembro de 1999. *Arquivo CP.*

agosto de 2000, em conjunto com o Conselho do Orçamento Participativo, inserido no contexto das eleições municipais. Os debates a respeito do projeto, naquele momento, estenderam-se de agosto a novembro, pouco antes da votação da peça orçamentária abordada anteriormente.

O Executivo estadual fez modificações nessa segunda fase. Primeiro, porque procurou utilizar outros recursos disponíveis como forma de pressão aos agentes profissionais investidos de mandato na Assembleia Legislativa, mobilizando agentes externos em grupos de pressão para conseguir angariar votos da oposição, somando-se a tentativa de convencimento, como já tinha feito quando o projeto foi rejeitado em 1999. Uma das formas de aumentar o número de agentes mobilizados na pressão parlamentar foi realizar modificações no projeto, contemplando o aumento na arrecadação dos municípios, mobilizando os prefeitos do interior, e na diminuição da taxa de ICMS para alguns setores, segundo a lógica de “quem tem mais pagará mais impostos e quem tem menos pagará menos”²³¹, conforme declarou Ubiratan de Souza, secretário extraordinário do OP.

Também procurou a imediata mobilização de setores do movimento social alinhados com o governo para apoiar o projeto – como o MST e, principalmente, o Orçamento Participativo -, e da Comissão de Finanças e Planejamento da Assembleia Legislativa, que era presidida pelo deputado estadual Paulo Pimenta (PT). A investida vinha em um contexto de diminuição do número de deputados aliados, ponderando a saída do PDT naquele ano, e de Bernardo de Souza – este último justamente pelo fato de não apoiar o projeto de mudança nas alíquotas de ICMS.

Essas mudanças, que visavam aumentar o número de agentes que dariam apoio à proposta também com setores do funcionalismo público, objetivava transformar o projeto em uma ideia-força mobilizadora, ao invés de uma agenda negativa que trazia perda de capital político ao Executivo. Elvino Bohn Gass (PT) vinculava a alteração na cobrança das alíquotas como condição indispensável para reajustar a remuneração dos funcionários estaduais:

Esse debate de constituirmos uma matriz salarial, junto com a matriz tributária, mantendo os investimentos do Estado do Rio Grande do Sul – proposta essa que já foi apresentada no ano passado e que infelizmente não foi aprovada pela

²³¹ Jornal Correio do Povo, 02 de novembro de 2000. *Arquivo CP.*

oposição nesta Casa –, está sendo feito hoje com a sociedade, por meio do Orçamento Participativo, da discussão com as categorias.²³²

Quando o projeto veio à discussão, o governo voltava a argumentar que era a síntese do que a população pleiteava. Isso fica claro em declaração de Ubiratan de Souza:

A diferença em relação ao projeto rejeitado é que o processo passou pelo debate popular. A previsão orçamentária com a inclusão da nova matriz tributária foi avaliada por todos os municípios gaúchos e aprovada nas 22 reuniões regionais de delegados. Depois de tomar conhecimento do projeto, os membros do Conselho Estadual poderão fazer encaminhamentos, ajustando as propostas.²³³

A oposição, articulada para rejeitar a alteração das alíquotas, rebateu a tentativa de associar o projeto a um anseio popular, estabelecendo rodadas do Fórum Democrático para discuti-lo.²³⁴ Se o governo legitimava a alteração na alíquota mencionando ter sido esta construída por meio da participação popular, a oposição parlamentar procurou estabelecer uma maneira de rebater com a mesma lógica. Com isso, visavam evitar que os governistas contrapusessem a oposição dizendo que ela votava contra uma decisão da ‘participação direta’.

Foram duas as estratégias adotadas pelos governistas: procuraram estabelecer encontros paralelos encabeçados por Paulo Pimenta na Comissão de Finanças e Planejamento e ocupar o espaço do Fórum Democrático, procurando reverter a intenção da oposição de encontrar uma posição contrária ao projeto de lei. Nesse ponto, como forma de manter a maioria, a oposição, que controlava os recursos do Fórum, restringiu a participação em suas assembleias, distribuindo senhas proporcionais ao tamanho das bancadas.²³⁵ Ou seja, os deputados governistas, que eram minoritários, teriam menos senhas, obstruindo a mobilização governista para ocupar o Fórum Democrático. As

²³² Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). Assembleia Legislativa. 06.06.2000. *Anais da ALERGS*. Assim como ele, Jussara Cony (PCdoB) pleiteava a participação da Assembleia Legislativa: “Urge essa construção no processo da dinamização da discussão do orçamento, não só do Orçamento Participativo, mas também do dessa (*sic*) Assembléia Legislativa, por meio do Fórum Democrático. Vamos discutir no Fórum Democrático a matriz salarial ligada ao debate da matriz tributária”. Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 06.06.2000. *Anais da ALERGS*.

²³³ Jornal Correio do Povo, 02 de novembro de 2000. *Arquivo CP*.

²³⁴ Jornal Correio do Povo, 22 de novembro de 2000. *Arquivo CP*.

²³⁵ Idem.

reuniões encabeçadas por Paulo Pimenta visavam contrapor o Fórum Democrático no âmbito do Legislativo.

Além disso, para o protesto da bancada situacionista, a Assembleia Legislativa limitou as plenárias do Fórum Democrático a quatro municípios – e não nos 22 dos COREDES –, o que foi argumentado pelos deputados do PT e PCdoB como manobra para “evitar discussão com a sociedade da questão da matriz tributária”.²³⁶ Uma síntese da posição da bancada governista foi proferida pelo líder do governo, deputado Ivar Pavan:

A oposição diz sempre que esse é um projeto que aumenta impostos. Pois muito bem! Queremos discuti-lo com a sociedade gaúcha. O Orçamento Participativo discutiu e aprovou o projeto. São 281 mil pessoas que o consideraram bom, mas queremos discuti-lo também nos Coredes e no Fórum Democrático. Parece que há uma necessidade – pelo menos de uma parte da oposição – de fugir do debate, de evitá-lo ou abreviá-lo. E isso é muito ruim. [...]. Talvez seja essa a razão de a oposição abreviar o debate. Quem diria que, dois anos depois de criado o Fórum Democrático, a bancada do governo estaria querendo levar os projetos para o debate, enquanto a oposição tentaria evitar que fossem discutidos no Fórum, particularmente o projeto que a oposição diz ser de aumento de impostos. [...]. Na hora em que a oposição entender adequada, debateremos os dois temas, pois entendemos que orçamento e matriz tributária podem ser discutidos de forma conjunta.²³⁷

Se os governistas buscavam associar à oposição a ideia de que esta não estava aberta ao diálogo, ao menos em dois momentos o bloco antagonista procurou fazer o mesmo. Jair Foscarini (PMDB) colocava sob suspeita a ideia de que o Orçamento Participativo havia aprovado a proposta, dizendo que não tinha sido “discutida em nenhuma instância do Orçamento Participativo qualquer modificação na matriz tributária. Era comentado que se queria alterá-la, mas jamais se tratou desse assunto ou se votou alguma medida a ela referente”.²³⁸ Alexandre Postal, também do PMDB, provocava a alegação proferida pelos deputados governistas:

Por que o aumento de pedágio não foi discutido no Orçamento Participativo? Por que a Comissão de Finanças e Planejamento não propôs reuniões no interior do Estado para discutir essa matéria, como faz com tanta vontade em relação

²³⁶Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 14.11.2000. *Anais da ALERGS*.

²³⁷ Deputado Estadual Ivar Pavan (PT). Assembleia Legislativa. 16.11.2000. *Anais da ALERGS*. Assim como Pavan, destacamos a assertiva de Cony, semelhante àquela exposta pelo líder do governo: “O Fórum Democrático serviu muito, inclusive para a discussão em relação à legalidade, ou não, do Orçamento Participativo. Mas agora – aí está a contradição –, quando o governo envia a esta Casa um projeto de reconfiguração da matriz tributária no sentido de que o Estado cumpra o seu papel no desenvolvimento, na cidadania, nos direitos do cidadão e no crescimento econômico e social do nosso Estado, esse fórum não serve mais”. Cf. Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 29.11.2000. *Anais da ALERGS*.

²³⁸ Deputado Estadual Jair Foscarini (PMDB). Assembleia Legislativa. 22.11.2000. *Anais da ALERGS*.

ao aumento de impostos da malfalada matriz tributária, que estaremos votando nos próximos dias?²³⁹

Percebe-se a disputa simbólica entre os blocos: eles reivindicavam para si a condição de estarem defendendo o que foi definido por meio da participação popular com os seus projetos, deslegitimando a construção discursiva do adversário, e estando em posição oposta na luta por falar e agir em nome dos *profanos*. Assim, as bancadas procuraram construir sua legitimação: a oposição questionava o aumento das alíquotas de ICMS, associando a um reajuste de impostos – portanto, a uma visão negativa que abre a possibilidade de perda de capital político pelos agentes situacionistas. Eles, ao usarem o argumento de que a alteração na estrutura do ICMS aumentava determinadas alíquotas e reduzia outras, procuravam renegar a afirmação de que o projeto elevava tributos. Isto é, vemos posições defendidas por se respaldarem nas assembleias locais.

O projeto foi aprovado sem que ocorresse o adiamento que o situacionismo reclamava para ampliar o debate. A oposição, que presidia internamente a Assembleia Legislativa pelo PMDB, não cedeu à pauta. Mas, as alterações propostas e aprovadas pelos deputados incidiam na rejeição do aumento das alíquotas para os setores previstos nele, mas mantendo a redução onde o governo havia proposto para compensação. A mudança costurada pela oposição parlamentar acabou sendo tão contraproducente para os objetivos do governo que a bancada aliada a Olívio Dutra acabou votando contra o próprio projeto. O Executivo, por sua vez, anunciou que iria vetá-lo.²⁴⁰ Assim, a oposição deixou para o governo a responsabilidade de vetar as reduções que garantiram a ele mesmo a mobilização de agentes e grupos em favor dela.

Os deputados governistas confrontaram os parlamentares oposicionistas:

Estamos para votar, neste momento, um projeto que não existe mais. O projeto deixou de ser uma reconfiguração da matriz tributária. [...]. Ao lamentarmos a intransigência e a incoerência da oposição, fazemos o alerta para o fato de que este debate não vai parar aqui, pois a sociedade gaúcha não aceitará que não tenhamos conseguido aquilo que o povo debateu e aprovou no Orçamento

²³⁹ Deputado Estadual Alexandre Postal (PMDB). Assembleia Legislativa. 22.11.2000. *Anais da ALERGS*. Isso trouxe ironias por agentes do campo político que não eram deputados ou membros do executivo: Percival Puggina, do PPB, zombava ao dizer que “pela primeira vez no mundo, e isso ocorre aqui no Rio Grande do Sul, a vontade popular se move em direção ao aumento de impostos”, secundarizando a posição do governo de que a alteração da Matriz Tributária correspondia a um anseio do Orçamento Participativo. Cf. *Jornal Correio do Povo*, 16 de setembro de 2000. *Arquivo CP*.

²⁴⁰ *Jornal Correio do Povo*, 30 de novembro de 2000. *Arquivo CP*. Segundo André Pereira, op. cit., 76% dos projetos enviados pelo executivo sofreram algum tipo de alteração só pela bancada da oposição – isto é, sem a participação de nenhuma emenda da situação. Este projeto se insere nesse contexto que evidencia, do ponto de vista quantitativo, que o governo Olívio Dutra teve dificuldades no diálogo com o Legislativo rio-grandense. Sobre as alterações no projeto, ver anexo II.

Participativo, qual seja, a realização das suas obras, dos seus projetos, dos seus investimentos. Desaparecendo o projeto que havia sido construído com toda a seriedade e que, agora, se encontra totalmente desconstituído, resta-nos apenas reprovar essa demagogia, ilegalidade incoerência e irresponsabilidade que, infelizmente, esta Assembléia Legislativa está demonstrando.²⁴¹

Embora a conjuntura se mostrasse adversa, o governo do estado reconheceu que houve avanços na discussão. Olívio Dutra, em seminário, destacava ter levado a questão da Matriz Tributária “para a Assembléia Legislativa, onde, de 55 cadeiras, temos 12. A discussão foi grande e é claro que não passou”. Apesar disso, segundo ele, “já no segundo ano, setores empresariais se mostraram favoráveis a mudanças importantes na estrutura, mas ainda não tivemos maioria para aprová-las na Assembléia Legislativa”, despontando que a ideia de mobilizar setores havia surtido algum efeito. Ainda que o Legislativo estadual rejeitasse, Olívio Dutra considerava que “no espaço do orçamento participativo elas, no entanto, foram apreciadas, aperfeiçoadas e recomendadas”.²⁴²

Os dois blocos colocaram-se de forma antagônica, ressaltando que sua respectiva posição em torno da questão tributária ocorria respaldada pelos projetos de participação popular. Ainda que as posições dos deputados estaduais fossem previamente definidas, questionar aquilo que era dito ter sido construído com a participação popular não era algo a ser adotado pelos parlamentares. Isso só ocorreu porque outro mecanismo de participação direta dava respaldo, contrabalançando o instrumento de pressão que vinha do Executivo com o Orçamento Participativo. E a oposição, ao aprovar o projeto retirando os reajustes que incidiam em um aumento do ICMS e mantendo as reduções que o governo do estado colocou como forma de obter apoio, jogava ao Executivo a responsabilidade de vetar os abatimentos, isentando-se do encargo e do descrédito político. Este ônus seria do governo do estado.

O Executivo viria a discutir em 2001 um projeto que previa alteração nas alíquotas pela terceira vez, com o nome de Programa de Incentivo ao Crescimento (PIC)²⁴³, visando aproveitar a fissura na bancada do PMDB. Mas, sem o Orçamento Participativo e o Fórum

²⁴¹ Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). Assembleia Legislativa. 29.11.2000. *Anais da ALERGS*.

²⁴² DUTRA; BENEVIDES, op. cit., p. 50.

²⁴³ Sobre as diferenças entre o PIC e os demais projetos de mudança na Matriz Tributária, ver SOARES, Sebastião. As experiências no campo do desenvolvimento econômico e social. In: BITTAR, Jorge (org). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Segundo este autor, p. 133, “O Programa de Incentivo ao Crescimento (PIC) tinha como diretriz uma balança equilibrada, ou seja, seriam alteradas alíquotas para maior apenas o suficiente para equilibrar o valor das renúncias fiscais por conta dos benefícios propostos”.

Democrático como instrumentos de pressão, o PIC também foi rejeitado, confirmando que a oposição estava unificada em não aceitar qualquer alteração na estrutura do ICMS.

3.3.2 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

A criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul era uma promessa de campanha de Olívio Dutra. Visava seguir o exemplo de outras unidades da federação que possuíam instituições de ensino superior mantidas pelos governos regionais. A partir da gestão Olívio Dutra o debate reacendeu, dividindo-se entre contrários e favoráveis à proposta.²⁴⁴

Como forma de defesa do projeto da Universidade Estadual, o Executivo o submeteu às plenárias do Orçamento Participativo, sendo, segundo ele próprio, escolhido como prioridade nas assembleias de 1999 e 2000. Consolidava-se, assim, em razão das “divergências tanto no governo como na sociedade, em relação à conveniência de o estado investir no Ensino Superior, em vista das demandas não resolvidas na educação básica”²⁴⁵. A discussão do projeto ganhou impulso em 2001, visando inaugurá-la no ano seguinte. Para isso, o Executivo suscitou o debate “para legitimar não somente a ideia [da UERGS] como, também, para conseguir o respaldo político da sociedade para pressionar a AL e levar à aprovação do projeto”, totalizando “56 audiências públicas realizadas em escolas, teatros, cinemas, clubes, câmaras de vereadores, anfiteatros, universidades e também na AL”.²⁴⁶ Apesar de muitas declarações do Executivo assinalando para um clima favorável para a aprovação, houve uma disputa pela definição de pontos do projeto. Se a submissão dele atendia, segundo a bancada governista, a uma reivindicação prioritária do Orçamento Participativo, o relator do projeto (Onyx Lorenzoni – PFL) e o presidente da Assembleia Legislativa (Sérgio Zambiasi – PTB) contrapunham a argumentação da situação o

²⁴⁴ Sobre a criação da UERGS, v. ALBUQUERQUE, Beto; ROSSATO, Ricardo. *UERGS – uma trajetória vitoriosa*. Santa Maria: Biblos, 2002. Um relato mais amplo sobre a relação da educação pode ser visto em CAMINI, Lúcia. A experiência de política de educação pública. In: SOARES, Laura Tavares (org.). *Tempo de desafios: a política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires [Arg]: Clacso, 2002. Além desse relato, v. o estudo acadêmico de VECHIO, Rafael Augusto. *Universidades e desenvolvimento: um estudo sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Administração), Porto Alegre, UFRGS, 2010.

²⁴⁵ ALBUQUERQUE, Beto; ROSSATO, Ricardo. *UERGS – uma trajetória vitoriosa*. Santa Maria: Biblos, 2002; CAMINI, op. cit. Segundo Edson Portilho (PT), “à idéia inicial foram agregados elementos determinantes: vontade política do Governo do Estado em concretizá-la e apoio de milhares de gaúchos e gaúchas, que elegeram a proposta como prioritária nas assembleias populares do Orçamento Participativo”. Deputado Estadual Edson Portilho (PT). Assembleia Legislativa. 20.03.2001. *Anais da ALERGS*.

²⁴⁶ Idem, op. cit., p. 94-95.

submetê-lo a 22 plenárias do Fórum Democrático. Assim, o parlamento legitimava suas emendas e críticas ao projeto.

Uma destas dizia que o governo não teria ouvido outras instituições de ensino superior, tendo sido secundarizados pelas sugestões acolhidas no Orçamento Participativo.

Depois de ouvir o relato de reitores da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, o presidente da Comissão de Educação da Assembleia, Onyx Lorenzoni, inicia na próxima terça-feira uma série de debates sobre o ensino de 3º grau no RS. Firma a iniciativa numa constatação: nas nove universidades comunitárias e nas três confessionais (Ulbra, Unisinos e PUC), ninguém foi consultado para a elaboração da proposta da universidade estadual, segundo relato que ouviu dos próprios reitores. As 12 instituições de ensino são responsáveis por 160 mil dos 217 mil alunos universitários.²⁴⁷

Segundo Lorenzoni, o governo teria ouvido a reivindicação de 350 sem-terra pelo Orçamento Participativo. O deputado criticava o governo estadual por preferir ouvir aqueles que representavam as universidades já existentes em favor dos participantes do Orçamento Participativo, desqualificados na luta simbólica por serem do movimento sem-terra:

Na nossa fronteira, na Região da Campanha, está previsto o início das atividades da universidade *multicampi*. E sabem como foi tomada essa decisão pelo nosso atual Governo? Com base numa reunião do Orçamento Participativo ocorrida na cidade de Bagé, à qual compareceram 400 pessoas, das quais 350 eram sem-terra provindos de um acampamento de Hulha Negra. A pergunta é a seguinte: os reitores, que são responsáveis pela educação, preparação e estruturação de um sistema que atende 160 mil alunos, não deveriam ser consultados? Será que não têm nada a dizer ao Governo?.²⁴⁸

Mas, cuidando-se para não tornar a exceção como regra, as críticas ao projeto foram pontuais. A oposição procurou disputá-lo afirmando que as mudanças eram anseios do Fórum Democrático: emendas que modificavam a pasta à qual a universidade estaria subordinada; que previam a manutenção do crédito educativo e que o indicavam como mais barato do que a Universidade; que obrigavam o governo do estado a manter 35% da receita destinada à educação; que procuravam a ampliação do número de vagas; que

²⁴⁷ Jornal Zero Hora, 12 de março de 2001. *Arquivo MUSECOM*.

²⁴⁸ Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). Assembleia Legislativa, 13.03.2001. *Anais da ALERGS*. Há de se considerar o fato de o deputado Onyx Lorenzoni ter se colocado francamente contrário ao projeto. Em artigo publicado em um jornal voltado à elite econômica do Rio Grande do Sul, Lorenzoni dizia que a retomada do assunto era a reedição de um equívoco. Apesar disso, acabou viabilizando sua votação na condição de relator. Cf. *Jornal do Comércio-RS*, 02 de abril de 2001. *Arquivo MUSECOM*.

defendiam a formação de 22 *campi*, um para cada COREDE e que condicionavam os formados pela UERGS a prestarem serviços comunitários.²⁴⁹ Alterações pontuais que foram, salvo exceções, acatadas pelo governo do estado. A prova disso foi não só a concordância do governo em fazer remodelações apontadas pela oposição, mas também pela aprovação unânime da proposta em plenário.

Ainda que Executivo e Legislativo tenham utilizado do Fórum Democrático e do Orçamento Participativo no debate da criação da Universidade Estadual, nota-se que não houve a tática de confronto, como na questão da Matriz Tributária e nas votações da peça orçamentária. Considerando que a UERGS era uma *agenda positiva*, a oposição buscou, pelo Fórum Democrático, participar de sua construção, já que uma posição contrária à universidade traria perda do capital político para o bloco antagonista ao governo. A bancada governista, por sua vez, procurou a associação ao Orçamento Participativo para vincular a ideia de que, assim, consolidava-se uma maneira “democrática” de governo, como vinha fazendo.

Segundo Cecília Hipólito (PT), “o Orçamento Participativo definiu a Universidade Estadual como prioridade em três regiões e como segunda prioridade em outras oito. A Assembléia Legislativa realizou 22 audiências públicas do Fórum Democrático para discutir o assunto”, referendando o que, de acordo com a deputada, “sempre foi uma bandeira de luta do movimento popular e da esquerda no Estado do Rio Grande do Sul” que, “em 1989, a Bancada do PT, aqui na Assembléia Legislativa, tentou incluir na Constituição Estadual dispositivo garantindo a criação dessa Universidade. No entanto, a maioria dos Deputados naquela oportunidade votou contra, barrando a iniciativa”.²⁵⁰

O tom consensual ficou firmado pela aprovação unânime e pelo encerramento da sessão “comemorado com deputados e lideranças do governo, de mãos dadas, cantando o hino rio-grandense em plenário”. Além disso, o trabalho foi realizado em conjunto por Iara Wortmann (PMDB) e Edson Portilho (PT), o que “fez com que aproximássemos interesses do governo e da oposição colocando, acima de tudo, o da população gaúcha”, disse o deputado *petista*. Além disso, há de se considerar que apenas três de 19 emendas

²⁴⁹ Nesse sentido, v. as sessões do dia 28 de junho de 2001 na Assembleia Legislativa. Não se desconhece que parte da oposição chegou a articular projetos substitutivos, mas que não foram adiante, como os propostos por Bernardo de Souza (PPS), Giovani Cherini (PDT), Iara Wortmann (PMDB) e pelos COREDES, que alteravam substancialmente o que havia sido proposto pelo governo. A esse respeito, v. ALBUQUERQUE; ROSSATTO, op. cit., p. 111-113.

²⁵⁰ Jornal Correio do Povo, 28 de junho de 2001. *Arquivo CP*.

ao projeto não foram aprovadas consensualmente no parlamento.²⁵¹ Do dito por Edson Portilho, nota-se a existência de um discurso que não esteve marcado pelo confronto com a bancada da oposição em relação ao projeto. Contudo, não significou a inexistência de uma disputa em torno dele. Ela ocorreu com os deputados sugerindo alterações e alternativas. As críticas pontuais ao projeto por parte da oposição, baseadas nas plenárias do Fórum Democrático, indicam que os deputados antagonistas ao governo optaram por procurar participar da construção da Universidade. E, assim, dividir os “lucros” do capital político que a criação da UERGS trouxe.

A posição conciliatória também foi vista por parte da bancada governista e reconhecida pela oposição. A fala de José Ivo Sartori (PMDB) evidencia isso:

O Fórum Democrático, realizado em todos os cantos do nosso Estado com o intuito de discutir a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, mostrou claramente que deve haver uma outra direção em relação à proposta original – o que ficou evidente também nos debates com as universidades. É bom que se diga que o próprio Governo e a base governista também mudaram de opinião, passando a acatar algumas reivindicações da comunidade apresentadas nessas audiências públicas.²⁵²

Se compararmos com o subcapítulo anterior, houve uma posição bem distinta: em relação à Matriz Tributária, os deputados da oposição aproveitaram ser uma agenda negativa e exploraram o contexto para o governo perder o máximo de capital político possível usando o Fórum Democrático como apoio. Já em relação a uma agenda dita *positiva*, a adesão ocorreu e procurou-se disputar a participação no projeto, como acabou ocorrendo. De todo modo, o fato de a postura ter sido distinta não pode secundarizar o cerne da pesquisa: ficou explícito que, das duas formas, os mecanismos de participação popular estiveram presentes no sentido de legitimar simbolicamente as bancadas na disputa discursiva em torno da legitimidade de suas posições em relação aos projetos debatidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Procuramos entender como os agentes profissionais do campo político investidos de mandato parlamentar atuaram no sentido de defender sua legitimidade enquanto mandatários de uma delegação corroborada pelo Estado frente aos procedimentos de

²⁵¹ Jornal Correio do Povo, 29 de junho de 2001. *Arquivo CP*; ALBUQUERQUE; ROSSATTO, op. cit.

²⁵² Deputado Estadual José Ivo Sartori (PMDB). Assembleia Legislativa. 30.05.2001. *Anais da ALERGS*.

participação direta. Assim, consideramos o fato de o Orçamento Participativo gozar de prestígio e reconhecimento, garantindo ao PT capital político e ter motivado, em Porto Alegre, questionamentos do parlamento local em relação à legitimidade da prefeitura sustentá-lo.

Na primeira parte deste capítulo, notamos que os agentes do campo político ligados à oposição travaram uma disputa marcada por distintas fases: em um primeiro momento, procurou-se a inviabilização do Orçamento Participativo, deslegitimando este em favor dos COREDES e da Consulta Popular. Com a cooptação do primeiro e o desinteresse do Executivo no segundo, os deputados estaduais criaram o Fórum Democrático como forma de legitimarem suas emendas ao orçamento, argumentando que estas também passavam pela ‘crença’ da participação direta. Os agentes da oposição no campo político procuravam assim fazer crer que falavam em nome do ‘povo’.

Contrabalançava a assertiva do Executivo, que pressionava o parlamento para aprovar a peça orçamentária sem nenhuma mudança com a defesa da tese de que o projeto refletia um anseio popular. Acabavam fugindo da tônica que, em parte, “amarrou” a oposição no parlamento local em Porto Alegre: a de que os vereadores, ao emendar o orçamento, eram “contra” o que o “povo” decidiu.

Já em relação ao Fórum Democrático, como mencionamos, o PT se opôs a sua implantação, mas, depois de aprovado e posto em prática, passou a valorizá-lo em seus discursos. Notamos, neste caso, que houve uma mudança de estratégia se comparado com a forma em que a oposição se firmava, por exemplo. Há de se considerar, neste caso, a possibilidade de perder crédito ao confrontar uma medida que era associada, no mundo social, à democratização do estado. A Consulta Popular, ainda que permanecesse existindo em lei, praticamente sumiu do discurso parlamentar, proporcionando e indicando a formação da polarização entre Fórum Democrático e Orçamento Participativo.

Essas disputas eram mais presentes quando o governo enviava a peça orçamentária no final do ano, momento em que ocorria, no parlamento, a disputa pela legitimidade de fazer emendas no projeto. Era o mecanismo pelo qual os agentes investidos de mandato parlamentar procuravam ter acesso a recursos do estado com o objetivo de atender sua clientela de *profanos* e aumentar seu capital político.

Notou-se, em 1999, uma mudança de postura dos agentes para uma atitude mais consensual ao longo do ano. Porém, essa alteração foi pontual e em um contexto muito específico – no dia da votação da peça orçamentária para o ano 2000 – e não deve obscurecer o processo: isto é, de que a posição da bancada antagonista ao governo foi de

procurar vincular o Orçamento Participativo a uma imagem negativa na luta pela participação popular. Esse consenso em uma fase tão conturbada mostra que nenhuma das bancadas agiu como um *partido puritano*, abrindo espaços de negociação, ainda que a conjuntura na disputa simbólica fosse turbulenta, marcada pelo conflito em torno de qual seria o projeto mais legítimo. Apesar dessa “pacificação”, o debate sobre o Orçamento do ano 2000 seguiu a lógica de vincular o governo e o Orçamento Participativo a uma imagem negativa.

O Fórum Democrático foi alvo inicialmente de oposição pelos agentes vinculados ao PT, mas nota-se que a postura destes na luta política foi de procurar disputá-lo participando das assembleias. Foi uma atitude distinta da oposição, que durante a maior parte do tempo procurou vincular o OP a uma imagem negativa – ainda que o microcosmos do PT não fosse consensual entre participar ou não do Fórum Democrático. Em 2000, mantiveram as disputas simbólicas em torno da participação popular e de qual poder possuía a forma mais legítima disso. Entretanto, não se pode secundarizar o fato de que houve um abrandamento dessa disputa, que parecia ocorrer menos frontalmente em 2000 do que havia sido no ano anterior.

É possível supor que as “quedas de braço”, como se diz popularmente, haviam migrado para outros debates em relação ao orçamento, como, por exemplo, a destinação de verbas para o Legislativo e Judiciário e a questão do ICMS, como vimos no início deste subcapítulo, ainda que o Orçamento Participativo e o Fórum Democrático também estivessem envolvidos nisso. A peça orçamentária havia sido aprovada sem maiores modificações, o que mostra ter o Legislativo alterado sua estratégia: optava por ter uma postura menos obstrucionista para levar o governo estadual ao descrédito se não fossem cumpridas as determinações do OP.

Igualmente, é possível afirmar que, em 2001, a disputa no orçamento praticamente se esvaiu em relação à legitimidade ou não dos projetos: contestava-se, agora, a capacidade do governo em executar aquilo que era definido pelas assembleias do Orçamento Participativo e do Fórum Democrático. Ao invés de questionar os projetos, que ganhavam relativo consenso entre os agentes com mandato no campo político regional, eles respaldavam a sua luta simbólica utilizando todo o capital que possui a retórica de defesa do que foi definido pelo “povo”. Levava-se o governo ao descrédito questionando a realização das definições que, na visão da oposição, não eram cumpridas.

Além do mais, a suplementação orçamentária feita pelo Executivo, realocando recursos sem autorização do Legislativo, era utilizada para abalar a crença de que o

governo Olívio Dutra atendia à reivindicação popular. Para isso, tentou-se inclusive proibir a utilização deste mecanismo. Como prova desse conflito, a bancada governista defendia que, sem a suplementação, seria impossível cumprir a peça elaborada por meio da participação popular.

Já em 2002, o debate praticamente se esvaiu pelas poucas intervenções em plenário, razão motivada pela vitória de Germano Rigotto no pleito eleitoral, corroborando a ideia de que o tema estava envolvido na transição de governo.

Na última parte, procuramos mostrar que a importância no debate do campo político regional acerca da participação popular ganhava legitimidade e autonomia, a ponto de ela ser utilizada para além da formação da peça orçamentária. Primeiro, o governo procurou mobilizar recursos para alterar o ICMS. Como não tinha maioria legislativa, era a forma para contrabalançar a falta de força política naquele espaço institucional, junto com a exoneração do mesmo imposto em algumas áreas e com apoio de prefeitos que ganhariam um aumento na arrecadação de seus municípios.

Porém, o fato de o governo alegar que a alteração do imposto provinha de uma ‘demanda popular’ provocou os agentes da oposição a mobilizarem o ‘seu’ mecanismo: o Fórum Democrático. Por meio dele, os agentes da oposição conseguiram legitimar sua posição contrária ao reajuste, alegando também atender à reivindicação popular, defendendo sua visão no mundo social por meio desse impasse. Em relação a UERGS, o Fórum Democrático foi a forma onde os agentes da oposição procuraram participar de sua construção e dividir, com os governistas, parte do capital político que o projeto daria.

Notou-se, portanto, que apesar das eleições e do mandato conferido pelo Estado para os deputados estaduais atuarem como agentes profissionalizados do campo político, isso não foi suficiente para estes poderem falar e agir em nome dos *profanos*. A legitimidade conferida aos procedimentos assembleístas obrigava os agentes profissionais do campo político no parlamento a procurarem abrigo por meio de um programa de participação direta.

Só assim conseguiam fazer crer que estavam falando em nome dos *profanos*. Na medida em que oposição e situação administravam programas próprios, fica claro que os projetos de participação popular ganhavam autoridade, legitimidade e consensualidade no campo político, que agia como vetor de censura: os agentes que criticassem a participação popular corriam o risco de perder capital político. Por isso, as críticas eram direcionadas ao governo e a oposição, e não aos projetos.

Executivo e Legislativo legitimaram-se com o Fórum Democrático e OP falando em nome dos *profanos*, mas nenhum dos programas garantiu capital simbólico a ponto de um poder conseguir se sobressair sobre o outro.

4 O GOVERNO *PETISTA* E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A relação do PT com os movimentos sociais é bastante abordada pela bibliografia.²⁵³ Eles são vistos como um recurso importante utilizado e convertido em capital político pela sigla, explicando parte de sua ascensão, apesar da origem “extraparlamentar”. Os *movimentos sociais/teologia da libertação/esquerda marxista* são considerados pela literatura como os pilares do partido²⁵⁴, mas outros setores também o compuseram e com diferentes pesos conforme as realidades regionais, pois os recursos disponíveis para o PT construir o seu capital político variaram em cada lugar. E qual o papel dos movimentos sociais na seccional gaúcha? Poderíamos dimensioná-lo com importância equivalente no Rio Grande do Sul a outros estados? Sem dúvida, há fortes indícios de os movimentos sociais terem sido fundamentais para a seccional gaúcha organizar-se enquanto instituição no campo político.

Benito Schmidt indicou a presença do PT-RS em diversos movimentos relativamente organizados: sindical, corporativo, nos sem-terra, de mulheres, negros e estudantis, tendo uma capilaridade bem variada. Odaci Coradini, por sua vez, mapeou as origens dos recursos sociais dos candidatos na eleição de 1994. Ele identificou que o PT foi a sigla que teve mais candidatos com origens sindicais e funcionários públicos entre todas as legendas, com nomes como Ronaldo Zülke (deputado estadual), Miguel Rossetto

²⁵³ Ver: GAGLIETTI, op. cit.; IASI, op. cit.; KECK, op. cit.; MENEGUELLO, Rachel. *PT – a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia de Letras, 2012 e muitas outras obras, algumas delas arroladas na bibliografia desta tese. Usamos neste trabalho o conceito de movimento social ancorado com aquilo que Christa Berger definiu a respeito. Isto é, enxergando-os como formas de organização e mobilização entre os processos de reprodução social e o campo político e seus conflitos, envolvidos, sobretudo, como formas de relações sociais. Um movimento social, nesse sentido, está inserido no interior do campo político, que inclui o Estado, partidos e outras formas de organização que moldam um quadro de lutas, conflitos e contradições, em que se sobressai a luta pelo poder simbólico, isto é, por crer, fazer crer e nomear tanto a si como ao outro. Por vezes, os movimentos sociais trazem à tona uma voz dissonante e desestruturante no campo político. Entretanto, podem servir como endossadores de uma determinada posição estabelecida nas disputas entre os agentes. Por outro lado, essa relação se vincula com o seguinte questionamento: até que ponto os movimentos sociais possuem autonomia em relação às estruturas de poder estabelecidas? Isto é, de que forma podemos compreender estes movimentos como microcosmos relativamente autônomos em relação aos governistas e oposicionistas? Maria da Glória Gohn menciona que a relação entre as estruturas de poder e os movimentos sociais na ótica da autonomia do segundo em relação ao primeiro é um problema observado na América Latina. Contudo, os movimentos sociais de maior durabilidade tendem a ser aqueles que constroem uma identidade e agenda própria. Levamos em consideração, neste caso, o fato de que os movimentos sociais sempre exercem suas pautas no campo político, mesmo que, eventualmente, criem vinculações e alianças com determinados agentes. A respeito da definição e imposição dos movimentos sociais no campo político, ver: GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, 2006 e BERGER, Christa. *campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 81-89.

²⁵⁴ SECCO, op. cit.

e Paulo Paim (deputados federais na época).²⁵⁵ Outro ponto ilustrativo foi *Zero Hora* mencionar que duas dezenas de sindicalistas haviam sido escolhidos por sufrágio para ocuparem cargos públicos, sendo o próprio governador, e seu vice, líderes sindicais no passado recente. Também um deputado oposicionista disse não ter “dúvida de que os sindicatos dos servidores públicos foram os que deram a vitória à Frente Popular. Não é mera coincidência o fato de que os principais escalões deste governo - e nisso não há nenhum demérito - são compostos de sindicalistas”.²⁵⁶ Havia, portanto, bastantes evidências de que o PT garantiu boa parte de seu capital político também no Rio Grande do Sul por meio dos movimentos sociais.

E como seria sua relação com os movimentos sociais no governo? Przeworski diz que os partidos socialistas passaram a lidar com fortes restrições ao se tornarem competitivos. Assim, “o movimento tornou-se burocratizado, as táticas foram reduzidas à tentativa de conquista do eleitorado, as discussões políticas foram limitadas a questões que poderiam ser solucionadas em consequência da vitória no próximo pleito” e qualquer projeto que não contribuísse para a disputa eleitoral era cunhado de utópico. Assim, eles tiveram que optar por permanecerem próximos de sua base sem vencer eleições ou correr o risco de se expandir a ponto de perder a especificidade de sua relação com os núcleos que antes atuava.²⁵⁷ *Bourdianamente*, o nexos de reprodução e censura do campo político propende a condicionar os agentes a atuarem em uma lógica conservadora, forçando os partidos de esquerda a se adaptarem a isso sob pena de perda de capital político e redução de sua força eleitoral na luta entre as legendas.

Como o governo estadual, liderado por um partido de esquerda que ganhou capital político com uma atuação oposicionista e uma gestão ‘puritana’ na capital, colocando-se como representante desses segmentos organizados, teve que lidar com o novo contexto? E a oposição parlamentar, como associaria o governo *petista* aos movimentos sociais e cobraria as promessas e posições do PT quando o partido estava na oposição antes de 1999? Isto sendo sabedores de que boa parte da *fides implícita* do PT foi formada pela atuação oposicionista do partido aliado à uma aproximação com os movimentos sociais relativamente organizados. Quais estratégias adotariam no novo contexto para subverter e impedir a trajetória em posição ascendente do PT no campo político regional? E como

²⁵⁵ SCHMIDT, op. cit.; CORADINI, op. cit.

²⁵⁶ Jornal Zero Hora, 14 de março de 1999. *Arquivo MUSECOM*; Deputado Estadual Frederico Antunes (PPB). Assembleia Legislativa. 24.02.2000. *Anais da ALERGS*.

²⁵⁷ PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. Companhia das Letras: São Paulo, 1991, p. 281.

lidariam com movimentos que, em um passado próximo, pressionavam estes mesmos deputados quando eram situacionistas?

Antes estudaremos como as bancadas destacaram o papel do CPERS e dos profissionais da educação, sobretudo quando a questão salarial esteve em discussão, momento de maior conflito entre os agentes políticos. Depois, veremos como as bancadas procuraram retratar o MST, que teve representação importante no governo Olívio Dutra com um membro seu sendo secretário da agricultura. O estudo específico destes se dá pela sua vinculação com o PT gaúcho. O deputado Iradir Pietroski (PTB), vinculado à oposição, dizia que o CPERS e o MST eram os grupos mais importantes para o governo Olívio Dutra. Pouco antes da posse, o Secretário da Segurança Pública chegou a afirmar que o papel da Brigada Militar no governo Olívio Dutra era “atuar como um anjo da guarda” do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra²⁵⁸, ilustrando essa proximidade e apoio ao agrupamento de forma deliberada. Era um contraponto, por exemplo, ao que o próprio PT dizia do governo anterior: “A reforma agrária foi tratada como caso de polícia. O negociador [das desocupações] sempre foi o Secretário de Segurança, ao invés do Secretário da Agricultura ou mesmo o próprio governador”.²⁵⁹

4.1 O CPERS E OS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO: NOVOS TEMPOS NO PIRATINI?

A educação pública, como ferramenta legitimadora de posições no campo político dentro do parlamento estadual, iniciou trazendo temas pendentes do governo Antônio Britto, formando, por meio do governo passado, o processo de di-visão entre os agentes legitimados por mandato Legislativo. Isso se explica pelo fato de alguns dos momentos de maior tensão entre oposição e situação no governo anterior terem vindo de debates sobre reajuste ao professorado estadual e as alterações no plano de carreira do corpo docente.

Em 1998, o CPERS convocou greve pedindo 190% de reajuste salarial ao governo Antônio Britto. O PT, por sua vez, usou de sua bancada legislativa para se colocar, entre os profissionais do campo político no parlamento, como o partido ‘porta-voz’ das agendas propostas pelo CPERS junto com o PDT e o PSB. Mas o PT tinha a seu favor a filiação

²⁵⁸Jornal Correio do Povo, 6 de dezembro de 1998. *Arquivo CP*.

²⁵⁹ DUTRA, Olívio. *Programa de governo* – texto para discussão (versão preliminar, não revisada) – 30.07.1998, p. 52; ENTREVISTA de Iradir Pietroski para César Filomena. DVD-ROM-4. Disponível em: <https://goo.gl/5nyv1n>. Acesso em 13.08.2018

da presidente do sindicato com a legenda, possuindo relativo controle dele, conforme a estratégia *petista* no campo político.

Em fins de 1998, a equipe de transição do governo nomeou Lúcia Camini como secretária da educação, sendo essa “a escolha mais difícil para o secretariado” por ter sido “disputada por cinco candidatos”. A disputa explica-se pela estrutura envolvida: com 49% dos funcionários públicos do estado e 35% do orçamento, era um recurso estatal relevante e passível de conversão em capital político.²⁶⁰ Camini era escolhida por ter sido presidente do CPERS durante o governo Antônio Britto, sendo a líder das reivindicações daquela categoria. Essa opção significava que o governo *petista* sinalizava para uma aproximação do Executivo com o movimento sindical do magistério. Este objetivo sobrepujava o interesse de outros partidos em ocupar a pasta: cinco agentes do campo político, pertencentes a diferentes agrupamentos disputavam, no interior da base aliada, o comando da secretaria.

Mas as contradições entre o sindicato e o governo já apareceram antes mesmo de o PT assumir o Executivo, com a oposição parlamentar procurando constranger ambos. O deputado Wilson Covatti, em entrevista, usou o contexto para contrastar a posição de Camini na liderança do CPERS com as primeiras medidas anunciadas pelo governo do estado:

O deputado Wilson Covatti, do PPB, disse ontem não acreditar que a presidente do Cpers/Sindicato, Lucia Camini, venha a assumir a Secretaria da Educação do governo Olívio Dutra. Ele garantiu que as declarações públicas de Lucia, descartando qualquer possibilidade de concessão de aumento salarial para o magistério, 'coloca em risco a governabilidade do Estado'. O parlamentar acredita que, na melhor das hipóteses, as contradições entre o discurso da líder sindical e a prática diária como integrante do Executivo farão com que ela seja demitida nos primeiros meses da *administração popular*. 'O Estado precisa de gente séria', reclamou Covatti, lamentando que o discurso do PT a favor do magistério valeu apenas durante a campanha eleitoral no Rio Grande do Sul.²⁶¹

Nesse ponto, contrastando a prática discursiva dos agentes políticos do PT enquanto oposição com a nova postura, agora no governo, o bloco parlamentar antagonista

²⁶⁰ Jornal Correio do Povo, 02 de dezembro de 1998. *Arquivo CP*; CAMINI, op. cit.

²⁶¹ Jornal Correio do Povo, 07 de dezembro de 1998. *Arquivo CP*. A cordialidade entre o governo do estado e o CPERS no início do mandato de Olívio Dutra também veio a ser ironizada por parte dos meios de comunicação. O chargista Marco Aurélio, de Zero Hora, insinuava que o CPERS sindicato era filiado à Secretaria da Educação, contrapondo os adesivos que entidades vinculadas à CUT costumam utilizar. Ver charge no anexo III desta tese.

já explorava uma cizânia entre o *puritanismo petista* frente às contradições inerentes ao posicionamento situacionista.

O PT tinha como obstáculo administrar no governo uma folha de pagamento que onerava 82% de sua receita.²⁶² Isso traria problemas durante o mandato: a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, colocou um teto de 60% dos gastos em estados e municípios com pessoal. Se não aumentasse a receita, o Executivo teria que cortar gastos com o funcionalismo para enquadrar-se nela. E essa medida provocaria contrariedade destes setores, podendo levar à perda de capital político por parte do PT e à articulação de movimentos contrários a essas medidas. Isto é, resultando em perda de prestígio ao governo *petista* em uma área onde soube construir-se na oposição.²⁶³

4.1.1 OS REAJUSTES SALARIAIS NA ÓTICA PARLAMENTAR: EXECUTIVO, LEGISLATIVO, MAGISTÉRIO E SINDICATO

A questão relacionada aos vencimentos do professorado tomou a atenção de parte da oposição logo no início do governo, ainda que este tema fosse menos discutido do que a falta de vagas a alunos nas escolas públicas do estado. Paulo Odone (PMDB) acusou Olívio Dutra de estelionato eleitoral por Lucia Camini ter anunciado o congelamento dos salários no primeiro ano de governo, cobrando “pelo menos 89,6% de reajuste, que foi o aumento dado no primeiro ano de governo Britto”. A apropriação do tema por parte da oposição condiz com a constatação de Valdelaine Mendes. Em sua tese de doutorado, a pesquisadora identificou a existência de uma expectativa gerada pelo governo Olívio Dutra em direção a uma recuperação salarial em curto prazo por parte do professorado gaúcho.²⁶⁴ Ou seja, a oposição usava essa perspectiva pré-existente para mobilizar seus agentes para falar e agir em nome da categoria, pressionando o Executivo para o

²⁶² ABRÚCIO, Fernando; COSTA, Valeriano Ferreira. *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999.

²⁶³ Jornal Zero Hora, 09 de janeiro de 1999. *Arquivo MUSECOM*.

²⁶⁴ Jornal Zero Hora, 06 de Janeiro de 1999. *Arquivo MUSECOM*; MENDES, Valdelaine. *Participação na definição de uma política educacional: mecanismos de controle público sobre as ações do governo*. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005.

cumprimento desta bandeira, e constringendo os atos iniciais do PT que iam na direção oposta.

Nas primeiras manifestações da nova legislatura, alguns parlamentares já abordavam o assunto. Elmar Schneider (PMDB), comentando uma entrevista de Luciana Genro, dizia:

Em matéria publicada no jornal *Correio do Povo* de hoje, a Deputada Luciana Genro dizia que saiu satisfeita da audiência com a Secretária de Educação, Lucia Camini. Ao ler o conteúdo da notícia, fiquei impressionado: como é que a deputada pode ficar feliz se o projeto de lei que trata de aumentar em 190% os vencimentos dos professores não foi enviado à Assembléia Legislativa, e não se sabe quando será remetido - isso depende apenas de um ato político. A atual secretária é a mesma pessoa que, por reiteradas vezes, quando presidente do Cpers, reivindicava esse aumento junto a este Parlamento. Sem dúvida nenhuma, agora, é chegada a hora de o governo começar a dizer por que veio e para onde quer ir.²⁶⁵

Nota-se que a questão salarial do magistério público estadual já tomou a atenção dos parlamentares desde o início da legislatura. Os deputados da oposição procuraram logo cobrar do PT o cumprimento de uma bandeira que o partido usava para mobilizar o Sindicato dos Professores e liderar as reivindicações da categoria contra o governo Antônio Britto, contribuindo para desgastar aquela administração. Estavam em pauta as posições *puritanas* que o partido teve quando atuou como uma oposição contundente à gestão do PMDB no governo do estado. Elmar Schneider (PMDB), por exemplo, não só cobrou do governo uma proposta de reajuste, 10 meses depois do seu início, como procurou constringer o parlamentar Edson Portilho (PT), cujos recursos sociais eram oriundos do professorado estadual.

Está presente neste plenário um representante dos professores públicos, que caminhava com a bandeira erguida reivindicando reajuste salarial para o magistério: o Deputado Edson Portilho. Hoje, S. Exa. representa neste Parlamento o Poder Executivo, e tenho certeza de que fará o anúncio tão

²⁶⁵ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 18.02.1999. *Anais da ALERGS*, grifo meu. A matéria mencionada por Schneider e por ele contraposta dizia: “Na audiência de ontem à tarde com a secretária estadual de Educação, Lucia Camini, a deputada Luciana Genro afirma ter saído satisfeita do encontro que tratou sobre o problema da falta de professores, recursos e projetos para a educação. A secretária Lucia, segundo a deputada, garantiu que não deverá adotar qualquer atitude mais decisiva para o magistério sem que seja antes discutida com a categoria e o Cpers. Sobre a dificuldade de aumento aos professores antes dos primeiros 18 meses de governo, manifestada pelo chefe da Casa Civil, Flávio Koutzii, Luciana disse ter ficado satisfeita em saber que não se trata de uma posição de secretariado, nem de deliberação fechada de governo. A deputada avalia que é importante que junto à discussão salarial seja também debatido como e onde buscar recursos. Luciana, que assume no próximo dia 2 a vice-presidência da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, assegura que não irá abrir mão de fiscalizar e de ficar vigilante diante de todas essas questões de interesse social, especialmente aquelas afetas ao ensino público”. *Jornal Correio do Povo*, 18 de fevereiro de 1999. *Arquivo CP*.

esperado pelos professores. Já se passaram quase 10 meses do início do Governo Olívio Dutra, e os professores não suportam mais a espera! [...]. A imprensa pode aguardar: estou convicto de que o Deputado Edson Portilho, como professor público, *petista* e defensor do governo que é, virá a esta tribuna dizer que o reajuste salarial para o magistério será de tanto, a partir de tal dia, conforme Olívio Dutra prometeu no palanque, durante a campanha eleitoral, para ganhar as eleições. [...]. Creio que o Deputado Edson Portilho, bem-intencionado, conversava pelo telefone celular com a Secretária Lúcia Camini, que invadiu este plenário como sindicalista, mas hoje pode entrar aqui pela porta da frente. Vamos esperar com muita ansiedade, em nome dos professores do Rio Grande do Sul, que o Deputado Edson Portilho venha a esta tribuna e anuncie que a promessa do Governador Olívio Dutra de reajuste salarial aos professores vai-se concretizar a partir de amanhã, 15 de outubro, Dia do Professor.²⁶⁶

Podemos perceber que a tentativa da oposição visava constranger o governo do PT no primeiro ano de mandato e, ao mesmo tempo, colocar a administração *petista* vis-à-vis com um eleitorado que, pelas manifestações dos deputados oposicionistas, ofereceu significativo apoio a Olívio Dutra, confiando a ele capital de prestígio por contrapor Antônio Britto. Mas, aferindo que o governo optou por não reajustar nenhum salário no primeiro ano de governo, como os agentes da situação justificaram essa medida? Ponderando que a posição tomada pelo PT ia de encontro à postura que teve enquanto oposição, o que, de certo modo, causava danos ao capital político acumulado pelo partido e viabilizava para os parlamentares antagonistas pressionarem pelo cumprimento das bandeiras que a legenda defendia quando estava fora do Executivo.

Apesar desse choque de posições entre o PT “do governo” e “da oposição”, nos perguntamos: a bancada situacionista aderiu sem contestações a essa posição, já que havia deputados vinculados ao professorado e que capitalizaram ali parte importante de sua *fides implícita*, como parcela da bancada do PDT e os parlamentares Luciana Genro (PT), Maria do Rosário (PT) e Edson Portilho (PT)? Correriam o risco de colocar em xeque parte do capital político incorporado em troca da fidelidade ao agrupamento – e ao governo – que lhes delegava prestígio? E a relação com o CPERS, como se manteve?

Em geral, a bancada governista procurou sustentar a ideia de que o Executivo estava organizando as contas públicas deixadas pela gestão anterior e, por isso, ainda não tinha condições de conceder reajustes. A única exceção a essa lógica foi Luciana Genro. Ela chegou a dar diversos discursos ao longo de 1999 alinhados com a oposição parlamentar. Em fala no CPERS, ela criticava a ausência de reajustes salariais no Plano Plurianual do governo – que define as metas do governo durante os quatro anos. Concordava explicitamente com Mário Bernd (PMDB), defendendo que, ao menos, a

²⁶⁶ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 14.10.1999. *Anais da ALERGS*.

inflação deveria ser reposta, e defendia que a medida traria frustrações ao funcionalismo estadual. Há de se ressaltar também que o CPERS era um sindicato em disputa por agentes diversos que buscavam controlá-lo. Como um microcosmo, estes agentes visavam obter o controle desse recurso e, muitas vezes, converter em capital político. Camini, por exemplo, cita a disputa de dois coletivos para controlar o CPERS: o Pó de Giz e o Movimento de Esquerda Socialista (MES). Este último era liderado por Luciana Genro.²⁶⁷ Portanto, é importante observar esta parlamentar como uma agente no campo político que buscou ascender e controlar este recurso, por isso adotava posições em defesa da categoria mesmo que viessem de encontro com as definições do governo do estado. Assim, se colocava aos militantes do CPERS como ‘verdadeira’ representante do professorado, e não os que estavam no governo. Construía uma imagem na luta simbólica que visava associá-la a uma postura de ‘coerência’, ainda que estivesse, agora, no situacionismo e convertia isso em capital político.

Mas, com exceção de Luciana Genro, os parlamentares do PT, do PCdoB e do PDT mantiveram-se na sustentação do discurso situacionista pelo menos nos primeiros meses. Portanto, assumiram a lógica de defesa da política institucional, fazendo pouco coro às reivindicações dos movimentos de base em prol de um reajuste.

O contrário ocorreu em casos pontuais: como quando, alegando se adequar à recém-aprovada Lei da Responsabilidade Fiscal, que criava um teto de gastos públicos com despesa de pessoal, o governo anunciava em junho um pacote de medidas que cortava vantagens acumuladas pelos servidores mais antigos, e afetava também a remuneração da categoria. Ou seja, ele colocava-se contra a criação de um reajuste salarial e nesse momento também propunha retirada de direitos. Além da crítica ao pacote vir de toda a oposição ao PT, a bancada do PDT não aderiu e os parlamentares Paulo Pimenta, Cecília Hipólito e Luciana Genro também se opuseram, acarretando no recuo do governo em implantar a medida, nem a levando para o plenário.²⁶⁸ Mas isso foi uma exceção. Em geral,

²⁶⁷ *Jornal Correio do Povo*, 03 e 14 de abril de 1999. *Arquivo CP*; Camini, op. cit.

²⁶⁸ A esse respeito, cf. Deputada Estadual Luciana Genro (PT). Assembleia Legislativa. 16.06.1999. *Anais da ALERGS*; *Jornal Correio do Povo*. 17 de Junho de 1999. *Arquivo CP*; Deputado Estadual César Busatto (PMDB). Assembleia Legislativa. 15.06.1999. *Anais da ALERGS*. A atitude dos deputados da base contou inclusive com o apoio dos deputados da oposição. César Busatto chegou a parabenizar nominalmente os parlamentares que se rebelaram da orientação partidária do executivo gaúcho: “Cumprimento o Deputado João Luiz Vargas pela coragem de tornar pública uma nota que demonstra que S. Exa. não se submete ao arbítrio, à prepotência, à falta de moral e de transparência do Governo Olívio Dutra. Cumprimento também o Deputado Paulo Pimenta e a Deputada Luciana Genro, que parece que não seguem a cartilha ideológica do trotskismo que comanda o PT e o Governo Olívio Dutra, pois hoje tiveram a coragem de dizer - e talvez sejam punidos por isso - que a medida era inoportuna, não era correta e que a bancada do partido do governo não havia sido consultada”.

a bancada de situação sustentou o congelamento do salário no primeiro ano. Nota-se que os profissionais do campo político no parlamento calcularam os danos que a medida causaria em seu capital político e naquele delegado ao PT. E também expunha que o PT, enquanto microcosmo, não estava coeso.

O projeto de revogação do Plano de Carreira estabelecido pelo Governo Antônio Britto era uma pauta da campanha eleitoral e defendida pelo CPERS. O governo o apresentou em novembro de 1999, com o aumento da pressão do Sindicato, dos servidores públicos e também da base aliada pela apresentação de uma proposta salarial. Ou seja, quando parte dos setores que apoiaram o PT em 1998 explicitavam a crise na *fides* ao governo e cobravam mais fortemente um posicionamento sobre as bandeiras que ele defendia quando estava na oposição, inaugurando um conflito entre os microcosmos e parte de seus recursos. São diversas as fontes que dão sustentação à tese de que, ao longo de 1999, surgiam divergências na base aliada do governo e em sindicatos próximos do PT, como é o caso do CPERS.

Citaremos alguns episódios que eram de conhecimento público e proferidos por aliados, que deixavam explícito isso. Em Junho, o CPERS declarou Estado de Greve para “intensificar a pressão sobre o governo do Estado para que apresente soluções às reivindicações da categoria”; Luciana Genro criticava o governo pela ausência de uma política salarial. E Pompeu de Mattos, deputado federal do PDT, cobrava “definição do governo do Estado sobre reposição mínima de salário para o magistério”. Também no PDT, toda a bancada solicitava uma política salarial para o magistério, pois seria “inadmissível que reduzam ainda mais os baixos salários dos professores” nas palavras de Vieira da Cunha, referindo-se à retirada de vantagens visando o enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal. No PT, Paulo Pimenta dizia não ter como ignorar “a crescente pressão da base dos servidores na busca de uma política salarial justa” reconhecendo “a necessidade de o governo do Estado mostrar indícios concretos de sua disposição em corrigir as distorções salariais do funcionalismo”. No CPERS, a direção do sindicato foi alterada em agosto, disputada entre duas chapas vinculadas à tendências internas do PT, ilustrando o predomínio do partido sobre o sindicato. Na transição de diretoria, inclusive, estiveram presentes Olívio Dutra e a secretária Lúcia Camini.²⁶⁹ Mas esse predomínio do

²⁶⁹ Jornal *Correio do Povo*, 12, 16 e 17.06.1999, 7 e 17.08.1999, 18.09.1999 e 14.11.1999. *Arquivo CP*; Jornal *Zero Hora*, 28.05.1999. *Arquivo MUSECOM*. Juçara Vieira Dutra venceu aquela eleição contra Márcia Dornelles, então presidente do sindicato. Dutra era vinculada à Articulação de Esquerda, enquanto Dornelles à Democracia Socialista.

PT não significava ausência de tensões. Pelo contrário. Tanto o partido como seus *convertidos* e militantes profissionais e benévolos disputavam o domínio do sindicato para controlar a agremiação e apropriar-se do seu capital incorporado.

Para contrabalançar, o governo estadual apresentou o projeto de reestabelecimento do antigo plano de carreira no fim de 1999. Assim, respondeu aos setores que demonstravam seu descontentamento com o Executivo recusando reajustes no primeiro ano de mandato, bem como aos agentes opositoristas que usavam isso para construir no mundo social a ideia de que o governo Olívio Dutra tratava com pouco caso a questão do plano do professorado. Porém, essa proposta mantinha o acavalamento de níveis. Em linhas gerais, isso promovia uma diferenciação na remuneração do professorado conforme cada grau.

A proposta do governo foi discutida na ALERGS em cima dessa questão. A bancada opositorista aproveitou o contexto de pressão que surgia na base aliada e, para constranger o governo, apresentou uma emenda que derrubava essa divisão. Focando nisso, apegava-se no que Lucia Camini dizia à frente do CPERS em 1998, quando essa divisão foi imposta. É o que podemos depreender no trecho citado abaixo e proferido por João Osório (PMDB) em resposta ao líder do governo na Assembleia Legislativa naquele momento, Ronaldo Zülke (PT):

[Gostaria de] perguntar se S. Exa. está contra a atual secretária de Estado da Educação, sua companheira de partido, que presidiu o maior sindicato deste País durante muitos anos. Disponho da matéria em que a Professora Lúcia Camini afirma que irá lutar enquanto tiver forças para extinguir a superposição de níveis dentro do magistério. Estamos discutindo uma emenda defendida pela Sra. Secretária, e o líder do governo não comenta esse assunto na tribuna. Fala em plano de carreira e em melhoria de qualidade de ensino no magistério, mas que melhoria pode existir sem salário? Como irá melhorar a qualidade de ensino com um magistério que está há anos reivindicando um salário justo, e o governo de V. Exa. vira as costas aos reclamos dos professores, que estão em estado permanente de greve? Que plano de carreira é esse, deputado, se o governo sequer sinalizou um aumento para esta categoria tão importante? Acredito que o Governador Antônio Britto não foi bom patrão, pois concedeu apenas 89% de aumento salarial para o magistério. Queremos discutir quando o governo do PT pretende conceder de aumento salarial ao magistério, mas o líder do governo ocupa a tribuna, debate o plano de carreira, mas não menciona a emenda que proporcionaria melhoria salarial a 70% dos educadores dos Níveis 5 e 6.²⁷⁰

Vimos que o acavalamento de níveis motivou críticas não só ao governo e à então presidente do CPERS no período Britto, mas também à então atual diretoria do sindicato que, segundo a oposição, não teria colocado o tema na pauta de negociação com o governo

²⁷⁰ Deputado Estadual João Osório (PMDB). Assembleia Legislativa. 17.11.1999. *Anais da ALERGS*.

estadual. Giovani Feltes (PMDB) argumentava que o CPERS não havia pedido pelo “jogo de compadrio, onde o interesse do braço político eleitoral, vinculado a quem está no poder, é maior do que a verdadeira representatividade dos milhares de professores”. Ele dizia que o tema era tratado entre a oposição parlamentar e o CPERS, mas questionava que o próprio sindicato não havia levado a mesa com o governo, mas cobrava dos parlamentares antagonistas ao Executivo que votassem contra a manutenção dos níveis.²⁷¹

A estratégia da oposição foi constranger sindicato e governo. Ao cobrar posição em relação ao desnivelamento salarial imposto pelo Plano de Carreira e mantido pelo projeto encaminhado pelo Executivo, ela colocava-se como advogada da reivindicação da categoria e, ao mesmo tempo, punha em xeque a posição do PT como ‘guardião’ dos direitos dos professores do estado. Conseguia criar um contexto propício para se mostrar como ‘protetora’ da categoria e procurava obter capital político na medida em que fazia o situacionismo ficar defrontado com o magistério, obtendo apoio também de benévols, isto é, de *profanos* simpáticos à causa do professorado, embora sem ligação direta com eles.

É nessa direção que Otomar Vivian, do PPB, alegava que Olívio “se elegeu com significativa votação dos servidores públicos, especialmente do magistério gaúcho” e assumiu “o compromisso durante a campanha eleitoral de restabelecer – repito, de restabelecer – a Lei nº 6.672/74, referente ao Plano de Carreira do Magistério”. Assim, dizia estar surpreso que em “nenhum momento foi mencionada a questão da remuneração dos professores, e o governo manteve o chamado acavalamento dos níveis, que reduz os vencimentos dos professores estaduais, especialmente dos Níveis 5 e 6, nos quais encontra-se quase 80% do magistério gaúcho”. Ele dizia que a proposição da emenda ajudava “assim o governo a cumprir o que prometeu durante a campanha política, isto é, restabelecer na sua integralidade o Plano de Carreira do Magistério da Lei nº 6.672/74”.²⁷²

Houve também uma luta personalizada, direcionada aos deputados ligados ao magistério gaúcho. A oposição procurou destacar o que estes defendiam quando não eram governistas, deslegitimando suas falas como representantes legítimos da categoria que os ajudou a eleger. Ou seja, contrapuseram as posturas distintas que estes deputados enfrentavam agora no governo à atuação oposicionista que ajudou a formar o capital político da sigla e pessoal destes agentes. Mário Bernd (PMDB) chegou a chamar o deputado Edson Portilho de ‘deputado cartilhistas’ por votar contra a categoria, seguindo

²⁷¹ Deputado Estadual Giovani Feltes (PMDB). Assembleia Legislativa. 17.11.1999. *Anais da ALERGS*.

²⁷² Deputado Estadual Otomar Vivian (PPB). Assembleia Legislativa. 17.11.1999. *Anais da ALERGS*.

a posição definida pelo Executivo. E defendia a posição de Luciana Genro, que votou contra o próprio governo. Assim como ele, Postal também elogiava sua postura por sua postura em separado da bancada.²⁷³ Ao elogiar a atuação dela, contribuía para o constrangimento dos demais deputados e atuavam para criar uma crise interna na bancada do PT. Isso porque Luciana Genro optou por defender seu capital político pessoal e não votar contra o CPERS, apoiando a posição que a agremiação sindical tinha acolhido. Para isso, apegava-se a outros argumentos, associados às reivindicações que partiam do sindicato que se colocava como autorizado a falar em nome dos professores.

Em relação a essas críticas, como os deputados do PT buscaram defender o governo desse conflito? Além disso, como procuraram fazê-lo tendo em vista a manutenção do projeto original, que foi enviado pelo Executivo gaúcho? Como os deputados vinculados ao magistério responderam a essas provocações (que visavam justamente dissociar estes parlamentares do grupo onde obtinham a delegação de representantes e obtinham sua *fides*)?

Como os deputados da oposição concordavam com a ideia de não oferecer naquele instante um reajuste salarial, os parlamentares ligados ao governo diziam que a medida era inconstitucional. Para manter sua posição e, ao mesmo tempo, assegurar o apoio do professorado, alguns governistas prometeram “fazer um debate posterior” do tema. E, também, contrastavam a maneira de agir da administração *petista* com a do PMDB. Eles sustentavam que o plano anterior fora aprovado sem “nenhum debate com os educadores, com as comunidades, foi votado e aprovado por este plenário, tendo toda a categoria do magistério público estadual em oposição à proposta”, e indagavam: “tiveram durante quatro anos a possibilidade de fazer o chamado desacavalamento do plano de carreira e não o fizeram – ao contrário, institucionalizaram-no – vêm agora falar em coerência, em responsabilidade, em demagogia”.²⁷⁴ O projeto foi aprovado com duas emendas, recomendando reajuste à categoria e extinguindo o acavalamento de níveis, esta com o Executivo anunciando que vetaria.

Notamos que os blocos tentaram interpretar a aprovação da revogação do Plano de Carreira como algo positivo, disputando a participação simbólica da legitimidade do projeto e, conseqüentemente, o possível capital político que poderia ser advindo dessa

²⁷³ Deputado Estadual Alexandre Postal (PMDB). Assembleia Legislativa. 17.11.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Mário Bernd (PMDB) Assembleia Legislativa. 17.11.1999. *Anais da ALERGS*

²⁷⁴ Deputado Estadual Ivara Pavan (PT). Assembleia Legislativa. 17.11.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Ronal Zülke (PT). Assembleia Legislativa. 17.11.1999. *Anais da ALERGS*; Deputada Estadual Maria do Rosário (PT). Assembleia Legislativa. 17.11.1999. *Anais da ALERGS*.

medida. Mas a estratégia dos agentes da oposição em propor o fim do acavalamento de níveis constrangeu a relação entre CPERS e governo. Este ficou com o ônus político de vetar a medida que era apoiada pelo sindicato. A oposição conseguia não só disputar a participação em uma ‘agenda positiva’, como a proposta da revogação do plano de carreira era. Mas, também, constranger o governo e abalar a confiança do representante legítimo da categoria com ele.

É o que fica evidente na entrevista da presidente do CPERS: “Juçara Vieira assegurou também que o magistério continuará mobilizado para eliminar a sobreposição de níveis, pois o governo deverá vetar a emenda aprovada pelo Legislativo”.²⁷⁵ Ou seja, o sindicato anunciava que a relação com o governo passava para uma linha de maior tensão, com o primeiro pressionando para se manter a emenda da oposição. É possível afirmar, portanto, que a oposição conseguiu atingir o objetivo de gerar uma crise na *fides* entre CPERS e governo.

Lucia Camini, em trabalho acadêmico, destaca que a crise não foi somente com o parlamento. Segundo ela, o CPERS fez “tensionamentos fortes” e “muitas manifestações, documentos públicos e tensões no parlamento até a sua aprovação”. A divergência maior seria sobre os “níveis do Plano [de carreira], em que o Sindicato defendia um percentual maior entre os níveis, a partir do vencimento básico, os níveis de escolarização e o enquadramento de todos os funcionários na carreira”.²⁷⁶ A pressão contra o governo veio praticamente de todos os setores, que mobilizavam os seus recursos para pressioná-lo e converter suas reivindicações em políticas públicas.

Em meio a essa discussão, em um caso específico, a oposição constrangeu Luciana Genro em sua relação com o agrupamento *petista*. A atitude dela, além de atrair o apoio da bancada oposicionista, teve como resposta pública de que era uma “imaturidade política” por Maria do Rosário (PT) e “quebra de lealdade e flagrante desrespeito” a uma “decisão do governo”. Na visão do líder do governo no parlamento, era uma conduta que precisava “ser discutida pelos órgãos adequados dentro do partido”. A Executiva Estadual do PT foi convocada pela sua bancada, pedindo punição da deputada. Segundo disse à época Ronaldo Zülke (PT), “a questão é gravíssima e exige uma atitude da direção”.²⁷⁷

As citações acima ilustram a crise interna que a atitude gerou, já que toda a bancada optou por defender a posição que era mantida pelo agrupamento e defendê-lo contra os

²⁷⁵ Jornal *Correio do Povo*. 18 de novembro de 1999. *Arquivo CP*.

²⁷⁶ CAMINI, op. cit., p. 180.

²⁷⁷ Jornal *Correio do Povo*, 18 de novembro de 1999. *Arquivo CP*.

ataques ao capital simbólico do PT. Ou seja, repudiando a atitude de Luciana Genro em ficar com a posição sindical e preservar-se da perda de *fides* com a categoria. Sua atitude, ao se descolar da orientação da agremiação, dividia mais o microcosmos e colocava o governo com menor apoio em temas da agenda educacional que fosse de encontro às pautas do CPERS.

O apoio à parlamentar *petista* por parte da oposição ficou registrado em livro publicado por Onyx Lorenzoni (PFL). Nota-se a tentativa de jogar a deputada contra o PT e o governo, buscando fazer crer que a posição do partido era dissonante do que apregoava na oposição, colocando em descrédito os agentes situacionistas do campo político.

É extraordinário que uma deputada do PT tenha que justificar ao partido o cumprimento do que prometeu aos seus eleitores. O partido quer puni-la porque ela disse que votará e continuará a votar com aqueles que nela votaram. O partido quer puni-la porque ele, partido, mudou de ideia. Esse partido disse, na eleição, que o outro candidato era mentiroso, e o Rio Grande do Sul, silenciosamente, acreditou nessa mentira.²⁷⁸

A postura da oposição se dirigiu no sentido de impedir que uma ‘agenda positiva’- a alteração do Plano de Carreira - viesse a significar aumento de capital político ao governo do estado e reforço dos laços do PT com o magistério gaúcho, o que conseguiu com relativo sucesso. Ao propor o desacavalamento de níveis entre os professores contra a vontade do próprio PT, a oposição ‘virava o jogo’, criando uma cisão na relação entre a categoria e o partido governista, se postar como defensor dela também e, sobretudo, deixar em xeque a *fides* que os deputados *petistas* possuíam do movimento sindical do professorado gaúcho. Ao aprovar a emenda, deixava ao Executivo o ônus de vetá-lo, aumentando o desgaste dessa relação em um contexto onde a categoria se encontrava em Estado de Greve.

4.1.2 A GREVE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL: O GOVERNO E O CPERS EM CONFLITO ABERTO

É possível afirmar que a situação de pressão do CPERS em torno do governo estadual acompanha uma trajetória crescente no primeiro ano. Ou seja, de uma postura até mesmo paciente e cordial gradualmente com o Executivo no início do ano para o ensaio de um enfrentamento, na medida em que não via suas reivindicações convertidas em políticas públicas como o agrupamento sindical aguardava. Mesmo após a aprovação do

²⁷⁸ LORENZONI, Onyx. *Os 500 dias de governo do PT são outros 500*. Porto Alegre: Sulina, 2000, p. 73.

resgate do Plano de Carreira apoiado pelo CPERS, a presidente do sindicato indicava a continuação da mobilização em favor de um reajuste. Dois dias depois, a Assembleia Geral do CPERS, que discutia a política salarial do governo Olívio Dutra, abordava a posição contrária ao veto do acavalamento de níveis e ratificava apoio a Luciana Genro, mostrando o prestígio que sua posição dissonante no agrupamento partidário rendeu no microcosmo sindical:

A decisão de deflagrar uma greve a partir de março foi tomada ontem, em assembléia geral [do CPERS]. 'A mobilização está sendo construída com consistência, coerência e de forma racional e amadurecida pela categoria', disse a presidente do Cpers, Juçara Vieira, que espera contar com o apoio da comunidade escolar para a decisão, que procurou não prejudicar este final de ano letivo com uma paralisação agora. Na sétima e última assembléia geral do ano, o maior sindicato gaúcho sinalizou com a possibilidade de o governo Olívio Dutra enfrentar sua primeira greve. Além de aprovarem um calendário de mobilização para dar continuidade e fortalecer o estado de greve, os educadores destacaram ontem a atuação da deputada Luciana Genro 'pela coragem de enfrentar o partido em defesa da categoria', em uma de suas manifestações públicas, em que fez referência à aprovação, pela Assembléia Legislativa, do plano de carreira do magistério com a emenda que elimina a sobreposição dos níveis, antiga reivindicação da categoria. Entre as estratégias de ação, foi aprovada a pressão ao governo para que mantenha a emenda, ameaçada de veto pelo governador Olívio.²⁷⁹

O governo teve mais de três meses entre o anúncio da greve até seu início para resolver a crise. Pelos periódicos nota-se que não só o governo, mas o próprio PT e sindicatos aliados articularam uma solução para que o Executivo não passasse o constrangimento de enfrentar um movimento paredista²⁸⁰, aumentando o desgaste na relação com o CPERS. Já o sindicato condicionava isso com uma proposta de reajuste salarial e ratificava essa posição em Congresso, obtendo novamente apoio de dois deputados da base aliada: Luciana Genro (PT) e Giovani Cherini (PDT). O governo propôs em fevereiro, para evitar o movimento paredista, reajuste de 10% nos vencimentos e 14% no vale-refeição, junto ao pagamento das promoções de 1994. A tentativa não surtiu efeito, e o CPERS manteve a greve.²⁸¹

²⁷⁹ *Jornal Correio do Povo*, 20 de novembro de 1999. Contra o executivo pesava o fato de ser desde 1983 o “único a não conceder aumento salarial ao magistério no 1º ano”, conforme afirmava, pelo menos, o deputado estadual José Ivo Sartori (PMDB). Cf. *Correio do Povo*, 18 de novembro de 1999. *Arquivo CP*.

²⁸⁰ Destacamos nesse ponto matéria publicada no *Correio do Povo* em 4 de Janeiro de 2000, onde o presidente do PT declarava que iria levar a Olívio Dutra o resultado das reuniões que manteve com a CUT, o CPERS e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Ronaldo Zülke, líder do PT no legislativo em 1999, “afirmou que o partido pretende, ao construir uma agenda com o Cpers, encontrar uma solução para os professores começarem o ano letivo em março”. Além disso, a Executiva Estadual do PT chegou a fazer uma reunião com filiados do partido vinculados ao sindicato. Cf. *Jornal Correio do Povo*, 04 e 05 de janeiro de 2000. *Arquivo CP*.

²⁸¹ *Jornal Correio do Povo*, 05 e 17 de janeiro de 2000. *Arquivo CP*; CAMINI, op. cit.

Em meio a esse contexto, a oposição procurou comparar a postura do governo atual com a de Britto, e associá-lo como “enganador” da categoria, tendo realizado menos do que a administração anterior. Assim, procurava representar a gestão *petista* como ‘traidora’. O debate sobre isso foi o mais presente em fevereiro de 2000 e, na medida em que o início do ano letivo se aproximava, a discussão ganhava força. Apesar disso, o Executivo *petista* não conseguia evitar o desgaste de enfrentar sua primeira greve.

Onyx Lorenzoni (PFL), por exemplo, utilizou depoimentos de Flávio Koutzii (PT) e Luciana Genro (PT), proferidos quando estavam na oposição, para contrapor a posição que tomavam agora. Com o objetivo de associar a ex-presidente do CPERS a uma imagem negativa, que estaria mais próxima do governo do que da categoria que representou, Lorenzoni dizia que “S. Exa. demonstrou grande vontade política para aumentar o seu salário de 600 reais para 6 mil reais. Depois de atingir esse objetivo, deve ter desgastado essa vontade política”.²⁸² Com essa lógica, associava o governo e Lucia Camini como ‘traidores’ da categoria na luta simbólica, cobrando as posições que tinham quando estavam na oposição. Era notório isso na fala de João Osório (PMDB), questionando a diferença de exigência no reajuste: “De um lado, o Governo do Partido dos Trabalhadores afirma que as dificuldades são muitas e que está estudando um aumento entre 9% e 10% - não por falta de vontade política, como no governo passado que seguia a mesma lógica”. Dizia ele:

Não aceito e o que contesto é que usem a máquina de uma entidade para fazer política partidária. Isso não podemos admitir, e o fato está muito claro: a presidente do Cpers-Sindicato não está conseguindo separar sua figura de presidente do maior sindicato da história deste Estado e deste País da figura da militante política, misturando suas ações como presidente para dar respaldo ao partido político que está governando.²⁸³

Nota-se a luta por ser porta-voz da categoria, quando a disputa foca em deslegitimar o governo como representante de seus interesses e também o Sindicato, que estava, na visão proposta pela oposição na luta simbólica entre os agentes profissionais do campo político, atrelado ao Executivo. Essa crítica já existia, mas agora vai ser colocada de forma mais recorrente, pressionando para que a agremiação sindical conflitasse por uma proposta melhor e, conseqüentemente, levasse o governo e seus agentes no campo

²⁸² Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). Assembleia Legislativa. 23.02.2000. *Anais da ALERGS*. Ver também LORENZONI, op. cit., p. 91-93.

²⁸³ Deputado Estadual João Osório (PMDB). Assembleia Legislativa. (Comissão Representativa), 16.02.2000. *Anais da ALERGS*.

político ao descrédito, já que o Executivo demonstrava dificuldades na concessão de reajustes ao funcionalismo.

E a bancada governista, como reagiu à tentativa impetrada pela oposição de procurar desvincular um importante recurso que o partido tinha? Em geral, os deputados ligados ao governo do PT comparavam a maneira com que o Executivo lidara com a situação no governo Antônio Britto e com outros estados da federação que eram geridos por partidos ligados à oposição e contemporâneos a Olívio Dutra. Edson Portilho (PT), rebatendo João Osório (PMDB), dizia que o PMDB “já foi governo durante oito anos e é governo com Fernando Henrique Cardoso, em nível federal, e em nenhum momento assume o projeto *neoliberal* que sucateia o serviço público, vende o patrimônio público e desemprega milhões de trabalhadores no País”.²⁸⁴ Comparando com os governos estaduais, dizia:

No Estado do Rio Grande do Sul, cobram-nos tudo o que não fizeram em quatro, oito ou 20 anos de governo. Vejam os números: em seu primeiro ano, o Governo Britto não conseguiu atingir os 35% da receita tributária líquida deste Estado com educação. Cumpriu a lei apenas no seu último ano. Gostaria que os deputados do PMDB viessem à tribuna para rebater essas informações, contrariando seus próprios números. Por dois anos, viemos às galerias gritar e solicitar aumento, e os Senhores eram surdos, o seu governo era surdo, porque não nos recebia e não atendia às reivindicações do magistério. Aprovaram uma lei para o magistério nesta Casa, Deputado João Osório, e V. Exa. participou da votação. Essa lei foi aprovada, mas não foi cumprida. Portanto, com todo o respeito aos meus colegas, como V. Exas. podem vir à tribuna exigir que realizemos, em um ano de governo, o que não conseguiram fazer em quatro, oito e até 20 anos?²⁸⁵

Os governistas procuravam associar os deputados antagonistas à gestão Britto. Buscou-se dar a ideia de que os parlamentares da oposição também não eram coerentes ao exigirem do Executivo regional medidas que os mesmos, enquanto governo, não tomaram. Não tendo, assim, legitimidade para exigir algo diferente. Dionilso Marcon (PT) defendia a proposta nesse sentido: “O índice de 10% pode ser considerado pouco por muitas pessoas, mas poucos conseguem enfrentar esse desafio”. Colocava a proposta em consonância com o contexto econômico de 1999 e 2000, e não comparando com as posições adotadas pelo PT quando esteve na oposição. Por isso, também jogava a responsabilidade aos partidos oposicionistas em outros estados, incompatível com a

²⁸⁴ Deputado Estadual Edson Portilho (PT). Assembleia Legislativa (Comissão Representativa), 16.02.2000. *Anais da ALERGS*.

²⁸⁵ Deputado Estadual Edson Portilho (PT). Assembleia Legislativa (Comissão Representativa), 16.02.2000. *Anais da ALERGS*.

posição destes agentes no parlamento: “há diversas prefeituras do Estado que ainda não pagaram o décimo terceiro e estão com várias folhas de pagamento em atraso”. Mencionando o caso catarinense, dizia que este estado “pagou somente àqueles que recebem menos de 400 reais, e o governo federal há seis anos não concede aumento para o funcionalismo público federal e está até fazendo demissões”.²⁸⁶

A luta simbólica era entre os que cobravam dos partidos situacionistas posturas que estes defendiam quando estavam na oposição. E, do outro lado, quem formava a base aliada contrapunha o atual discurso com a postura destes deputados quando suas agremiações eram situacionistas em outros estados e municípios. Na luta das bancadas para procurar fazer crer qual posição era mais legítima no mundo social, os governistas buscavam evitar que os agentes vinculados à oposição no campo político construíssem uma relação – e uma representação no mundo social - de *fides* com a categoria. Em uma lógica quase de ‘soma zero’, para os governistas seria perder um importante apoio que tinham – e relevante na desconstrução de Britto e na formação de um capital político para o PT – para os agentes de oposição ao Executivo.

Prova dessa tentativa de procurar se posicionar como representantes da categoria, e levar tanto PT como CPERS ao descrédito está na moção pública de solidariedade do PPB ao magistério gaúcho. Nela, diziam: “rejeitamos o índice de aumento, a destruição dos valores cívicos, o caráter ideológico da constituinte escolar e do concurso para provimento de vagas do magistério e a partidarização do Cpers-Sindicato”.²⁸⁷ Tentavam colocar-se como representantes dos interesses da categoria e de deslegitimar CPERS e governo pela forma como estavam conduzindo a negociação de reajuste para finalizar o movimento paredista.

A greve foi finalizada com reajuste de 14,9% parcelados ao longo do ano em uma Assembleia tumultuada, sem consenso e com o sindicato contestado pelos professores presentes nela.²⁸⁸ Os deputados da oposição, observando que a categoria não estava unificada, procuraram corroborar o que vinham denunciando durante o processo de negociação, sobretudo pelo que chamavam de aparelhamento da agremiação representativa. Também aproveitavam para confirmar, com o fim do dissídio entre governo e categoria, aquilo que vinham dizendo, como forma de garantir legitimidade na

²⁸⁶ Deputado Estadual Ivar Pavan (PT). Assembleia Legislativa. 23.02.2000. *Anais da ALERGS*.

²⁸⁷ *Jornal Correio do Povo*. 1º de março de 2000. *Arquivo CP*.

²⁸⁸ *Jornal Zero Hora*, 4 de abril de 2000. *Arquivo MUSECOM*; CAMINI, op. cit.

sua posição e seguir desconstruindo a relação de confiança ao Executivo representado pelo PT.

Para aumentar a crise entre CPERS e Executivo com a categoria, Valdir Andres (PPB) sugeria que Lucia Camini se demitisse da Secretaria da Educação: “só resta a grandeza imperecível da renúncia. Se ficar, fica mal. Os dois lados, que precisam continuar a trabalhar juntos, ficam mal”, pressionando para que “se S. Exa. tiver um pouco de dignidade, deve pegar seu boné e sua pasta e ir para casa”. No mesmo direcionamento, César Bussatto procurou colocar-se como apoiador da categoria e dissociar esta de seu sindicato. Segundo ele, o Legislativo iria solidarizar-se com “a luta do magistério, não com a do Cpers-Sindicato – partidarizado, *petista*, que está traindo a categoria –, mas com a dos mais de 100 mil professores que querem melhorar os seus salários”. Ainda defendia o governo precedido: “Que saudades dos 66,5% pagos a essa categoria no primeiro ano da administração anterior! Que saudades dos 89,2% pagos aos professores ao longo do governo de Antônio Britto!”.²⁸⁹

Havia até a tentativa de desqualificar a greve como um movimento de ‘aparências’:

Ao se apelegar, o Cpers deu uma mãozinha ao governo: folga de um ano nas históricas mobilizações e cobranças contra todos os governadores, menos ao do PT. Na sequência deste minueto partidário-sindical, tem até jogada ensaiada. [...] Qual sindicalista, inclua os menos experientes, iria para a mesa de negociação começando pelo teto da sua proposta? Resposta: Nenhum! Portanto, é um ato milimetricamente estudado a oferta dos 10%. Outra constatação: o Cpers-Sindicato, nos últimos 13 meses, ‘esqueceu’ propositalmente, em sua manifestações públicas, os 190% do famoso reajuste da ‘falta de vontade política’. [...]: retira-se o ‘bode’ dos 10% e se oferece o ‘paraíso dos 20%’. Ato final: cena de alegria geral onde pode ser ouvido: ‘este sim é um governo que tem sensibilidade com a educação e valoriza os professores e trabalhadores em educação’. Quem viver, verá!²⁹⁰

Além de confrontar o professorado com o governo, buscava de novo colocar vis-à-vis o PT ‘situacionista’ com o da ‘oposição’. José Ivo Sartori (PMDB), ao dizer que a paralisação ia “fazer bem ao PT, que vai comprometer-se com o discurso de acordo com a realidade, não fora dela; vai fazer bem ao PT, porque as palavras não solucionam problemas” e afirmando que estariam tratando não de “190%, mas de 14,9%! Isso é irresponsabilidade, é inseqüência política de ontem”²⁹¹, ele contrastava posições diferentes com contextos igualmente distintos. Assim, destacava as posições *puritanas* do PT como irresponsáveis, estando agora o partido, como situacionista, percebendo a

²⁸⁹ Deputado Estadual César Bussatto (PMDB). Assembleia Legislativa. 04.04.2000. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Valdir Andres (PPB). Assembleia Legislativa. 04.04.2000. *Anais da ALERGS*.

²⁹⁰ LORENZONI, op. cit., p. 92-93.

²⁹¹ Deputado Estadual José Ivo Sartori (PMDB). Assembleia Legislativa. 04.04.2000. *Anais da ALERGS*.

dificuldade de estar no comando da máquina pública, não conseguindo converter essa nova condição em capital político por meio do cumprimento daquilo que defendia como oposição. Fazendo esse contraponto, a oposição atuou para desacreditar a proposta do governo estadual e evitar com que ela se legitimasse entre a categoria e demais setores – como a imprensa e ‘formadores’ de opinião – que poderiam ajudar a construir um capital político para o governo, inclusive, para além da categoria.

Já os agentes políticos vinculados ao governo estavam também divididos. O PT, enquanto microcosmo, não tinha unidade na atuação de seus agentes profissionais delegados por mandato na Assembleia Legislativa, sendo explícito isso na punição à Luciana Genro (PT) por ter votado pelo fim do acavalamento de níveis, defendendo, junto com a oposição, a derrubada do veto imposto por Olívio Dutra. Ela também perdeu a vice-presidência da Comissão de Educação na Assembleia Legislativa e foi desautorizada pela bancada a falar em nome do partido. A medida veio quando a greve se encaminhava para o fim, e a oposição explorava a crise denunciando o PT como autoritário e incoerente. Mário Bernd (PMDB) e Frederico Antunes (PPB) defendiam Luciana Genro contra a medida.²⁹²

A bancada governista fez, em números, menos manifestações em plenário. Em geral, procuraram reconhecer a legitimidade das reivindicações e colocar-se como solidários à pauta e à greve, mas que o Executivo não avançava por falta de condições. Estas herdadas pelo governo Antônio Britto, que era associado aos parlamentares da oposição. Paulo Pimenta (PT), por exemplo, defendia o papel do sindicato e dizia-se apoiador do movimento grevista. Em relação à proposta e à finalização da paralisação, reconhecia que a concessão era sob “um índice obviamente menor do que aquele que os professores esperavam, mas o maior índice concedido em qualquer Estado deste País a uma categoria de servidores” e que não havia nenhum governo que “tenha realizado concurso público e contratado quase 10 mil professores, ampliando as vagas nas escolas públicas”. De forma semelhante, Maria do Rosário (PT) dizia que “nenhum dos deputados do Partido dos Trabalhadores ou a direção de sua bancada ocupou a tribuna para referir que o governo propõe o que é justo como reajuste ao funcionalismo público, particularmente aos integrantes do magistério e aos servidores de escola”.²⁹³ Ambos reconheciam o papel do CPERS, preservando-o da perda de prestígio entre a categoria

²⁹² Jornal *Correio do Povo*, 03 e 05 de março 2000. *Arquivo CP*.

²⁹³ Deputado Estadual Paulo Pimenta (PT). Assembleia Legislativa. 04.04.2000. *Anais da ALERGS*. Deputada Estadual Maria do Rosário (PT). Assembleia Legislativa. 16.03.2000. *Anais da ALERGS*.

como a oposição estava fazendo, e reservava ao governo uma posição propositiva. Era a forma encontrada pelos agentes profissionais do campo político ligados ao governo de protegê-lo dos ataques da oposição, que buscava lucrar algum capital ao confrontar o discurso *puritanista petista* pré 1998.

4.1.3 O TEMA DO REAJUSTE EM 2001: CPERS, GOVERNO E OPOSIÇÃO EM NOVO DIÁLOGO

As discussões sobre reajuste em 2001 se davam sob pressão do funcionalismo, que pedia aumento nos vencimentos a todos os profissionais do estado. Além da Lei de Responsabilidade Fiscal em vigor, o PDT, na oposição, procurava algum protagonismo. O partido ingressou na Justiça pelo fato de o governo não conceder reajuste anual aos funcionários públicos como supostamente estava previsto em lei. Isso com o apoio das demais legendas antagonistas, que passariam a cobrar essa medida mesmo com o aumento salarial ao magistério aprovado.²⁹⁴ Sob este contexto que o Executivo propôs um reajuste de 25% ao professorado, parcelados ao longo de 2001 e 2002. Essa proposta se dava, diferentemente de 2000, sem um movimento grevista, que articulasse uma pressão externa ao Executivo.

Não queremos dizer aqui que o CPERS e o magistério mobilizado estavam se abstendo de pressionar o Executivo mesmo com a proposta. Na própria assembleia do magistério, o *Correio do Povo* sinalizou haver duas tendências: uma solidária com o esforço do Executivo em propor o reajuste e outra que usava “acusações com uso de adjetivos fortes, revelando sentimento de raiva em alguns momentos”, mostrando a luta interna do microcosmo. O próprio Sindicato protestou contra a votação em sessão extraordinária, isto é, em caráter emergencial apresentado pelo governo. O CPERS reivindicou seguir dialogando a respeito de outros temas, como o acavalamento de níveis, promoções e incorporação do abono e reajuste aos funcionários de escola. A vice-presidente do Sindicato, em declaração à imprensa, “classificou a convocação como um golpe à categoria”.²⁹⁵

²⁹⁴ *Jornal Correio do Povo*, 22, 24 e 30 de julho de 2000. *Arquivo CP*.

²⁹⁵ Cf. *Jornal Correio do Povo*, 21 e 25 de julho de 2001. *Arquivo CP*. Não podemos perder de vista que o CPERS é um microcosmo que também apresenta semelhanças a um partido político, sendo também disputado por agentes, carregados de capital militante, que procuram controlar a instituição. Esta, dotada de capital objetivado e de prestígio entre a categoria e simpatizantes *profanos*, é capaz de delegar a seus dirigentes acesso à pressão por políticas públicas e notoriedade entre militantes, categoria e simpáticos. O que pode converter em capital político individualizado. É que explica, por exemplo, a quantidade significativa de agentes profissionais do campo político que iniciaram sua trajetória por meio do Sindicato dos Professores.

Neste contexto, o governo procurava reforçar o laço que tinha com o magistério e o sindicato, para seguir manipulando esse recurso, e usufruir da conversão em capital político que este apoio dava. Prova dessa aproximação foi o fato de a proposta ter a condescendência do próprio CPERS, que pressionava para sua aprovação sem modificações. Era uma forma bastante diferente da vista em 2000, pois sindicato e governo estavam alinhados para a aprovação da pauta. Antes, via-se o sindicato dialogando com as bancadas de oposição. Neste momento, os representantes da categoria pressionavam a oposição majoritária na ALERGS a não alterar a proposta. Ou seja, o CPERS era um recurso de pressão usado pelo Executivo para barganhar e pressionar os agentes políticos providos de mandato Legislativo no estado. Denotando também que o diálogo com a oposição em 2000 não significou ruptura com o governismo em nenhum momento, mas sim uma forma de pressão do aparelhamento sindical contra o Executivo.

A oposição reagiu à medida. Primeiro, criticando o parcelamento do benefício. As duas últimas parcelas no final do mandato seriam ilegais, segundo os agentes ligados aos partidos que participavam do bloco antagonista. Junto a isso, também atacava frontalmente o CPERS. Mário Bernd (PMDB) chegou a declarar que, “pela primeira vez na história, um sindicato propõe arrocho salarial a seus associados” pela pouca pressão exercida pelo Centro dos Professores²⁹⁶, reforçando a tese que procurava fazer crer que o CPERS era vinculado ao governo do estado.

Sendo a proposição de reajuste uma ‘agenda positiva’, apoiada pelo Sindicato e pelo governo, como a oposição atuaria para impedir que a medida se convertesse em capital político ao PT e a Olívio? Considerando, neste contexto, que a proposta aproximava ainda mais Sindicato e categoria do Executivo sul-rio-grandense e, sem greve, não gerava o dissídio visto em 2000.

A proposta do governo foi deslegitimada pela oposição, que alegava ser ela insuficiente para repor as perdas salariais, e inconsistente com a defesa *petista* no governo Britto de um reajuste de 190%. Kalil Sehbe (PDT) questionava o valor baixo que, segundo ele, sequer cobria a inflação. Mas “a proposta foi aceita pelo Cpers, que representa os professores. Cabe a nós, portanto, votar a favor do Projeto”. Foi no mesmo sentido que Iara Wortmann (PMDB) dizia: “nenhum outro Governo deste País se elegeu dizendo em sua campanha que pagaria 190% de reajuste”, contrapondo o discurso *petista*

²⁹⁶ Jornal *Correio do Povo*, 19, 22 e 27 de julho de 2000. *Arquivo CP*. Deputado Estadual Bernardo de Souza (PPS). Assembleia Legislativa. 26.07.2000. *Anais da ALERGS*.

situacionista.²⁹⁷ E Wilson Covatti (PPB) comparava os reajustes de Olívio Dutra com a inflação. Argumentava que a categoria havia perdido 22,9% no salário com este cálculo e direcionava as críticas ao CPERS:

Qualquer outro Governo que não tivesse dado a reposição da inflação, eles teriam tirado o Governador do Palácio Piratini e o enforcado em praça pública. Onde está aquele sindicato de garra? Respeito o sindicato e espero que a maioria possa fazer conta e chegar à conclusão de que o Governo não está dando a reposição da inflação à categoria.²⁹⁸

Houve a tentativa de deslegitimar a proposta como insuficiente e condenar o CPERS, que não tomou uma posição mais incisiva para pressionar o Executivo. Porém, a oposição não se colocou contrária ao reajuste, votando com a proposta do governo fazendo ressalvas. Era a forma encontrada pelos agentes de oposição para deslegitimar os governistas: aprovar a proposta, mas fazendo ponderações, denunciando o Sindicato e o PT, mas preservando a categoria dessa representação negativa no mundo social. Também conseguia escapar da possibilidade de ser considerada culpada se ela não ganhasse reajuste salarial, votando a favor da proposta, ainda que com críticas. Assim, buscava não dar aos agentes governistas a possibilidade de usar este argumento negativo na luta simbólica. Nesta disputa, a oposição mantinha a tentativa de se ver e fazer crer que era representante do interesse da categoria, em contraposição ao CPERS e ao Executivo, desacreditando que a proposta fosse positiva.

Os governistas procuravam responder às críticas da oposição e destacar o conjunto de políticas adotadas pelo Executivo na área da educação. Elvino Bohn Gass (PT) dizia:

Hoje, os professores do Rio Grande do Sul, os servidores de escola, aqueles que jamais esperariam repor os avanços de 1992, de 1993, de 1994, estão recebendo esses avanços. Professores que achavam que não iriam incorporar o abono salarial hoje sabem que 20% do abono será incorporado ao salário básico. Professores que achavam que não haveria concurso público hoje sabem que faremos concurso público para nomear mais 7.500 professores, além dos 12 mil que já nomeamos. Essa é a diferença!²⁹⁹

A comparação com Britto se manteve. Assim, os parlamentares *petistas* acusavam os deputados ligados à antiga gestão de venda do patrimônio público, pela criação do PDV, extinção do Plano de Carreira do magistério e por desvalorizar o funcionalismo,

²⁹⁷ Deputada Estadual Iara Wortmann (PMDB). Assembleia Legislativa. 26.07.2001. *Anais da ALERGS*.

²⁹⁸ Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). Assembleia Legislativa. 26.07.2001. *Anais da ALERGS*.

²⁹⁹ Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). Assembleia Legislativa. 26.07.2001 *Anais da ALERGS*.

entre outros pontos.³⁰⁰ Seguiu-se a lógica de serem os oposicionistas, agora, incoerentes com o que defenderam quando comandavam o Executivo gaúcho.

Junto a isso, a defesa do CPERS era feita por Luciana Genro (PT). A deputada criticava a oposição, que buscava associar o sindicato ao governo. Exemplificava com a greve ocorrida no ano 2000 como forma de legitimar a existência de uma separação entre o Sindicato e o Executivo. Dizia ela que “a Direção do Cpers-Sindicato – esse pequeno grupo a que V. Exas. se referem – liderou uma greve no ano passado de mais de 30 dias e conseguiu um reajuste maior do que o Governo pretendia dar”, conseguindo aumentar, por parte do governo, “sua proposta inicial de 10%, para 25%, o que também não é nenhuma maravilha”. Assim, dizia que “nem a categoria, nem a Diretoria do Cpers-Sindicato estão felizes com essa proposta, mas sabem que foi isso que a mobilização, a luta e a disposição de luta conseguiram arrancar, que não foi um presente do Governo e muito menos da Oposição”.³⁰¹

Era a persistência da mesma lógica: os governistas procuravam deslegitimar a oposição, associando à administração Britto, e estes contrapunham o discurso *petista* quando o partido não estava no governo. Nessa disputa, os antagonistas ao governo procuravam evitar que o reajuste não se convertesse em capital político ao Executivo. Assim, as críticas existiam, mas com o voto favorável ao projeto. Por outro lado, notou-se um ataque mais frontal ao CPERS. Isso ocorreu porque o reajuste tinha consenso entre sindicato e governo, sem a pressão do primeiro por melhorias pelo segundo. E, desta vez, não constrangeu o governo com um movimento paredista, da mesma forma que vimos em 2000. Ou seja, não eram aliados no sentido de desconstruir o capital político *petista*. A oposição procurou ratificar a representação do CPERS como aparelhado, também comparando a postura do Sindicato com o governo Britto, Collares e Simon, onde teve uma ação política mais combativa, contribuindo para levar estes governos à perda de credibilidade no mundo social.

4.1.3.1 As emendas ao projeto: o discurso *petista* em nova contraposição

³⁰⁰ Refiro-me, especialmente, aos discursos em tribuna das deputadas Maria do Rosário (PT), Luciana Genro (PT), Jussara Cony (PCdoB) e Elvino Bohn Gass (PT) do dia 26 de julho de 2001.

³⁰¹ Deputada Estadual Luciana Genro (PT). Assembleia Legislativa. 26.07.2001. *Anais da ALERGS*.

Quando o projeto foi aprovado, a oposição fez duas emendas: uma determinando que o Executivo encaminhasse à ALERGS um projeto de novo aumento nos vencimentos, em 90 dias, aos professores até o percentual de 190% e que todos os funcionários também tivessem uma correção de 25% nas mesmas condições das cedidas ao magistério gaúcho. Essas emendas viriam a ser rejeitadas pelo governador do PT, sendo os vetos levados à votação em setembro. Junto com outros, esses também foram derrubados pelo Legislativo, que havia feito uma ofensiva contra o governo Olívio Dutra: temas da Universidade Estadual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e de reajustes haviam sido derrubados pelos parlamentares.³⁰²

Em relação à questão salarial, a oposição conseguiu aumentar o debate em torno do reajuste. Colocava-se favorável à extensão dele a toda a categoria, canalizando uma ‘agenda positiva’ e propositiva, e disputava com o governo a legitimidade de falar e agir em nome dos professores ao pressionar o governo a melhorar a proposta aprovada. Isso ainda constrangia o Executivo: se aprovada, passava à representação de que foi graças à oposição, chancelando a ela o capital político junto à categoria e *profanos* simpatizantes do professorado público. Por outro lado, se vetasse, daria à oposição o argumento de que o governo era contrário ao reajuste, perdendo capital político entre o magistério e sendo confrontado, ainda mais, com o discurso adotado quando era uma legenda oposicionista, obrigando-o a ceder um reajuste que quase triplicava o vencimento do professorado.

O debate veio em 12 de setembro – ou seja, ofuscado pelos agentes externos do campo político, como jornalistas, pelo atentado às Torres Gêmeas, tirando em parte o alcance aos *profanos* dessa luta simbólica entre os deputados. Ainda assim, a disputa simbólica visando legitimar a manutenção ou derrubada do veto manteve-se presente. Sendo que a proposta mais positiva ao funcionalismo e, também, ao magistério, vinha da oposição, como seria a relação do CPERS com a disputa entre as duas forças políticas? Como o CPERS atuaria – e como seria utilizado – na luta entre os agentes e agremiações no campo político?

O sindicato foi pressionado para defender a manutenção da proposta que corrigia a condição salarial da categoria, e a oposição colocava o sindicato em posição contrária ao Executivo. Ao falar a respeito do veto, Paulo Azevedo (PDT) destacava a distinção do discurso do PT em posições diferentes:

³⁰² Jornal *Correio do Povo*, 27 de julho e 19 de setembro de 2001. *Arquivo CP*.

Trata-se de uma emenda que apenas restabelece aquilo que todos ouvimos como uma solicitação justa para os servidores integrantes do Magistério, para os professores. Todos os que estão aqui presentes têm consciência disso. Sempre foi colocado que, devido à defasagem salarial, os reajustes para o Magistério deveriam ser de 190%. Perguntamos quanto as Senhoras e Senhores receberam até agora? Quatorze vírgula nove por cento mais 25%, sendo em torno de doze por cento este ano, em duas parcelas - agosto e dezembro -, mais 12% no próximo ano, também em agosto e dezembro, após as eleições. Isso dá um percentual de aproximadamente trinta e nove vírgula nove por cento. Para os 190%, faltam 150%.³⁰³

Seguindo, o deputado do PDT buscava associar o CPERS à bandeira. Assim, constringia o Sindicato, questionando o pouco apoio deste às emendas da oposição, que visavam garantir ao professorado, para ele, a conquista das reivindicações da categoria:

Agora entendo que o Cpers deveria estar todo aqui, lutando para que essa Emenda fosse votada, porque essa é a necessidade, essa é a defasagem que existe. Portanto, a nossa Emenda apenas busca que o Poder Executivo, no prazo de 90 dias, encaminhe projeto de lei dispondo sobre uma política que complemente o índice de 190% de defasagem salarial do Magistério, com vista à valorização do ensino e dos profissionais que atuam na área da educação.³⁰⁴

Assim como Azevedo, Elmar Schneider (PMDB) e Vilson Covatti (PPB), este mais incisivo, questionavam o que teria sido uma política salarial que sequer havia dado cobertura à inflação. O primeiro alertava que “nos quatro anos do Governo passado, com uma inflação de 43%, o reajuste concedido foi de 117,21%. A inflação prevista para estes quatro anos do atual Governo é de 53%. E, se calcularmos os números da Professora e os do Sr. Olívio Dutra, veremos que eles não ultrapassam 43%”.³⁰⁵ Já Covatti associava a postura do CPERS ao aparelhamento do Sindicato, o que ficava claro, segundo ele, pela posição tomada frente à desvalorização da categoria. Sua fala teve até expressões censuradas pela Mesa Diretora:

Este Governo ficará devendo para o Magistério e para o funcionalismo público 12% de inflação. Mas, é claro, para esse grupo atrelado ideológica e partidariamente, essa dívida não existe. Aliás, não me surpreendi quando vi a chefe dos Senhores aparecer no programa do PT, defendendo o Governo. Isso é peleguismo. Ao invés de os Senhores estarem com a bandeira da sua categoria, que sempre honrou a educação do Rio Grande, (expressões antiparlamentares). Isso é peleguismo! Devemos distinguir quando se fala em Cpers, pois esse grupo que se diz Cpers está atrelado ideológica e partidariamente ao PT - (expressões antiparlamentares). Os profissionais da educação são aqueles que fazem educação nas escolas, não aqueles que ficam empunhando bandeiras do PT. [...] E, como diz o Lula, inflação não se discute, se paga. [...]. Seja coerente, venha a esta tribuna e diga que o seu Governo, a

³⁰³ Deputado Estadual Paulo Azevedo (PDT). Assembleia Legislativa. 12.09.2001. *Anais da ALERGS*.

³⁰⁴ Deputado Estadual Paulo Azevedo (PDT). Assembleia Legislativa. 12.09.2001 *Anais da ALERGS*.

³⁰⁵ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 12.09.2001. *Anais da ALERGS*.

exemplo de outros, não fez a reposição da inflação. Justiça seja feita, queiram ou não ouvir, o Governo passado concedeu reposição salarial acima da inflação. Eles não reconhecem, mas os cálculos estão aí. [...]. Entretanto, estamos dispostos também a fazer cálculos, contando com especialistas, para verificarmos quem está com a razão. Chega de virem usar esta tribuna para pregar algo que não houve e que não haverá por parte deste Governo mentiroso.³⁰⁶

A oposição se legitimava como representante da categoria comparando o reajuste dado pelo governo Britto e contrapondo o que foi oferecido por Olívio Dutra em relação ao que o PT cobrava contra a gestão anterior. Buscava-se dissociar a ideia de que o governo *petista* havia sido mais propositivo à categoria do que a administração do PMDB. Para isso, também houve a manutenção da lógica já ressaltada nesse capítulo: a busca por fazer desacreditar o CPERS como representante legítimo dos professores.

Cecília Hypólito (PT), por exemplo, criticava: “O PMDB quer se colocar, no seu dia-a-dia, como Oposição, mas deveria assimilar isso lá no seu íntimo e compreender que não pode fazer ingerência no Poder Executivo porque ele não é mais Governo no Estado do Rio Grande do Sul”. Para ela, “os Deputados propõem conceder o reajuste a todo o quadro de servidores públicos do Estado, é para o favorecimento de quem ganha bem”. Como forma de desqualificar a posição defendida pela oposição, dizia: “Já dissemos que há um déficit que começou nos governos anteriores e que estamos tentando diminuir com políticas sérias em relação ao funcionalismo”. E defendia que o Executivo tinha como diferença entre o maior e menor salário um valor equivalente a 142 vezes. “Hoje já conseguimos baixar para 128 vezes a diferença. É isso o que esses Deputados não querem; eles querem que as mordomias permaneçam para os que ganham mais”.³⁰⁷

No mesmo sentido que ela, Portinho buscava associar a oposição com Britto:

Extinguiu o Plano de Carreira do Magistério, não cumpriu a lei salarial dos funcionários públicos, especialmente dos professores, e promoveu o Plano de Demissões Voluntárias. [...]. Criou um fundo do magistério com mais de 600 milhões de reais. Entretanto, quando assumimos o Governo, o fundo não tinha fundos. Portanto, é muito difícil fazermos um debate dessa natureza. O atual Governo está pagando em dia os funcionários públicos. Temos outra relação com a sociedade gaúcha.³⁰⁸

O amparo do CPERS ficou a cargo de Luciana Genro, já notória causídica do Sindicato. Nesse sentido, chama a atenção o fato de ela estar muito mais interessada em se colocar como defensora da visão de que o CPERS era representante legítimo dos

³⁰⁶ Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). Assembleia Legislativa. 12.09.2001. *Anais da ALERGS*.

³⁰⁷ Deputada Estadual Cecília Hypólito (PT). Assembleia Legislativa. 12.09.2001. *Anais da ALERGS*.

³⁰⁸ Deputado Estadual Edson Portinho (PT). Assembleia Legislativa. 12.09.2001. *Anais da ALERGS*.

professores do que mostrar-se como própria advogada de seus interesses. Ela deslegitimava a fala da oposição, que acusava o sindicato de ‘peleguismo’: “não adianta os Deputados do PMDB e do PPB virem a esta tribuna para chamar o Cpers-Sindicato de pelego, porque o Cpers tem uma longa trajetória de lutas, inclusive neste Governo”. Para legitimar sua fala e ratificar os argumentos que defendia na luta simbólica, lembrava que o sindicato “encabeçou uma greve de mais de 30 dias no ano passado, mobilizando-se nesse período em que arrancou do Governo uma proposta de 25% de reajuste salarial. [...] Então, não adianta virem com emendas demagógicas que não têm nenhuma aplicação na vida real”³⁰⁹.

A tentativa de desmoralizar a estratégia da oposição pela bancada situacionista foi defender a representação do CPERS, reconhecer os limites da gestão³¹⁰ e contrapor Antônio Britto com Olívio, sendo mantido o princípio de di-visão da luta no campo político: ou seja, os agentes ligados ao então governo Britto usavam-no como comparativo com Olívio para fazer crer que aquela administração foi melhor do que esta. De igual forma, os agentes ligados à administração Olívio Dutra usavam o espaço que tinham para convencer o maior número de *profanos* de que a atual administração era antagônica ao período Britto, tendo promovido mudanças mais favoráveis à categoria do magistério rio-grandense. Assim, os agentes políticos delegados por meio de um mandato parlamentar para falar e agir em nome dos *profanos* legitimavam na luta discursiva suas representações em relação aos temas que diziam respeito ao magistério público regional. E, nessa luta, procuravam fazer crer suas posições e deslegitimar aquela sustentada pelo adversário na disputa entre estes agentes em função da relevância da categoria do professorado gaúcho, e do peso simbólico que este possui no mundo social, sendo um importante recurso entre os agentes em luta no campo.

³⁰⁹ Deputada Estadual Luciana Genro (PT). Assembleia Legislativa. 12.09.2001. *Anais da ALERGS*.

³¹⁰ Entretanto, não se deve perder de vista que o Executivo procurava apresentar uma série de ações que teria tomado na área como uma proposição positiva, isto é, que fosse apresentada como passível de conversão em capital político para o governo. Alegava-se, por exemplo, que o governo contratou 20 mil professores, ampliou a hora-atividade, regularizou as promoções, organizou o plano de carreira de docentes e funcionários, segundo BELLOLI, Isaura. Educação. In: BITTAR, Jorge (org). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Contudo, como nosso objetivo aqui foi analisar a relação do CPERS com o governo na ótica parlamentar compreendendo a disputa entre os agentes do campo para falar e agir em nome dos *profanos*, não aprofundamos estes pontos.

4.2 O MST NO PARLAMENTO: A LUTA PELA ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO AO GOVERNO

As disputas em torno da representação do MST e de sua relação com o governo do estado abarcaram não só as eventuais reivindicações em nível estadual, mas também federal. Sendo a reforma agrária uma prerrogativa da União, as ações do movimento contra o governo federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) também tomavam a atenção dos deputados estaduais. Nesse sentido, procuraremos estudar como os deputados procuraram deslegitimar o governo estadual na luta simbólica utilizando-se dessa relação com o MST. Como contraporiam? Procurariam disputar a categoria, a exemplo do que fizeram com os professores? Buscariam associar as ações de ocupação por parte do movimento a uma imagem negativa no mundo social e, por extensão, vincular elas ao governo do estado? E os deputados ligados ao ruralismo no Rio Grande do Sul, interessados em conservar a *doxa*, como defenderiam suas posições no campo? Isto é, tanto aqueles ligados ao MST como aos próximos dos grandes latifundiários.

Procuraremos entender essa relação a partir deste subcapítulo. Partimos do princípio de que havia por parte do governo estadual um compromisso de campanha com a reforma agrária. Este era assumido desde antes do período eleitoral propriamente dito, a ponto de o Movimento Sem-Terra ter apoiado, nas prévias internas do PT, Olívio Dutra contra Tarso Genro, pela ligação do primeiro com o movimento. Além disso, membros do MST participaram com cargos no governo, inclusive com a Secretaria da Agricultura, o que gerou algumas tensões ao longo do mandato que colocava o movimento em momentos de contradição. Segundo José Machado, existiu até um ‘abrandamento’ dele contra o governo estadual no período em que Dutra esteve à frente do Executivo.³¹¹ Apesar disso, essa proximidade indicava que possuía uma relação de *fides* entre o MST e o PT, sobretudo em Olívio Dutra, que possuía um capital político incorporado junto à lideranças e dominados do agrupamento rural.

Outro ponto que ilustra essa relação é que, segundo Da Ros, ao menos três parlamentares estaduais vinham do movimento social rural gaúcho: Dionilso Marcon, Ivar Pavan e Elvino Bohn Gass, todos do PT. Outro fator que corrobora nossa afirmação é uma

³¹¹ MACHADO, José Carlos Lucas. *O processo de criação e organização do Gabinete de Reforma Agrária no governo Olívio Dutra*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Porto Alegre, PUCRS, 2002.

publicação nacional da Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT e analisando os governos estaduais da sigla, que dizia: “o MST é um aliado estratégico das administrações *petistas*, sem desrespeito à sua autonomia”. Além disso, Christa Berger fez um levantamento indicando que o MST estava relativamente estruturado em todo o Brasil, mas era mais forte no Rio Grande do Sul e em São Paulo. No primeiro estado, explica-se pela trajetória histórica do extinto MASTER, criado por Brizola antes do golpe militar. Em relação à ligação com o PT gaúcho, desde os anos 1980, o MST usava a legenda para lançar candidaturas. Em 1988, por exemplo, apoiou 97 vereadores e 3 prefeitos eleitos. Dois anos antes, em 1986, tinha eleito um deputado federal e outro estadual. Todos pelo PT.³¹² Portanto, o MST tinha no PT uma relação de confiança, a ponto de delegar seu capital a agentes políticos que eram pertencentes àquela agremiação.

Por outro lado, a reforma agrária por parte do governo estadual tinha que encarar algumas limitações do ponto de vista institucional, como realizar desapropriações apenas com contrapartida indenizatória e à vista, fator que impedia um maior raio de ação. Ainda assim, estabeleceu-se uma política de assentamentos específica, com secretaria exclusiva³¹³ ligada diretamente ao Governador. Olívio Dutra, depois de Brizola, era o primeiro a tratar da reforma agrária como uma política prioritária. Já no que concerne à política federal de assentamentos, desde antes de Dutra assumir, a FARSUL, que era o sindicato patronal dos ruralistas gaúchos, resistia às vistorias do Incra, que visavam

³¹² ROS, César Augusto da. O movimento ‘vistoria zero’ e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul/dez 2009; GUERREIRO, Agostinho. A agricultura e a Reforma Agrária. In: BITTAR, Jorge (org.). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 169; BERGER, op. cit. Sobre a relação MST-Olívio Dutra, também é importante destacar a proximidade de ambos desde o período em que este foi prefeito. Ele chegou a proteger um integrante do Movimento Sem-Terra no Paço Municipal, que foi acusado de degolar um policial militar em uma manifestação do MST em Porto Alegre. Sobre isso, cf.: LERRER, Débora Franco. *De como a mídia fabrica e impõe uma imagem: ‘A degola’ do PT pelos sem-terra em Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. Em relação ao secretariado, José Hermeto Hoffmann era ligado ao MST, alvo de ataques por estender na parede da Secretaria da Agricultura uma bandeira do movimento. Outro nome forte do MST no governo foi Frei Sergio Gorgen, diretor do Departamento de Reforma Agrária, até este ser extinto e dar lugar ao Gabinete de Reforma Agrária. Cf. ROS, op. cit., 2005. Sobre a relação histórica do PT com o MST no Rio Grande do Sul, v. BERGER, op. cit., p. 81-126.

³¹³ MARANGON, Antônio. A reforma agrária no Rio Grande do Sul. In: SOARES, Laura Tavares (org.). *Tempo de desafios: a política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires [Arg]: Clacso, 2002, p. 181-200. Para não haver confusões, é preciso dizer que inicialmente foi criado o Departamento de Reforma Agrária, ligada à Secretaria da Agricultura. Depois ele transformou-se em Gabinete de Reforma Agrária, no ano 2000, ligado diretamente ao Executivo. Sobre a complexidade da estrutura institucional, esta era admitida pelo próprio Secretário da Agricultura: “o governo enfrentou dificuldades jurídicas, já que os principais instrumentos constitucionais para executar a reforma agrária estão nas mãos da União”. A esse respeito, ver: MARANGON, op. cit., p. 181-200. Sobre o Programa Estadual de Reforma Agrária, indicamos o texto citado, um testemunho do Secretário da Agricultura Antônio Marangon. O processo de criação do Gabinete de Reforma Agrária foi estudado por MACHADO, op. cit.

desapropriar propriedades com índices baixos de produção, realizando inclusive a obstrução de estradas para impedir a passagem dos fiscais do órgão federal.³¹⁴

O que queremos destacar com este breve contexto é que o tema ligado ao campo, no período estudado, era complexo: marcado por tensões nos âmbitos federal e estadual, os agentes possuidores de capital simbólico e com legitimidade reconhecida na esfera parlamentar, do Executivo e vinculada a entidades representativas faziam uma luta simbólica e mobilizavam seus *convertidos* para fazer crer suas posições como as mais legítimas no mundo social em relação à política agrária. Também conseguiam delegar a deputados ligados tanto ao MST como a latifundiários capital político para fazerem-se representantes legítimos de suas categorias.³¹⁵ Estes utilizavam o Legislativo como *locus* privilegiado, com os deputados procurando construir sua posição e deslegitimando a do adversário.

Portanto, muitos destes deputados também faziam a disputa pelo fato de ter um capital político delegado. Isto é, um capital que é conferido por grupos a eles para serem representantes dessas categorias e, no Legislativo, tinham como objetivo fazer valer seus interesses e ideias-força. Estes deputados, portanto, agem como abnegados, já que devem a estas agremiações todo o capital simbólico que possuem. No caso do governo estadual, pelo compromisso enfático com a reforma agrária e com o MST, o conflito com o patronato rural era inevitável. Ainda mais porque este já vinha em litígio com o governo FHC pelas desapropriações pretendidas em latifúndios de baixa produtividade – apesar de muitos dos partidos de oposição no Rio Grande do Sul atuarem como aliados do Executivo federal. Os agentes vinculados ao patronato, como ortodoxos na luta simbólica, procuravam nela fazer valer tese de que a estrutura dada em relação às questões rurais era a mais legítima. Isto é, eram o polo dominante, agindo para conserva-la. Assistiam,

³¹⁴ ROS, op. cit., 2002. Sobre a política agrária no governo Brizola, cf. SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre, PUCRS, 2015, p. 27-53. Sobre o movimento ‘vistoria zero’, as ações do patronato gaúcho para obstruir as vistorias do INCRA e a forma como estes proprietários de terra legitimavam seus discursos, ver: SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *Qual é o Jogo?* Um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha rio-grandense. Passo Fundo: FCM, 2014 e ROS, op. cit., 2009.

³¹⁵ Se o PT era o partido privilegiado pelo MST como a agremiação mais apta a atender as ideias-força do movimento, não podemos esquecer que a *doxa* do meio rural também se apoiava em outros agrupamentos. Não temos dados concretos para a eleição de 1998, mas Coradini fez um levantamento dos recursos dos candidatos a deputados estadual e federal nas eleições de 1994 no Rio Grande do Sul e conseguiu identificar que PPB (12), PTB (oito) e PMDB (seis) eram os partidos com o maior número de candidatos representantes do setor ruralista. Isto é, dos 32 candidatos naquela eleição vinculados à classe de produtores rurais, 26 deles estavam concentrados nestes três partidos que eram de oposição. Admitindo a hipótese de esta realidade não ter mudado substancialmente, estas três agremiações possuíam agentes políticos com interesse em contrapor as ideias-força do MST. Cf. CORADINI, op. cit., 2001.

contudo, a ascensão do MST que, embora dominado, tinha acessos a mais recursos com o PT enquanto governista, e intensificava a heterodoxia, ou seja, as ações de subversão daquela estrutura. Nessa disputa pela conservação ou subversão da estrutura rural, dominantes e dominados utilizavam os recursos que possuíam.

Entre os recursos manipulados por estes agrupamentos, estavam os agentes políticos com capital delegado, que usavam o espaço da Assembleia Legislativa para fazer valer qual a visão de mundo social era mais legítima: a que pregava a manutenção da estrutura rural rio-grandense ou sua modificação por meio da reforma agrária. Junto a eles, também agiam outros profissionais investidos de mandato, que disputavam um capital de prestígio entre os *profanos* simpatizantes de um dos polos em luta.

4.2.1 A POLÍTICA AGRÁRIA E AS OCUPAÇÕES

Dentro do exposto, uma das práticas comuns do MST como forma de pressionar os governos era por meio de ocupações de áreas rurais alegadas pelo movimento como improdutivas, ou seja, aptas para ações de desapropriação. Assim, pressionava-se tanto o governo estadual como o Executivo federal a resolver o impasse. Além disso, também ocorria o conflito judicial, com o proprietário requerendo a reintegração de posse. A execução dela invariavelmente cabia à Brigada Militar, órgão policial que era subordinado ao Executivo rio-grandense.

Isso gerava sempre uma tensão entre o movimento e o governo estadual, já que a repetição de um ato repressivo seria remetida ao período Antônio Britto e constituído como uma contradição ao discurso *petista*, podendo abalar a relação de *fides* com o MST. E, por outro lado, a não execução de uma ordem judicial colocava o governo estadual em uma crise institucional. Ele tinha, por questões legais, obrigatoriedade em executar aquilo que era ordenado pelo Judiciário.³¹⁶ Por outro lado, essa limitação imposta pelo ordenamento legal do Estado colocava o governo de frente com um importante recurso do seu próprio agrupamento. Portanto, havia uma importante contradição a ser administrada pelo Executivo, e os agentes políticos vinculados à oposição poderiam explorá-la para colocar em xeque a *fides* depositada naqueles profissionais do campo ligados ao governo.

³¹⁶ DA ROS, op. cit.

4.2.1.1 A OCUPAÇÃO DO INCRA, DA RECEITA FEDERAL E DE FAZENDAS NO INTERIOR DO ESTADO: A TENSÃO NO INÍCIO DA LEGISLATURA

Essa tensão ocorreu desde o início do mandato. Em março, o MST ocupou a sede do INCRA e da Receita Federal, reivindicando “o assentamento de 2,5 mil famílias em 99. Em Catuípe, as 1,3 mil famílias que invadiram uma área da Gerasul aguardam a negociação entre o movimento e Incra. Em São Luiz Gonzaga, os colonos ainda ocupam a Fazenda Coqueiros”, com o Incra anunciando a suspensão da reforma agrária no estado como retaliação. Naquele mês, os sem-terra desencadearam uma série de ocupações. Além do Incra e da Receita Federal, em março o MST ocupou outras quatro fazendas, visando “pressionar o governo a acelerar a reforma agrária no Rio Grande do Sul”. Junto a essas manifestações, o PT encaminhava ao governo estadual uma moção reafirmando a necessidade de cumprir a meta de 10 mil famílias assentadas por iniciativa do Executivo rio-grandense.³¹⁷ Portanto, garantia o apoio ao Movimento Sem-Terra no momento onde ele se articulava e pressionava para a realização da reforma agrária. O Executivo se encontrava pressionado pelas duas agremiações: PT e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

As ações coordenadas pelo MST suscitaram críticas de agentes parlamentares à postura da Brigada Militar, ainda que a ocupação tenha sido direcionada ao governo federal, sobretudo porque “a BM recebeu ordem de acompanhar à distância a manifestação”³¹⁸, ou seja, de não reprimir a ação do movimento social. O bloco oposicionista, percebendo a tensão e vendo que o governo procurava preservar a relação com o MST e com os agentes políticos que possuíam capital delegado desta agremiação e apoiavam o Executivo, a explorava questionando a postura do aparato policial e exigindo que fosse mais rígido no combate às ocupações.

A reação da oposição foi procurar atrelar a medida à inconstitucionalidade, junto com a condenação ao movimento por fazer a ocupação. Frederico Antunes (PPB) comentava a atuação do governo neste caso e em outras ações do MST contra laboratórios transgênicos. Além disso, tecia críticas à atuação do deputado Dionilso Marcon (PT), cujo capital político de notoriedade era delegado do MST:

³¹⁷Jornal *Correio do Povo*, 04, 05, 06, 12, 15, 16 e 17 de março de 1999. *Arquivo CP*. Meta esta que estava no plano de governo: “O Governo Democrático Popular de Olívio, Rossetto e Bisol têm compromisso com a reforma agrária, apresentando o seguinte conjunto de propostas: - assentar 10 mil famílias durante seus quatro anos como responsabilidade do governo estadual”. Cf. DUTRA, Olívio, op. cit., 1998b, p. 54.

³¹⁸ *Jornal Correio do Povo*, 03 de março 99. *Arquivo CP*.

Srs. Deputados, temos que ficar muito atentos com as penalidades que as leis nos impõem, até porque somos nós que as elaboramos, e o Deputado Dionilso Marcon é um legislador. Dizia S. Exa. que, como legislador, continua a ter o mesmo pensamento de quando era invasor. Peço que o Deputado Dionilso Marcon tenha cuidado com os seus atos, porque foi eleito para legislar e obedecer àquilo que S. Exa. próprio poderá, conforme decisão da maioria desta Casa, legislar por intermédio de uma lei, de uma emenda ou de um artigo, aos quais todos nós teremos que obedecer. [...]. Considero um absurdo, uma ameaça atitudes como essa, principalmente quando estamos pouco seguros ou, quem sabe, nos consideramos desprotegidos, inclusive por aqueles que têm a obrigação de nos proteger. Na invasão de Catuípe, somente dois soldados da Brigada Militar foram autorizados a controlar a área invadida e as propriedades vizinhas. Será que, ao chegar a caravana de invasores, esses agentes também foram aconselhados a dizer: podem passar, companheiros, que vamos dar guarida e proteção a todos vocês, ou será que não? Isso me preocupa e, certamente, está preocupando toda a comunidade gaúcha.³¹⁹

Nesse sentido, nota-se que a oposição procurava explorar desde o início do mandato a questão institucional para constranger o Executivo a agir contra as ocupações que defendiam a reforma agrária. Era uma forma de denunciar que o governo estava ‘aparelhando’ a Brigada Militar e, desta forma, atuava consentindo com as ocupações. Frederico Antunes (PPB) inclusive dizia que o “comando da Brigada Militar está emprestando apoio a invasores de propriedades e que a crise interna ocorre pela tentativa de ideologização e de partidarização da corporação militar estadual, o que é proibido pela Constituição”. Além do mais, ele dizia haver “a pretexto de verificar quem está produzindo sementes de transgênicos, montar a estratégia das invasões, mapeando as propriedades”, estando a Secretaria da Agricultura e Abastecimento como um “braço direito do MST. A Brigada Militar faz o serviço de segurança, e a Secretaria da Agricultura o serviço de informação”. Como forma de superlativar as denúncias e, assim, levar o Executivo e todos os agentes vinculados ao MST ao descrédito, questionava: “querem instalar o caos no Rio Grande do Sul? Querem subverter a ordem, passar por cima da lei, transformar a Brigada Militar em uma milícia? O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra transformou-se também em uma milícia?”³²⁰

Procurando mencionar que as ocupações no início de 1999 eram uma ‘jogada ensaiada’ – como se diz popularmente - entre movimento e governo estadual, a oposição também questionava a mudança que o MST tinha sofrido se comparado ao período em que Britto governou o Rio Grande do Sul. Elmar Schneider (PMDB) procurava deslegitimar as ações do movimento sem-terra, associando-o a um aparelhamento por

³¹⁹ Deputado Estadual Frederico Antunes (PPB). Assembleia Legislativa. 04.03.1999. *Anais da ALERGS*.

³²⁰ Deputado Estadual Frederico Antunes (PPB). Assembleia Legislativa. 24.03.1999. *Anais da ALERGS*.

parte do PT, ao registrar “a falta da presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST - na Praça da Matriz e na frente do Palácio Piratini. É muito estranho o fato deles terem-se deslocado diretamente até o órgão do governo federal, dele se retirando somente para as suas residências”. Tecendo um paralelo comparativo, como forma de ratificar na luta simbólica a visão de mundo social que buscava indicar um ‘apadrinhamento’ entre o partido governista e do MST, dizia que:

Há uns quatro anos observava, claramente, o acampamento dos representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra na Praça da Matriz e na frente do Palácio Piratini, e identifiquei a presença de muitas mulheres e de crianças. E desta vez não é o que vejo, nem é o que está acontecendo. Por que não houve a visita dos representantes do movimento à Praça da Matriz e ao Palácio Piratini?³²¹

A forma como a questão das ocupações foi conduzida pelo Executivo suscitou intensa crítica da oposição, que procurava desconstruir o governo enquanto representante legítimo dos interesses rurais. Eliseu Santos (PTB) era um que também questionava a proximidade da Brigada Militar e a visita que o Secretário da Agricultura fazia às ocupações. Para ele, o secretário e o comandante da Brigada Militar visitavam “marginais que invadiram a propriedade alheia”. Como forma de desgastar a postura do governo, comparava a atuação da ocupação com o tráfico de drogas, e questionava: “o secretário da Agricultura e Abastecimento gasta diárias e motorista particular para visitar os sem-terra invasores, enquanto o atual governo divulga que não tem dinheiro para pagar o transporte escolar, nem a merenda escolar para os alunos carentes”.³²²

Assim, a primeira ocupação ocorrida no Rio Grande do Sul contra o governo federal levantava, da oposição parlamentar, críticas em relação à condução que o Executivo estadual estava fazendo, ainda que a ação do movimento se direcionasse contra a administração FHC. Notamos que os agentes parlamentares da oposição procuravam fazer uma desconstrução da legitimidade do MST enquanto representante para falar em nome da agricultura e da reforma agrária no Rio Grande do Sul, censurando qualquer ação direcionada às ocupações. Assim, também abriam uma oportunidade para criticar a postura do governo: ao não censurar as ocupações, e inclusive indicar um membro do MST para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a oposição utiliza esse expediente para levar o governo ao descrédito por, em sua visão, apoiar e dar guarida a atos irregulares já no início da gestão. Esses ataques também eram estendidos aos deputados situacionistas

³²¹ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 04.03.1999. *Anais da ALERGS*.

³²² Deputado Estadual Eliseu Santos (PTB). Assembleia Legislativa. 25.03.1999. *Anais da ALERGS*.

que, como agentes ligados ao agrupamento do MST, estando tão ligados a este quanto a seus respectivos partidos, deviam a ele seu capital político. E, portanto, partiam em defesa tanto da ‘nova’ postura do governo como das ações contra o governo federal.

Os deputados ligados aos agrupamentos que davam sustentação institucional ao governo reagiam, justificando a ‘mudança de postura’ do movimento sem-terra e também do Executivo. Dionilso Marcon (PT), agente delegado pelo MST foi, justamente por isso, quem mais fez intervenções contrapondo os profissionais do campo político ligados ao PPB e PMDB, não somente nesse episódio, mas em praticamente todos os que tratavam do movimento rural na tribuna da Assembleia Legislativa. Na luta simbólica também há uma clara disputa: enquanto, como vimos, a oposição procurava macular o MST com uma imagem negativa no mundo social, condenando os métodos adotados pelo movimento em terras ocupadas e fazendo disso uma ideia-força mobilizante do patronato rural rio-grandense, os agentes ligados ao governo atuavam defendendo a legitimidade das mobilizações. Para isso, contrapunham em duas frentes: primeiro, criticando a política agrária de Antônio Britto; mas também tecendo ataques ao modelo adotado pelo FHC no Rio Grande do Sul.

Dionilso Marcon (PT) alegava que, diferentemente do período Britto, agora o MST não precisava pressionar o Palácio Piratini para ser atendido. Procurando fazer valer a visão de mundo social que colocava o governo como mais ‘democrático’ do que Britto, dizia que antes o Piratini era “a casa dos grandes empresários, a casa daqueles que pegavam dinheiro para investir nos grandes grupos econômicos, não gerando riqueza ou emprego, mas deixando de utilizá-lo nas áreas sociais”. E agora “o nosso governo tem compromisso com os trabalhadores do campo e com os da cidade, com a reforma agrária e com os pequenos agricultores”. Também nisso que criticava a repressão utilizada por Britto, insinuando que as “questões de reforma agrária no Rio Grande do Sul” eram discutidas pelo “Sr. Secretário de Segurança, que ia no local da ocupação, na hora de fazer os despejos, usando e abusando da sua autoridade”.³²³

Contudo, a crítica à política agrária do governo federal no início do mandato foi a que se manteve com mais recorrência, como forma de responsabilizar FHC pelas ocupações levadas adiante pelo MST. Segundo Marcon (PT), a crise agrária ocorria pelo corte de 45% do orçamento do Incra. Como forma de levar FHC ao descrédito na luta parlamentar e responsabilizá-lo pela crise no campo, dizia que, “se houver ocupação de

³²³ Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). Assembleia Legislativa. 04 e 24.03.1999. *Anais da ALERGS*.

terra aqui no Rio Grande do Sul - falo isso como deputado e como membro do Movimento dos Sem-Terra - é porque o governo federal não tem proposta para fazer reforma agrária”, mencionando que os cortes ocorriam porque “preocupou-se mais com o Fundo Monetário Internacional”.³²⁴ A recorrência dos ataques ao governo federal eram constantes por parte do deputado governista, que usava o expediente para condenar Francisco Turra e Raul Jungmann, respectivamente, ministros da agricultura e da política fundiária. Além disso, há de se ressaltar que as agremiações de oposição ao governo estadual eram, majoritariamente, aqueles que davam sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso. Era uma forma de compartilhar com os agentes políticos da oposição regional a perda de capital político que a crise no campo poderia gerar entre parcelas de *profanos*, responsabilizando suas respectivas siglas pelas ocupações.

4.2.1.1.1 A FAZENDA DE HULHA NEGRA: A OCUPAÇÃO DO MST NA LUTA PARLAMENTAR E O BOICOTE À EXPOINTER – A CRISE AGRAVADA

A tensão em relação à reforma agrária seguia no Rio Grande do Sul, ancorada por meio de dois eixos: pela pressão exercida pelo MST, e nas vistorias organizadas pelo INCRA. Este era, sobretudo, combatido pela FARSUL por meio do movimento ‘vistoria zero’, constituído de mobilizações organizadas pelos grupos dominantes do ruralismo gaúcho com o objetivo de levar ao descrédito as ações de desapropriações impetradas pelo INCRA para o maior número possível de *profanos* e *clérigos* do campo político e jornalístico. Esse conflito se dava com os ruralistas pressionando os governos federal e estadual. O primeiro sofria oposição da FARSUL contra a revisão dos índices de produtividade em cada fazenda, considerados altos pelo sindicato patronal. Já o segundo era questionado para coibir as ações do MST. Um dos momentos de maior agravamento dessa crise se deu quando um grupo ligado aos Sem-Terra ocupou uma fazenda em Hulha Negra. A situação passou a ser mais crítica quando ruralistas organizaram-se em defesa da manutenção da fazenda, e o prefeito da cidade manifestava-se em favor da desapropriação da área, ou seja, contra os interesses da FARSUL. Além disso, quando a reintegração de posse foi expedida, um membro do grupo anunciava que a ordem não seria cumprida “até que o governo federal implante efetivamente a reforma agrária no país”,

³²⁴ Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). Assembleia Legislativa. 24.03.99. *Anais da ALERGS*.

anunciando que não atenderiam à ordem de saída da área rural. Assim como o MST, o secretário da Agricultura também “responsabilizou o governo federal pela situação”. Como acordo de desocupação, definiu-se que seriam retomadas as vistorias e desapropriações. Parte dos ruralistas boicotou a Expointer, como forma de protestar contra o governo estadual e também federal, por estar, na visão do patronato rural, cedendo às pressões do MST de manter os índices de produtividade para desapropriação de terras.³²⁵

Em meio a essa crise, que pressionava o Executivo gaúcho a resolver o dissídio com a FARSUL e demais entidades rurais, notou-se que os parlamentares utilizaram pouco o espaço Legislativo para fazer valer suas posições no mundo social. Entretanto, ainda assim não deixa de chamar a atenção o fato de este espaço ter sido praticamente monopolizado pela oposição. Os agentes políticos do bloco antagonista ao governo procuravam cobrar do governo estadual uma solução para a crise, além de vincular as ações do MST a uma representação negativa na luta simbólica.

Ainda que houvesse críticas pela oposição contra a atuação do governo federal, essas não eram um consenso. Isto é, notamos que alguns parlamentares eximiam o governo federal de responsabilidades, enquanto outros cobravam da União uma disposição de repúdio ao MST. Essas atitudes dissonantes entre os agentes políticos antagônicos ao governo estadual se explicam pelo fato de alguns destes estarem em partidos que davam sustentação a FHC. Já outros não tinham essa imposição estrutural do campo político ou mantinham sua *fides* com o patronato rural acima do próprio agrupamento que faziam parte.

Nesse sentido, Jorge Gobbi, deputado estadual pelo PSDB, tecia críticas ao Movimento Sem-Terra. Dizia que “a forte influência do MST nos escalões governamentais, a presença da bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no gabinete do secretário da Agricultura e Abastecimento e algumas outras iniciativas e atitudes são alimentadoras dessa polêmica”. Ao condenar as ações em Hulha Negra, dizia não “concordar com o que ali aconteceu: invasão, uso de armas, ameaças a humildes trabalhadores que moravam na propriedade, uso da força e prática de vandalismo em relação a bens”. Entretanto, buscava dissociar as críticas ao MST com um suposto repúdio à reforma agrária, ao afirmar que “condenar esse evento e discordar do crescente uso da violência, de práticas brigadistas e paramilitares adotadas pelo MST não significa renunciar ao apoio à reforma agrária e à mudança do perfil fundiário brasileiro”. Assim,

³²⁵ Jornal *Correio do Povo*, 13, 16, 17 e 19 de agosto de 1999. *Arquivo CP*.

exaltava que “o governo federal implementou, nos últimos anos, o maior volume de ações concretas e pacíficas de reforma agrária que a história brasileira registra”, assentando quase 300 mil famílias e desapropriando mais de 7 milhões de hectares.³²⁶

A fala do deputado estadual visava defender o processo de reforma agrária gerido pela União, e criticar o governo do estado pelas tensões ocorridas no campo. Buscava preservar a União e o seu partido da crise gerada com o processo de ocupação, procurando fazer crer que a responsabilidade caía ao Executivo rio-grandense e ao MST pelo dissídio, inclusive referindo-se aos índices de produtividade. Para isso, Gobbi utilizava-se do *modus operandi* do MST e da sua estreita ligação com o governo do estado para responsabilizá-los pela ameaça de boicote à Expointer, defendendo a política de reforma agrária em execução por Fernando Henrique Cardoso.

Essa posição, por exemplo, foi dissonante da nota enviada pela bancada do PPB, uma das mais próximas ao patronato rural rio-grandense, e também a mais numerosa da oposição no Legislativo. Nela, denuncia que a nova sede do MST era na Secretaria da Agricultura e que o governo estadual se negava a cumprir decisões judiciais para proteger invasores. A respeito da posição do INCRA, criticava também as posições adotadas pelo governo federal:

Quem não sabe que o INCRA, sob as ordens do ministro, Raul Jungmann, aceitou o cabresto do MST e pretende atuar no Rio Grande do Sul numa grande parceria com os invasores e em hostilidade aos legítimos proprietários? Quem pode explicar o motivo pelo qual o INCRA cobra dos endividados produtores rurais índices inatingíveis de produtividade, enquanto investe recursos públicos para promover e manter assentamentos que quase nada produzem?³²⁷

Embora a posição do PPB fosse de cobrança à União e ao Executivo estadual, em geral os agentes políticos da oposição procuravam responsabilizar o segundo por ser conivente com as ações do MST. Nesse sentido, ao condenar as ações, classificá-las como terroristas e associá-las ao governo do estado, a oposição buscava vincular o Executivo como um ‘aliado’ e ‘incentivador implícito’ delas. Tanto o governo estadual como o agrupamento eram associados a uma visão negativa do mundo social.

É o que se nota por meio dessas declarações citadas, além do próprio requerimento de Wilson Covatti (PPB) solicitando esclarecimentos a respeito da presença do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária na ocupação. Além disso,

³²⁶ Deputado Estadual Jorge Gobbi (PSDB). Assembleia Legislativa. 25.08.99. *Anais da ALERGS*.

³²⁷ Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). Assembleia Legislativa. 25.08.1999. *Anais da ALERGS*. (Transcrição de matéria lida).

apoiava a atitude dos pecuaristas da FARSUL em não participar da Expointer, em consequência das destruições que teriam ocorrido na ocupação. Segundo Vilson Covatti, “os invasores mataram os animais, roubaram objetos de valor familiar e estragaram o maquinário” e “o invasor é sempre inocente, e o proprietário é culpado”. Nesse sentido, dizia:

A causa da terra é justa. No entanto, o radicalismo do MST em querer tomá-la pela força, via invasão de propriedades, transformou-se num caso de polícia. Os pecuaristas rio-grandenses mostraram toda a sua indignação esvaziando a realização da primeira Expointer no Governo de Olívio Dutra. Qual o motivo do protesto dos pecuaristas? Houve desrespeito à propriedade privada, porque o Governo Olívio Dutra protege o vandalismo, o infrator que invade uma fazenda para montar o seu circo com o objetivo de que a propriedade seja declarada de baixa produtividade e que, dessa forma, haja a sua desapropriação para fins de reforma agrária. [...] Lamentavelmente, há pouco, um telefonema - a pessoa dizia-se oriunda do MST - anunciava a existência de uma bomba naquela entidade. E daí, PT? A FARSUL é sindicato e sindicalismo? O que houve, Senhores do governo? Minha indignação é contra aqueles que têm a caneta na mão e que estão instigando a revolta e a discórdia no Estado do Rio Grande do Sul.³²⁸

Seguindo a lógica de associar o MST e o governo ao terrorismo, e assim deslegitimar ambos para falar e agir em nome dos pequenos agricultores despossados de terra, também Elmar Schneider (PMDB) afirmava:

Sr. Presidente, ontem à noite, um empresário de Bagé deixou os assistentes da TVCOM impressionados e preocupados ao contar que às 3 horas havia sido assaltado a mão armada por integrantes do Movimento dos Sem-Terra do Rio Grande do Sul, tomando sua família como refém até às 8 horas. [...]. A sociedade gaúcha deve estar realmente preocupada com o que tem acontecido: assalto a mão armada às 3 horas; 30 encapuzados atirando uma casa de família, casa de um produtor que sabe apenas construir, plantar para o bem do Rio Grande, para o bem do Brasil. Essa situação está indo longe demais. A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa tem a obrigação de ouvir as pessoas envolvidas. Esta Casa tem a obrigação de começar a se preocupar com o que tem acontecido e a se inteirar do problema.³²⁹

Apesar das críticas, que vinculavam o governo e o agrupamento dos sem-terra a uma imagem negativa e a uma perda da *fides* ao movimento e ao Executivo, nenhum agente manifestou uma posição de defesa. Na ausência de fontes que nos deem um indício maior do motivo pelo qual as críticas da oposição às ocupações e seu respectivo apoio ao boicote da Expointer ficaram sem resposta no parlamento, *locus* oficial da luta política entre agentes delegados por meio de mandato legislativo, seja possível especular que os

³²⁸ Deputado Estadual Vilson Covatti (PPB). Assembleia Legislativa. 25.08.1999. *Anais da ALERGS*.

³²⁹ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 17.08.1999. *Anais da ALERGS*.

deputados governistas estivessem *in locu* na ocupação, já que esta também envolveu uma luta quase armada com ruralistas da região, e travou-se igualmente no âmbito judicial.

Contudo, a ata da 54ª sessão ordinária indica a presença de dez deputados *petistas*, sendo que a bancada era composta por doze.³³⁰ Portanto, a hipótese mais consistente parece indicar que os agentes governistas se furtaram, pura e simplesmente, de contrapor a ofensiva oposicionista. O motivo para isso é de difícil precisão. Mas podemos supor que a ação pode ter criado uma imagem negativa, e isso pode ter sido percebido pelos agentes governistas, podendo vir a ser passível de perda de capital político. Essa é uma suposição que não pode ser descartada.

4.2.1.2 O CADASTRO ESTADUAL DOS FILHOS DA TERRA: O CONFLITO GOVERNISTA NA OFENSIVA OPOSICIONISTA EM DEFESA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA

Como forma de avançar contra as mobilizações do MST, o deputado estadual Elmar Schneider (PMDB) havia proposto um projeto de lei que criava um cadastro para os produtores rurais sem-terra. Aprovado na Assembleia Legislativa em dezembro de 1999, trouxe em discussão a relação do MST com o acesso à reforma agrária. Já no momento da proposição, o deputado estadual Dionilso Marcon (PT) mencionava que isso não era uma “novidade”, mas “uma maneira de enrolar os agricultores”. Era uma contrapartida a Elmar Schneider, que defendia o projeto como uma forma de organizar a agricultura no estado contra “alguns mal-intencionados”³³¹, em referência indireta ao MST. Por falta de quórum na data, o projeto foi aprovado no dia seguinte, sem discussão alguma, como mandava o Regimento Interno.

Portanto, sua aprovação no plenário, em primeiro momento, ocorreu sem maiores resistências ou mesmo sustentações por parte do bloco governista. Isso pode ser explicado porque a fase de discussões ocorreu dia 09, quando sequer quórum havia para levar a votação adiante. No dia 10, quando o projeto de lei 201/99 foi votado, não houve discussão, pois esta já havia sido feita no dia anterior, seguindo as disposições previstas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa estadual. Entretanto, o projeto de lei de Elmar Schneider (PMDB) veio a ser vetado pelo governador Olívio Dutra mais adiante. Em abril do ano seguinte, quando o veto foi colocado em votação, a discussão sobre o

³³⁰ A esse respeito, ver: EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Ata da 54ª Sessão Ordinária realizada em 17 de agosto de 1999. *Anais da ALERGS*.

³³¹ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 09.12.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). Assembleia Legislativa. 09.12.1999. *Anais da ALERGS*.

cadastro ganhou muito mais força, ressonando a luta simbólica entre os agentes políticos que visavam impor a visão mais legítima acerca da política agrária.

Nesse dia, diversos outros vetos foram postos ao sufrágio parlamentar. A sessão, portanto, acabou tendo uma ampla repercussão também no campo jornalístico. Além do mais, o fato de uma proposta de interesse direto do MST fez com que o movimento ocupasse as galerias da Assembleia Legislativa, procurando interferir na votação da matéria e ajudar o Executivo a manter o veto. Já os agentes parlamentares utilizaram o espaço para procurar se fazer vistos na luta pela manutenção ou derrubada deste e de outros. Tanto que foram, ao total, 59 intervenções na tribuna do parlamento estadual. Algumas destas, inclusive, vieram a ser interrompidas pelas manifestações das galerias, ocupadas majoritariamente por integrantes do MST, como veremos.³³² Ou seja, o MST era utilizado pelo Executivo estadual como um recurso aliado com o objetivo de pressionar os agentes opositores a não derrubar a sanção imposta pelo governo Olívio Dutra.

Nesse sentido, o voto por sua manutenção foi alvo de disputa entre os agentes do campo, haja vista que a oposição encontrava-se articulada para derrubar a negativa do Executivo ao andamento do projeto. A posição de Dionilso Marcon (PT) em relação ao tema era de que havia ali o objetivo de desmobilizar os movimentos sociais, além de trazer exemplos anteriores de cadastramento. Junto a isso, o parlamentar ligado ao MST dizia ser esta uma prerrogativa federal, segundo o Estatuto da Terra.³³³

Dessa vez, diferentemente das outras onde, em geral, a defesa do MST ficou a cargo exclusivo de Dionilso Marcon (PT), mais agentes políticos usaram a tribuna do parlamento para defender o movimento. Luciana Genro (PT), por exemplo, tecia críticas à atuação de Elmar Schneider (PMDB) enquanto agente legitimado no *locus* parlamentar,

³³² Jornal *Correio do Povo*, 06 de abril de 2000. *Arquivo CP*. Armando Burd, ao cobrir a sessão, dizia ao *Correio do Povo*: “A Assembleia Legislativa enfrentou um incidente: o deputado Giovani Feltes, que discursava na tribuna, foi ofendido aos gritos por integrantes do MST. De imediato, o presidente Otomar Vivian suspendeu a sessão, reuniu-se com 30 deputados e pediu a retirada dos agressores. A intermediação do deputado Dionilso Marcon, do PT, permitiu que a sessão se reiniciasse. Com o episódio, ficou clara a posição do presidente: em nenhum momento, independentemente de partido ou movimento a que pertença, um deputado ou a instituição será ofendida sem que haja pronta reação. A Assembleia, como poder desarmado e com a segurança reduzida a pouco mais de dez funcionários, não é a casa da bagunça em dia de votação. Ontem ficou provado”. Independentemente da análise do cronista, o que queremos trazer ao leitor é a presença do movimento nas galerias da Assembleia Legislativa e destacar, sobretudo, a manipulação deste recurso pelos agentes governistas.

³³³ Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). Assembleia Legislativa. 05.04.2000. *Anais da ALERGS*. Assim como Marcon, também Roque Grazziotin, Elvino Bohn Gass e Luciana Genro, todos do PT, destacavam que já havia outros projetos semelhantes que não tinham avançado. Cf. Sessão Plenária de 05.04.2000, nos anais da Assembleia Legislativa.

além de pontuar problemas existentes no projeto. Assim, deslegitimava tanto o projeto quanto o parlamentar para falar em nome da reforma agrária:

Sob o pretexto de organizar a reforma agrária e a agricultura, S. Exa. pretende é prejudicar os agricultores, os acampados e os futuros assentados. Esse é o verdadeiro objetivo de um parlamentar que mostrou o seu descompromisso com a reforma agrária ao apresentar, em 1999, 31 emendas que pretendiam retirar da proposta orçamentária 22 milhões e 700 mil reais – quase 80% do total a ser investido pelo governo na reforma agrária. O Deputado Elmar Schneider não tem autoridade política para afirmar que o seu projeto melhora as condições de realização da reforma agrária. A verdade é que ele trará conseqüências nefastas, pois modifica os critérios para a realização dos assentamentos, excluindo os acampados e os trabalhadores que estão nas cidades, mesmo aqueles que desejem retornar ao campo. De acordo com o projeto do deputado, somente poderão fazer parte do cadastro os agricultores que tenham residido e produzido na terra durante os últimos cinco anos. [...]. O trabalhador que desejar retornar às suas raízes, a fim de tornar-se um agricultor, será excluído do cadastro do Deputado Elmar Schneider. Da mesma forma, isso acontecerá com os trabalhadores rurais sem-terra. Na realidade, essa é uma tentativa de esvaziar a luta do MST. Outro elemento que demonstra o prejuízo que esse cadastro provocará aos futuros acampados é o seguinte: se o INCRA não reconhecer tal cadastro – o que certamente acontecerá, pois hoje trabalha-se com um cadastro unificado entre o Estado e o instituto, que é de competência federal –, os futuros beneficiados que não forem reconhecidos não irão receber os financiamentos oferecidos pelo governo federal para assentamentos.³³⁴

Nota-se que, por parte da bancada governista, a estratégia era deslegitimar a proposta usando como argumento a atuação de Elmar Schneider enquanto agente parlamentar. Segundo a maioria dos deputados situacionistas, ele havia proposto diversas emendas visando retirar dotações orçamentárias de assentamentos. O deputado estadual Padre Roque Grazziotin (PT) dizia, reforçando essa representação construída pelos demais agentes governistas: “Somos favoráveis ao veto, pois o projeto é eminentemente demagógico. O mesmo deputado que fala em defender e priorizar a questão da reforma agrária apresentou 31 emendas à proposta orçamentária, pretendendo tirar 22 milhões de reais de dotações relativas aos assentamentos”. Assim como eles, Elvino Bohn Gass (PT) dizia que o projeto de Schneider não tinha a intenção de viabilizar a reforma agrária. Dizia ele que a ofensiva se dava porque agora o governo *petista* tinha interesse em fazer reforma agrária. Isto é, “que mudou a história no Rio Grande do Sul”. Por esta via, mencionava que a possibilidade de afastar a reforma agrária era justamente incentivar as pessoas a fazerem este cadastro.³³⁵

³³⁴ Deputada Estadual Luciana Genro (PT). Assembleia Legislativa. 05.04.2000. *Anais da ALERGS*.

³³⁵ Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). Assembleia Legislativa. 05.04.2000. *Anais da ALERGS*.

O deputado procurava levar a crer que ele era inócuo. Era visto pelos situacionistas na luta simbólica como uma ferramenta levada adiante pelos agentes oposicionistas com o objetivo de diminuir a força do Movimento Sem-Terra como um microcosmo mobilizável de abnegados na disputa pela visão mais legítima de política agrária. E, por consequência da ligação entre ele com o partido governista, como um recurso com relativa força capaz de ser convertido em capital político ao PT.

Nota-se que os agentes políticos vinculados ao governismo procuraram deslegitimar a proposta por dois meios: primeiro, questionando a trajetória de Elmar Schneider enquanto parlamentar no tema da reforma agrária. Ao trazer para a luta parlamentar o fato de Schneider realocar verbas destinadas aos assentamentos para propor emendas, constrangiam o parlamentar oposicionista e colocavam em dúvida as intenções dele em contribuir com a reforma agrária. Além disso, os agentes situacionistas também utilizavam experiências semelhantes visando fazer crer que este tipo de proposta não tinha sido bem-sucedida, desacreditando o cadastramento enquanto um mecanismo eficaz. Por fim, os agentes vinculados ao governo procuravam fazer acreditar que esta proposta tinha mais o interesse de enfraquecer o MST, como mencionamos no parágrafo acima.

A defesa da manutenção do veto pela oposição legislativa procurava construir a ideia de que o cadastro organizava, ‘civilizadamente’, a reforma agrária no Rio Grande do Sul. Além disso, pelo fato de o serviço ficar a cargo dos municípios, um dos argumentos da oposição era de que ele não geraria custos ao governo do estado. Assim, dizia o autor da proposta, “um Estado não pode incentivar quem tem direito à terra a ir para a beira do asfalto, embaixo da lona preta, com a bandeira do PT ou da CUT. Esse é o momento da organização”, sendo vaiado pelos membros do MST presentes na sessão plenária.³³⁶

Essa crítica, direcionada a uma suposta desorganização da reforma agrária junto a uma ‘exploração’ do tema pelo MST e demais organizações vinculadas a ele, se fez presente na maioria das exposições dos deputados estaduais da oposição. Adolfo Britto (PPB) dizia ser “necessário votarmos hoje contra o veto do Sr. Governador, a fim de que possamos organizar, nos sindicatos rurais ou nas prefeituras dos municípios, um cadastro que permita o reconhecimento do perfil dos agricultores que precisam de terra para trabalhar”. Assim, dizia ao proponente que a bancada do PPB iria votar pela derrubada do veto. Junto a ele, o também deputado pelo PPB, Vilson Covatti, questionava o fato de que o veto não foi justificado por ilegalidade ou constitucionalidade, sendo então uma posição

³³⁶ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 05.04.2000. *Anais da ALERGS*.

política. Em sua defesa, Covatti mencionava que o projeto viabilizava participar da reforma agrária aqueles que “não querem acampar nas estradas, pois se evitaria que eles fossem excluídos do processo de reforma agrária” e “não leram a cartilha do PT”. Direcionando-se ao deputado estadual Dionilso Marcon (PT), dizia que ele devia “estar preocupado, pois esse projeto despartidariza a reforma agrária”.³³⁷

Já Giovani Feltes, do PMDB, seguindo a mesma lógica apontada acima de deslegitimar o MST como representante legítimo para falar e agir em nome dos sem-terras, criticava o movimento:

Entendo que o MST não quer um cadastro geral daqueles que são verdadeiramente agricultores sem-terra, porque perderia o caráter da informalidade e da manipulação dos números de famílias, de assentamentos e de valores relativos aos investimentos que são feitos nessa área no Rio Grande do Sul. Por outro lado, considero que os colegas parlamentares que, de forma muito clara e textual, afirmaram que aqueles que votarem contrariamente ao veto estarão criando barreiras à implantação da reforma agrária, por serem contrários a ela, estão absolutamente equivocados, na medida em que fazem uma acusação insana e inverídica. Queremos que o MST, grande movimento social organizado neste Estado, embora sem caráter jurídico, não sirva para manipular, mas, sim, para alcançar o seu propósito maior, a reforma agrária, instrumento legítimo que visa ao crescimento deste Estado e deste País, ao qual este deputado e outros tantos parlamentares se associaram, mas não com medidas que eventualmente possam frustrar nossas expectativas ou da população sobre informações sérias e, especialmente, sobre educação e respeito.³³⁸

Portanto, enquanto os agentes vinculados ao governo procuravam deslegitimar a proposta, buscando fazer crer que ela era insuficiente para atender as demandas da reforma agrária, os profissionais investidos de mandato parlamentar da oposição visavam destacar os ‘interesses’ do MST e do PT em manter uma ‘desorganização’ da política de revisão da estrutura fundiária com o objetivo de uma exploração política. Assim, procurava-se desacreditar que o veto tinha como ambição o fortalecimento da política de reforma agrária.

Além disso, buscava definir no mundo social a imagem de que MST e PT não tinham ‘real’ interesse em mexer na estrutura agrária, mas sim em manipular *convertidos* a continuarem crendo nestas agremiações como as únicas capazes de viabilizarem a reforma agrária. Era uma forma de deslegitimar não somente o veto, mas também o PT e o MST enquanto agrupamentos no mundo social. Essa posição era particularmente mais forte nos agentes ligados ao PPB, cujos recursos políticos advinham, sobretudo, do interior

³³⁷ Deputado Estadual Adolfo Britto (PPB). Assembleia Legislativa. 05.04.2000. *Anais da ALERGS*.

³³⁸ Deputado Estadual Giovani Feltes (PMDB). Assembleia Legislativa. 05.04.2000. *Anais da ALERGS*.

do estado, onde o ruralismo gaúcho tinha mais força. Por consequência, era dali que havia maior rejeição às ações de ocupação do MST.

Também devemos destacar a mobilização de militantes benévolos e profissionais do Movimento Sem-Terra como um recurso de pressão, vaiando e interrompendo a explanação dos parlamentares da oposição, que procuravam fazer valer uma posição contrária a sua. Em relação a isso, o parlamento, enquanto um poder instituído e reconhecido pelo Estado como legítimo, usou dessas prerrogativas para vetar o uso deste recurso por parte da bancada governista, evitando o impedimento da continuidade da sessão.

Em duas oportunidades o presidente da Assembleia Legislativa, Otomar Vivian (PPB), solicitou aos presentes que não interrompessem os parlamentares em suas explanações. Na primeira, quando Elmar Schneider (PMDB) visava defender a derrubada do veto, o presidente da Assembleia Legislativa solicitava que não houvesse interrupções e pedia “à segurança da Casa que fique atenta a todos os presentes e retire imediatamente das galerias qualquer cidadão que desrespeite o Regimento Interno”. Na segunda vez, enquanto Giovani Feltes (PMDB) ocupava a tribuna da Assembleia Legislativa, Vivian (PPB) interrompeu a sessão e fez uma reunião com os líderes dos partidos no parlamento estadual, até o restabelecimento da discussão, possibilitada pela mediação do deputado estadual Dionilso Marcon (PT), agente visto e reconhecido pelo MST como legítimo para falar em nome do movimento rural. Segundo o *Correio do Povo*, “a decisão recebeu protestos de deputados da situação, ao mesmo tempo em que a segurança não conseguia identificar os manifestantes. A sessão foi suspensa para uma reunião de líderes, que durou cerca de 40 minutos”³³⁹, ilustrando as divergências suscitadas com a medida.

Dessa disputa, queremos destacar o fato de o MST ter sido um instrumento de pressão, isto é, um recurso vinculado ao governismo que procurava contribuir na luta parlamentar em favor da manutenção do veto. Por outro lado, sob liderança de Otomar Vivian (PPB), a Assembleia Legislativa utilizou as prerrogativas que davam legitimidade de falar e agir em nome dos *profanos* para barrar as articulações obstrucionistas do MST e garantir aos agentes investidos de mandato parlamentar o direito de pronunciamento. Portanto, notamos que eles utilizaram os recursos que possuíam para fazer valer sua visão como a mais legítima em relação ao veto. A oposição, presidindo a Assembleia

³³⁹ Deputado Estadual Otomar Vivian (PPB). Assembleia Legislativa. 05.04.2000. *Anais da ALERGS*. Jornal *Correio do Povo*, 05 de abril de 2000. *Arquivo CP*.

Legislativa, utilizou do instrumento de suspensão da sessão como forma de prosseguir-la, e ratificou sua legitimidade perante a pressão exercida pelo MST.

Do ponto de vista prático, o veto foi derrubado pela oposição. Contudo, foi possível perceber que a criação do cadastro, legitimado na luta simbólica como um organizador da reforma agrária e uma maneira de desvinculá-la do ‘partidarizado’ MST não atingiu o objetivo de esvaziar o movimento e enfraquecê-lo enquanto organização. Ou seja, apesar da criação do cadastro, o MST seguiu politicamente atuante, realizando ocupações no interior do estado e travando uma disputa com os ruralistas sobre qual era a política agrária mais legítima, apesar da derrota no parlamento. Dessa forma, a relação entre o Movimento Sem-Terra, os governos do estado e federal e as ocupações como um método legítimo de pressão seguiram existindo. Sobretudo em 2002, quando a discussão também entrou para a esfera do *laissez faire* eleitoral. Em outras palavras, quando as agremiações e agentes organizavam seus recursos e visões de mundo social para a disputa na sublimada guerra civil e tentavam mobilizar o maior número de *profanos* para ascender ao controle do Estado, tanto na esfera regional como federal.

4.2.1.3 AS OCUPAÇÕES E ASSOCIAÇÕES NO FINAL DO MANDATO: AS AÇÕES DO MST EM PERÍODO ELEITORAL

As ocupações de terras por parte do MST não findaram quando o mandato de Olívio Dutra aproximava-se do fim. Ou seja, apesar do período eleitoral, que poderia influenciar em um recrudescimento das ações para evitar que estas fossem vinculadas à uma ação ordenada pelo governismo como a oposição procurava fazer crer, a posição do movimento foi no sentido inverso, de intensificá-las. Em linhas gerais, apesar da busca por parte dos agentes políticos da oposição em associá-lo a uma imagem negativa no mundo social, o atrelando à ações terroristas e ao PT, o MST secundarizou isso, mesmo que levasse a uma perda de capital político, tanto à agremiação quanto aos que eram delegados por ela no *laissez faire* da luta eleitoral. Até porque, o Executivo havia assentado um número menor do que o prometido em campanha.³⁴⁰

³⁴⁰ Segundo GUERREIRO, op cit., foram assentadas 5.300 novas famílias. De acordo com a literatura especializada – e até mesmo o próprio programa de governo -, a meta era assentar 10 mil, isto é, praticamente o dobro. Ver: DUTRA, Olívio. *Proposta de governo da Frente Popular*. (Texto para discussão – versão preliminar não revisada). 30.07.1998.

As mobilizações entre abril e maio foram bastante monitoradas pela FARSUL. O sindicato observava as manifestações nacionais do MST, alusivas ao “sexto ano de falecimento de 19 sem-terra, em 1996, em Eldorado dos Carajás, num confronto com a PM paraense”. Por isso, a FARSUL atuou tanto no âmbito jurídico, procurando uma medida cautelar que evitasse as ocupações, e temendo que a sede da entidade viesse a ser alvo de ações do MST. As mobilizações, centradas, sobretudo, na Campanha rio-grandense, ocuparam fazendas em Júlio de Castilhos e Hulha Negra e contaram como resposta com a articulação de ruralistas, que organizavam bloqueios à marcha do MST e vigílias para impedir sua entrada em fazendas. Junto a isso, o PT anunciava a cessão de sua sede ao MST. O prédio, que era do Clube da Cidadania, foi motivo de polêmica em função das acusações que vinculavam a sua compra com dinheiro de contravenção – popularmente chamado de “jogo do bicho” -, e havia motivado uma CPI que sugeriu o *impeachment* de Olívio Dutra, como veremos melhor adiante.³⁴¹

Dentro desse contexto, os agentes políticos investidos de mandato no parlamento utilizavam a medida, associada à aproximação com o pleito eleitoral, para reforçar a ideia de que o MST era um ‘braço direito’ do *petismo* e agia articulado com os interesses da sigla. Além disso, usavam do fato para relembrar a ‘origem’ do dinheiro do Clube da Cidadania, buscando levar o governo ao descrédito pelo *status* de ‘escândalo’ que o caso da compra da sede havia ganhado pela associação à contravenção. Nessa vinculação dupla, buscava-se a luta pelo descrédito ao *petismo* e ao governo estadual.

Desse modo, o deputado estadual Elmar Schneider dizia ser “assustador o que vem acontecendo no Rio Grande do Sul. Já vínhamos denunciando aqui que o MST, que anda pelo Rio Grande, não é um movimento na luta pela terra. Também não é um braço do Partido que governa o nosso Estado: é o corpo inteiro”. Referindo-se ao Clube da Cidadania, Schneider mencionava que, “na verdade, o Clube de Seguros da Cidadania foi criado e fundado para lavagem de dinheiro” e que, “quando houve as denúncias, o PT anunciou que iria se retirar de lá, mas pediu um tempo e continua instalado nesse prédio adquirido com o dinheiro da contravenção, que é sujo, cheio de sangue. Foi isso que descobrimos”. E questionava: “Meu Deus! A finalidade do MST, ao ocupar aquele prédio, não será, quem sabe, planejar as invasões a prédios públicos, a terras produtivas, e tudo isso com o apoio daqueles que governam o Estado do Rio Grande do Sul? Mas a que ponto se chegou!”.³⁴²

³⁴¹ Jornal *Correio do Povo*, 02 e 04 abril de 2002. *Arquivo CP*.

³⁴² Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 17.04.2002. *Anais da ALERGS*.

Assim como Schneider, outros deputados também procuravam associar o PT ao MST, e ambos à contravenção do prédio que o partido cedia ao movimento, na luta por tentar associar a uma visão negativa no mundo social. Frederico Antunes (PPB) dizia que “o MST não colabora com a reforma agrária e tampouco com a segurança e o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País”. Em tom de denúncia, mencionava que “o MST é, sim, protegido pelo PT, e age de forma truculenta, ilegal e absurda. Chega de ouvirmos contos bonitos e maravilhosos, mas que não refletem a verdade”. Usando a doação do prédio como uma evidência de que o Partido dos Trabalhadores protegia as atuações irregulares do MST, dizia que este estava “recebendo do PT uma sede que foi conquistada com a pressão política do tesoureiro tanto do ex-Prefeito Tarso Genro quanto do atual Governador Olívio Dutra”.³⁴³

Dentro dessa ofensiva dos agentes políticos da oposição, que objetivava retirar capital político do MST e do PT, a posição dos profissionais do PT foi omissa. Mesmo que, como vimos, a atuação da oposição estivesse ancorada na ideia de macular o governo e o MST a um ‘escândalo’, haja vista que o tema do Clube da Cidadania chegou a motivar um pedido de *impeachment* levantado pelo parlamento regional.

A única exceção foi dada novamente pelo deputado Dionilso Marcon (PT), agente delegado do MST. Este, além de defender as ocupações, dizia que o temor de alguns parlamentares, citando nominalmente Elmar Schneider (PMDB), era pelo fato de o prédio ser:

Localizado perto da rodoviária e dos pontos de ônibus, de onde é fácil se deslocar para qualquer canto da cidade, será o novo endereço de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens e a Pastoral da Juventude Rural. Dessa forma, esses movimentos terão o seu escritório, o seu local para se articular e também para manifestar as suas reivindicações junto ao Governo, tanto do Estado quanto Federal. É claro que a Oposição fica-se (*sic*) perguntando, raivosa, por que esse será o local onde os movimentos sociais terão o seu escritório para mobilização e articulação, dizendo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra se articulará para fazer novas ocupações de terra. [...]. Sempre tenho dito que as ocupações de terra são uma das formas que o MST tem de pressionar o Governo para que autorize assentamentos, e também – conforme um dos papéis do Movimento dos Pequenos Agricultores – para garantir o crédito para que essas famílias permaneçam na terra. Pois esse será o endereço do Movimento dos Sem-Terra.³⁴⁴

³⁴³ Deputado Estadual Frederico Antunes (PPB). Assembleia Legislativa. 17.04.2002. *Anais da ALERGS*.

³⁴⁴ Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). Assembleia Legislativa. 17.04.2002. *Anais da ALERGS*.

A fala de Dionilso Marcon (PT) foi rebatida pelos agentes políticos de oposição ao PT, contrapondo a tentativa do deputado de fazer valer a doação da sede como uma atitude legítima. Luis Augusto Lara (PTB), direcionando-se ao deputado Dionilso Marcon (PT), dizia que o MST violava a constituição e o direito de propriedade. Ainda criticava o governo que, segundo ele, “tem aviltado a Segurança Pública para que os órgãos policiais não possam defender aqueles que trabalham, que produzem nesta terra, que pagam impostos e que mantêm, sim, os salários dos Deputados”. Tecendo uma crítica direta ao fato de o capital político de Marcon ser ligado ao poder simbólico delegado pelo MST, dizia que ele “tem mesmo de defender a legalidade do MST, porque, afinal, foram seus integrantes que colocaram S. Exa. aqui e é deles que S. Exa. depende, na próxima eleição, para permanecer nesta Casa”. E complementava: “entendo politicamente seu lado eleitoral, mas não venha, desta tribuna, dizer que aquele Movimento busca a justiça, porque quem busca a justiça, acima de tudo, respeita as leis”. Assim, finalizava defendendo a mobilização ruralista, que procurava impedir que o MST ocupasse fazendas.³⁴⁵

Como notamos, houve uma ofensiva por parte da oposição, no sentido de associar o MST a práticas ‘terroristas’ e, por consequência, visando fazer crer que o agrupamento atuava como um braço direito do PT. Além disso, também procurava denunciar que o Partido dos Trabalhadores usava a estrutura estatal como forma de ser conivente com as ações do MST que, segundo o bloco opositorista, transgredia as normas legais do Estado.

Essa ofensiva, próxima ao período eleitoral e que buscava associar as ações do MST a um escândalo capaz de levar o governo, cuja imagem era associada aos Sem-Terra durante todo o mandato, a perder capital político no *laissez faire* eleitoral que se aproximava, incluiu a ameaça de instauração de uma CPI. Especialmente atrelada pela pressão do campo jornalístico sobre o MST, o que tornava a possibilidade de uma investigação parlamentar virar uma ideia-força mobilizável de *profanos*, e passível de captação de capital político entre os agentes e os partidos da oposição.

É importante destacar que, em geral, a imprensa tende a contribuir para que, no mundo social, o MST seja representado a expressões como ameaça, bandidagem, baderneiros, terroristas, radicais, antidemocráticos e outras que³⁴⁶, na luta entre os agentes

³⁴⁵ Deputado Estadual Luis Augusto Lara (PTB). Assembleia Legislativa. 17.04.2002. *Anais da ALERGS*.

³⁴⁶ FERNANDES, Bernardo Mançado citado por DUTRA, Paulo André Porto. *Zero Hora e agendamento da disputa política: o caso do MST*. Trabalho de Graduação (TCC em Jornalismo), Santa Maria, Centro Universitário Franciscano, 2007. Essa afirmação em relação ao MST baseia-se em relativa bibliografia produzida sobre isso, que converge com a afirmação. Ver, a respeito: ROS, op. cit; BERGER, op. cit;

profissionais do campo político, são reforçadas pelos parlamentares. Aproveitando-se desse fator, que robustece a visão pejorativa a respeito do MST, o jornal *Zero Hora* alegava ter encontrado materiais que incriminavam o movimento.

Em ampla reportagem, o periódico do grupo RBS dizia que a Polícia Civil havia encontrado em uma ocupação em São Jerônimo “um total de oito diários, agendas e manuais apreendidos com integrantes do MST durante a invasão da [fazenda] Santa Bárbara”. O material, segundo *Zero Hora*, “louva o projeto socialista de Cuba e aponta que 150 estudantes do MST estão fazendo um curso na ilha governada por Fidel Castro” e reiterava aos membros do movimento a se inspirarem em Che Guevara. Também dizia o material que algumas agremiações e partidos, como PT, PCdoB, CUT, PSB e PV representavam o “projeto dos pobres”. Já PPS, PMDB, PTB, PPB, PSDB, FARSUL e FIERGS eram ligados ao “projeto dos ricos”. O extenso dossiê ainda citava a doação de metade dos salários dos membros do movimento para a organização e a existência de cheques em branco de um ex-PM para o MST.³⁴⁷

Não é nosso objetivo aqui explicar a relação do MST com a imprensa e, eventualmente, as questões relacionadas à denúncia da *Zero Hora*. Mas fica evidenciado que havia uma explícita pressão do campo jornalístico que encontrava eco no político. Com isso, inclusive, o tema veio a ser pautado pelo campo jornalístico para ser discutido no político, tendo em vista, também, a legitimidade reconhecida entre os pares que o maior periódico do estado trazia. Em linhas gerais, o campo jornalístico, neste caso, influenciou diretamente no campo político, inclusive pautando temas e problemas para a disputa na luta simbólica. Essa interferência era aceita como legítima pelos deputados, especialmente pela circulação em função do número de *profanos* que o periódico conseguiria atingir, provocando uma demanda que seria apropriada por estes *clérigos* investidos de mandato parlamentar, que procurariam se colocar como representantes dessa parcela ou desconstruir essa imagem, tornando-se então ideias-força em conflito.

Como evidência disso é que o jornal reforçava a possibilidade de se instaurar a CPI do MST, ideia que já era aventada por algumas siglas oposicionistas antes mesmo do material cunhado de ‘subversivo’ tornar-se público pelo mesmo jornal. O periódico entrevistou todos os deputados da Assembleia Legislativa, sondando qual seria a posição de cada um em caso de uma hipotética CPI ser proposta. O título da matéria praticamente

DUTRA, Paulo, op. cit e LERRER, Débora Franco. *De como a mídia fabrica e impõe uma imagem: ‘A degola’ do PT pelos sem-terra em Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

³⁴⁷ Jornal Zero Hora, 08 de maio de 2002. *Arquivo MUSECOM*.

induzia os parlamentares a fazerem essa ofensiva - “CPI tem assinaturas necessárias” -, mencionando que, “conforme levantamento realizado por *Zero Hora*, 24 deputados já se mostram favoráveis a uma investigação parlamentar – cinco a mais do que o mínimo necessário para iniciar o processo que resulta em uma CPI”. Além disso, trazia uma tabela com o nome de cada parlamentar e a posição do mesmo em relação ao tema.³⁴⁸

A rigor, o periódico reforçava os apelos da bancada do PPB: “A ideia [da CPI], que ganhou força na segunda-feira durante protestos de políticos e ruralistas contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o governo estadual, é defendida com maior vigor pela bancada do PPB”. Assim, unia-se aos apelos de Francisco Appio (PPB) que, dias antes da revelação desse material discursava na tribuna:

Não há como resistir. Em meio a tudo isso e depois das afirmações irresponsáveis e trelouçadas do Secretário da Segurança, atacando instituições como o Poder Judiciário e o equilíbrio que deve ter na condução da sociedade gaúcha e brasileira, a esta Casa só resta criar coragem e instalar uma CPI para investigar o MST, porque é esse Movimento que sustenta politicamente as ações da Secretaria da Segurança e que dela recebe apoio para desencadear as suas próprias ações, as quais – repito – afrontam o direito à propriedade e a legislação vigente. Não há como deixarmos passar mais essa agressão feita ao estado de direito, e, por isso, estamos propondo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos certeza de que esta Casa saberá passar por esse desafio. Não se trata de uma provocação, mas, sim, da obrigação que temos de repor a verdade e de dizer aos gaúchos e brasileiros quem financia, quem é o responsável, quem estabelece as diretrizes das invasões, quem, por fim, responde pelos atos desse MST que já foi o Movimento dos Sem-Terra e, hoje, é um braço político quase armado no Rio Grande do Sul.³⁴⁹

Além do PPB, outra bancada que se colocava no parlamento como franca e unanimemente favorável à CPI era a do PPS, composta por ex-parlamentares do PMDB naquela altura. Era dessa forma que Paulo Odone se referia, dizendo que o PPS estaria “para defender o estado democrático de direito” e impedir “abusos no momento em que as instituições democráticas estiverem ameaçadas”.³⁵⁰ Ou seja, notamos que, a partir do momento em que o periódico pautava o tema, o transformava em ideia-força, isto é, mobilizadora de *profanos* e *clérigos* que procuravam fazer crer que esta CPI era necessária, causando danos no capital político do governo e articulando agentes profissionais do campo que procuravam se colocar como representantes legítimos desta.

Também a partir da matéria do jornal *Zero Hora*, viabilizou-se para que os agentes vinculados à oposição usassem o ‘escândalo da cartilha revolucionária’ para aprofundar o

³⁴⁸ Jornal Zero Hora, 08 de maio de 2002. *Arquivo MUSECOM*. A tabela do jornal Zero Hora encontra no anexo IV desta tese.

³⁴⁹ Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). Assembleia Legislativa. 07.05.2002. *Anais da ALERGS*.

³⁵⁰ Deputado Estadual Paulo Odone (PPS). Assembleia Legislativa. 23.05.2002. *Anais da ALERGS*.

caso e procurar vincular ainda mais o PT com o MST, denunciando que no Rio Grande do Sul preparava-se um ‘movimento comunista e guerrilheiro’ com o aval do governo estadual. Onyx Lorenzoni (PFL), por exemplo, dizia que o MST “não têm nenhuma responsabilidade, nenhum compromisso com a reforma agrária, com a produtividade. A idéia é, sim, de um Movimento pré-revolucionário, de inspiração guerrilheira, para quem sabe fazer do Rio Grande e do Brasil uma nova Colômbia”. Citando a matéria de *Zero Hora*, dizia que estava explícita a montagem de uma “revolução”, e que havia uma mudança de foco pelo movimento: ao invés da luta pela propriedade, estavam enveredando “pelo descumprimento de ordens judiciais, pela reiteração de uso de métodos terroristas. Os produtores rurais, o legítimo homem e mulher do campo, os que produzem, estão aterrorizados diante da situação dramática a que são submetidos”. Como forma de reforçar a associação de PT e MST, e de procurar vincular ambas as agremiações como ‘autoritárias’ e anti-democráticas, dizia:

Tive o prazer de conhecer, no último Fórum da Liberdade, Richard Pipes, um polonês, hoje Professor de Harvard, que se dedicou a estudar o século XX. No seu livro *Propriedade e Liberdade*, lembra que, em um mês de controle do Governo Alemão, os nazistas suspenderam as garantias constitucionais da inviolabilidade da propriedade privada. E aí vem o conceito do partido nazista, de que a propriedade deveria ser respeitada, mas apenas enquanto o seu dono a usasse para o bem da nação e do Estado. Nas palavras de um teórico nazista, a propriedade era não mais um assunto particular, mas um tipo de concessão do Estado, limitado pela condição de ser utilizada corretamente, no julgamento do Estado, no interesse do Estado. A pergunta é: alguém do MST ou do PT se negaria a apoiar essa afirmação? Evidente que não. Essa afirmação é rigorosamente igual ao que pensam e praticam o PT e o MST. Portanto, caiu a máscara. O MST e o PT são antidemocráticos e preparam no Rio Grande do Sul um estágio pré-revolucionário. Teremos, sem dúvida nenhuma, ao longo do período que se iniciará nos próximos dias, o processo de uma eleição na qual decidiremos se o Rio Grande apoiará a idéia de que a propriedade seja destruída, de que a democracia seja comprometida, de que o estado de direito seja colocado sob risco, ou se o Rio Grande do Sul dará um basta a essa baderna, a essa ameaça guerrilheira, a essa idéia fascista, totalitária, comunista e, principalmente, ditatorial que o PT simboliza.³⁵¹

Nessa luta que procurava desconstruir o capital simbólico de PT e MST ao mesmo ao tempo, a oposição, observando o fato de Tarso Genro ter sido escolhido para concorrer

³⁵¹ Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). Assembleia Legislativa. 08.05.2002. *Anais da ALERGS*. Em entrevista ao *Correio do Povo*, Lorenzoni chegou a chamar o MST de “a vanguarda do PT”. Cf. *Jornal Correio do Povo*, 07 de maio de 2002. *Arquivo CP*. Em livro publicado no ano 2000, Lorenzoni dizia que as ocupações surgiam não com o objetivo de fazer reforma agrária, mas eram “um subterfúgio para esconder, não o desejo de continuar a reforma agrária, mas sim a intenção de reformar a sociedade de forma mais ampla”. Cf. LORENZONI, op. cit., p. 16. A rigor, em alguns casos, como o de Lorenzoni, o uso do jornal *Zero Hora* se deu com a intenção de ratificar a representação simbólica que já tentava fazer: a de tratar o MST como um agrupamento ligado à objetivos ‘revolucionários’, e não preocupado com a questão social da concentração fundiária.

ao governo estadual no lugar de Olívio Dutra, buscava fazer uma associação também ao candidato *petista* ao Executivo. Elmar Schneider (PMDB) era um dos que dizia: “O Poder Judiciário pediu que os sem-terra se retirassem, e o que faz o Governo? Apóia os sem-terra. E mais, o PT, o Olívio, o Tarso, são de uma panela só. Disseram que não iriam sair, porque este Estado não tem lei”. Tecendo críticas à posição do governo em relação à Brigada Militar, afirmava que ela não podia “atuar, porque o Dr. Bisol não deixa. O PT, o Olívio, o Tarso, são todos uma coisa só”.³⁵²

Portanto, houve uma forte ofensiva dos agentes parlamentares ligados aos partidos oposicionistas contra o MST e PT no final do mandato. A luta pela associação do MST como um braço direito do PT, que agia, de acordo com a oposição, coberto pelos recursos controlados pelo Executivo no sentido de não reprimir as invasões de terras, visava passar a imagem de que o partido e o governo eram anti-democráticos e condescendentes com as posturas ilegais do Movimento Sem-Terra. Este, por sua vez, era visto como desviado de sua finalidade. Isto é, ao ser associado às posturas de guerrilha e vinculado ao PT, não estaria lutando em favor da reforma agrária, mas sim em defesa da ‘revolução’.

Essa ofensiva, tendo o apoio de entidades extraparlamentares - como os sindicatos patronais dos ruralistas do Rio Grande do Sul e impulsionada pelos periódicos que davam às investigações um tom de ‘escândalo’ e criavam uma demanda ao campo político - era estimulada também pelos agentes investidos de mandato parlamentar na oposição. Estes aproveitavam os recursos disponíveis e a visibilidade que o caso ganhava para procurarem se colocar como defensores da ‘ordem’ – isto é, na visão destes deputados, em posição de contrariedade às ações do MST de realizar ocupações. Na medida em que o caso, junto com a circulação provocada por outros agentes ‘externos’ ao parlamento como órgãos de imprensa, sindicatos patronais etc., dando maior relevância ao tema, mais os profissionais do campo político exploravam, no sentido de fazer com que o governo estadual e o MST perdessem a *fides* de parcelas significativas de *profanos* que, direta ou indiretamente, aderiam à ideia-força de que alegava serem ambos atrelados e, também, antidemocráticos.

A julgar pelos importantes recursos que apoiavam a ideia-força que associava o MST ao ‘terrorismo’, ‘guerrilha’ e outras noções que levam à perda de capital político, vinculados à proximidade do *laissez faire* eleitoral, é possível depreender que ela foi dominante no mundo social. E é por isso que se pode explicar o fato de as fortes críticas dos agentes políticos da oposição ao PT e ao MST não terem contraponto de nenhum

³⁵² Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 16.05.2002. *Anais da ALERGS*.

parlamentar governista. Mesmo Dionilso Marcon (PT), cujo mandato era delegado pelo MST, não respondeu à ofensiva dos agentes opositores, que fizeram durante todo o mês de maio essa associação. E não foi por falta de sessões plenárias, já que houve 16 abordando variados assuntos. Maio foi o segundo mês com mais debates em plenário no ano de 2002. Isto é, havia claramente a oportunidade de defesa do governo e de dissociação entre as agremiações do PT e do MST, se os agentes governistas assim quisessem.

Prova também disso foi o fato de agentes ligados ao PT, muitos deles externos ao parlamento, começarem a declarar publicamente que o partido não tinha ligação com o MST. Após a ocupação em Hulha Negra, inclusive, tanto o vereador Adeli Sell como o deputado estadual e vice presidente do PT, Paulo Pimenta, fizeram questão de manifestar-se dizendo que “o partido não tem ligação com o MST nem responsabilidade sobre os atos dos sem-terra”. Nas falas públicas, só Marcon (PT) foi o que defendeu a ação do MST e pedia para a Brigada Militar desarmar os fazendeiros da região. Até mesmo Tarso Genro procurava dissociar-se do MST, negando em campanha que o movimento fosse uma extensão do PT, enquanto outros candidatos no período do *laissez faire* eleitoral diziam abertamente que iriam tratar os sem-terra com maior vigor.³⁵³

Nesse sentido, fica evidenciada a tentativa de buscar dissociar-se do MST, indicando que a ideia-força que condenava o movimento e o vinculava a posturas “autoritárias”, “terroristas” etc. havia conseguido êxito. Portanto, essa aproximação trazia perda de capital político ao partido governista, cuja tentativa era de desvincular-se do MST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A partir do exposto, pode-se constatar que a forma como os agentes políticos vinculados à oposição - e até mesmo os ligados ao Executivo – procuraram representar os movimentos sociais não foi uniforme. Ou seja, as estratégias dos agentes políticos no

³⁵³ Jornal *Correio do Povo*, 07 de maio de 2002; DA ROS, op. cit. As manifestações *petistas* que procuravam distanciar o PT do MST, mas não necessariamente rebater a associação simbólica feita pela oposição, também ficavam claras em falas do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele dizia que o movimento exagerava na maneira em que cobrava o governo FHC. A própria matéria dizia que “as declarações de Lula, que está na quarta corrida presidencial, são inéditas e demonstram que desde 1989 houve mudança de pensamento sobre as relações do PT com o MST, fortemente ligados durante toda a década de 90”. Jornal *Correio do Povo*, 21 de maio de 2002. *Arquivo CP*. A candidatura ao governo do estado que deixou claro tratar o MST com maior firmeza foi a de Celso Bernardi, do PPB, em: Jornal *Correio do Povo*, 09 de maio de 2002. *Arquivo CP*.

campo foram diferentes pelo fato de os dois movimentos, que eram próximos do PT, terem representações simbólicas díspares. E isso refletia de forma desigual na construção dos respectivos capitais e partidos dos agentes investidos de mandato parlamentar.

No caso do CPERS, os agentes vinculados às siglas oposicionistas procuraram deslegitimá-lo como um órgão capaz de falar e agir em nome de seus dominados, questionando a forma com que o sindicato atuava em relação aos interesses da categoria que lhe delegava sua *fides*. Dessa forma, procuravam fazer crer que a proximidade da diretoria com o PT fazia com que ela fosse subordinada aos interesses do agrupamento partidário, e não da categoria. Assim, a oposição visava colocar-se como representante legítima do magistério gaúcho. Ou seja, ‘isenta’ do que chamavam de ‘peleguismo’ ao PT.

Este ponto também é importante de se destacar: os agentes oposicionistas, em nenhum momento, procuravam na luta simbólica associar negativamente a categoria do professorado gaúcho no mundo social, ao contrário do que vimos na relação com o MST. A deslegitimação se dava apenas à diretoria do CPERS, o que não impedia a instituição sindical de dialogar com agentes oposicionistas para a derrubada de vetos do Executivo. Assim, acabava evidenciando que a proximidade do CPERS com o governo Olívio era marcada por limites, haja vista que o sindicato era cobrado para manter pautas por políticas públicas favoráveis ao magistério e ser composto por agentes que disputavam intensamente o controle da agremiação representativa. Isso se dava também pelo fato de que, no mundo social, a imagem do professor enquanto categoria social está vinculada à ideia de este ser um ‘agente positivo’, ou seja, que deve ser ‘valorizado’, ‘bem tratado’ etc. A rigor, representado no mundo social por categorias simpáticas à boa parte da população.

Essa forma de relação indica o peso, previamente calculado por estes agentes, que o apoio do professorado dava no campo político, marcado pela proposição de políticas públicas por meio de emendas e na tentativa dos deputados estaduais em derrubar vetos que iam de encontro aos interesses da categoria. Na luta simbólica, a respeito disso, pesa também a existência de uma quantidade de *profanos* benévolos que, apesar de não possuírem uma ligação direta com a categoria, simpatizam com estes, o que dimensiona o tamanho do capital político envolvido pelos deputados estaduais. Isso sem contar o fato de este ser o setor com maior número de funcionários ligados à burocracia estatal do Rio Grande do Sul e um dos maiores orçamentos do Executivo.

Nessa disputa, a busca pela desconstrução do PT e do CPERS envolveu a contraposição do discurso destes enquanto estavam na oposição com as posições defendidas na nova condição. Por isso, os agentes oposicionistas pressionavam para que o Executivo gaúcho cumprisse a meta de reajuste para o professorado de 190%, solicitada por eles durante o governo Antônio Britto. Esse ponto, explorado durante todo o mandato, foi utilizado pela oposição como forma de desgastar os agentes ligados ao governo estadual, confrontando o discurso *puritanista* do PT antes de assumir o Executivo. Além disso, estes agentes, em sua maioria, ligados ao governo Britto, comparavam a política de reajuste salarial adotada por aquele governo. Assim, visavam fazer crer que, na administração anterior, o magistério havia conseguido melhor valorização, ainda que PT e CPERS tivessem se oposto e buscassem representar o inverso.

Já os agentes parlamentares governistas contrapunham a representação que a oposição fazia da política educacional impressa pelo governo apoiando o CPERS. Mesmo no momento de crise, quando o Sindicato deflagrou greve, os governistas procuravam reconhecer como justas as reivindicações, que não seriam atendidas em razão dos ‘problemas’ encontrados na transição de governo. Isto é, uma forma de responsabilizar a gestão anterior por elas não serem atendidas. Mesmo assim, os agentes governistas procuravam contrapor a tese que buscava deslegitimar o CPERS e seguirem próximos de um importante recurso, responsável inclusive pela conversão em capital político de muitos deputados ligados ao governismo.

Não obstante, ao longo do mandato, os agentes situacionistas procuravam defender as ações em direção à valorização da categoria, como forma de não perder a *fides* desta, reconhecendo que as políticas públicas adotadas pelo Executivo não eram *suficientes*, mas as *possíveis* em função da conjuntura encontrada. E buscavam comparar o Executivo gaúcho com o governo anterior, além de trazer exemplos contemporâneos de outros estados para construir uma representação positiva destas ações. Desta maneira, deslegitimavam os deputados oposicionistas de falar e agir em nome dos professores: ao estabelecer comparações com outros governos dos quais eles fazem parte, os governistas almejaram fazer crer que a administração Olívio Dutra, apesar das dificuldades reconhecidas por eles próprios, foi a mais propositiva na área. Nessa luta simbólica, havia uma clara disputa em torno de fazer-se representante da categoria do professorado gaúcho por parte dos agentes legitimados por mandato parlamentar na Assembleia Legislativa.

Já em relação ao MST, a causa da reforma agrária não era condenada. A disputa se deu em torno do modelo a ser adotado, com críticas frontais à desapropriação sem

contrapartida. Entretanto, os agentes oposicionistas visavam desconstruir sua legitimidade e a visão que o movimento visava formar sobre a política agrária. Diferentemente do caso do CPERS – onde houve uma disputa pela categoria -, neste a oposição procurou fazer a desconstrução do MST como um movimento ilegal e partidário, não reconhecendo nele nenhum tipo de representação legítima do mundo rural. Houve pouca simpatia entre os agentes oposicionistas em relação às condições do agricultor sem-terra, diferente, por exemplo, do que vimos naquilo que concerne ao professorado, onde a categoria era constantemente preservada e separada do sindicato.

Segundo os agentes da oposição, o Movimento Sem-Terra era utilizado apenas para outros fins, políticos e partidários. Isto é, nada interessado na questão agrária. Nessa luta simbólica, do qual os agentes políticos faziam parte e que tinha como objetivo definir a representação do MST, os deputados oposicionistas procuravam defini-lo como ‘revolucionário’, ‘clandestino’, ‘terrorista’ e outras categorias pejorativas no mundo social. Com isso, utilizavam o histórico de apoio bilateral do movimento ao PT para associar a agremiação a suas ações. Inclusive, empregava este expediente ambicionando fazer crer que o governo estadual estimulava e acobertava as ações do Movimento Sem-terra. Há de se ressaltar também a postura distinta entre os agrupamentos delegados de poder representativo das categorias: o MST, diferentemente do CPERS, em nenhum momento procurou qualquer tipo de aproximação com a oposição parlamentar.

Um ponto que unia parte da bancada oposicionista (sobretudo o PPB) e os governistas eram as críticas à política federal de assentamentos. Mas por motivos diferentes. Enquanto os agentes do PPB questionavam as vistorias do INCRA, apoiavam o movimento ‘vistoria zero’ e as ações de boicote dos ruralistas contra o órgão federal, os governistas cobravam de FHC uma posição mais firme no sentido de desapropriar as propriedades consideradas improdutivas.

Até mesmo os índices de produtividade eram alvo de disputa, já que os ruralistas os consideravam altos e os governistas os viam como um parâmetro baixo. Os ataques contra o governo federal existiam, mas por motivos diferentes: a oposição parlamentar não concordava com a política de desapropriação federal, por achar ela ofensiva aos ruralistas. E os agentes governistas, por sua vez, defendiam sua visão contra a União por achar que a política agrária de FHC não era ofensiva o suficiente.

Há de se ressaltar que havia, nessa luta, no parlamento, agentes com capital delegado de instituições representativas do meio rural. Isto é, que deviam seu prestígio por agirem como agentes destes setores, devendo seu capital a esses agrupamentos e

tinham como finalidade fazer valer estes interesses na Assembleia Legislativa. Portanto, havia igualmente uma disputa entre a representação do MST, que lutava para alterar a estrutura rural gaúcha, contra o sindicalismo patronal. Este simbolizava a ortodoxia dessa estrutura, isto é, sua manutenção. Essa luta agudizava-se porque, com a ascensão do PT ao Palácio Piratini, aumentavam os recursos disponíveis ao movimento rural heterodoxo. Para isso, portanto, os agentes de oposição ligados à FARSUL e outras organizações rurais procuravam desconstruir não apenas o MST, mas o governo estadual por sua ligação com eles.

Por outro lado, vimos que a oposição procurou explorar a crise que levou a uma greve do magistério rio-grandense convocada pelo CPERS, bem como em momentos onde o sindicato ia de encontro aos vetos impostos pelo Executivo. As posições um pouco mais ‘independentes’ do CPERS, questionando o governo em alguns momentos ao longo do mandato, influenciavam a estrutura do campo e, com isso, os agentes opositores se aproveitavam para constranger o Executivo. Nesse ponto, é válido ressaltar que, segundo a própria literatura, também houve momentos de crise do governo com o MST. Entretanto, elas não foram públicas, o que mostra ainda que este agrupamento estava mais alinhado com o Executivo do que aquele.

Se, como vimos, houve essa ofensiva opositora, o capítulo mostrou que os agentes governistas não agiram da mesma forma. Foi diferente do que se observou em relação ao CPERS, enfaticamente defendido por diversos agentes ligados ao Executivo *petista*. Em geral, os ataques contra o MST tiveram resposta tímida destes, com exceção dada a Dionilso Marcon (PT). Contudo, este era um parlamentar organicamente vinculado ao MST, devendo a este agrupamento o capital político que possuía. Podemos notar, inclusive, que houve por parte dos agentes governistas uma tentativa de desassociar do PT a imagem de proximidade que tinha junto ao Movimento Sem-Terra quando o *laissez-faire* eleitoral aproximava-se, seguindo uma tendência da agremiação partidária nacional, isto é, visando o pleito presidencial.

O que indica, portanto, que a imagem negativa construída do MST trazia perda de capital político para aqueles que apareciam vinculados a ele para parcela significativa de *profanos*, exceção dada aos agentes que possuíam uma ligação orgânica com o movimento. Nesse sentido, ao mesmo tempo sugere que a oposição foi bem-sucedida, junto com outros fatores e recursos externos ao parlamento, em associar o MST a ações anti-democráticas e, por consequência, associar ao PT essa representação. Assim, a oposição conseguia desconstruir ambos, reduzindo o capital político *petista* e do governo

para parcelas significativas de setores que não reconhecia no MST uma forma legítima de reivindicação e mobilização rural.

5 O EXECUTIVO NO BANCO DOS RÉUS: O GOVERNO OLÍVIO DUTRA E A RELAÇÃO COM AS CPIS

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são um instrumento de investigação de competência legislativa prevista em todas as esferas da federação. No Brasil, foi regulamentada na constituição de 1934, passando por alterações ao longo do tempo. Para uma CPI ser formada, necessita do apoio de 1/3 dos parlamentares, regra que vale tanto para o Legislativo federal como para o estadual gaúcho.³⁵⁴ Contudo, este instrumento, no campo político é, em muitos momentos, usado pelos agentes legitimados por um mandato parlamentar como forma de constranger o governo e sua base aliada quando a proposição da CPI se dava pela oposição. Isso porque há de se considerar não ser precisa a condição majoritária no parlamento para implantá-la, embora esse agravante existisse no campo político regional.

Desta forma, considerando a condição numericamente majoritária da oposição na 50ª legislatura, constatamos que ela usou este recurso em dois momentos: quando a Ford anunciou a desistência de sua fábrica no município de Guaíba, e na hora em que a CPI da Segurança Pública avançou sobre supostas ligações do PT gaúcho com jogos de contravenção. Nestes dois casos, os agentes opositoristas visavam, ao menos, desconstruir o capital político de notoriedade do governo estadual, contrapondo a imagem da ‘ética’ que a sigla *petista* buscava construir para si.

É importante lembrar, evitando interpretações equivocadas, que em outros momentos a oposição buscou instaurar CPI, mas esbarrou na falta de apoio (mostrando que nem sempre a condição majoritária significou coesão ou respaldo legal no Regimento Interno) ou pelo fato de que ela não foi uma ‘arma’ que visou desgastar o Executivo, apesar de sua implantação. No primeiro caso, podemos exemplificar com a proposição da CPI da Brigada Militar, ideia que surgiu em 1999. Sem prosperar, tentou-se novamente em 2000, sem sucesso. Só em 2001, e na segunda tentativa, que a oposição conseguiu abordar o tema em uma CPI.³⁵⁵ Além das tentativas que narramos, em 2002 o MST quase foi alvo de uma Comissão Parlamentar, como vimos no capítulo anterior, mesmo que *Zero*

³⁵⁴ SOARES, José Ribamar Barreiros. *O que faz uma CPI*. Brasília: Edições Câmara, 2009. Esse trabalho busca fazer, de forma didática, uma ‘sistematização’ de como ocorre a formação de uma CPI e seu funcionamento. Nesse sentido, ver também: QUEIROZ, Marcelo. *CPI: sua utilização no âmbito da União, dos estados e municípios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

³⁵⁵ OLIVEIRA, Stella Máris. *Movimento dos Sentidos: o discurso do jornal Zero Hora sobre o Partido dos Trabalhadores, durante...* Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Porto Alegre, UFRGS, 2004.

Hora tenha apurado a existência de adesão para isso. Já na segunda ocasião, destacamos a CPI do Crime Organizado, onde agentes governistas e opositores trabalharam juntos, concatenados com a Comissão Parlamentar de Inquérito que, nacionalmente, investigava o narcotráfico.

Os temas que envolvem os assuntos relacionados à CPI não são, do ponto de vista bibliográfico, uma novidade. A saída da Ford foi abordada por alguns estudos, bem como a CPI da Segurança Pública.³⁵⁶ Contudo, estas pesquisas se voltam, majoritariamente, ao campo da comunicação, buscando analisar de que forma os periódicos do Rio Grande do Sul, e não os agentes do campo político, abordaram as CPIs. Portanto, a atuação parlamentar em torno destes temas ainda carece de análise acadêmica.

Seguindo uma linha cronológica, abordaremos inicialmente a CPI do Polo Automotivo, cujo objetivo era investigar as causas que levaram a Ford a desistir de sua fábrica no Rio Grande do Sul. Posteriormente, averiguaremos como foi abordada a CPI da Segurança Pública. O objetivo é conhecer como os agentes políticos vinculados às siglas situacionistas e opositores procuraram representar o governo Olívio Dutra por meio das disputas simbólicas que ocorriam na tribuna das sessões plenárias da Assembleia Legislativa. Portanto, não investigaremos as CPIs ‘em si’, mas como elas foram utilizadas como recursos sociais para representar simbolicamente agentes do campo político regional. Entretanto, o acompanhamento do trabalho ‘interno’ da CPI ocorreu por meio de uma análise das coberturas dos periódicos impressos, que deram espaço relativamente grande aos trabalhos parlamentares e aumentaram a relevância destas disputas simbólicas no campo político em meio aos *profanos*.

5.1 A CPI DO POLO AUTOMOTIVO: A ‘GRANDE CRISE’ NO INÍCIO DO GOVERNO

Algumas das questões envolvendo a vinda das montadoras para o Rio Grande do Sul foram abordadas no primeiro capítulo desta tese, considerando desde lá o impacto que

³⁵⁶ O posicionamento dos periódicos, sobretudo da Zero Hora em relação a estes temas, foi objeto de curiosidade destes estudos. A esse respeito, ver: OLIVEIRA, Stella, op. cit.; FONSECA, Alexandre. *Jornalismo e interesses econômico-políticos – o caso das montadoras e o governo do PT em Zero Hora...* Dissertação (Mestrado em Comunicação). Porto Alegre, UFRGS, 2003; LARANGEIRA, Álvaro. *Comunicação monoteísta: a fonte dos discursos do Partido dos Trabalhadores e da Rede Brasil Sul*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006; FILOMENA, op. cit., 2015. Sobre um estudo onde o tema da comunicação não é um tema central, cf.: FERNANDES, Fábio. *Ambivalências das políticas de Segurança Pública: os governos de Antônio Britto e de Olívio Dutra e os novos atores*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre, UFRGS, 2010.

o tema da Ford trouxe na eleição de 1998. Sobretudo pela postura contrária dos agentes ligados ao bloco de esquerda do campo político, rejeitando os incentivos baseados em empréstimos concedidos e em renúncias fiscais. Ou seja, contra a inserção do estado gaúcho no que ficou conhecido como “guerra fiscal” contra outras unidades da federação brasileira. Segundo Álvaro Larangeira e César Filomena, com a anuência da Assembleia Legislativa, 210 milhões eram previstos para financiar a implantação da montadora, com carência de cinco anos e juros de 6% ao ano. Além disso, o estado se comprometia a obter junto ao BNDES uma liberação de 550 milhões em financiamento e a criar a infraestrutura do complexo no município de Guaíba. PT, PDT, PSB e PCdoB, no parlamento gaúcho, foram contra a concessão desses empréstimos,³⁵⁷ e compunham a base do governo Olívio no contexto da crise com a Ford em 1999.

Esse contexto subnacional era subordinado a uma conjuntura maior, ligada ao Plano Real e ao aprofundamento da abertura da economia nacional pelo governo FHC. Através do programa ‘Novo Regime Automotivo’, foram dezesseis empresas automobilísticas disputadas pelos estados da federação por meio de exonerações de tributos por meio de incentivos fiscais. Entretanto, no caso rio-grandense, o tema permeava o debate político desde o governo Alceu Collares, que visava trazer a General Motors ao Rio Grande do Sul.³⁵⁸

Portanto, o assunto era pauta no campo político, mas ganhou mais força a partir de 1997, e com a troca de comando do Executivo rio-grandense para um partido cuja construção simbólica se deu, entre outros pontos, na busca por fazer crer que o contrato era lesivo ao ‘povo’ gaúcho. Foi nesse sentido que, logo no início do governo, a administração *petista* pautou-se por uma renegociação dos acordos, que abarcavam especificamente uma revisão dos repasses previstos. Desde a divulgação do “cheque da GM” pelo jornal *Correio do Povo* (cf. cap I), abriu-se nas disputas simbólicas um espaço maior para uma visão negativa da negociação. César Filomena discutiu em sua tese que, desde então, o *Correio do Povo* passou a noticiar um número maior de críticas do que de defesas da política de incentivo às montadoras.³⁵⁹ Diferente, por exemplo, do jornal

³⁵⁷ LARANGEIRA, Álvaro. *Comunicação monoteísta: a fonte dos discursos do Partido dos Trabalhadores e da Rede Brasil Sul*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006; FILOMENA, op. cit., 2015.

³⁵⁸ CADONÁ, Marco André. *A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

³⁵⁹ FILOMENA, op. cit., 2015.

concorrente, *Zero Hora*, que buscou construir a representação de que a vinda da montadora era uma conquista ‘inquestionável’. Conforme Larangeira:

A pauta sobre a Ford rendia matérias e reportagens de exaltação do empreendimento, dos benefícios econômicos e sociais advindos da instalação da montadora no Rio Grande do Sul e da nova imagem do Estado gaúcho, que deixaria de ser identificado prioritariamente com o setor da agropecuária para se tornar uma referência industrial no país e no Mercosul. Com a ascensão do PT ao governo do estado, a RBS externa a sua preocupação com a manutenção do acordo firmado com a Ford, e passa a tratar o assunto explicitando o seu temor em relação à não instalação da empresa no Rio Grande do Sul.³⁶⁰

Por meio da constatação distinta de dois autores, que basearam suas pesquisas em cima de periódicos concorrentes, é possível afirmar que a luta simbólica também adquiria uma disputa insuflada pela interferência no campo político entre agentes do jornalismo regional. Isto é, uma competição por pautar qual a visão mais legítima em relação ao tema entre os agentes profissionais da política. Essa condição, de certa forma, fortalecia o estabelecimento de um princípio de di-visão incorporada e estimulada por aqueles investidos de mandato parlamentar que conflitavam no Legislativo regional, buscando fazer a sua posição como a mais legítima e levar a do adversário ao descrédito.

Em meio a essa divisão colocada entre polos distintos a respeito do tema, o governo do estado anunciou a revisão dos contratos, tanto com a Ford quanto com a General Motors (GM), em março de 1999. Iniciava-se “um processo de renegociação das bases contratuais estabelecidas pelo governo Britto com a General Motors e com a Ford”, que resultou, “em março de 1999, na suspensão dos repasses financeiros às montadoras e, mais tarde, na desistência da Ford de instalar uma unidade em território sul-riograndense”. A justificativa para essa medida, anunciada antes mesmo da posse, era de que

³⁶⁰ LARANGEIRA, op. cit., p. 164. O que queremos destacar é que o posicionamento dos jornais também refletia disposições antagônicas no mundo social entre outros agentes. Estes que, por vezes, eram importantes recursos sociais de agentes do campo político, que os convertia em capital. Como exemplo disso, é o fato de parte importante do sindicalismo gaúcho, em geral ligado aos partidos de esquerda, se solidarizarem com a medida capitaneada pelo governo do estado. Por outro lado, a FIERGS, ligada à burguesia industrial gaúcha, articulou forte oposição à revisão dos contratos e teceu críticas públicas ao governo Olívio Dutra, conforme ilustrou CADONÁ, Marco André. *Burguesia industrial no Rio Grande do Sul e o governo Lula: os posicionamentos políticos da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) nas eleições presidenciais de 2002. Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 19-39, jul-dez. 2014 e CADONÁ, Marco André. *A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Neste último trabalho, o autor ilustra que a FIERGS chegou a criar um órgão de pesquisas visando viabilizar a vinda das montadoras ao Rio Grande do Sul, intitulado “Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos” (IGEIA).

precisavam de adequações se fossem constatado que os acordos não eram “socialmente justos” e “juridicamente perfeitos”.³⁶¹

A não autorização do montante de 68 milhões referentes a um empréstimo do Executivo estadual à Ford, que aumentou a repercussão do caso, abriu à oposição a oportunidade de desacreditar a posição governista como positiva em função do anúncio de que não seriam mais repassados os valores para as montadoras, como havia sido acordado na administração Antônio Britto. Como justificativa, Olívio Dutra declarou por mais de uma vez que “a situação de caixa do estado é difícil e que educação, saúde e salários são prioridade”. Explorando a fissura que aparecia, o presidente da Assembleia Legislativa, Paulo Odone (PMDB), dizia: “esperamos que pelo menos não ande para trás e destrua o que já foi feito. Se cada novo governo decidir destruir o que foi feito pelo anterior, teremos o caos público”, e pressionava o Executivo para revelar os motivos da medida ao defender que, “se há irregularidades, é obrigação do governo estadual apurá-las”, disse.³⁶²

Uma das disputas que, dentro do campo político, passaria a embasar posições a respeito da vinda das montadoras era sobre a existência ou não de recursos para cumprir os repasses previstos. Segundo os agentes governistas, eram 68 milhões, referentes à parcela de março de 1999. Já o próprio governador, em declaração, proferia que o estado não possuía o valor. Da Assembleia Legislativa, o deputado estadual César Busatto (PMDB), que falava legitimado pela condição de ex-secretário da fazenda e responsável pelas negociações com as montadoras, pronunciava na tribuna da Assembleia Legislativa que havia mais de 195 milhões de reais depositados em uma conta específica destinada à Ford, pedindo à ALERGS que o extrato bancário fosse transcrito nos anais da casa. Luís Augusto Lara (PTB), por sua vez, corroborava a assertiva de Busatto, citando o número da conta onde estaria o valor.³⁶³

Em meio a essa crise, é possível observar que os agentes oposicionistas com mandato parlamentar visava não só levar o governo ao descrédito, mas também procuraram por algum protagonismo no sentido de mediar a posição conflitiva que se

³⁶¹ CADONÁ, op. cit., 2014, p. 32; CADONÁ, op. cit., 2009, p. 311. Para uma análise acadêmica a respeito dos contratos firmados em 1998, indicamos a leitura de FILOMENA, op. cit., 2015. Na página 148, o autor apresenta uma tabela comparando os acordos firmados com a General Motors e Ford, concluindo que os contratos eram semelhantes.

³⁶² Jornal Zero Hora, 22 de março de 1999. *Arquivo MUSECOM*; Jornal *Correio do Povo*, 08 de abril de 1999. *Arquivo CP*; FILOMENA, op. cit., 2015.

³⁶³ Deputado Estadual César Busatto (PMDB), Assembleia Legislativa. 30.03.1999; Jornal Zero Hora, 31 de março de 1999. *Arquivo MUSECOM*.

desenhava. Isso ocorreu não só com Busatto (PMDB), que falava como membro da equipe que trouxe as montadoras para o Rio Grande do Sul, mas também com Paulo Odone (PMDB). Este almejou, durante a crise, usar sua condição de presidente da Assembleia Legislativa, e falar em nome do parlamento. Portanto, querendo situar-se como autorizado a usar todo o capital institucionalizado que o Poder Legislativo regional lhe outorgava.

Este tipo de estratégia foi usada por ele para mobilizar parlamentares estaduais, federais e ex-governadores. Estes, em reunião com o líder do governo na Assembleia Legislativa, colocavam-se à disposição para auxiliar nas “tratativas para superar o impasse gerado pela suspensão dos incentivos à instalação das montadoras da Ford e da GM no Estado”, ponto que foi considerado positivo até mesmo por Ronaldo Zülke (PT), que era o líder do Executivo no parlamento estadual. Este, no entanto, evocava que o Executivo possuía legitimidade reconhecida para conduzir as negociações, colocando o Legislativo em uma função meramente ‘contributiva’.³⁶⁴

Quando a Ford anunciou a desistência do complexo em Guaíba, a oposição lançou uma nota nos jornais rio-grandenses. Nela, dizia que o Executivo não tinha “o direito de destruir o futuro do Rio Grande do Sul” e que o governo “muda para pior o destino da economia gaúcha e passa em definitivo à nossa história pela incompetência de ter mandado embora em quatro meses o que o Rio Grande do Sul levou 30 anos para conquistar”. Assim, procurando representar a si nessa disputa, a nota da oposição mencionava que “os partidos que trouxeram a Ford e representam na Assembléia Legislativa a maioria dos gaúchos se entristecem com o que aconteceu” contra a “minoría radical que deve estar vibrando junto com os governantes de outros estados brasileiros”.³⁶⁵ Referindo-se, neste caso, ao bloco *petista* que, na ótica da oposição, ‘comemorava’ a saída da montadora.

Por outro lado, os governistas visaram culpar a Ford pela atitude. Em nota publicada em todos os jornais – exceto aqueles que eram vinculados à RBS, mostrando também que as siglas governistas haviam ‘eleito’ o conglomerado de comunicação como um adversário, isto é, aliados aos agentes opositoristas no campo político e engajados com o objetivo de evitar que a ascensão *petista* no campo político se consolidasse -, o Executivo dizia que “fez um esforço gigantesco para concretizar a instalação da montadora em Guaíba, compreendendo a importância do investimento para o Estado”. Diziam também manter a disposição para o diálogo, aguardando “que a empresa abandone

³⁶⁴ Jornal *Correio do Povo*, 13 de abril de 1999. *Arquivo CP*.

³⁶⁵ Jornal *Correio do Povo*, 30 de abril de 1999. *Arquivo CP*.

a intransigência e considere com serenidade nossa proposta”. Como forma de construir a representação de que foi a Ford, e não o governo, a responsável pelo cancelamento do complexo em Guaíba, e de que a manutenção do contrato original traria o comprometimento de serviços básicos, narrava que a proposta significava “um enorme sacrifício financeiro do Estado”. Acima da proposta que vinha resumida na nota, descrevia o governo que o contrato firmado traria “graves prejuízos à saúde, educação e segurança do povo gaúcho”. Para desconstruir a visão de que a montadora era ‘vítima’ da proposição do governo, expunha:

Se a Ford não teve ainda essa compreensão e permanece na exigência de receber em condições privilegiadas quase meio bilhão de reais dos cofres públicos, outros investidores, inclusive grandes, mas especialmente milhares de pequenos e médios empreendedores, continuam apostando no desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul.³⁶⁶

Nesse sentido, o que queremos ilustrar é que o contexto prévio da CPI, envolvendo a crise com a Ford, até culminar na desistência do projeto em Guaíba, foi marcado por uma intensa luta simbólica. Nela, os polos antagônicos se organizaram entre aqueles que defendiam a implantação da montadora e, para legitimar isso, utilizavam a justificativa dos ganhos econômicos e sociais que os grandes conglomerados poderiam trazer.³⁶⁷ Do outro lado, os agentes governistas procuravam deslegitimar a maneira em que o contrato foi firmado, sobretudo com os incentivos fiscais cedidos às montadoras. Esse princípio de di-visão que englobou o tema serviu para mobilizar profissionais e *profanos* em torno dessas ideias-força dissonantes.

Entretanto, é interessante destacar que a vinda das montadoras não era criticada por nenhum dos polos em luta, mas o que os governistas colocavam em questionamento era a forma dessa implantação. Isso indica, a rigor, que houve um relativo consenso em torno do tema no mundo social, gerando a partir dele um ‘consenso’, isto é, sugerindo que

³⁶⁶ *Jornal Correio do Povo*, 29 de abril de 1999. *Arquivo CP*. A nota do governo do estado está integralmente transcrita no anexo V deste trabalho.

³⁶⁷ Isso fica evidente em diversos momentos, anteriores e posteriores à saída da Ford. Como forma de ilustrar as estratégias discursivas que legitimavam essa posição, trazemos a publicação de um artigo de Onyx Lorenzoni (PFL) no *Jornal Zero Hora*. Ele dizia: “Qual deveria ser a prioridade de nossos governantes? Gerar empregos. Mas não precisou muito tempo para o PT dizer a que veio. Passados quatro meses de governo, a esperança de milhares de gaúchos de conseguir uma nova chance no mercado de trabalho está ameaçada. [...]. No meu entender, a maneira mais eficaz de combater o desemprego é criar mecanismos que permitam a ampliação direta da atividade econômica. [...]. O tema emprego é pauta obrigatória no dia-a-dia das famílias, e não é possível que os governantes simplesmente queiram afastar as vagas de trabalho do Rio Grande do Sul e retroceder em mais de 30 anos”. Cf *Jornal Zero Hora*, 01 de maio de 1999. *Arquivo MUSECOM*.

a posição contrária à vinda da Ford abria um precedente para a perda de capital político. Foi em meio a esse contexto que a oposição parlamentar, articulada, procurou estabelecer a CPI do Polo Automotivo. A justificativa para a ofensiva parlamentar contra o Executivo era a de procurar compreender os motivos que a levaram a ir para outro estado.

A disputa simbólica em torno da CPI pode ser dividida em dois momentos: o primeiro, que se dava no contexto de coleta de assinaturas entre as bancadas, e o segundo, onde os agentes visavam levar a comissão ao descrédito ou defender sua legitimidade no decorrer dos trabalhos. Ou seja, quando a CPI já estava estabelecida.

Na fase inicial, os agentes se dividiram em torno da pertinência de uma CPI que analisasse a saída da Ford. Isto é, se a desistência da montadora justificava a formação de uma Comissão Parlamentar de acordo com o que previa o Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Nele, se dizia que a instalação de uma CPI dependia de um fato determinado. Contudo, reconhecia a oposição que esse ‘fato determinado’, no Regimento Interno, era vago, e propunha uma alteração nele. Assim, ‘mudando as regras do jogo’, viabilizava o estabelecimento da CPI. Disse Wilson Covatti (PPB):

A oposição entende que o fato determinado que autoriza a instalação da CPI é o comportamento do governo estadual, que repeliu a instalação da Ford no Estado, com graves conseqüências para a ordem social e econômica da sociedade gaúcha. O fato determinado fica vago no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, por isso, invoco, por simetria ou fonte do direito comparado, o que prevê o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. [...]. No Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 35, § 1º, considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional legal, econômica e social do País que estiver devidamente caracterizado no requerimento da constituição da comissão. [...] A razão que levou a oposição a fazer essa proposição [...] é no sentido de apurar o fato que levou o governo à ruptura do contrato, já que em momento algum demonstrou que o contrato não era socialmente justo e juridicamente perfeito, como repetidamente afirmava o governador quando era candidato. Quem mudou? Quem fez o governador mudar? Foi a ala xiita do PT? Onde o contrato é injusto, socialmente injusto ou juridicamente imperfeito? Onde está a imperfeição do contrato da Ford, que levou o PT e o Governo Olívio Dutra a correr com o complexo automotivo do Estado do Rio Grande do Sul? Quais as conseqüências dessa ruptura no que se refere às tradições de honradez do Estado no cumprimento dos seus compromissos? Onde está a palavra empenhada? Onde está a honra? Onde está o fio do bigode? [...] Queremos também conhecer a extensão dos danos causados à sociedade e à economia do Estado e identificar quem são os responsáveis diretos por esse fato: se o governador ou a ala xiita do PT.³⁶⁸

³⁶⁸ Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). Assembleia Legislativa. 11.05.99. *Anais da ALERGS*. Como vimos no capítulo anterior, pelo fato de o PT ser dividido em diversas tendências que formavam no partido um microcosmos em disputa pelo controle e apropriação da agremiação e de seu respectivo capital político, havia um bloco que havia sido pejorativamente chamado de “xiita” pelo fato de ser a ‘esquerda’ do Partido dos Trabalhadores, isto é, mais voltado a uma posição ideologicamente *puritana*. Este bloco, formado por diversas tendências, disputava com outra união de tendências, jocosamente chamada de ‘direita’ do PT, cuja

Por aquilo que podemos depreender, notamos que Vilson Covatti (PPB) visava justificar a legitimidade do estabelecimento da CPI em conformidade com o que o Regimento Interno previa. Além disso, articulava os agentes políticos vinculados a partidos oposicionistas a aderirem à proposição da CPI e para a alteração do Regimento Interno. Por outro lado, os agentes governistas visaram fazer uma representação simbólica indagando a pertinência legal dessa CPI. Um destes questionamentos veio de Bernardo de Souza (PSB). Ele dizia ser favorável a uma Comissão apenas em último caso. Se outros meios não surtirem efeitos, “e forem frustradas as tentativas de coletas de informações, a CPI então seria válida”. Assim, indagava: “por que investir o parlamento, a Casa, a Assembléia Legislativa de poderes extraordinários se os poderes ordinários sequer foram tentados, se não foram buscados e nem percorridos os caminhos rotineiros?”.³⁶⁹

Nessa mesma lógica que Jussara Cony (PCdoB) contestava que “o pedido de instalação de uma CPI não tem sustentação legal pela inexistência de um fato determinado”. Assim, alegava que era “uma apreciação muito subjetiva”, sendo classificada por Cony (PCdoB) como “mais uma desastrosa tentativa de uma oposição inconseqüente, desorientada e irresponsável, que tenta desesperadamente desestabilizar o Governo do Estado e impedir que o projeto eleito pelo povo gaúcho seja aplicado”. Propunha, inclusive, que os agentes governistas tomassem “as providências políticas e jurídicas para impedirmos essa manobra de uma oposição que trabalha diuturna e raivosamente com o objetivo de obstruir o livre exercício do governo na aplicação - repito - de um projeto respaldado pelo voto popular”. E completava: “a falta de seriedade é tanta, que o próprio local onde a oposição se reuniu para decidir sobre uma CPI está sendo ridicularizado pela própria imprensa”.³⁷⁰

Finalizava reforçando um elemento simbólico, que foi bastante explorado pelos agentes vinculados ao governo para questionar a credibilidade da CPI: o local onde articularam, em reunião, a formação da Comissão Parlamentar. O fato de esses agentes terem se reunido em um estabelecimento que tinha como finalidade comercializar bebidas destiladas abriu um espaço importante para que os governistas procurassem vincular a

atuação de seus agentes se davam com uma posição mais moderada para a sigla, visando um crescimento eleitoral e institucional da legenda.

³⁶⁹ Deputado Estadual Bernardo de Souza (PSB). Assembleia Legislativa. 11.05.1999. *Anais da ALERGS*.

³⁷⁰ Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 11.05.1999. *Anais da ALERGS*.

imagem da CPI a uma atitude pouco séria. Portanto, como consequência de uma postura ‘irresponsável’, a proposição de Comissão sequer deveria ser levada adiante.

Paulo Pimenta (PT), contrário à criação da Comissão Parlamentar, também ironizava:

[Quero] demonstrar a minha expectativa de que chegue até as minhas mãos a ata da reunião das lideranças partidárias que decidiram por esse tão importante encaminhamento. Creio que a referida ata deve começar nos seguintes termos: Nós, líderes da oposição, presidentes dos partidos, reunidos aqui, em Porto Alegre, na Cachaçaria Água Doce, queremos declarar ao povo gaúcho, neste ambiente apropriado para tratar deste tema, a gravidade da ação do governo sobre a questão das montadoras. Ora, Sr. Presidente, não poderiam ter escolhido ambiente mais adequado, porque isso revela desorientação. É uma proposta, como dizem alguns, histórica. É uma proposta que não se constitui de seriedade alguma, nem no seu método nem no seu conteúdo.³⁷¹

Entretanto, essas tentativas, que caminhavam no sentido de deslegitimar a atitude da oposição, não surtiram o efeito de impedir sua implantação. Alguns dias depois, o jornal *Zero Hora* noticiava que o Palácio Piratini começava a “conviver oficialmente com a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito” depois de protocolado o requerimento “assinado por 32 deputados” com o objetivo alegado de “apurar a responsabilidade do governo estadual na decisão da Ford de cancelar a implantação de uma montadora no Rio Grande do Sul”, após ter tido o aval da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa, que afastava a possibilidade da Comissão ser impugnada por falta de mérito.³⁷² Isto é, legitimando, agora com todo o capital institucionalizado do Legislativo, a posição parlamentar oposicionista. Assim, acabou desconstruindo a ideia-força que era estimulada

³⁷¹ Deputado Estadual Paulo Pimenta (PT). Assembleia Legislativa. 11.05.99. *Anais da ALERGS*. Essa posição também foi reforçada pelos governistas pelo fato de ter até virado alvo de críticas por agentes ligados ao campo jornalístico. Rosane de Oliveira, colunista do jornal *Zero Hora*, escreveu no periódico: “Uma cachaçaria pode ser um excelente local para reunir amigos, comer pão de queijo e tomar caldo de feijão com pimenta. [...]. Para abrigar uma reunião decisiva e secreta da oposição há dezenas de lugares mais apropriados em Porto Alegre. Reunir os líderes da oposição e os expoentes do governo de Antônio Britto numa cachaçaria é uma idéia com o mesmo defeito de origem do arremesso de ovos contra o Palácio Piratini, na manifestação em defesa da permanência da Ford, no início de abril. Em vez de assumir que a escolha do local foi equivocada, um deputado e três assessores de diferentes partidos usaram uma justificativa que fica entre o preconceito e a grosseria: ‘Para avaliar uma CPI contra o PT, só mesmo numa cachaçaria’. Brincadeira de péssimo gosto para assunto da importância da perda da Ford, objeto da investigação”. Cf. *Jornal Zero Hora*, 11 de maio de 1999. *Arquivo MUSECOM*. Contudo, dentro de uma perspectiva geral, não se pode perder de vista que RBS e o Governo do Estado entraram em confronto público. Poucos dias depois da instauração da CPI, o executivo gaúcho publicou uma nota na própria *Zero Hora* dizendo que “a linha editorial seguida pelos veículos da RBS em relação às ações do nosso governo agride a qualquer possibilidade de convívio democrático e civilizado” e que os veículos da empresa “dedicaram-se a criar fatos” para “manter os acordos nos termos inaceitáveis em que foram negociados pelo Governo anterior”. Essa nota foi acompanhada de resposta da RBS defendendo a posição que, segundo ela, respeita “o amplo direito de manifestação”. Cf. *Jornal Zero Hora*, 14 de maio de 1999. *Arquivo MUSECOM*.

³⁷² *Jornal Zero Hora*, 25 de maio de 1999. *Arquivo MUSECOM*.

pelos agentes governistas que visavam levar ao descrédito a implantação da CPI caso o parecer jurídico do procurador do Poder Legislativo lhes fosse favorável.

Nota-se, analisando os discursos, que os parlamentares opositores partiam do princípio de legitimar a CPI e representar o governo estadual como o responsável pela saída da Ford usando ela como mais um recurso social voltado a reforçar isso nessa disputa do campo político. Com este foco, a discussão, na luta pela representação entre estes agentes, se dava para ‘descobrir’ quais pessoas que integravam o governo haviam sido responsáveis pela saída da montadora e as circunstâncias disso. Não estava em discussão saber se o Executivo estadual havia sido o responsável, haja vista que essa conclusão estava definida na representação que a oposição buscava fazer do governo desde antes da CPI.

João Osório (PMDB) justificava que ela teria como objetivo “responder às indagações da sociedade com relação à não-instalação da Ford no Rio Grande do Sul”, resultado de um esforço “do governador Antônio Britto, com apoio desta casa” que “percorreu o mundo, negociando e trabalhando até conseguir trazer para o Estado três montadoras”. Junto a ele, Mário Bernd (PMDB) ressaltava esperar que os deputados vinculados ao PT viessem “debater no âmbito da CPI as razões do desgoverno que mandou a Ford embora; as razões por que levaram mentiras à sociedade”. Em sentido semelhante, João Fischer (PPB) insistia que era preciso “ficar consignado o desrespeito com que este governo tratou uma empresa que queria ajudar a desenvolver o estado” e que a CPI serviria “para mostrarmos ao Rio Grande do Sul a perda que teremos sem esse empreendimento no Estado”. Já Lorenzoni (PFL) dizia que ela “seguramente será histórica” por não ser “lícito”, “razoável”, “honesto” para “nenhum governante de plantão” arrogar-se no direito “de não honrar contratos assinados pelo Estado do Rio Grande do Sul, destruindo a expectativa de milhares e milhares de pessoas, assacando contra a governabilidade e a viabilidade de governos futuros, como fez nesta quadra da história rio-grandense o Governador”.³⁷³

Elmar Schneider (PMDB), por sua vez, para destacar a assertiva de que a CPI tinha o objetivo de investigar as circunstâncias da saída da Ford, mas prenunciando que a

³⁷³ Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). Assembleia Legislativa. 19.05.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual João Osório (PMDB). Assembleia Legislativa. 19.05.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Mário Bernd (PMDB). Assembleia Legislativa. 19.05.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual João Fischer (PPB). Assembleia Legislativa. 19.05.1999. *Anais da ALERGS*.

conclusão da responsabilidade já era dada antes mesmo de ela ser instaurada, lia na tribuna da Assembleia Legislativa uma entrevista do presidente da Ford no Brasil.

Utilizando do material publicado em um periódico, dizia:

Gostaria de registrar aqui uma entrevista dada pelo presidente da Ford do Brasil, Dr. Ivan Fonseca e Silva, à revista Isto É Dinheiro, na qual diz à opinião pública: O governo gaúcho não quer a Ford, não aceita a fábrica, mas tem um problema com a opinião pública. Eles estão tentando transferir a responsabilidade pelo insucesso do programa à companhia. Deveriam aceitar a própria responsabilidade. Aliás, no meu entender, para tudo o que o PT faz, procura sempre um culpado pelo insucesso.³⁷⁴

Portanto, ao representar o governo como responsável pela saída da Ford e usar isso como justificativa de instaurar a CPI do Polo Automotivo, os agentes oposicionistas legitimavam a criação do instituto de inquérito e, ao mesmo tempo, tentavam levar ao descrédito o governo estadual, ao jogar para ele a responsabilidade do que chamavam de ‘rompimento do contrato unilateralmente’. Dessa forma, também, conseguiam colocar-se como agentes preocupados com valores positivos no mundo social que eram associados ao empreendimento, como a busca por desenvolvimento e emprego que, na representação feita pelos oposicionistas, eram secundarizados pelo Executivo *petista*. Eram, nessa lógica, os oposicionistas, outrora responsáveis pela vinda da montadora, os agentes que se colocavam como representantes vistos e reconhecidos como legítimos para impor esses valores na luta simbólica, mostrando também coesão ao estabelecer a Comissão Parlamentar no Legislativo.

Diante dessa ofensiva, qual o papel dos agentes governistas para evitar a perda de capital no campo político? De quais maneiras foram desenroladas as estratégias para contrapor as ações dos oposicionistas, que aproveitavam a repercussão da saída da Ford, equivalente a um ‘escândalo’ no campo político, com bastante repercussão na arena jornalística regional e brasileira, para explorar o desgaste dos agentes governistas já no início do mandato *petista*?

Ao invés de contrapor-se à ideia da formação da CPI, que já estava articulada pelos oposicionistas, os agentes governistas utilizaram como estratégia principal uma tática diversionista. O deputado Ivar Pavan (PT), que falava legitimado pela condição de líder do governo naquela ocasião, ocupou a tribuna, no dia do anúncio da CPI, para denunciar o que seria uma ‘articulação’ parlamentar dos agentes oposicionistas com o objetivo de

³⁷⁴ Deputado Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 19.05.1999. *Anais da ALERGS*.

reajustar a remuneração dos membros da Assembleia Legislativa. Dizia o parlamentar do PT:

Manifesto a minha plena discordância, porque esse reajuste é injusto para com os demais servidores do Estado, porque representa uma falta de solidariedade e de compromisso com as finanças públicas do nosso Estado e com o interesse público e porque se trata de uma ilegalidade, uma vez que 75% do salário dos deputados federais, conforme estabelece a Constituição, equivale a 6 mil reais e não a 6 mil e 740 reais, conforme o reajuste que está sendo proposto. Por isso, em nome de minha bancada - ontem, o fiz em meu nome -, peço que a Mesa revise a decisão de oferecer esse reajuste, neste momento, aos parlamentares. [...]. Essa é a posição deste parlamentar e a da Bancada do Partido dos Trabalhadores.³⁷⁵

Desta forma, a estratégia governista na Assembleia Legislativa visou mudar o foco e trazer a cobertura do campo jornalístico, voltada à CPI naquele contexto, contra os agentes oposicionistas. Isto é, ao invés de se discutir a relevância da CPI do Polo Automotivo, as circunstâncias da saída da montadora e as condições contratuais, como era o interesse dos parlamentares antagonistas ao governo, a bancada vinculada ao Executivo estadual diminuiu o impacto disso denunciando uma suposta negociação para reajustar os vencimentos parlamentares articulado pela oposição. Assim, colocou-se em contradição a tentativa oposicionista de se postar como representante legítima dos interesses do estado e do ‘povo’ gaúcho com a instalação da montadora, sem enfrentar frontalmente o tema em discussão.

No dia seguinte, o jornal *Zero Hora* noticiava que a divulgação da notícia por parte de Ivar Pavan (PT) ofuscou o tema, sendo denominada por Mário Bernd (PMDB) como “novamente [uma] cortina de fumaça provocada pelo PT, que não quer discutir a CPI”. A postura também provocou protestos eloquentes por parte de Paulo Odone (PMDB). O presidente da Assembleia Legislativa acusou Pavan (PT) de agir por má fé e “chegou a reclamar das perguntas sobre o reajuste, dizendo que estava preparado para falar dos prejuízos para o Estado com a não-instalação da montadora”.³⁷⁶

³⁷⁵ Deputado Estadual Ivar Pavan (PT). Assembleia Legislativa. 19.05.99. *Anais da ALERGS*.

³⁷⁶ Jornal Zero Hora, 20 de maio de 1999. *Arquivo MUSECOM*; Deputado Estadual Mário Bernd (PMDB). Assembleia Legislativa. 19.05.1999. *Anais da ALERGS*. Dentre os pontos alegados por Paulo Odone (PMDB) como forma de protesto à postura de Pavan (PT), dizia ele: “Quero dizer a V. Exas. e a esse deputado que este presidente não merecia o tratamento que teve nas palavras desse líder. Em nenhum ato da presidência, desde que assumi, permiti partidizar os atos do presidente, Deputado Ivar Pavan. Em nenhum minuto se pode imputar à presidência desta Casa que esteja vinculando os seus atos ao Governo Antônio Britto, ao Governo Olívio Dutra ou à sua posição partidária. Consegui, nesses dois meses e pouco - e era minha pretensão -, ser fiel à minha bancada e ao meu partido, a quem sempre serei, sem permitir que essa participação partidária e ideológica invadisse o meu múnus de presidente da Casa. Por isso, não é justo que se diga, meu caro Líder Ivar Pavan, que as medidas que a Mesa estava tomando pudessem ter qualquer

Nesse sentido, é possível dizer que houve um relativo sucesso na estratégia governista. A divulgação das tratativas em favor do reajuste dos parlamentares levou os opositoristas a serem representados negativamente no mundo social, estando passíveis a perda de capital político, e não o contrário, como imaginavam. Inclusive, do ponto de vista quantitativo, houve mais discursos parlamentares falando a respeito da possibilidade de um reajuste salarial do que, efetivamente, enfrentando o tema relativo à CPI do Polo Automotivo, corroborando a constatação de que a estratégia *petista* de ‘mudar o foco’ havia sido bem-sucedida: a Comissão Parlamentar, ao menos no dia de sua implantação, foi secundária nas disputas simbólicas entre os agentes investidos de mandato Legislativo.

Além disso, alguns pronunciamentos parlamentares ajudam a tornar plausível essa análise. Marco Peixoto (PPB), um parlamentar opositorista, lamentava a conjuntura imposta a partir da denúncia de Ivar Pavan (PT):

Neste momento, quando deveríamos estar debatendo a questão da ausência da Ford no Rio Grande do Sul, estamos na tribuna para dizer que esta Assembléia, hoje - confesso eu perante a opinião pública -, teve reduzida a sua credibilidade, porque no momento em que um deputado coloca em dúvida a seriedade da Mesa Diretora e não aceita a decisão da maioria, todos os partidos e todos nós perdemos. [...] Em nome da minha bancada, venho dizer que falar em salário é algo constrangedor, e não deveremos nunca voltar a esta tribuna para discutir isso. Mas acredito que aqui, meu caro Deputado Manoel Maria - colega com quem iniciamos nesta Casa -, tiramos uma lição: aprendemos que aqui, hoje, não se pode confiar em todos os colegas, porque um deles pode estar nos furando os olhos e nos colocando contra o opinião (*sic*) pública do Estado do Rio Grande do Sul.³⁷⁷

O deputado Marco Peixoto, do PPB, usava a tribuna para lamentar o desvio do assunto, além de criticar a atuação *petista* no parlamento. Em sua fala, é possível notar que a estratégia opositorista acabou não surtindo o efeito esperado com a divulgação das articulações em favor de um reajuste, além de os parlamentares opositoristas estarem sendo representados negativamente com a medida. Isto é, se os agentes políticos antagonistas ao Executivo organizaram-se para que, por meio da instalação da CPI, conseguissem levar o governo à perda de capital político, lidaram com o contexto de estarem eles representados negativamente na luta simbólica. Ainda por cima, como vimos, também teve o alcance saindo da disputa parlamentar e atingindo outros espaços de disputa por falar e agir em nome da ‘população’, como o jornalístico, que luta com aquele

vinculação político-partidária; jamais teriam”. Deputado Estadual Paulo Odone (PMDB). Assembleia Legislativa. 19.05.99. *Anais da ALERGS*.

³⁷⁷ Deputado Estadual Marco Peixoto (PPB). Assembleia Legislativa. 19.05.1999. *Anais da ALERGS*.

por essa legitimidade, e abrangendo, assim, um número considerável de *profanos*, do qual o campo político nunca se autonomiza por inteiro e estabelece essa relação de relativa dependência de seus agentes com eles.

Apesar disso, quando a CPI foi instalada, notamos que a estratégia dos agentes governistas mudou. A partir de então, eles aceitaram compor a Comissão Parlamentar e passava a defender a ideia de que a montadora havia sido ‘expulsa’ por Olívio Dutra mirando para outros responsáveis pelo caso. Portanto, ao invés de desqualificar a existência da CPI, como fez ao tentar impedir sua implantação, os agentes governistas participaram dela com o objetivo de disputar o espaço criado pela oposição, evitando que uma fala uníssona nela representasse o governo e a convertesse em ideia-força hostil ao Executivo. Além disso, também foi um palco de extensa cobertura do campo jornalístico³⁷⁸, e prolongou o desgaste em relação à saída da montadora, já que a Comissão Parlamentar durou todo o ano de 1999.

Luís Fernando Schmidt (PT), ao comentar a instalação da CPI da Ford, dizia que era a favor da participação do PT “antes mesmo da posição oficial do partido”. Defendia isso, dentro do microcosmo governista por entender que “será uma excelente forma de fazer com que toda a população rio-grandense, que não conheceu devidamente o contrato assinado pela Ford, venha a conhecê-lo, inclusive com os 45 anexos que nem sequer passaram pela avaliação dos Srs. Deputados na legislação passada”, ainda que mantivesse a visão de “que é uma CPI que não tem fundamentação legal nem jurídica”.³⁷⁹

Contudo, é importante ressaltar a disputa entre os agentes e as agremiações em torno de posições-chave da CPI. Esse era um importante recurso que poderia influir na disputa que procurava vincular a saída da montadora ao governo Britto, Olívio, a Ford ou ao Executivo federal. A bancada *petista* reivindicava, legitimando seu discurso pela condição majoritária do partido perante os demais: “o deputado Ivar Pavan, anunciou que seu partido reivindica a presidência ou a relatoria da CPI. 'Somos a maior bancada. Não podemos ser excluídos', sentenciou”. Entretanto, uma semana antes o jornal *Zero Hora* já noticiava que Otomar Vivian (PPB), Manoel Maria (PTB) e Berfran Rosado (PMDB) ocupariam as posições de presidente, vice-presidente e relator da CPI, respectivamente.³⁸⁰

³⁷⁸ Só o tema da Ford ocupou, entre 1998 e 2001, 1460 edições do jornal Zero Hora, periódico de maior circulação no Rio Grande do Sul. Ver: LARANGEIRA, op. cit., p. 160.

³⁷⁹ Deputado Estadual Luís Fernando Schmidt (PT). Assembleia Legislativa. 02.06.1999. *Anais da ALERGS*.

³⁸⁰ Jornal Zero Hora, 25 de maio de 1999. *Arquivo MUSECOM*; Jornal *Correio do Povo*, 03 de junho de 1999. *Arquivo CP*. É interessante notar que, em relação a Cezar Busatto (PMDB), a presença dele ou não na CPI era justificada pelo mesmo motivo. Se os governistas diziam que ele não poderia compor pelo fato de ter integrado as negociações quando era secretário do estado, Bernd (PMDB) utilizava a tribuna e

Nesse sentido, nota-se a articulação dos agentes oposicionistas que, ao propor a Comissão Parlamentar, já estavam unidos para controlar todos os recursos disponíveis nela, impondo para isso sua condição majoritária no parlamento e mostrando coesão nessa articulação.

Dentro desse contexto, vemos que os agentes governistas visaram responsabilizar a administração anterior, o governo federal e a própria montadora pela desistência do projeto em Guaíba. Assim, o objetivo seria ‘isentar’ o Executivo de responsabilidades por esta perda. A rigor, é possível dizer que a saída da Ford do Rio Grande do Sul tornou-se um ‘artefato’ com potencial forte de perda de capital político a quem a ela fosse associado. Ou seja, a vinda da Ford ‘em si’ não era vista mais por nenhum dos agentes do campo político como algo ruim, conseguindo relativo consenso no mundo social. Sobretudo por ser associada a ‘progresso’, ‘geração de empregos’ e outros valores que, a rigor, nem mesmo os agentes vinculados a agremiações de esquerda contestavam explicitamente.

Na primeira reunião da CPI do Polo Automotivo, os governistas já sinalizavam que iriam seguir esta linha. O secretário que foi responsável pelas negociações em favor de uma revisão contratual com a montadora, em depoimento, responsabilizava o governo Britto pelo insucesso em manter a Ford. Ele insinuava estranhar o que chamava de “rapidez com que a montadora decidiu se instalar em Camaçari, na Bahia”. No mesmo momento, os agentes governistas solicitavam a quebra de sigilo bancário de ex-secretários no governo anterior e de membros da Ford, sendo prontamente rejeitado por uma CPI composta majoritariamente de deputados oposicionistas. As críticas vieram, sobretudo, à presença de César Bussatto. Este seria, na posição dos governistas, “parte interessada e está impedido de receber a investidura de autoridade judicial”, isso por “estar entre os signatários dos contratos assinados pelo ex-governador Antônio Britto com a multinacional”.³⁸¹ Mesmo assim, os agentes ligados ao governo reforçavam a lógica de

defendia a medida: “Se o referido deputado participou da assinatura do contrato com a empresa, essa é mais uma razão para que participe da CPI; está ali o signatário do contrato que vai investigar e que, inclusive, poderá ser investigado. Se essa for a questão, fica melhor ainda. Todavia, tudo isso faz parte de uma estratégia”. Cf. Deputado Estadual Mário Bernd (PMDB). Assembleia Legislativa. 02.06.1999. *Anais da ALERGS*.

³⁸¹ *Jornal Correio do Povo*, 03 e 18 de junho de 1999. *Arquivo CP*. Entre os então membros do governo Britto, responsáveis pela negociação com a montadora, estavam Nelson Proença, Assis Roberto de Souza e César Bussatto. Este último, no período que estudamos atuando como deputado estadual, era um dos líderes da oposição e articulava para constranger o governo Olívio Dutra, associando a ele a responsabilidade da saída da Ford do Rio Grande do Sul. Sobre a tentativa de associar o governo anterior e a montadora como responsáveis pela saída, e isentar o executivo *petista*, é válido destacar que outros agentes, externos ao parlamento, reforçavam essa lógica. José Genoíno, então deputado federal por São Paulo, publicou em *Zero Hora* um extenso artigo culpando a montadora Ford e o governo Antônio Britto pela saída. Leonel Brizola, por outro lado, responsabilizava até mesmo a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul por trabalhar em favor da montadora, mas contra o estado gaúcho. Nesse sentido, cf.: *Jornal Zero Hora*, 11 e 13 de maio de 1999. *Arquivo CP*. O trabalho de Marco Cadoná, op. cit., p. 30, destaca que a questão da Ford foi o

responsabilizar a Ford, o governo federal e a administração anterior pela não manutenção da montadora. Essa lógica permaneceria robustecida, mesmo que a solicitação não fosse atendida, e reforçava a criação de um elemento simbólico que ajudava na mobilização de profissionais do campo político, militantes profissionais, benévolos e *profanos* em defesa do governo estadual.

Logo no início da CPI, os agentes governistas iniciaram uma ofensiva contra o presidente da montadora. Tanto Cecília Hypólito (PT) quanto Paulo Azevedo (PDT) solicitavam à Comissão Parlamentar que ele fosse convocado, utilizando uma prerrogativa disponível. A primeira, em discurso na tribuna, cobrava a presença de Ivan Fonseca e Silva para explicar os gastos de 47 milhões que foram repassados pelo governo do estado à Ford. Já Azevedo (PDT) noticiava a saída de Ivan Fonseca da presidência da montadora no Brasil por não ter sido bem vista, nos Estados Unidos, sua ida à Bahia. Por isso, justificava a convocação “para dizer alto e bom som ao povo do Rio Grande que o Governo Olívio Dutra queria com a renegociação o melhor para o nosso Estado”.³⁸²

Isso também serviu para que os agentes governistas associassem a articulação da montadora com o governo federal. Este teria, segundo eles, atuado em favor da transferência da Ford para Bahia, concedendo isenções federais e incentivos por meio do BNDES. A construção dessa narrativa era importante, não apenas pelo fato de afastar (ou relativizar) as responsabilidades do governo gaúcho, mas, também, por ‘culpar’ os partidos que davam apoio ao Executivo federal, e que compunham a oposição parlamentar.

Ronaldo Zülke (PT), nesse sentido, propunha a convocação dos executivos da Ford e pressionava para chamar o presidente do BNDES e o ministro do Desenvolvimento para saber por qual motivo que o Banco do Desenvolvimento concedeu “mais de R\$ 1 bilhão de empréstimo”. Nessa disputa, Zülke queria também convocar o ministro das Relações Exteriores – já que havia uma discussão sobre a irregularidade do subsídio na Organização

principal motivo do antagonismo entre o governo Olívio Dutra com “a burguesia industrial no Rio Grande do Sul”.

³⁸² Deputado Estadual Paulo Azevedo (PDT). Assembleia Legislativa. 10.06.1999. *Arquivo CP*; Deputada Estadual Cecília Hypólito (PT). Assembleia Legislativa. 09.06.1999. *Arquivo CP*. A posição de Cecília Hypólito reforçava, na verdade, uma linha estimulada pelos agentes governistas, no sentido de pressionar a Ford para renegociar o contrato antes de sua desistência. Foi publicado em Zero Hora que, dos 42 milhões adiantados à Ford pelo governo do estado, apenas 6,3 haviam sido destinados ao projeto em Guaíba. Desse valor, inclusive, uma parcela havia sido destinada à alugueis, mensalidades escolares, compras de roupas e outros destinos pessoais de executivos da Ford. Isso motivou Ronaldo Zülke (PT) a dizer: “O dinheiro público foi usado para comprar cueca para os executivos da Ford!”, visando e contribuindo para criar uma imagem negativa no mundo social da parceria firmada entre montadora e governo do estado. Cf. Jornal Zero Hora, 03 de maio de 1999. *Arquivo MUSECOM*.

Mundial do Comércio. Junto a estes, também Eliseu Padilha, titular do ministério dos transportes, “para falar sobre suas declarações, em 1998, de que o Estado deixaria de ser prioridade, caso Antônio Britto perdesse a eleição ao governo”. Dentro dessa ofensiva, os agentes antagonistas ao governo estadual ameaçavam pedir “a convocação do governador Olívio Dutra; do vice Miguel Rossetto; do chefe da Casa Civil, Flávio Koutzii; do secretário da Fazenda, Arno Augustin; e do procurador-geral do Estado, Paulo Torelly”, defendendo a atuação da União: “A CPI do Pólo Automotivo investiga quem mandou a Ford embora e não quem viabilizou que ficasse no Brasil”, dizia Mário Bernd (PMDB).³⁸³ Mostrava, assim, a mobilização de recursos por cada bancada, que agiam também no sentido de procurar retrair a ação do adversário no campo político. Porque, a rigor, nota-se que a atuação dos agentes do PMDB nada mais era do que uma tentativa de limitar o raio de ação dos parlamentares governistas na busca por terceirização de responsabilidades pelo caso.

Entretanto, notamos que esse tipo de mobilização, visando a convocação de alguém ligado ao adversário no campo político, não significou, necessariamente, o seu constrangimento. Isso, sobretudo, em relação aos agentes governistas, que articularam essa ofensiva sobre pessoas ligadas ao governo federal e à Ford. Os depoimentos de membros do BNDES e de executivos da Ford, apesar da expectativa gerada pelos governistas foram, pelo contrário, utilizados pelos agentes oposicionistas mais como ratificadores de suas posições do que fortalecedores das ideias-força dos aliados da gestão Olívio Dutra, que procuravam ‘terceirizar’ a responsabilidade da saída da montadora. Isto é, ao invés de estes depoimentos serem explorados pelos governistas, acabaram endossando a representação e a ideia-força que responsabilizava o governo Olívio Dutra pela desistência da montadora.

³⁸³ Jornal *Correio do Povo*, 02 de julho de 1999. *Arquivo CP*. A busca por associar a Ford com o governo federal por parte dos parlamentares situacionistas na CPI compunha, na verdade, a estratégia de estabelecer essa visão sobre a saída da montadora como a predominante em relação ao tema. São inúmeros os exemplos disso, que procuravam vincular a ação do governo federal como reflexo do papel do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, para atrair a montadora para a Bahia. Um deles, contemporâneo ao contexto que estamos trabalhando, é de uma carta de Olívio Dutra para FHC alertando que “a Ford tem dívidas com o Rio Grande do Sul” e “diz que os incentivos oferecidos à Ford para se instalar na Bahia podem ter sido decisivos para que a empresa mudasse seus planos”. Cf. Jornal *Correio do Povo*, 14 de julho de 1999. *Arquivo CP*. Essa estratégia, porém, era denunciada por agentes oposicionistas. O deputado federal Nelson Proença, em nota publicada em Zero Hora, dizia: “o papa João Paulo II, a Organização das Nações Unidas e a Organização do Tratado do Atlântico Norte que se cuidem: poderão entrar na lista dos culpados pela saída da Ford do Rio Grande do Sul. É que, depois de responsabilizar o governo passado e a própria empresa pela perda de um investimento que não só estava acertado, como em fase da implantação, o governo Olívio Dutra agora aponta para o governo Fernando Henrique a culpa de plantão, insinuando uma conspiração que, se houve, foi em outro palácio, dois mil quilômetros ao sul do Planalto Central”. Cf. Jornal Zero Hora, 02 de Julho de 1999. *Arquivo MUSECOM*.

No depoimento à CPI do então presidente da Ford no Brasil, quando a montadora optou por estabelecer o novo complexo na Bahia, ele disse que “a empresa teria concretizado o projeto Amazon no Rio Grande do Sul se o contrato firmado tivesse sido honrado pelo governo Olívio Dutra” e que faltou “vontade política para manter a integralidade do contrato e possibilitar a instalação da montadora em Guaíba”. Além disso, Fonseca pronunciava que “o governo gaúcho nunca apresentou propostas formais na negociação do contrato”. Sua fala, isentando a montadora e transferindo ao governo do estado a responsabilidade, era utilizada pelos agentes opositoristas para ratificar a busca por perda de capital político do governo do estado. Berfran Rosado (PMDB), que discorria legitimado pela condição de relator da CPI, dizia que Fonseca “reforçou a convicção de que os gaúchos perderam um grande empreendimento, que geraria milhares de empregos”.³⁸⁴

Seguindo a lógica de fazer o governo perder capital político com o *status* de ‘escândalo’ que se dava para a perda da montadora, e a consequente responsabilização a ele por isso pela oposição e por agentes externos como, por exemplo, os vinculados ao campo jornalístico, a fala do diretor da Área de Operações Industriais do BNDES obedeceu a mesma linha: culpou Olívio Dutra pela falta de articulação. Ele dizia não ter recebido “qualquer manifestação formal de interesse do governo Olívio Dutra pela instalação da montadora da Ford em Guaíba” e que tinha mantido, até a desistência oficial da montadora, 827 milhões ao Projeto Amazon. Apesar da contestação dos deputados governistas Vieira da Cunha (PDT) e Paulo Pimenta (PT), o fato de o diretor do BNDES ratificar que o secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais nunca o ter procurado fortalecia a tese que culpava o governo estadual, ainda mais porque, segundo o próprio depoimento, o Projeto Amazon havia sido homologado logo depois da vitória eleitoral de Olívio Dutra, em 1998.³⁸⁵

Essa responsabilização era reforçada no terreno das disputas simbólicas pelos agentes opositoristas ao governo na tribuna da Assembleia Legislativa. O deputado João Fischer, do PPB, disse:

Venho à tribuna indignado, devido à declaração, na CPI da Ford, do diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES —, que diz que a economia do Rio Grande do Sul perdeu 827 milhões de reais vindos desse banco. É motivo de grande preocupação para nós, gaúchos, ter de conviver com a perda de 827 milhões de reais que irrigariam e fortaleceriam a economia do nosso Estado. É inacreditável que uma decisão do Governo do PT, de não

³⁸⁴ Jornal *Correio do Povo*, 17 de setembro de 1999. *Arquivo CP*.

³⁸⁵ Jornal *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1999. *Arquivo CP*.

cumprir um contrato inclusive aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, tenha acarretado tal perda. Prezados deputados, isso aconteceu e está publicado na imprensa local no dia de hoje! Quando o atual governo mandou a Ford embora, dizia-se que o problema era não dispor dos 200 milhões de reais, que era a contrapartida do Estado nesse projeto, sob a forma de financiamento. Além de não ser verdade a impossibilidade de o governo estadual cumprir a sua parte, faltaram também com a verdade ao povo gaúcho ao não esclarecerem que o Estado também perderia esses 827 milhões de reais que o BNDES destinaria como financiamento ao projeto da Ford. Ou seja, é importante esclarecer que a decisão demagógica e absurda do Governo Olívio Dutra de mandar a Ford embora impediu que 1 bilhão e 400 milhões de reais circulassem na economia, gerando empregos e renda tão necessários ao nosso Estado.³⁸⁶

A mesma lógica visando ‘reforçar’ a responsabilização do governo estadual em relação à saída da Ford se deu, também, quando um executivo da General Motors foi convocado para prestar depoimento, em razão da renegociação do contrato, sendo um forte golpe nos objetivos daqueles que defendiam a postura do mandato de Olívio Dutra no processo. Isso porque, segundo os agentes governistas, esta revisão havia sido bem sucedida. Esse exemplo era especialmente importante para os membros do Executivo gaúcho: eles utilizavam isso para ‘provar’ que os diretores da Ford atuavam com ‘intransigência’, tendo sua atenção já direcionada para a transferência do projeto.

Luís Moan, da GM, declarou, “com relação ao acordo feito com o governo Olívio Dutra” não ter havido “economia para o Estado [...] o efeito é neutro e estava previsto em contrato”. Nesse sentido, os agentes governistas procuraram fazer crer que o depoimento de Moan “confirmou a legitimidade da renegociação entre a GM e o governo”, como disse Elvino Bohn Gass (PT). Porém, o relator da CPI disse o oposto: “o depoimento foi claro e mostrou que o contrato renegociado entre governo do PT e a GM é exatamente o mesmo firmado no governo passado”.³⁸⁷

Portanto, é possível perceber terem sido os depoimentos dos membros da GM e da Ford utilizados pela oposição como um recurso social almejando ratificar a responsabilização do governo do estado pela saída da segunda montadora citada, apesar da tentativa dos agentes ligados ao Executivo em explorar uma perda de capital político do governo FHC e Britto. Mesmo a renegociação do contrato, empreendida pelos agentes vinculados ao governo como algo positivo, sendo representado como um avanço em

³⁸⁶ Deputado Estadual João Fischer (PPB). Assembleia Legislativa. 28.09.1999. *Arquivo CP*. Durante o processamento da CPI do Polo Automotivo, até mesmo um pedido de *impeachment* foi protocolado por atraso de pagamento de precatórios contra o governador Olívio Dutra e o secretário da fazenda Arno Augustin. Este se embasava, entre outros motivos, na suposta ‘reserva’ de 221 milhões de reais que seriam destinados à Ford, que impediam, segundo o pedido, que o governo estadual alegasse falta de recursos. Cf. Ata da Sessão Plenária de 28.09.1999. *Anais da ALERGS*.

³⁸⁷ *Jornal Correio do Povo*, 08 de Outubro de 1999. *Arquivo CP*.

relação ao acordo feito com Antônio Britto, abriu a oportunidade, por meio do depoimento de Luís Moan, de ser explorado como algo negativo e passível de perda de capital político pelos opositoristas investidos de mandato parlamentar.

Frente a esse contexto, qual a estratégia adotada pelos agentes governistas em relação ao relatório e à conclusão da CPI? Em um primeiro momento, quando o prazo para a sua entrega estava próximo a expirar, os governistas procuravam impedir que a prorrogação fosse concedida. Ivar Pavan (PT), inclusive, dissera ao jornal *Correio do Povo*, como forma de desqualificar o relatório, que a prorrogação se daria por falta de argumentos, com o objetivo de “mandar o relatório à direção mundial da Ford, para aprová-lo e, depois, apresentá-lo na Assembléia”³⁸⁸, reforçando a ideia de que os parlamentares opositoristas atuavam em favor da montadora, e contra os interesses do ‘povo’ gaúcho. Na explicação de Elvino Bohn Gass (PT), fica explicitada a lógica que norteava as legendas governistas, tendo em vista que todos os agentes parlamentares vinculados ao Executivo votaram contra a proposta:

Nesta breve intervenção, desejamos manifestar a nossa posição a respeito do pedido de prorrogação dos trabalhos da CPI da Ford por mais 60 dias. Concedemos quórum para que esta matéria fosse incluída na pauta e votada hoje à tarde desde que houvesse o compromisso conjunto de votar, ainda hoje, os demais projetos do Executivo acordados na parte da manhã. Quanto ao mérito do pedido de prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito, entendemos que a relatoria contou com o prazo necessário para organizar seu relatório durante o desenrolar dos trabalhos. [...]. O prazo final de funcionamento da CPI é 22 de outubro. Se prorrogarmos o funcionamento da comissão por mais 60 dias, ultrapassaremos inclusive o período Legislativo, que se encerra em 15 de dezembro, chegando a 22 de dezembro. No nosso entendimento, não serão necessários mais depoimentos. O próprio Presidente Otomar Vivian tem insistido em afirmar que a única razão que justificaria uma prorrogação seria a necessidade de conclusão do relatório. Concordamos com isso, a tal ponto que propusemos, hoje pela manhã, no colégio de líderes, a possibilidade de um acordo de prorrogação, mas não pelo prazo de 60 dias. Infelizmente, a proposta apresentada por nosso líder, Deputado Ivar Pavan no colégio de líderes não foi aceita. Poderíamos prorrogar a CPI por menos dias, não ultrapassando o período Legislativo deste ano. No mérito, portanto, obrigamo-nos a votar contra essa prorrogação. Esse é o registro que fazemos, em nome do nosso partido.³⁸⁹

Tendo em vista que os trabalhos da Comissão Parlamentar, a rigor, já haviam sido finalizados – faltando apenas a apresentação do relatório final na Comissão e, se aprovado, ser votado por todos os agentes investidos e legitimados por mandato legislativo -, os governistas já se articulavam no sentido de levá-la ao descrédito, tendo em vista a

³⁸⁸ *Jornal Correio do Povo*, 21 de novembro de 1999. *Arquivo CP*.

³⁸⁹ Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). Assembleia Legislativa. 20.10.1999. *Anais da ALERGS*.

iminência de sua aprovação. Sobretudo pelo fato de todos os recursos disponíveis na CPI e seu respectivo andamento já indicarem, ao menos em tese, a responsabilização do governo Olívio Dutra no caso.

Quando a votação do relatório final se aproximava, em dezembro, a primeira medida que os agentes governistas tomaram foi denunciar a suposta existência de um documento falsificado na composição do relatório. Os parlamentares do PT e PDT solicitavam ao presidente da comissão, Otomar Vivian (PPB), novamente o afastamento de César Busatto (PMDB) e Berfran Rosado (PMDB) da CPI, além de um novo relator para ser designado para a função. Conforme matéria veiculada no jornal *Correio do Povo*,

A solicitação foi feita ao presidente da comissão, deputado Otomar Vivian, do PPB, por parlamentares do PT e PDT. Eles qualificam o documento intitulado 'Projeção de fluxo de caixa do ICMS gerado pelo projeto Ford', datado de outubro de 1997, e protocolado na comissão por Busatto, de 'inverídico e inautêntico'. O deputado Vieira da Cunha, do PDT, afirmou ser inexplicável o documento conter tabela relacionada a números da Bahia, 'pois na época, não se cogitava a transferência da Ford para aquele Estado'. Ele disse, ainda, que o depoimento de Busatto e dos técnicos que o assessoram 'são fundamentais para esclarecer o assunto'. O parlamentar não descartou uma ação judicial.³⁹⁰

A estratégia dos governistas, tendo em vista que estes não possuíam recursos suficientes para reverter a iminente responsabilização do governo Olívio Dutra pelos agentes oposicionistas, era a de levar totalmente ao descrédito os trabalhos da Comissão Parlamentar antes de sua conclusão, contribuindo para a mobilização de *profanos* e militantes profissionais e benévolos também na tentativa de fazer crer que o trabalho liderado pelos antagonistas ao Executivo não possuía credibilidade. Ao pôr em dúvida a autenticidade de um documento, colocavam em desconfiança o trabalho liderado pelos oposicionistas, bem como em suspeita a responsabilização do Executivo *petista* feita por eles.

Ainda seguindo neste sentido que os agentes governistas, acompanhados de cobertura jornalística, encaminharam uma notícia-crime à delegacia do Palácio da Polícia solicitando a investigação da veracidade dos documentos da CPI do Polo Automotivo. Ronaldo Zülke (PT) chegou a afirmar “que não havia condições morais para a continuidade dos trabalhos da CPI do Pólo Automotivo”.³⁹¹

³⁹⁰ Jornal *Correio do Povo*, 01 de dezembro de 1999. *Arquivo CP*.

³⁹¹ Jornal *Correio do Povo*, 02 de dezembro de 1999. *Arquivo CP*. O documento em questão, segundo os agentes vinculados ao governo, possuía indícios de falsificação por conter números da Bahia datando de outubro de 1997, onde não havia, segundo Vieira da Cunha (PDT), a possibilidade cogitada de a empresa trocar a montadora para aquele estado. Alegavam os governistas que o documento havia sido assinado por

Além disso, Ivar Pavan (PT) colocava em dúvida a relevância do que foi feito até aquele momento, tendo em vista que, em sua visão, “o objetivo da CPI era culpar o governo pela não-permanência da Ford no Rio Grande do Sul”. Também dizia que “a apresentação de documentos, com fortíssimos indícios de terem sido fraudados para subsidiar o relatório da CPI, marca de forma negativa o Parlamento gaúcho, pois essa prática não faz parte da tradição deste poder”.³⁹²

Assim, procuravam fazer crer que o relatório não era passível de credibilidade, em razão das desconfianças levantadas por ele. Essa estratégia, que visava desgastar a ideia de que a CPI comprovava a responsabilidade do governo estadual pela saída da Ford, havia sido calculada inclusive na data: foi no mesmo dia em que o relatório definitivo foi apresentado, e aprovado, na Comissão. Esta homologação, por sinal, ocorreu sem a presença de nenhum agente governista como forma de protesto e sendo, também, outra maneira de ‘boicotar’ e contribuir para que o encaminhamento final da Comissão Parlamentar carecesse de credibilidade.

Como os agentes opositoristas reagiam a essas ações articuladas pelos membros do parlamento vinculados ao Executivo regional? Seguindo a luta simbólica, cujo objetivo era representar se o relatório da CPI poderia ser visto e reconhecido como legítimo ou não, os agentes opositoristas trataram de desacreditar as estratégias praticadas pelos governistas.

César Busatto (PMDB) “considerou a denúncia como uma vontade de anular e desqualificar o relatório da CPI da Ford”. Assim, usou disso como um elemento simbólico para ratificar a ideia de que, previamente, o PT teria uma posição contrária ao resultado da CPI. Já o relator, Mário Bernd (PMDB), dizia jamais ter a Comissão Parlamentar buscado pirotecnia, e usava como exemplo a CPI da Propina no governo Collares, liderada pelo PT e que, naquele momento, estavam “abraçados” ao PDT, parecendo “um só, como se nada tivesse existido no passado”. Até mesmo quando um delegado procurou Elvino Bohn Gass (PT), na Assembleia Legislativa, para coletar depoimento seu no inquérito sobre a autenticidade do documento, o deputado Mário Bernd (PMDB) alegou ter sido uma medida ilegal, usando o regimento interno como embasamento. Este previa, segundo o parlamentar, ser da alçada do Legislativo qualquer investigação sobre o próprio

três economistas para embasar o relatório da CPI. Nesse sentido, ver: *Jornal Correio do Povo*, 02 de Dezembro de 1999. *Arquivo CP*.

³⁹² Deputado Estadual Ivar Pavan (PT). Assembleia Legislativa. 02.12.1999. *Anais da ALERGS*

parlamento. Além do mais, o delegado estava armado, condição pela qual também se feria as normas da Assembleia Legislativa.³⁹³

Junto a isso, pronunciamentos da oposição no plenário da Assembleia Legislativa procuravam invalidar justamente a representação central dos governistas, ancorada na ideia pela qual a CPI utilizou um documento falso e se embasou nele para o relatório. Francisco Appio (PPB), respondendo a Ivar Pavan (PT), ressaltava: “o documento não é parte integrante do relatório final da CPI. O que não está nos autos, não existe. O que não consta no inquérito, pode ser discutido politicamente, como fez S. Exa. desta tribuna”, ressaltando o trabalho de Otomar Vivian (PPB) que, na condição de presidente da CPI, rejeitou a inserção dele nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.³⁹⁴

Foi com todo esse contexto, marcado por uma intensa disputa simbólica entre agentes que, a rigor, mobilizavam seus recursos para legitimar/deslegitimar a CPI, que a Comissão Parlamentar ratificou por oito votos a zero o documento. Isto é, por todos os deputados e bancadas presentes, tendo que ser aprovado pelo plenário da Assembleia Legislativa. Na apresentação do relatório, conduzido por Berfran Rosado (PMDB), o agente oposicionista, que falava legitimado pela condição de relator do processo, ressaltava os fatores que embasaram o documento:

Nossa primeira missão era avaliar as causas que levaram a Ford a não se instalar no Estado. O Governo Olívio Dutra sempre considerou três pontos decisivos nesse fato: a falta de dinheiro para honrar os compromissos; o contrato deveria ser socialmente justo; juridicamente perfeito. O relatório da CPI comprovou que os recursos estavam disponíveis, que o contrato era legal e que era socialmente justo, em função dos milhares de empregos que seriam gerados com a vinda da montadora. Detectamos, portanto, que o governo tinha as condições fundamentais e básicas para honrar o contrato e que, por sua decisão, não o fez. Detectamos contradições ao longo do processo. A primeira, relativa à existência do dinheiro, pois os recursos estavam, sim, disponíveis. A segunda, acerca da proposta apresentada à Ford: ela não tinha como ser cumprida e honrada, pois os valores apresentados não condiziam com a realidade. Detectamos que a propalada economia na negociação com a GM não ocorreu, e que os recursos foram gastos por outras entidades, ou adiados no tempo. Detectamos prejuízos imediatos, decorrentes dos recursos que foram liberados, colocados à disposição da Ford e que têm de voltar aos cofres públicos, como

³⁹³ *Jornal Correio do Povo*, 02 e 08 de dezembro de 1999. *Arquivo CP*.

³⁹⁴ Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). Assembleia Legislativa. 02.12.1999. *Anais da ALERGS*. Nota-se que Francisco Appio (PPB) elogiava o trabalho do colega de microcosmos, Otomar Vivian, na presidência da CPI. Esse capital de prestígio entre os colegas legitimados por um mandato parlamentar também era comungado pelos próprios agentes governistas, sendo uma exceção à regra de deslegitimar a atuação dos agentes oposicionistas envolvidos na CPI. Elvino Bohn Gass (PT) disse, por mais de uma ocasião, que Vivian (PPB) “sempre foi correto, mantendo a isenção indispensável à sua tarefa”, bem como Vieira da Cunha (PDT) que, antes de sair da sessão que votou em favor do relatório, “fez questão apenas de elogiar o 'trabalho isento' do presidente da CPI, deputado Otomar Vivian, do PPB”. Nesse sentido, ver: *Jornal Correio do Povo*. 02 e 16 de dezembro de 1999. *Arquivo CP*.

forma de ressarcir o erário pelas perdas causadas: perda de emprego em Guaíba, em Rio Grande e em todo o Estado, perda de credibilidade, de tributos.³⁹⁵

Além destes fatores que, a rigor, embasam o relatório culpando o governo do estado por este, na visão do documento, não ter tido ‘competência’ em manter a montadora, Berfran Rosado (PMDB) também procurou responsabilizar os agentes envolvidos. Assim, partia para a tentativa de afetar também o capital político incorporado que possuíam os profissionais do campo político que ocupavam o Palácio Piratini, os responsabilizando pelo fracasso em manter a montadora no Rio Grande do Sul:

Apontamos as responsabilidades pela perda desses investimentos e do desenvolvimento do Estado, as do Governador Olívio Dutra; as responsabilidades do Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, José Luiz Vianna Moraes, as responsabilidades do Procurador-Geral do Estado, Paulo Torelly, que não buscou os recursos dispendidos ao longo desse processo; as responsabilidades do Sr. Luiz Spotorno, por ter infringido o art. 342 do Código Penal. Portanto, a CPI cumpriu sua missão e comprovou todas as ações que nos levaram aos termos finais do relatório. Apresentamos as causas, as conseqüências e as responsabilidades. Agora, cabe a este plenário a aprovação do relatório, o qual será encaminhado ao Poder Judiciário, que, tenho certeza, saberá conduzir o processo de forma que não venhamos mais a sofrer perdas dessa dimensão. Trapalhadas como essa podem comprometer para sempre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.³⁹⁶

Os agentes oposicionistas procuravam, na ocasião, contrapor a maioria das representações simbólicas que os governistas criavam para levar o trabalho final da CPI ao descrédito. Primeiro, como vimos, isso se deu por meio do destaque ao fato de que o documento que os parlamentares vinculados ao governo diziam ser falso não ter composto o relatório da CPI. E, em uma segunda ocasião, procuravam desconstruir a ideia de que o governo Antônio Britto havia sido o responsável pela saída da Ford devido a uma suposta falta de condições para cumprir o contrato.

César Busatto (PMDB), utilizando a condição de partícipe direto da negociação envolvendo a vinda da montadora, legitimava ainda mais sua fala ao apresentar, em plenário, um extrato bancário que comprovaria a existência de recursos, datado do final de 1998, quando ainda era membro do governo anterior. Dizia ele: “Por respeito à verdade, apresento o saldo, no dia 15 de dezembro de 1999, da conta bancária no Banrisul destinada à Ford. O saldo é de 232 milhões, 845 mil, 382 reais e 8 centavos. O diretor do Banrisul, em depoimento à CPI, confirmou a existência desses fundos”. Junto a isso,

³⁹⁵ Deputado Estadual Berfran Rosado (PMDB). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*.

³⁹⁶ Deputado Estadual Berfran Rosado (PMDB). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*.

apresentava também uma cópia do Diário Oficial de 23 de novembro de 1998, “em que consta o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no qual está escrito, com todas as letras, que no caixa único do Estado havia, no dia 31 de dezembro, saldo disponível de 1 bilhão, 26 milhões e 541 mil reais”. Assim, contrapunha a fala do deputado governista, que procurava reforçar a ideia-força que responsabilizava a administração anterior: “agora, o Deputado Elvino Bohn Gass tenta nos convencer de que o dinheiro foi surrupiado na época do Governo Antônio Britto”. Busatto (PMDB) dizia protestar contra o que chamava de apresentação de “mais uma versão da mentira”³⁹⁷ por parte de membros do governo.

A acusação de que os agentes governistas ‘mentiam’, como forma de deslegitimar suas falas no campo político, não era um ato isolado de Busatto (PMDB). Essa forma de buscar levar ao descrédito a representação que os governistas construíam também foi utilizada pelo relator. Em pronunciamento, Bernd (PMDB) dizia que “o Deputado Elvino Bohn Gass foi à polícia, depois de invadir todas as redações de jornais em Porto Alegre, para intimidar e colocar a versão mentirosa, fantasiosa e covarde de alguém que, durante todos esses meses, foi derrotado no debate e no depoimento das pessoas idôneas”.³⁹⁸

Além dele, Eliseu Santos (PTB) chamava Olívio de “pessoa sem palavra”³⁹⁹, e Lorenzoni (PFL), ao mencionar um panfleto de campanha do PT que assegurava a continuidade da Ford em Guaíba, dizia:

Descubro que não é só mentiroso, é mais do que isso, quebrou uma tradição que levamos mais de 400 anos para construir, de honradez do povo gaúcho, de honrar contratos. O fio do bigode valia mais do que papel assinado, e esse mentiroso negou isso, principalmente prejudicou a imagem do nosso Estado. Hoje somos motivo de chacota no restante do Brasil pela incompetência e pela mentira deste governo e deste governador. [...]. Este governador não é só um mentiroso. A mentira está provada e comprovada; S. Exa. cometeu um estelionato eleitoral quando afirmou que não aumentaria os impostos, que daria reajuste ao funcionalismo e que a Ford não iria embora.⁴⁰⁰

³⁹⁷ Deputado Estadual César Busatto (PMDB). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*.

³⁹⁸ Deputado Estadual Mário Bernd (PMDB). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*.

³⁹⁹ Deputado Estadual Eliseu Santos (PTB). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*. Eliseu Santos (PTB), ao comentar as acusações de que Antônio Carlos Magalhães teria atuado para levar a Ford para a Bahia, dizia que a briga entre este e Olívio Dutra era uma covardia: “É a competência e o preparo [de Antônio Carlos Magalhães] contra a incompetência, a má-fé e a mentira [de Olívio Dutra e o secretário Zeca de Moraes]. E aconteceu o que aconteceu: a Ford foi embora, e estamos aqui chorando em cima dos prejuízos”. Em tom irônico, reforçava a lógica que procurava apontar a visão de mundo social sobre a montadora construída pelos governistas como mentirosa. Sobre isso, ver: Deputado Estadual Eliseu Santos (PTB). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*. Dessa forma, reforçava a representação de que, na verdade, o governo *petista* era ‘despreparado’, colocando em contraponto com o senador baiano.

⁴⁰⁰ Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*. Essa questão da suposta ‘quebra’ da confiança do ‘mercado’ no Rio Grande do Sul, abordada por Lorenzoni, é alinhada com uma representação simbólica estimulada por outros agentes, que exerciam influência no campo político, como os presidentes da FIERGS, da FEDERASUL e da FARSUL. Isto é, dos principais sindicatos patronais do Rio Grande do Sul. A esse respeito, ver: CADONÁ, op. cit.

Por meio desta estratégia de acusar o discurso adversário de ‘mentiroso’ na luta simbólica entre os agentes do campo político, os parlamentares oposicionistas colocavam em dúvida a credibilidade governista, o que é fundamental na formação de um capital político de qualquer agente. Assim, quando os oposicionistas argumentam que os governistas ‘mentem’, colocam em dúvida a própria credibilidade do governo e dos agentes que eram a ele associados.

Outra estratégia da oposição nessa luta simbólica consistiu em isentar o governo Antônio Britto de responsabilidades. A tentativa de desconstruir qualquer associação entre a saída da Ford com o governo anterior por parte dos agentes oposicionistas vinha ancorada em dois eixos. O primeiro era construir uma representação positiva da política de incentivos, outrora combatida pelo bloco *petista*, que acertou a vinda de duas montadoras, associando a isso uma série de elementos simbólicos vistos e reconhecidos como positivos por ampla parcela de agentes, como ‘desenvolvimento’, ‘criação de empregos’, etc., que estavam sendo levados adiante e foram interrompidos pela ‘intransigência’ de Olívio Dutra. E, além disso, também dividir, entre os parlamentares da oposição, essa representação simbólica positiva ao terem sido responsáveis, junto com Antônio Britto, por trazer a Ford e a GM para o Rio Grande do Sul.

Portanto, a representação simbólica por parte dos agentes oposicionistas ocorria não apenas na desconstrução da imagem de Olívio Dutra, como em um jogo de soma zero. Ela se dava, também, com os agentes oposicionistas atuando para procurar construir uma imagem positiva de si. Assim, ganhavam algum capital político ao serem vistos e reconhecidos como os responsáveis pelo que seria, na visão destes deputados, o ‘desenvolvimento’ do Rio Grande do Sul por meio do complexo de Guaíba. Isto é, convertiam a expectativa de agentes e *profanos* em capital institucionalizado nas agremiações e incorporado em agentes do campo político. Desta forma, seria simplista afirmar que era uma luta simbólica unicamente entre os agentes governistas e oposicionistas procurando apenas fazer o governo Olívio Dutra como responsável (ou não) pela saída da Ford, para que este e seus agentes perdessem capital político. Havia uma disputa envolvendo também a obtenção de capital ao transformar a montadora em uma ‘agenda positiva’.

Além dos pronunciamentos anteriores que, como vimos, procuravam ressaltar o fato de os valores estarem disponíveis em contas do Executivo rio-grandense, Mário Bernd (PMDB) dizia, citando um documento que seria da assessoria da bancada *petista*

na Assembleia Legislativa: “CPI da Ford: Britto gastou recursos da Ford e cancelou garantias contratuais. Pinóquio, cresceu o nariz”. Junto a ele, Giovanni Feltes (PMDB) procurava reforçar a lógica que isentava Antônio Britto. Dizia ele que era “difícil, para não dizer revoltante, descobrir agora, decorrido um ano do atual governo, que o responsável pela vinda da Ford para o Estado é o mesmo que a mandou embora, ou seja, o Governador Antônio Britto”. Falava, ao rebater as críticas de que a CPI era ‘partidarizada’, que “o Rio Grande do Sul poderia ter duas montadoras” por “obra do ex-Governador Antônio Britto e das bancadas de situação daquela época”.⁴⁰¹

Mas de que forma se estabelecia a estratégia dos parlamentares ligados ao governo para deslegitimar o resultado final da CPI? De qual maneira estes agentes procuravam fazer crer que o governo Antônio Britto era, de fato, o responsável pela saída da montadora, sendo isso, como vimos, o principal elemento simbólico em que a oposição parlamentar procurou desconstruir?

Elvino Bohn Gass (PT) sintetizava as críticas governistas à CPI. Dizia ser “sem objeto determinado”, ferindo o Regimento Interno, e com a participação de pessoas que, na sua visão, deveriam ser investigadas, e não investigadoras, mencionando inclusive o relator da Comissão Parlamentar, além do caso da suposta falsificação documental. Contudo, em relação à falta de recursos, expunha que as contas onde havia as verbas destinadas à Ford e à GM foram zeradas antes do final do mandato de Antônio Britto, com valores que superariam 1,5 bilhão provenientes das privatizações. Proferia que isso era uma “denúncia que estamos apresentando para a sociedade do Rio Grande do Sul”.⁴⁰²

Assim como Bohn Gass (PT), Vieira da Cunha (PDT) acusava a CPI de ter feito “tudo o que estava ao seu alcance, do início ao fim das suas atividades, para encontrar chifre em cabeça de cavalo”. Além de responsabilizar Antônio Carlos Magalhães, rebatia a apresentação do extrato bancário feita por Busatto (PMDB):

O Deputado César Busatto, ex-Secretário da Fazenda, veio a esta tribuna mostrar o extrato bancário de hoje, estufando o peito e dizendo que na conta há 232 milhões de reais depositados. Esqueceu-se de dizer ao povo do Rio Grande do Sul que os compromissos que ele e o Governador Antônio Britto assumiram com a empresa eram de 436 milhões de reais. [...] Vir à tribuna e mostrar um saldo bancário de 232 milhões de reais não muda a conclusão a que cheguei durante os trabalhos dessa CPI. O contrato, originalmente assinado pelo Sr. Antônio Britto, era inexecutável, leonino, favorável unilateralmente aos interesses de uma empresa privada, de uma grande multinacional, como é a

⁴⁰¹ Deputado Estadual Mário Bernd (PMDB). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Giovanni Feltes (PMDB). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*.

⁴⁰² Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*.

Ford. [...]. Se existem culpados nesse processo todo, chamam-se Antônio Britto, Antônio Carlos Magalhães e Ivan Fonseca e Silva!⁴⁰³

Também dentro disso, Jussara Cony (PCdoB), buscando entrelaçar as acusações que os agentes governistas faziam a uma série de agentes oposicionistas pela saída da Ford, questionava o motivo pelo qual o governo FHC não cedeu à Ford os mesmos 550 milhões de empréstimos do BNDES. Indagava se isso era “discriminação política com o povo gaúcho? Foi porque este Estado não rezou pela cartilha de presidente da República, não elegeu Antônio Britto nem deu maioria a Fernando Henrique?”. Junto a isso, afirmava que Britto, nos últimos dias de mandato, cancelou 60 milhões de pagamento a uma das cláusulas do contrato com a Ford: “Por que a CPI não discutiu esse assunto?”. Por meio disso, aliado com o suposto documento falso, nota-se que Jussara Cony procurava desmoralizar o trabalho da CPI e levar a conclusão final ao descrédito, ao dizer ser “constrangedor para a história desta Assembléia Legislativa o fato de seus integrantes votarem o relatório de uma CPI, no último dia deste ano Legislativo, em que há documentos sob suspeita e sob investigação”, e que “deixam claro que o governo anterior, através de uma resolução, rompeu o contrato que ele mesmo fez com a Ford”.⁴⁰⁴

Em geral, os governistas, como forma de terceirizar responsabilidades pela perda da montadora, procuraram destacar que os recursos existiam, mas foram retirados das contas antes do final do governo e colocados no Caixa Único – isto é, no Tesouro do estado, para cobrir despesas correntes de custeio, logo após as eleições. Assim, eles ambicionavam fazer crer que isso, juntamente com a atuação de Antônio Carlos Magalhães (PFL) no Senado com Fernando Henrique Cardoso, seria uma ‘retaliação’ ao fato de Britto não ter sido reeleito.

O trabalho da CPI, contudo, foi um dos diversos recursos mobilizados pela oposição na lógica que procurou representar o Partido dos Trabalhadores como responsável pela perda da Ford. Como dissera César Filomena, “com o episódio da Ford, eventuais ganhos [em capital político para os agentes *petistas*] foram revertidos em perdas posteriormente. Mais que perdas, em danos políticos quase irreparáveis com associação do PT à ideia de hostilidade [à Ford]”. Na sua avaliação, “os danos políticos não foram menores a Dutra diante do episódio da Ford. Como político, esse evento o marcou”. Não à toa que é consensual na bibliografia a constatação feita por Daiane Menezes: isto é, de

⁴⁰³ Deputado Estadual Vieira da Cunha (PDT). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*.

⁴⁰⁴ Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). Assembleia Legislativa. 15.12.1999. *Anais da ALERGS*.

que “a questão da Ford teve vida longa no discurso da oposição, chegando até as eleições de 2002”.⁴⁰⁵

Corroborando, portanto, que a oposição conseguiu com sucesso representar Olívio Dutra como ‘o grande’ responsável pela perda da montadora, causando forte impacto no capital político do então governador do estado para um período posterior à 1999. Isso, evidentemente, atrelado com o importante papel que a repercussão do caso no campo jornalístico também cumpriu. E, nesse sentido, procuramos demonstrar que os agentes investidos de mandato parlamentar cooperaram para que isso fosse possível por meio da CPI do Polo Automotivo. Embora, evidentemente, a comissão parlamentar tenha sido um dos diversos meios que possibilitaram este desgaste, não foi única e exclusiva responsável por isso.

5.2 A CPI DA SEGURANÇA PÚBLICA EM NOVOS CONTEXTOS

Se formos partir de um modelo comparativo em relação à CPI do Polo Automotivo, deve-se destacar que a estrutura do campo político apresentava maiores dificuldades ao Executivo rio-grandense. Em 2001, diferentemente de 1999, a condição minoritária no parlamento era ampliada pelo fato de o PDT estar atuando como um partido opositorista, e o PSB havia perdido seu único agente parlamentar, que também se somava ao bloco antagonista no PPS. Dentro da estrutura do campo, portanto, os governistas possuíam ainda menos recursos sociais passíveis de conversão em capital na Assembleia Legislativa, dependendo mais de ‘rupturas’ entre os agentes opositoristas para fazer valer as suas posições no parlamento estadual.

Junto a isso, o tema da Segurança Pública foi recorrente no campo jornalístico e político por múltiplos pontos. Distintos temas relacionados foram alvo do parlamento gaúcho, que buscava representar o governo estadual como responsável por problemas no setor. Segundo Stella Oliveira, algumas mudanças provocaram reações, que desembocavam no objetivo de acusar o governo estadual de “partidarizar a estrutura de segurança pública no estado”. Entre as discordâncias, estavam a unificação das polícias, a transferência do Quartel General para o prédio da nova sede da Secretaria da Justiça e

⁴⁰⁵ FILOMENA, op. cit., 2015, p 324; MENEZES, Daiane Boelhouwer. *A construção de Olívio Dutra e Tarso Genro pelo Jornal Zero Hora antes da prévia que definiu o candidato do PT ao governo do estado do Rio Grande do Sul em 2002*. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 49.

Segurança e a troca de gerência do Colégio Tiradentes para a Secretaria da Educação, e não em controle da polícia estadual. Até mesmo um Grupo Permanente de Estudos da Segurança foi composto por coronéis da reserva para combater a ‘partidarização’ da pasta. No momento em que a CPI foi instalada, policiais e esposas reivindicavam reajuste salarial. Esse contexto, prévio ao lançamento da Comissão Parlamentar, mostra, segundo Stella Oliveira, a exacerbação alcançada ao tema. Além do mais, declarações partidas do Secretário da Justiça e Segurança Pública, pondo em dúvida a lisura de setores da Polícia Civil e Militar, também aumentavam a tensão envolvida no assunto.⁴⁰⁶

Além disso, diz a autora que formar uma CPI para investigar o tema era algo que rondava o campo político desde o início da legislatura. Já em 1999, agentes políticos opositoristas pensavam em formar a CPI da Brigada Militar, aventada em 2000 novamente. Mas apenas em abril de 2001 que a CPI propriamente dita foi instalada, com 40 deputados subscrevendo-a. Ela teve grande interferência direta do campo jornalístico, que passou a dar ao caso relativo espaço e, muitas vezes, pautar o que a Comissão deveria investigar. Nesse sentido, é importante destacar o papel cumprido pelo conglomerado da Rede Brasil Sul, cuja participação ativa se deu com a publicação das denúncias acima citadas e de outras ao longo da vigência da CPI.⁴⁰⁷

Portanto, considerando a estrutura interna e externa do campo, é possível afirmar que a CPI da Segurança Pública gozou de visibilidade. Isto é, acabou sendo um espaço onde os agentes do campo político regional, investidos e legitimados por mandato parlamentar, poderiam disputar a conquista de um capital de notoriedade, ao serem vistos e reconhecidos como representantes dos polos antagônicos em luta simbólica na CPI. Ela dividiu-se entre os agentes que defendiam seus trabalhos contra aqueles que lutavam por levá-los ao descrédito.

A afirmação de Stella Oliveira, a respeito do espaço que a CPI ganhou, reflete a força simbólica que ela adquiriu.

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, op. cit. Uma dessas declarações foi lembrada depois pelo Deputado Francisco Appio (PPB): “Não quero nem resgatar, porque não há necessidade, as manifestações do Secretário de Estado da Justiça e da Segurança, que disse: Tirem a Polícia Civil, e o crime acaba”. Cf. Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). Assembleia Legislativa. 13.03.2001. *Anais da ALERGS*. Para o jornal Zero Hora, Bisol declarou: “O problema policial da Região Metropolitana está muito ligado à corrupção na área policial. Isso eu vou te afirmar aqui sem medo nenhum. Eu cuido muito de não entregar armas, veículos e outros instrumentos e meios, se há suspeitas sobre o servidor que vai receber isso [...]. Se você verifica que um PM tem desvios de comportamento, ou se corrompeu, a Brigada tem a arma legal para dispensá-lo, expulsá-lo imediatamente. Agora, um policial civil é tremendamente difícil de mexer. [...]. Eu estou dizendo que a polícia tem o controle do crime, não repassa para o Estado esse controle e uma parte dela tira proveito próprio desse controle”. Ver: Jornal Zero Hora, 24 de abril de 2001. *Arquivo Musecom*.

⁴⁰⁷ Idem; LARANGEIRA, op. cit.

A CPI da Segurança Pública produziu um dos momentos mais tensos na história política do Estado do Rio Grande do Sul dos últimos 20 anos. Foram 180 dias de embates travados numa arena política-ideológica, em que os sentidos das palavras ditas, e não ditas foram disputados milimetricamente pelos integrantes dos poderes Executivo e Legislativo, e reconstruídos pela esfera midiática.⁴⁰⁸

Os agentes oposicionistas, notadamente, não tinham um ponto determinado para aprovar sua criação. Eles elencavam uma série de fatores, mais ou menos articulados, para a criação do mecanismo de investigação. Assim, criava-se a representação de que o setor da Segurança Pública no governo estadual estava um ‘caos generalizado’, e que a resposta ineficiente do Executivo gaúcho precisava de uma intervenção legislativa. Ou seja, a motivação se dava de forma bastante genérica. Inicialmente, a oposição usou, majoritariamente, quatro argumentos como ideias-força para justificar a instauração da CPI, valendo-se disso para a mobilização de agentes, *convertidos* e *profanos*, ambicionando criar uma legitimidade para sua fundação. Também eram observados outros fatores, formando um contexto ‘difuso’ em que a oposição construiu simbolicamente a importância de sua implantação.

Entre elas, abordou-se os números da criminalidade, a presença da proposição desta CPI em outra comissão, a ligação suposta do governo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o apoio da pretensa ‘opinião pública’. No primeiro caso, é ilustrativa a fala de Wilson Covatti (PPB) a respeito. Comparando dados publicados nos jornais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, procurava destacar as diferenças das realidades no caso da Segurança Pública:

O jornal *Zero Hora* de ontem informa que, no Rio Grande do Sul, neste feriado, houve pelo menos 29 crimes contra 21 no mesmo período do ano passado, representando um aumento de 40% no número de vítimas. O Diário Catarinense noticiou: Cai 45% o número de crimes no carnaval em Santa Catarina. Enquanto no nosso Estado o aumento foi de 40%, em Santa Catarina, a redução foi de 45%. [...]. Esses dados comprovam que o Governo não se empenhou em criar medidas eficazes de prevenção contra a violência. [...]. O desastroso balanço do carnaval de 2001 no Estado prova, mais uma vez, a urgente necessidade da instalação da CPI da Segurança Pública. [...]. Faz-se necessária a instalação de uma CPI, pois precisamos reavaliar a maneira como está sendo conduzida a segurança no Estado, para que todos possam sentir-se minimamente seguros.⁴⁰⁹

⁴⁰⁸ OLIVEIRA, op. cit., p. 16.

⁴⁰⁹ Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). Assembleia Legislativa. 01.03.2001. *Anais da ALERGS*, grifo meu.

Ao afirmar que os casos de crimes aumentavam no Rio Grande do Sul, comparando os dados com o mesmo período no estado e, também, com Santa Catarina, Wilson Covatti (PPB) buscava reforçar a necessidade da CPI. Além disso, a oposição, ao associar o governo com as FARC, insinuava que Olívio Dutra poderia ter vinculações com o tráfico colombiano. Era uma das formas encontradas não apenas para justificar a CPI, mas explicar o porquê de os agentes situacionistas colocarem-se contrários à instalação da Comissão Parlamentar. João Fischer (PPB) questionava essa posição dos deputados ligados às agremiações situacionistas: “Onde está a tão demagógica transparência usada como cavalo de batalha do PT? Será que o Governador Olívio Dutra teme revelar o que tratou com o representante das FARC?”, e completava vinculando essa ligação com a contrariedade em apoiar a CPI: “será esse mais um dos motivos pelos quais o Governo do Estado tenta impedir a qualquer custo a CPI da Segurança Pública?”⁴¹⁰

Outro ponto que visava justificar e legitimar a criação da CPI foi a busca por um apoio que existiria, segundo os agentes opositoristas, entre os *profanos*, excluídos do campo político. Assim, procuravam também colocar-se como representantes legítimos de uma ‘opinião pública’ supostamente posta como ‘apartidária’, e era expressa, sobretudo, por meio de veículos pertencentes ao campo jornalístico, e em abaixo-assinados que eram coletados pelos próprios agentes opositoristas.

Em diversos momentos isso ocorreu. Em um deles, Edemar Vargas (PTB) mencionava uma pesquisa realizada em emissora de rádio vinculada ao Grupo RBS, como forma de embasar a necessidade de criação da Comissão Parlamentar. Dizia ele:

Os jornais, o rádio e a televisão têm incluído esse assunto em suas pautas. Ainda hoje, no programa do Jornalista e Radialista Lauro Quadros, transmitido pela Rádio Gaúcha, houve uma pesquisa, a qual apontou que 70% dos ouvintes aprovaram a constituição da CPI da Segurança Pública. [...]. E agora, aí está

⁴¹⁰ Deputado Estadual João Fischer (PPB). Assembleia Legislativa. 14.03.2001. *Anais da ALERGS*. Além dele, Elmar Schneider (PMDB) indagava a respeito da prisão de um brasileiro na Colômbia, então foragido da Justiça brasileira: “Outro assunto ao qual desejo referir-me é a divulgação, nos jornais de hoje – para nossa alegria –, do pedido de prisão preventiva, para fins de extradição, do traficante Nei Machado. Lamentavelmente, nenhuma palavra foi dita pelo Governo Olívio Dutra com relação a esse fato. Está provada a relação entre o narcotráfico e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC –, organização cujos integrantes são os mesmos que tomam cafezinho a portas fechadas no Gabinete do Governador”; e Wilson Covatti (PPB) “Falcatrúa, Sr. Deputado, é o Governo receber membros das FARC no Palácio Piratini. Será que quem estava no Palácio não estaria acompanhado de seu hóspede de honra, o Nei Machado? Tenho o direito de levantar essa dúvida. Quem foi recebido no Palácio”? Cf. Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). Assembleia Legislativa. 27.03.2001. *Anais da ALERGS* e Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). Assembleia Legislativa. 14.03.2001. *Anais da ALERGS*. Todas as falas evidenciam a tentativa dos agentes opositoristas em associar na luta simbólica as FARC ao governo Olívio Dutra e, por consequência, também o narcotráfico colombiano, levando o Executivo ao descrédito e buscando considerar isso como um motivo para o PT e demais partidos não apoiarem a CPI, constringendo os agentes governistas.

ele, dando uma afirmação positiva para a constituição de uma CPI da Segurança Pública. Parabenizamos os veículos de comunicação, pois é por meio deles que estamos tomando conhecimento dessas manifestações. A sociedade está prestando os seus serviços, essa mesma sociedade que, neste momento, está sendo atingida e que estará, com todos os seus segmentos, participando da CPI da Segurança Pública, se ela for instalada.⁴¹¹

A busca por abaixo-assinados, feitas diretamente pelos parlamentares oposicionistas, era uma forma de ‘endossar’ a representação simbólica que eles procuravam construir de si, isto é, de que defendiam a formação da CPI para falar e agir em nome do ‘povo’ e de uma demanda que partia dele, e não de uma disputa política dentro do campo. Assim, agiam dissimulando então a violência simbólica existente nessa relação.

Valdir Andres (PPB) dizia que, “em menos de três horas, espontaneamente, 1.500 gaúchos e gaúchas assinaram um pedido para a instalação da CPI da Segurança Pública. Hoje, essa CPI é um clamor em todo o Rio Grande do Sul e, se Deus quiser, será instalada nos próximos dias”. Junto a ele, Jair Foscarini (PMDB) anunciava que faria o mesmo procedimento. Procuraria, em Novo Hamburgo, assinaturas para reforçar simbolicamente a existência de uma demanda prévia que era, na verdade, fabricada entre os *profanos* pelos porta-vozes investidos de mandato parlamentar para a formação da CPI, além de revelar que a prática era articulada, ou seja, que a oposição parlamentar buscou por assinaturas como uma estratégia para reforçar essa lógica. Dizia que estaria em Novo Hamburgo “recolhendo assinaturas de apoio à realização da CPI da Segurança Pública. Essas rubricas e outras que estão sendo coletadas pelos Deputados José Ivo Sartori e José Farret, entre outros Parlamentares, em suas cidades, serão anexadas ao pedido de CPI já entregue nesta Casa”.⁴¹²

Ainda durante o processo articulado pela oposição, que procurava justificar a necessidade da CPI, um acontecimento policial em Canoas/RS, município da Região Metropolitana de Porto Alegre, que ocupou amplo espaço no campo jornalístico, serviu como impulso para associar a criminalidade à falta de gestão e, por consequência, legitimar a ação parlamentar, que usaria o evento para, de novo, mostrar-se como pautadora de uma demanda do ‘povo’, portanto, aparentemente secundada de interesses políticos.

Esse episódio foi, a partir de então, efusivamente explorado nos discursos parlamentares. Estes agentes usavam a repercussão no campo jornalístico para construir

⁴¹¹ Deputado Estadual Edegar Vargas (PTB). 15.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴¹² Deputado Estadual Valdir Andres (PPB). 29.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*

um capital político de notoriedade para si, representando-se como interessados na resolução dos problemas de Segurança Pública. Do outro lado, eles utilizavam este contexto como uma ‘prova cabal’ para reforçar a imagem de que o governo Olívio Dutra não dava a devida atenção ao episódio e ao tema, responsabilizando-o pelo evento em Canoas. Além disso, usavam do fatalismo para dizer que o caso era uma ‘tragédia anunciada’, em razão dos problemas prévios elencados antes do ocorrido, e que já justificavam, no discurso oposicionista, a formação da CPI.

A partir desse momento, podemos perceber uma articulação mais unificada da oposição. Antes, para justificar a necessidade de uma CPI, os agentes oposicionistas procuravam, difusamente, uma série de argumentos desconexos. Agora, usavam a ‘comoção’ que a ocorrência de Canoas dava, junto aos abaixo-assinados, para construir a ideia de que o governo estadual administrava mal a área.

Segundo o jornal Zero Hora, o fato havia sido agravado por problemas no atendimento telefônico da Brigada Militar, acompanhado de insinuações de José Paulo Bisol, de que a acusação era “uma farsa”. Na visão de Wilson Covatti (PPB), isso mostrava “[que] essa omissão é do Secretário José Paulo Bisol pela sua incompetência em aplicar uma política adequada à segurança. Essa omissão é do Governador Olívio Dutra e de seu Secretário, por não gastarem na segurança os recursos que lhe foram destinados no Orçamento”. Usando, assim como outros parlamentares, do tom superlativo que o episódio ganhava para vinculá-lo simbolicamente ao Executivo, completava: “Apuraremos a omissão, mas não há o que possa compensar a dor de uma mãe que viu suas filhas adolescentes sofrerem abuso sexual. Temos a impressão de que, para este Governo, o exercício da criminalidade significa exercício de cidadania”.⁴¹³

Essa ofensiva oposicionista, a rigor, também procurou levar agentes políticos situacionistas investidos de mandato parlamentar à perda de capital político incorporado, ao serem associados a pouca vontade de resolver o problema. A estratégia oposicionista consistia, justamente, em contrapô-los perante os seus recursos sociais, os colocando em contrassenso em razão da crise na *fides implicita* depositada a estes agentes. O tom

⁴¹³ Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). 22.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Jornal Zero Hora. 02 de abril de 2001. *Arquivo MUSECOM*. A relação entre a CPI e o ocorrido em Canoas foi exaustivamente explorado pelos agentes parlamentares ao longo do mês de março. Apenas para dar uma noção ao leitor, encontramos dez discursos de deputados, apenas em março, que associavam a CPI da Segurança Pública ao episódio de Canoas, sendo evidentemente extenuante explorá-los à exaustão neste trabalho. Contudo, o número quantitativo ilustra o que queremos destacar: a oposição articulou-se para que, no mundo social, o crime fosse associado ao despreparo do governo estadual. E, assim, justificar a instalação da Comissão Parlamentar.

sensacionalista, nesse sentido, não foi descartado pelos opositoristas. Isso ocorreu com dois parlamentares ao menos, ambos do PT, por serem contra a implantação da CPI.

Gostaria que a Deputada Maria do Rosário [...] viesse a esta tribuna como ex-Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, como uma pessoa que sempre se preocupou com o ser humano, como mulher e como mãe, para pedir a lista da CPI da Segurança Pública. S. Exa. deveria ser a primeira pessoa a assinar essa lista. Parece-me, porém, que esses defensores dos direitos humanos silenciaram diante da tragédia ocorrida em Canoas, em que uma mulher, uma mãe, foi violentada com suas duas filhas, de 11 e 14 anos. Onde estão os direitos humanos? Onde está a Deputada Maria do Rosário?⁴¹⁴

Se, em relação à Maria do Rosário (PT), a cobrança dava-se pelo fato de ela compor a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – o que, na luta simbólica, almejava fazer crer que sua postura contrária à CPI deveria ser atrelada ao caso de Canoas, isto é, de que o repúdio àquela violência era inseparável do apoio político ao instrumento investigativo -, ação semelhante foi feita com José Gomes (PT), que possuía seus recursos sociais convertidos em capital político de sua condição de policial militar.

Tanto Wilson Covatti (PPB) como Elmar Schneider (PMDB) referiam-se a isso. O primeiro procurava reforçar essa vinculação, colocando José Gomes (PT) no lugar da ocorrência. Dizia ele: “Não há pai nem mãe que não se comovam com esse episódio relatado hoje. Uma pessoa discou para o 190, pediu socorro à vizinha, que tornou a fazer a ligação para a Brigada Militar, e não recebeu atendimento! Foram duas horas de terror, Deputado José Gomes”. E o segundo questionava a omissão do parlamentar *petista*, mencionando o caso de Canoas e a ausência de valorização salarial da categoria: “Estranhamente, também estava inscrito para falar o Deputado José Gomes, que não teve a hombridade de vir à tribuna para defender a nossa Brigada Militar”.⁴¹⁵ Poucos dias antes de instalada, a articulação antagonista ao governo para o tema era reconhecida a ponto de

⁴¹⁴ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). 27.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*. Entre outros pronunciamentos nesse sentido, “agora, a Deputada Maria do Rosário, que, lamentavelmente, não está neste plenário, até este momento não assinou a lista da CPI da Segurança Pública, o que é inadmissível, pois S. Exa. dirigia a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, defende o ser humano e sabe que, em Canoas, uma família pediu socorro durante duas horas e não obteve auxílio” e de Iara Wortmann “Sra. Presidente, Deputada Maria do Rosário, nós, mulheres desta Casa, Deputadas, temos o grande compromisso de defender as mulheres e buscar, por meio dessa CPI, que seja realmente analisada toda a situação da segurança pública”. Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). 27.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputada Estadual Iara Wortmann (PMDB). 22.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴¹⁵ Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). 22.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). 27.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

um cronista de política dizer que, “pela primeira vez, na atual legislatura, a oposição demonstra que está unida para atacar a administração do PT”.⁴¹⁶

Diante desta investida, os agentes parlamentares governistas procuraram ensaiar uma ofensiva contra a CPI para impedir a obtenção de lucros no campo político aos oposicionistas. Entretanto, na medida em que o tema passava a ser recorrente, junto ao caso de Canoas, eles gradualmente ocupavam menos o espaço Legislativo para procurar deslegitimar o instrumento de inquérito proposto pela oposição. A rigor, reforçados na luta simbólica pelo campo jornalístico, os agentes oposicionistas praticamente garantiam uma ideia-força próxima do consenso em relação aos problemas na área da Segurança Pública.

No início, os agentes governistas até buscaram levar a proposição ao descrédito, procurando eventuais falhas no processo de implantação do mecanismo, à semelhança do que foi feito em relação à Ford. Dionilso Marcon (PT), referindo-se ao fato de as assinaturas para a implantação da CPI conterem a de um parlamentar que renunciou para assumir uma prefeitura em 2001, almejava vincular a postura oposicionista a uma atitude ilegal, portanto, carregada de interesses que não seriam aqueles que justificavam a proposição, em contraposição à fala de Vilson Covatti (PPB), que anunciava a articulação oposicionista. Seu discurso, inclusive, sofreu censuras da Mesa Diretora por expressões antiparlamentares em diversos trechos.

Uma questão séria é que esta Assembléia, a partir da semana passada, em virtude dessa proposição da Bancada do PPB, deixa de ter 55 Deputados, para ter 56 Deputados. Isso é o que demonstra o Líder do PPB, Vilson Covatti. [...]. Como explicaremos ao cidadão que um Parlamentar tão religioso e formado em Direito pode cometer (expressão antiparlamentar), não só contra o Legislativo, mas contra o povo do Rio Grande do Sul? Por isso, além desta CPI não ter argumento para ser criada nesta Casa, não podemos permitir essas (expressão antiparlamentar), pois o povo gaúcho não é trouxa. Temos de tomar uma atitude, porque não podemos mais admitir (expressão antiparlamentar) como essa. Enquanto a Ouvidoria desta Casa avalia nosso pedido, a Bancada do PPB deveria afastar seu Líder, que não tem (expressões antiparlamentares), não tem (expressão antiparlamentar), nem respeito para com o povo gaúcho.⁴¹⁷

Outra estratégia, que foi comumente utilizada pelos agentes governistas, consistiu em comparar entre o que os oposicionistas faziam no plano estadual com o que seus partidos praticavam no parlamento federal, onde davam sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso. Jussara Cony (PCdoB) mencionava que as proposições de CPI da

⁴¹⁶ Jornal *Correio do Povo*. 24 de março de 2001. *Arquivo CP*.

⁴¹⁷ Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). 13.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

oposição, no Congresso Nacional, eram acompanhadas de uma ‘operação abafa’ pelas mesmas agremiações no Rio Grande do Sul. Regionalmente, os governistas defendiam o que seria, em sua visão, “uma nova segurança pública, buscando a valorização e a qualificação dos recursos humanos, a integração das atividades policiais, o reequipamento das polícias e dos serviços periciais, a humanização do sistema prisional, o controle social dos serviços de segurança” contra a “ofensiva da Oposição no Rio Grande do Sul por uma CPI da Segurança Pública no Governo Olívio Dutra. Oposição cujos Partidos são sustentáculo político e ideológico do Governo Fernando Henrique Cardoso”.⁴¹⁸

Entretanto, na luta simbólica, aquilo que foi utilizado pelos governistas com mais investimento de recursos para mobilizar *convertidos, profanos* e profissionais externos ao campo político foi a acusação de que não havia um fato determinado para a instauração da CPI.

Para se solicitar a instalação de uma CPI, precisa haver um fato determinado. Se há crime, como está sendo dito aqui no Rio Grande do Sul, não precisa ser procurado, ele existe. Portanto, apresentem um fato determinado e não venham com leviandades, afirmando que o Governo cometeu crime ao ter recebido o representante da Farc. Se isso é crime, temos de convocar o Papa. O Deputado Vilson Covatti, como cristão, deve ter se sentido constrangido porque Sua Santidade recebeu o mesmo representante da Farc recebido pelo Governador Olívio Dutra. Será que por essa razão o Deputado Vilson Covatti também irá solicitar uma CPI da Pontificia de Roma?⁴¹⁹

Embora os agentes governistas ainda ambicionassem fazer crer que a CPI tinha motivações apenas políticas ou visassem comparar com o contexto nacional, mencionando que os partidos favoráveis à Comissão Parlamentar no Rio Grande do Sul não atuavam da mesma forma no Congresso⁴²⁰, com o caso de Canoas o número de intervenções públicas nesse sentido foi cada vez menor.

⁴¹⁸ Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). 14.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴¹⁹ Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). 14.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*. Assim como ele, José Gomes também reforçava: “É importante trazer à tona esse tema no momento em que se tenta criar uma CPI nesta Assembléia Legislativa sem um fato determinado. Note bem, Sr. Presidente, não há um fato determinado para a instalação de uma CPI. Queremos dizer com isso que o motivo que vem sendo apresentado sistematicamente – bem como os sete itens apresentados no requerimento inicial – carece de consistência”. Deputado Estadual José Gomes (PT). 14.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴²⁰ Nesse sentido, cf. Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). 18.04.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*: “De acordo com o PC do B, esta é uma CPI política, que tem a ver com o embate que irá ocorrer entre um projeto antinacional do Governo Federal, o qual os Partidos de Oposição no Rio Grande do Sul sustentam política e ideologicamente, e a perspectiva do novo para 2002 na Nação Brasileira, representado por uma articulação que está a caminho, neste País, por forças do campo de esquerda democrática e popular” e Deputado Estadual Roque Grazziotin (PT). 29.03.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*: “Não é por acaso que os Partidos que aqui defendem a instalação de uma CPI da Segurança se negam a assinar o pedido de uma CPI da Segurança em nível nacional”. A respeito dos debates federais na ALERGS, v.: Deputado Estadual Ronaldo Zülke (PT). 18.04.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputada Estadual Jussara Cony. 18.04.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da*

Isto é, devido ao ocorrido, junto com a repercussão construída pelos agentes do campo jornalístico que deram espaço para o caso, a oposição garantiu a legitimidade necessária para a implantação da Comissão Parlamentar. Em 18 de abril, portanto, acabou sendo implantada a CPI para investigar temas alusivos à Segurança Pública no Rio Grande do Sul, contendo a adesão de 40 parlamentares. A comissão era formada por 12 deputados de sete partidos, sendo dois governistas. Na entrega do pedido, os agentes parlamentares listaram 12 fatos determinados para a medida, junto com 1590 assinaturas populares.⁴²¹ Ou seja, ratificando a ideia de que os parlamentares falavam em nome do ‘povo’ não apenas por meio da delegação de seus mandatos, mas, também, com a decisão direta dos *profanos* no assunto.

O início da CPI não foi marcado pela mesma intensa luta simbólica que abalizou a sua implantação, sendo iniciada de forma tímida, tanto no campo político como jornalístico. Porém, a CPI “tomaria outro rumo a partir do depoimento de dois delegados, em 17 de maio, na Assembleia Legislativa”. Policiais teriam escutando “o ex-chefe da Polícia Luiz Fernando Tubino fazer insinuações sobre doações em dinheiro de bicheiros, para obras assistenciais do governo de Olívio Dutra”. No dia seguinte, no jornal Diário Gaúcho, Jairo Carneiro do Santos, ex-tesoureiro do PT, afirmou “que o Clube de Seguros e Cidadania, formado por militantes *petistas*, teria recebido R\$ 310 mil de bicheiros para adquirir um prédio em Porto Alegre”, onde seria “a sede do partido na capital gaúcha”.⁴²² A partir desse momento, o desvio de foco da CPI serviu aos agentes oposicionistas para tentar levar o PT ao descrédito, desabonando o governo do estado e o PT de terem uma

ALERGS; Deputado Estadual José Ivo Sartori (PMDB). 18.04.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Mário Bernd (PMDB). 19.04.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). 24.04.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴²¹ Jornal *Correio do Povo*, 29 de março de 2001. *Arquivo CP*; Segundo Larangeira, op. cit., p. 196, os doze pontos eram: desestruturação do aparelho policial; mais do que o dobro de aumento dos termos circunstâncias; sucateamento do Instituto Geral de Perícia; fraudes na emissão de carteira de identidade; convênio entre a Secretaria de Justiça e Segurança com empresa responsável por serviços funerários; fechamento de 22 delegacias da Polícia Civil; iminência de greve na Segurança Pública; introdução da Brigada Militar na Fundação de Bem Estar ao Menor (FEBEM); número desproporcional entre ocorrências e inquéritos; uso de tecnologia de espionagem da Polícia Civil sem autorização judicial; ausência de recursos do Fundo Especial da Segurança Pública para o setor e deslocamento de policiais para serviços particulares sem autorização. Depois, foi incluída na investigação a suposta presença de agentes da segurança no crime organizado e a proteção de partidos a membros do que seria, no que foi dito pelo Secretário Bisol, a ‘banda padre da polícia’. Cf. LARANGEIRA, op. cit., p. 196-197. Os deputados que compunham a CPI eram Ciro Simoni, Vieira da Cunha (PDT), Germano Bonow (PFL), Elmar Schneider, João Osório (PMDB), Francisco Appio, Valdir Andres (PPB), Adilson Troca (PSDB), Ivar Pavan, Ronaldo Zülke (PT), Manoel Maria e Luis Augusto Lara (PTB).

⁴²² LARANGEIRA, op. cit., p. 197.

postura ética. O que significa, no campo político, a perda de capital político da agremiação, que usava do tema para construir a si e desacreditar seus adversários.

Nesse sentido, nota-se que a CPI passou a fazer exaustivas reuniões com delegados e outros membros que poderiam contribuir com a associação do governo estadual ao ‘jogo do bicho’. Em uma delas, inclusive, os agentes parlamentares que compunham a CPI foram até a casa de Luiz Fernando Tubino para corroborar a versão dada sobre a contravenção. Porém, na ocasião, ele acabou desfazendo o que disse. Assim como Tubino, Jairo Carneiro, que era ex-tesoureiro do PT e havia dito que o dinheiro para a compra da sede ocorreu por meio da relação com bicheiros, voltou atrás afirmando que tudo o que tinha falado “foi uma grande mentira” para “se vingar do PT, pois fora expulso do Partido, em 2000”, frustrando o que era considerado pelos oposicionistas como “um trunfo” que “acabou sendo um tiro pela culatra na estratégia dos deputados de oposição”. A frustração dos agentes oposicionistas ficou bem ilustrada na fala de Vieira da Cunha (PDT) sobre o caso: “Fiz papel de bobo, de imbecil, ao pedir que o incluíssem no programa de proteção a testemunhas. O senhor vai responder por isso”.⁴²³

Os agentes parlamentares utilizavam o espaço da CPI para fazer reuniões e, assim, dar ainda mais visibilidade para o instrumento de investigação, que tinha cobertura do campo jornalístico. Essa estratégia, que visava dar amplitude simbólica nas acusações que a CPI fazia, por vezes também possuía o efeito reverso. Isso porque, quando o delegado que fez as acusações reformava a fala inicial, levava ao descrédito a postura oposicionista e abria brechas para os agentes governistas desmoralizarem a CPI. Entretanto, casos como esses são uma exceção neste processo, já que, em boa parte das vezes, os oposicionistas usavam o espaço para constranger o situacionismo na luta entre os agentes do campo político.

Ivar Pavan (PT) aproveitava, falando na condição de líder do governo no Parlamento, para condenar a postura da CPI. Dizia “que o depoimento de Tubino revelou que a CPI precisa ter maior cuidado ao ouvir pessoas que denunciam sem competência, pois geram apenas boatos”. Já no caso Carneiro, os agentes governistas elaboraram um documento solicitando o afastamento de Vieira da Cunha (PDT) da relatoria da CPI pelo que chamavam de ‘trama’. O deputado Ronaldo Zülke (PT) chegou a afirmar que “tratou-

⁴²³ Jornal *Correio do Povo*, 01, 22, 27 e 28 de junho de 2001; 16 de outubro de 2001. *Arquivo CP*; Posteriormente, para levar essa acusação ao descrédito, o PT gaúcho fez campanha para arrecadar fundos visando a compra da sede. Os militantes que compravam ganhavam um adesivo dizendo “eu comprei a sede do PT”. Cf. OLIVEIRA, op. cit.

se de uma articulação clara e evidente para atacar o governo. Essa farsa precisa ser esclarecida e os autores devem um pedido de desculpas. Estamos solicitando o afastamento do deputado Vieira da Cunha da relatoria da CPI, pois sua conduta foi antiética”.⁴²⁴

Apesar da crise inicial que a relação entre o ‘jogo do bicho’ e o governo estadual causava, vinculando a imagem do Executivo com uma postura negativa no mundo social, pode-se dizer que o trabalho da CPI, pelo menos até aquele momento, abria espaços para questionamentos em relação a sua credibilidade. Os próprios agentes oposicionistas repreendiam a amplitude que o instrumento de investigação tomou, por julgá-la sem foco e com pouco resultado prático. Alguns até falavam em ‘nova CPI’, em razão disso.⁴²⁵ Naquele instante, portanto, a CPI não ganhava força suficiente a ponto de questionar os valores ‘éticos’ e ‘morais’ dos governistas no campo político com relativa relevância no mundo social.

A grande virada de contexto, que propiciou aos agentes oposicionistas desgastar o capital político do governo de forma intensa, utilizando o espaço que ganhava o tema no campo jornalístico, foi quando uma gravação entre o presidente do Clube da Cidadania, e o então chefe da Polícia Civil, ratificavam que o jogo ilegal teria financiado a campanha eleitoral do PT gaúcho. Nesse sentido, até mesmo uma entrevista foi convocada pelo Palácio Piratini para esclarecer as acusações, já que o ex-chefe da Polícia Civil se pronunciara reconhecendo a autenticidade das gravações.⁴²⁶ E, assim, ilustrando o fato de a repercussão ter sido relativamente grande.

As gravações surgiam como o elemento material ratificador, na luta simbólica, da representação construída pela oposição ao vincular o PT ao jogo clandestino. Passavam a ter um recurso mais concreto para reforçar uma ideia-força cuja meta era associar o governo à contravenção. Isto é, ratificava aquilo que, na luta entre os agentes, os

⁴²⁴ *Jornal Correio do Povo*, 22 de junho de 2001. *Arquivo CP*. O documento chamava-se “O roteiro de uma farsa”. Elaborado pelos parlamentares *petistas*, mapeava o que seriam articulações ilegais de Vieira da Cunha (PDT) no processo. A atuação de Vieira da Cunha como agente político antagonista ao PT ainda é lembrada. Tanto que Marcos Rolim, ex-integrante do PT, defende que “um dos algozes mais sérios do governo Olívio foi o Vieira da Cunha na CPI famosa, àquela que ele comandou”, em referência à Comissão Parlamentar da Segurança Pública. Cf. ENTREVISTA de Marcos Rolim para César Filomena, op. cit.

⁴²⁵ A respeito da dispersão da CPI, ver: *Jornal Correio do Povo*, 09, 23 e 28 de agosto de 2001. *Arquivo CP*. Armando Burd, articulista do *Correio do Povo*, chegou a afirmar: “A insistência da oposição em abrir nova CPI, antes de concluir a atual sobre segurança pública, comprova que parte de seus integrantes perdeu a bússola e dá, de lambuja, munição para o governo”. Nesse sentido, ratifica que, na luta simbólica, a ausência de uma unidade oposicionista na CPI fazia crer que os agentes parlamentares estavam sem foco na Comissão Parlamentar.

⁴²⁶ *Jornal Correio do Povo*, 27 de outubro de 2001. *Arquivo CP*. A respeito dos diálogos, ver sua transcrição no anexo VI.

oposicionistas alegavam contra os situacionistas. Isso fortalecia a representação da oposição, e colocava os governistas em uma situação defensiva. Sobretudo porque, a partir desse momento, a CPI teria uma repercussão ainda maior. Prova disso foi o fato de os agentes situacionistas agirem no sentido de deslegitimar a fala de Diógenes. Para isso, citavam o próprio, por este ter admitido sua atuação por ação própria. Além disso, sua desfiliação, alguns dias depois da gravação, também era uma forma de procurar dissociar a agremiação do ‘escândalo’ em razão da repercussão do caso, especialmente por ter comprometido a imagem construída pela própria sigla para si aos *profanos e convertidos* externos ao campo político, visando fazer crer que a agremiação não participava de atos ilícitos como o relatado.

Uma das provas do alcance da perda de capital político ao PT em relação a este episódio é o fato de ela ter repercussão nacional. Isso era reconhecido, por exemplo, por agentes oposicionistas. “Os olhos do Brasil se voltam, nestes dias, para o Rio Grande do Sul”⁴²⁷, pronunciara Érico Ribeiro (PPB) logo após o conhecimento das gravações. A partir disso, também lideranças nacionais da sigla governista procuravam deslegitimar a CPI. Declarou Lula, agente de maior capital político incorporado da legenda:

O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou ontem que o suposto envolvimento do governo do Estado com o jogo do bicho é uma armação da oposição e de setores da Polícia descontentes com as mudanças administrativas propostas pelo partido. [...]. Lula acredita não ser possível imaginar que um homem 'da inteligência e da formação de Olívio' permitiria que o presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira, conversasse com o chefe de Polícia para facilitar o trabalho dos bicheiros. [...]. Segundo o dirigente, o episódio não atingirá a sua candidatura ao Palácio do Planalto e tudo não passa de 'delírio dos opositores do PT'.⁴²⁸

Assim como ele, Olívio Dutra (PT) também se pronunciava a respeito:

Olívio afirmou que o objetivo dos partidos de oposição é atingir o patrimônio ético e a conduta de transparência com os recursos públicos adotada pelo PT. 'Pretendem minar isso, mas nós somos os primeiros interessados em combater tudo o que se refira à banda podre na área da segurança pública. Vamos esclarecer se há relações promíscuas com a bandidagem ou com a contravenção', assegurou o governador. [...]. Quanto às acusações da vinculação do presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira, membro do PT, com o jogo do bicho, Olívio exigiu que tudo seja completamente esclarecido.⁴²⁹

⁴²⁷ Deputado Estadual Erico Ribeiro (PPB). 30.10.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴²⁸ *Jornal Correio do Povo*, 01.11.2001. *Arquivo CP*.

⁴²⁹ *Jornal Correio do Povo*, 01.11.2001. *Arquivo CP*.

Por meio destas duas citações, queremos destacar a preocupação das lideranças partidárias do PT com a perda de capital político que a agremiação poderia sofrer, visando afastar esse efeito. Foi por essa brecha que os agentes opositoristas reforçavam a associação do PT com o jogo clandestino. João Fischer (PPB), por exemplo, abordava o tema para mencionar que seu partido, apesar de já ter ocupado o Executivo no Rio Grande do Sul, não havia conseguido comprar uma sede própria, e unificava a ação ilícita do PT com a inexistência de uma transparência que, segundo o deputado, a agremiação propalava.

Quando lemos os trabalhos sobre a CPI da Segurança Pública, cada vez mais nos deparamos com as artimanhas, com a maneira de agir do PT. E o PT certamente não gosta de responder a perguntas sobre arrecadações ilícitas, sobre a compra da sede própria. Digo isso com tranqüilidade, pois falo em nome do meu Partido, que durante 20 anos foi governo neste Estado e outros tantos na Capital e não conseguiu comprar sua sede, nem com dinheiro do Partido nem com dinheiro de empresários. [...]. Felizmente, a CPI da Segurança Pública está mostrando de onde vem o dinheiro – que não paga imposto nenhum, que é ilícito e que não tem origem. [...]. Agora, existem provas, e o PT tem de se explicar, porque a comunidade gaúcha quer conhecer a verdade.⁴³⁰

Além dele, Mário Bernd (PPS) questionava como Jairo Carneiro, então tesoureiro do PT, supostamente expulso por desvios de 100 mil reais no caixa da sigla e autor das denúncias que originaram a crise, não tinha sido denunciado pelo PT. Ele fazia a mesma insinuação com Diógenes de Oliveira que, apesar de gradualmente afastado das instâncias partidárias, não havia sido processado. Diz o deputado que “ninguém do Partido dos Trabalhadores processa o Sr. Diógenes” pelo “crime de calúnia, infâmia e injúria”, tendo em vista que “mesmo que o Sr. Diógenes tenha dito que não recebeu ordens, nem autorização do Sr. Governador, ele não retirou aquilo que disse”. Em relação a Jairo Carneiro, questionava a ausência de ação em outras instâncias: “O que fez o PT? Um acordo! Chamou o Sr. Jairo, mandou-o desmentir e assinar uma promissória, que, aliás, até hoje não sabemos se foi resgatada e com que dinheiro foi resgatada”. Assim, dizia que, na fita, ficava provado que era o “Clube da Cidadania, entidade laranja para arrecadar fundos para a campanha de Olívio, de Tarso, para todas as campanhas do PT”. Finalizava dizendo estar “surpreso com a falta de solidariedade dos companheiros de Olívio, que não movem nenhum processo nem contra Jairo, nem contra Diógenes”.⁴³¹

⁴³⁰ Deputado Estadual João Fischer (PPB). 31.10.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴³¹ Deputado Estadual Mário Bernd (PPS). 30.10.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

Dentro dessa ofensiva, como os agentes governistas reagiam no sentido de diminuir o impacto da perda de capital político que o ‘escândalo’ envolvendo Diógenes de Oliveira desencadeava? De que forma os parlamentares vinculados ao governo buscavam dissociar o Executivo disso e de que maneira visavam transferir este desgaste aos agentes oposicionistas? Notamos que os agentes governistas objetivavam, de forma difusa, associar os agentes oposicionistas a suas agremiações e a membros que, dentro da esfera nacional, tinham uma representação simbólica negativa para parcela de profanos no mundo social, transferindo a perda de capital político a eles. Ou seja, os agentes governistas, salvo exceções, desviavam do tema relacionado às denúncias, o que indica ser possível afirmar que a perda de capital político era sentida por aqueles que eram legitimados por mandato parlamentar, e politicamente vinculados ao Executivo.

O deputado Dionilso Marcon (PT), por exemplo, contrapunha seu colega João Fischer (PPB), associando-o a Paulo Maluf, do mesmo partido do referido parlamentar. Assim, dizia que não aceitava “acusações de representantes do *malufismo*, daquele que não explicou até hoje como conseguiu o dinheiro que está na Suíça rendendo juros”. Além disso, propunha um inquérito para investigar todas as campanhas eleitorais, “e não ficar apenas com uma CPI da Segurança, que se transformou numa CPI contra o PT”. Jussara Cony (PCdoB) também ‘denunciava’ a articulação de “partidos que hoje dão sustentação ao Governo Federal, envolto há anos num mar de lama e de corrupção” visando “desgastar, fragilizar, desconsiderar e desconstituir o nosso Governo”. E chamava o caso de “CPI política à qual muitos estão se prestando por questões de sobrevivência política e eleitoral” e que “perdeu o rumo há muito tempo, consequência da direção que a ela tentaram dar, a de um fazer política que não cabe mais neste Estado”.⁴³²

Essa tentativa de fazer da CPI um instrumento visto e reconhecido como ilegítimo em suas acusações também esteve presente. Elvino Bohn Gass (PT), por exemplo, destacou a ‘incoerência’ entre a proposição da CPI e os temas que ela investigava:

Temos, no Rio Grande do Sul, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, inicialmente, foi aprovada para tratar da segurança do nosso Estado, mas que não tem abordado esse tema. Fez, na maior parte das suas reuniões, verificações que desviavam o rumo daquela CPI, checando questões das campanhas eleitorais do PT, do nosso Partido, da aquisição da sua sede e também do Clube de Seguros da Cidadania. [...]. Tentam execrar o Partido dos Trabalhadores vinculando o Governo Olívio Dutra e o próprio Governador a questões que, temos certeza, não podem ser vinculados. [...]. Por isso, a decisão da Bancada do PT é de que se faça, nesta Casa, uma CPI para analisarmos o financiamento

⁴³² Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). 30.10.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Dionilso Marcon (PT). 31.10.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*

das campanhas eleitorais. Hoje, por determinação da nossa Bancada, recolhemos assinaturas dos companheiros de Partido, do PC do B – da companheira Jussara Cony –, e entregamos a todos os Líderes de Bancada desta Casa o conteúdo do pedido que fundamenta a CPI do Financiamento das Campanhas Eleitorais.⁴³³

A posição governista era a de criar uma representação de que Olívio Dutra e o PT estavam sendo perseguidos e, assim, arregimentar a base de *convertidos* contra a articulação oposicionista, com elementos simbólicos que ratificassem essa associação e fortalecessem o seu lado na luta simbólica entre os agentes do campo. Era uma estratégia que visava contrapor os ataques ao capital político do partido, que era visto e reconhecido como uma agremiação no campo político construída em valores como ética, transparência e rejeição a práticas de corrupção, fortemente questionados pelas acusações dos agentes oposicionistas.

Mas o caso ganha tons ainda mais sensacionalistas quando Diógenes de Oliveira vai prestar depoimentos na CPI, sendo encaminhado ao Instituto de Cardiologia. Mesmo com a questão de saúde do depoente, a Comissão Parlamentar autorizou buscas em sua residência. Em sua declaração, o investigado isentara PT e Olívio Dutra, assumindo para si total responsabilidade pelo fato e tecendo críticas à RBS.⁴³⁴ Ou seja, ilustrando diretamente o peso que a empresa, enquanto agente do campo jornalístico dava ao caso, e a notoriedade negativa para aqueles que compunham a base do Executivo rio-grandense, que procuravam colocá-la como um dos agentes antagonistas ao governo.

Ao mesmo tempo em que os acusados visavam isentar Olívio Dutra e o PT de responsabilidades, nota-se que os agentes oposicionistas propendiam ao oposto, colocando em contradição aquilo que se dizia com o que a CPI levantava. Vieira da Cunha (PDT), na condição de relator, questionava como um dos fundadores do Clube da Cidadania havia telefonado 195 vezes para o Palácio Piratini, e feito 117 e 125 ligações para as Secretarias de Obras e Habitação, respectivamente. E essa ofensiva preocupava os agentes políticos vinculados ao PT. Tarso Genro, por exemplo, dizia publicamente temer pelo que chamava de “elementos centrais da credibilidade do PT: a moralidade pública e a ética”.⁴³⁵

Dando sinais de que a perda de capital político era uma realidade mais concreta a partir da divulgação das gravações de Diógenes de Oliveira, os agentes políticos

⁴³³ Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). 30.10.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴³⁴ Jornal *Correio do Povo*, 06 de novembro de 2001. *Arquivo CP*; MENEZES, op. cit.

⁴³⁵ Jornal *Correio do Povo*, 06 e 9 de novembro de 2001. *Arquivo CP*.

vinculados ao governismo organizaram recursos extraparlamentares para conter a ofensiva oposicionista. Além dos pronunciamentos públicos de Lula, Tarso Genro e Olívio Dutra, as legendas vinculadas ao Executivo organizaram um ato em frente ao Palácio Piratini com alguns agentes que possuíam um capital de notoriedade para além do Rio Grande do Sul, como Eduardo Suplicy, Heloísa Helena (então senadores), Lula e o deputado federal José Dirceu, ilustrando o grande alcance que a CPI tinha conquistado, maculando negativamente a legenda.⁴³⁶

Na medida em que o caso passava a ter mais repercussão, os agentes oposicionistas utilizavam isso para comparações em relação a outros episódios externos que também tiveram espaço no campo jornalístico e político. Por mais de uma vez, por exemplo, o caso Diógenes foi comparado com o que ocorreu com Fernando Collor na presidência. Isso aconteceu com a oposição lançando mão de usar tons superlativos para aumentar a dimensão do caso.

Vilson Covatti (PPB), ao destacar o fato de que Olívio Dutra dissera não ter autorizado Diógenes de Oliveira a falar em seu nome, ressaltava “que Collor sempre disse nunca ter autorizado PC Farias a fazer o que fez – ato semelhante a esse. [...]. Por mais crédito moral e ético que tenha o nosso Governador, seu capital só será confirmado à medida que as investigações se aprofundarem”.⁴³⁷ Além dele, João Fischer (PPB) também associava, ressaltando que o ocorrido era mais grave do que o caso Collor:

Qual foi a prova? A única prova que se teve contra o ex-Presidente Fernando Collor de Mello foi uma caminhonete Elba, dessas simples, ganha da Fiat e que estava no nome da sua secretária. Foi isso o que cassou o então Presidente Fernando Collor de Mello e fez sair às ruas os caras-pintadas, que até agora não se manifestaram sobre a sujeira do Palácio Piratini, o que acredito deveriam fazer, porque aqui as questões são ainda piores. Claro que naquela época também havia dinheiro sem origem, mas eram 2 milhões. Aqui é muito mais, Deputado Francisco Appio. O arrecadador dos recursos do PT disse muito bem, conforme consta em fita apresentada à CPI, que uma campanha custa em torno de 6 milhões de dólares, muito mais do que provocou a cassação de Fernando Collor. O veneno está na boca daqueles que ajudaram a cassar o Presidente. E dizem que hoje a Oposição está cometendo uma injustiça com este Governo.

⁴³⁶ Jornal *Correio do Povo*, 10 de novembro de 2001. *Arquivo CP*. Segundo matéria publicada no *Correio do Povo*, “Pouco antes da manifestação, Dirceu e o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, falaram à imprensa, destacando que o partido é o maior interessado em apurar se houve irregularidades nas doações feitas ao Clube de Seguros da Cidadania. Dirceu disse que a presença do PT nacional no Rio Grande do Sul foi para deixar claro publicamente o irrestrito e total apoio ao partido e ao governo de Olívio Dutra. Segundo ele, o PT vai sobreviver a essas acusações, pois está acostumado, ao longo da sua história, a enfrentar situações dessa natureza. Uma das primeiras manifestações de apoio ao governador foi feita pelo senador Eduardo Suplicy. 'Não poderia deixar de abraçar Olívio, que representa confiança e serenidade', comentou. A senadora Heloísa Helena fez discurso contundente, dizendo que a 'calúnia e a injúria só não doem para os corruptos'”. Cf. Jornal *Correio do Povo*, 10 de novembro de 2001. *Arquivo CP*.

⁴³⁷ Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). 13.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

Não é verdade; o Governo está provando do veneno que sempre quis pôr na boca de todos.⁴³⁸

Nota-se que os agentes opositoristas trabalhavam de forma mais incisiva para associar o PT a elementos que eram consensualmente vistos como negativos. Isso porque, além de procurar elencar o caso Diógenes como equivalente, ou até pior, do que o ocorrido com Fernando Collor, eles também se mobilizavam no sentido de impedir o trabalho dos governistas em dissociar o PT do Clube da Cidadania.

O deputado Mário Bernd (PPS) dizia que a alegação de Jairo Carneiro, afirmando ter mentido para ‘vingar-se’ de sua expulsão do PT, era falsa. E, por meio das gravações seguintes, isso ficara provado, haja vista que, em sua visão, tudo era uma “antevisão daquilo que a CPI depois veio a provar: a relação nítida da contravenção com setores do Governo”. Bernd seguia sua explanação mencionando que o Clube da Cidadania era um “laranjal que se transformou o clube da lavanderia, os recibos fraudados apresentados e testemunhas”. Assim, o parlamentar do PPS, empregando um jornal editado pelo PT, que dizia ser o Clube da Cidadania um órgão legal, o usava para criticar a postura da sigla e, novamente, associá-la à legenda governista como um instrumento clandestino. “Diz aqui, na penúltima página: O Clube é legal. Esse clube da lavanderia, ou o laranjal, está sendo defendido aqui pelo jornal oficial do PT”⁴³⁹, argumentava.

Essa associação também era explorada para construir a ideia de que havia uma contradição entre os elementos simbólicos que faziam os agentes governistas desconstruírem a representação que os opositoristas formavam sobre o caso. Isso se deu quando o microcosmo *petista* optou por devolver a sede ao Clube da Cidadania, almejando distanciar-se da associação que se estava fazendo entre a agremiação e a sigla partidária, que ocorria com a proximidade entre ambos e a relação construída com jogos de contravenção.

João Osório (PMDB) questionava a ‘postura dúbia’ da legenda governista, pois, “dentro de 90 dias, devolveriam a sede para o Clube de Seguros da Cidadania. A seguir, Sr. Presidente, ao ler o jornal do Governo do Estado, deparo-me com a seguinte manchete: CPI abandona o tema e se torna palco de ataques ao Governo”. Assim, Osório dizia ter “dificuldade de entender o que está ocorrendo. Para o PT, a CPI se transformou em palco de ataques ao Governo; por outro lado, o Partido reconhece que a sua relação com o Clube

⁴³⁸ Deputado Estadual João Fischer (PPB). 01.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴³⁹ Deputado Estadual Mário Bernd (PPS). 13.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

de Cidadania não é das melhores e que precisa devolver a sede”. Junto a ele, Paulo Odone (PPS) dizia que “em vez de analisarem seus erros, de lavarem roupa suja em casa e resolverem as dificuldades, os Deputados do PT partem para a agressão contra a CPI, contra a Assembleia Legislativa, contra tudo”. Assim, “esse espírito hegemônico e prepotente” imperava “no Governo e no Partido que lhe dá sustentação – o PT” de forma “absolutamente radical” e com “o colorido fascistoide apontado aqui”.⁴⁴⁰ Portanto, essa ofensiva contra a tentativa da bancada governista de deslegitimar a ação oposicionista tendia solapar qualquer construção simbólica que propendesse a colocar a CPI como um instrumento de perseguição político-partidária, da maneira pela qual os agentes governistas procuravam.

Por outro lado, é evidente que o uso superlativo de elementos simbólicos foi contínuo, como forma de ratificar a mobilização de uma ideia-força contrária ao governo Olívio Dutra. Inegável pelo uso de adjetivos como ‘fascistoide’ que, de tempos em tempos, aparecia entre os agentes oposicionistas, mas também na associação que se fazia com o então tempo presente. Francisco Appio (PPB), nesse sentido, chegou a comparar o governo Olívio Dutra ao atentado contra o World Trade Center, recentemente ocorrido. Dizia que, “se lá mataram pessoas, aqui matam a esperança de quem acreditou no discurso da ética, da moralidade, que nós, de todos os partidos políticos, temos de pregar, cumprir e exercitar!”. Além disso, desdenhava da acusação de que o inquérito havia desviado de sua finalidade, ao afirmar que “mesmo a acusação de que é uma CPI política cai por terra diante das evidências. Claro, esta é uma Casa política! É impossível impedir manifestações políticas”⁴⁴¹, dizia.

Durante o mês de novembro - período final da CPI -, chama a atenção o fato de os agentes governistas pouco se pronunciarem em plenário a respeito dos trabalhos da Comissão Parlamentar. Apenas dois deles foram à tribuna nesse período. José Gomes (PT)

⁴⁴⁰ Deputado Estadual João Osório (PMDB). 28.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Paulo Odone (PPS). 20.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*. Crítica semelhante era feita por Wilson Covatti (PPB): “É incrível, vão devolver ao nada, vão devolver ao além. [...]. Para quem irá o dinheiro do aluguel – se é que pagarão mesmo alguma coisa ao tal Clube –, se o próprio Presidente do PT recebeu o comunicado de que a sociedade não mais existe? [...]. Outra questão que me salta aos olhos, ainda sobre o noticiário veiculado hoje na imprensa, é que a cúpula do PT - que é o Clube, que é o Governo - insiste em afirmar que as atividades dessa entidade eram legais e regulares. Com tudo o que ficou comprovado na CPI da Segurança Pública, envolvendo a prática do tráfico de influência, lavagem de dinheiro, falsas contribuições e documentação contábil fraudulenta - sem falar na fita com atestado de autenticidade, contendo a gravação da conversa entre o Diógenes e o ex-Chefe de Polícia, o que também comprovou o recebimento de dinheiro da contravenção -, o Partido dos Trabalhadores ainda diz que o Clube era legal.” Cf. Deputado Estadual Wilson Covatti (PPB). 28.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴⁴¹ Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). 01.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

dizia que a CPI atuava “melancolicamente” com “cunho ideológico”, sendo seu final “fúnebre, dramático, drástico”. Os únicos momentos “hilários”, segundo o Deputado, vinham do “Sr. Relator, sendo conhecedor da matéria jurídica, por ser um Promotor de Justiça, cometeu alguns erros primários”, na “ânsia de atacar o Governo, de ideologicamente estabelecer o palco diferenciado para a sua disputa”. Assim, citava a carta de um membro do PDT contra a atuação de Vieira da Cunha. Isto é, a usava como um recurso para legitimar sua fala, dando, segundo ele, “a dimensão exata do posicionamento de alguns *pedetistas* diante desse fato”.⁴⁴² Assim, o deputado *petista* buscava descreditar a condução de Vieira da Cunha (PDT) como relator da CPI, o desautorizando a falar em nome de todo o capital institucionalizado que a comissão possuía, por ser ‘parcial’ na condução do processo. Assim, visou fazer crer que o suposto prestígio do parlamentar não existia nem mesmo dentro do próprio microcosmo *trabalhista*.

O outro parlamentar a se pronunciar foi Luís Fernando Schmidt (PT). Ele procurou defender o projeto de Segurança Pública encaminhado pelo governo *petista* no Rio Grande do Sul, além proteger o capital político da agremiação partidária que, do ponto de vista ético, era questionado pelos membros da oposição parlamentar. Dizia Schmidt que a atuação do governo no combate à criminalidade chamava a atenção da ONU e, por outro lado, a Comissão Parlamentar “não ofereceu nenhuma alternativa para os gaúchos em termos de segurança pública”, sendo “uma CPI partidária”. No que diz respeito aos questionamentos em relação à postura de filiados do PT, o parlamentar assegurava “que o nosso Partido, ao longo de sua história, tem sempre tomado a atitude que teve com relação ao Sr. Jairo Carneiro”. Ele usava também exemplos nacionais para dizer que, se fosse preciso, expulsaria qualquer membro desalinhado com a ‘ética’ da agremiação. Lembrava que já foram repelidos do PT até ex-prefeitos. “Portanto, não temos nenhum problema em fazer esta discussão”⁴⁴³, defendia.

Contudo, a posição parlamentar na tribuna não refletia exatamente a postura dos agentes governistas fora daquele espaço. Se, entre os agentes investidos de mandato, nota-se certa abdicação por parte dos governistas no plenário da Assembleia Legislativa, em outros espaços, como no campo jornalístico e mesmo na própria CPI, o que se viu foi a tentativa de levar ao descrédito qualquer resultado conclusivo do instrumento investigativo. Ronaldo Zülke (PT), Maria do Rosário (PT) e Jussara Cony (PCdoB), ao final dos trabalhos da Comissão, alegavam conjuntamente que seus resultados eram

⁴⁴² Deputado Estadual José Gomes (PT). 22.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴⁴³ Deputado Estadual Luis Fernando Schmidt (PT). 28.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

insuficientes. O primeiro chegou a chamar o ato de “palhaçada” com final “melancólico”, sendo “uma peça condenatória contra o meu partido, sem provas, cheia de insinuações e calúnias”. Até mesmo o então Prefeito Tarso Genro chamava de “comitê inquisitorial do PT” ausente de “credibilidade da sociedade, dos depoentes e dos próprios deputados”. Sobre o documento conclusivo que ainda seria revelado, a executiva estadual da sigla dizia que ele “serviu unicamente para atacar o governo popular e o PT”.⁴⁴⁴

Quando o relatório da CPI foi apresentado, 45 pessoas foram indiciadas, além de Olívio Dutra (PT) ter sido processado por crime de responsabilidade em razão de não ter tomado nenhuma ação contra Diógenes de Oliveira pelo ‘aliciamento’ sobre o então chefe de polícia Luiz Fernando Tubino, devendo ser imputada a ação de improbidade administrativa. Finalizava uma ofensiva que visava vincular o governador ao escândalo que havia incluído até mesmo a convocação de um filho para depor na CPI. Além de Olívio, seu filho Espártaco Dutra foi indiciado por falso testemunho e falsidade ideológica. Também foram indiciados Miguel Rossetto, vice governador; Arno Augustin, secretário da fazenda; Flávio Koutzii, secretário da Casa Civil e José Paulo Bisol, da Secretaria da Justiça e Segurança Pública.⁴⁴⁵

Ou seja, nota-se uma busca explícita pela associação e responsabilidade ao governo Olívio Dutra, culpando ele diretamente pela questão dos jogos de contravenção. Ou seja, a um ‘escândalo’ passível de perda de *fides* no campo político. Em linhas gerais, o relatório reforçava o trabalho dos agentes opositoristas, que legitimavam suas acusações por meio deste novo recurso, ao evocar a conclusão a que a Comissão Parlamentar tinha chegado, além de desgastar o capital político do governo com a possibilidade de abertura de um processo de *impeachment*.

Frente a esse contexto, que maculava o Executivo *petista* e o levava ao descrédito como uma legenda que atuava, na visão construída para si mesmo no mundo social, dentro da ‘ética’, da ‘moralidade’ e de outros termos que eram bem vistos no campo político, os agentes governistas decidiram responder fazendo um ‘relatório paralelo’, direcionando as críticas à CPI e ao trabalho de Vieira da Cunha, seguindo a tentativa de levar o relator da CPI ao descrédito. O relatório governista não retardou em ser publicado, sendo divulgado no mesmo dia do documento lido pelo relator da CPI.

⁴⁴⁴ Jornal *Correio do Povo*, 12 e 14 de novembro de 2001. *Arquivo CP*.

⁴⁴⁵ Jornal *Correio do Povo*, 15 de novembro de 2001. *Arquivo CP*; OLIVEIRA, op. cit., p. 60; LARANGEIRA, op. cit., p. 198.

A bancada do PT na Assembléia Legislativa apresentou relatório paralelo no qual denuncia as tentativas de fraudes ocorridas na CPI da Segurança Pública, os desvios, as investigações e a suposta relação de deputados da oposição com bicheiros. O líder do governo, deputado Ivar Pavan, salientou que 'os maiores críticos do governo na CPI têm fortes vínculos com a contravenção e o jogo do bicho'. [...]. O relator da CPI, deputado Vieira da Cunha, foi acusado no relatório paralelo de ter recebido benefícios de bicheiros, com base em matéria veiculada ontem pelo jornal *Folha de São Paulo*. [...]. 'A CPI abandonou as investigações sobre a 'banda podre' da Polícia por medo da verdade. O único beneficiário do jogo do bicho foi Vieira', salientou o deputado Elvino Bohn Gass. [...]. O material será encaminhado ao Ministério Público como anexo ao relatório oficial da CPI. 'Essa comissão de duas caras recolheu provas ilícitas, montou fraudes, mentiu e caluniou', sustenta a bancada do governo em trecho do documento.⁴⁴⁶

O próprio Olívio Dutra acusou o resultado da CPI de “vilania política”, pois “nenhum fato concreto e objetivo foi trazido que justifique os indiciamentos e a tentativa de golpismo sobre o nosso governo” orquestrados pelos “ressentimentos de integrantes da oposição”. Dizia que era resultado de uma “histeria anti-PT visando atacar a pessoa do governador, secretários e um partido de Frente Popular, o que só interessaria à direita”, sendo uma “tentativa de golpe de quem quer mudar o resultado das urnas”. Completava dizendo que “não há clareza nas acusações feitas pelo relator”, consistindo em uma “tentativa de criminalizar a ação política da Frente Popular, que tem compromisso com a sociedade”.⁴⁴⁷

O PT agia visando separar de si qualquer imagem negativa no mundo social. O banimento de Diógenes, com a direção o expulsando, justamente neste contexto, seguia a tentativa de descompressão da imagem do PT que repercutia nacionalmente.⁴⁴⁸ Com este contexto, os agentes oposicionistas trabalhavam para construir a representação simbólica de que não se tratava de um ‘homem qualquer’ envolvido no ‘escândalo’. Isto é, de que Diógenes de Oliveira era um homem forte no PT.

Francisco Appio (PPB), Alexandre Postal (PMDB) e Paulo Odone (PPS) buscavam construir essa representação, e formar uma que o vinculasse ao alto escalão

⁴⁴⁶ Jornal *Correio do Povo*, 15 de novembro de 2001. *Arquivo CP*, grifo meu.

⁴⁴⁷ Jornal *Correio do Povo*, 16 de novembro de 2001. *Arquivo CP*. Lideranças nacionais do PT manifestaram-se em relação ao relatório. José Dirceu dizia que ele era “a farsa montada contra o PT e o governo do Estado, conforme a direção vinha denunciando desde o começo”, sendo “apresentado de forma totalmente leviana e orquestrada para tentar provar que ele é igual aos outros e atingir o seu patrimônio ético”. José Genoíno defendia a criação de um “grande movimento em defesa de Olívio. O que querem fazer com ele é inaceitável. Essa CPI perdeu o senso de responsabilidade e virou articulação político-partidária”. Cf. Jornal *Correio do Povo*, 16 e 18 de novembro de 2001. *Arquivo CP*.

⁴⁴⁸ Sobre a saída de Diógenes, um articulista do *Correio do Povo* chegou a defender que a “decisão de deixar o PT descomprime o partido das pressões que sofre da oposição na Assembléia Legislativa e da repercussão que o caso ganha em redes nacionais de TV e jornais das capitais. Mantendo sua tradição, saiu atirando contra a CPI e sem abrir mão do projeto político”. Embora ele tenha pedido afastamento provisório, três dias depois a direção do PT anunciou sua expulsão definitiva. Ver: Jornal *Correio do Povo*, 17 e 20 de novembro de 2001. *Arquivo CP*.

petista. O primeiro agente parlamentar, por exemplo, dizia que Diógenes tinha sido “Secretário dos Transportes do Governo da Prefeitura de Porto Alegre, tem trânsito livre no Governo do Estado, é um dos ícones do Partido que dá sustentação ao atual Governo”, sendo que o Clube da Cidadania que ele “constituiu, hoje chamada de lavanderia do Clube da Cidadania, é formada pelos mais expressivos líderes do Partido em que ele tem a filiação partidária”. Postal (PMDB), por sua vez, lembrava que Diógenes de Oliveira já havia sido funcionário do governo estadual durante o mandato de Olívio Dutra “percebendo altos salários”, isso “tanto no Governo do Estado como da Prefeitura, naquela malversada negociação com as empresas de ônibus da Capital”.⁴⁴⁹ Já Odone (PPS) dizia que muitos membros eram do ‘sétimo andar’ do PT, isto é, de vereadores, militantes e algumas lideranças. Porém, em relação às grandes lideranças, dizia que

Só alguns tinham conhecimento do 8º andar, a turma do Diógenes e do Clube da Cidadania. Aí estavam os grandes: Olívio Dutra, Tarso Genro, Júlio Quadros. Aliás, o Presidente Júlio Quadros assistiu à reunião até o final e foi ao hospital com o Sr. Diógenes quando este não queria mais entregar a lista com o nome dos chamados doadores.⁴⁵⁰

Assim, abordavam a ‘liderança’ de Diógenes por dois meios: primeiro, ao destacar o fato de que o membro do microcosmo governista estivera ao lado de Olívio Dutra quando este foi prefeito de Porto Alegre, inclusive ocupando a liderança de uma secretaria. Ou seja, transformando-o em uma espécie de ‘braço direito’ do governador. De uma segunda forma, equiparavam Diógenes de Oliveira ao mesmo nível de outras lideranças reconhecidas do PT, como o próprio Olívio Dutra, o então prefeito Tarso Genro e ao presidente da sigla, Júlio Quadros. Assim, formavam uma representação que responsabilizava diretamente o PT pelo escândalo, desconstruindo a ideia de que a ação foi individualizada e feita por um militante de menor importância.

Compreendendo que a luta simbólica entre os agentes governistas e opositores em torno da CPI e da representação do governo estadual e do partido situacionista se deu por meio de um processo gradual, isto é, não foi marcado por uma linearidade, o último – e maior – ato de disputa simbólica ocorreu quando os membros investidos de mandato votaram pela aprovação do relatório. Essa etapa era considerada a mais importante, pois todos os agentes parlamentares tinham direito a voto, o que trazia também a competência

⁴⁴⁹ Deputado Estadual Francisco Appio (PPB). 28.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Alexandre Postal (PMDB). 28.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴⁵⁰ Deputado Estadual Paulo Odone (PPS). 28.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

estatutária de falar a respeito da CPI e de sua conclusão para eles indistintamente. Neste caso, isso não ocorria quando a Comissão funcionava, pelo número seletivo de deputados estaduais que a compunham. No momento da votação, em quase 30 momentos diferentes, os agentes parlamentares ocuparam a tribuna para, na luta simbólica, legitimar suas posições em relação a CPI e levar a do adversário no campo político ao descrédito.

Assim, como os blocos organizaram-se para isso na luta simbólica? Em relação aos agentes governistas, a ideia-força que visava desacreditar a CPI consistia em questionar a ausência de público nas galerias do Legislativo, denunciar uma suposta aliança entre a oposição e setores midiáticos e de inexistência de objetivos da Comissão, que seria meramente política. É possível afirmar que o bloco governista articulou-se com empenho e coordenação para desconstruir simbolicamente a CPI no momento da votação, tendo em vista ter sido esse tripé praticamente repetido por todos os parlamentares vinculados ao Executivo gaúcho na tribuna da Assembleia Legislativa.

Inicialmente, Elvino Bohn Gass (PT) procurava adiar a votação do relatório, alegando que, assim, haveria “a possibilidade de realizarmos essa votação amanhã, desde que o acordo seja divulgado para a sociedade, a fim de que não sejamos pegos de surpresa, como ocorre agora com esse Requerimento que pretende a votação no dia de hoje”.⁴⁵¹ Ou seja, a agremiação *petista* visava angariar a mobilização de militantes profissionais e *convertidos* como um recurso social. Assim, ao participar do processo de discussão, ocupariam o Legislativo visando reforçar a ideia-força que deslegitimava a CPI. A lógica do adiamento da votação do parecer obedecia a este processo, isto é, o de mobilizar *convertidos* como um fator de pressão simbólica, dando a entender que o ‘povo’, representado por estes militantes e movimentados pelos governistas, manifestava-se em defesa do governo.

Junto a isso, a ideia que defendia haver uma ‘aliança’ entre a oposição e agentes do campo jornalístico também era utilizada pelos governistas. Estes procuravam fazer crer que havia um ‘complô’ entre estes setores visando à eleição de 2002, e reclamavam da ausência de agentes vinculados aos grandes meios de comunicação no momento da votação. Isto é, diferentemente da hora em que se votou o relatório da CPI, cuja fala foi

⁴⁵¹ Deputado Estadual Elvino Bohn Gass (PT). 04.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*. Para ilustrar como se procurou desconstruir a proposição de voto a respeito do relatório naquele momento, no mesmo dia, além de Bohn Gass, os parlamentares Jussara Cony (PCdoB), Ivar Pavan (PT), Luciana Genro (PT), Dionilso Marcon (PT), Maria do Rosário (PT) e Edson Portilho (PT) reclamavam a respeito da ausência de público nas galerias da Assembleia Legislativa gaúcha. Cf. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*, 04.12.2001.

praticamente monopolizada pelo relator, nesta etapa todos os parlamentares poderiam ocupar aquele espaço.

Jussara Cony (PCdoB) defendia que gostaria de “votar o Relatório da CPI neste plenário com um amplo debate e inclusive com a presença da imprensa, da mesma forma como esteve presente em todas as audiências da CPI”, já que, “afinal, é uma votação em plenário, é uma votação dos 55 Deputados, é uma votação desta Casa Legislativa, deste Poder Legislativo”. Junto a ela, Ivar Pavan (PT) dizia que, naquele momento, havia uma tentativa de ‘atropelar’ a base governista, apesar de “toda a repercussão que teve essa CPI, transmitida ao vivo para todo o Rio Grande do Sul e para o Brasil no dia em que votamos o Relatório”, sendo isso um reflexo do “reconhecimento da força do nosso Governo. Se não fosse um Governo forte, que tem um Projeto de muita precisão, que se contrapõe a muitos interesses, seguramente a CPI não teria tido tanta repercussão pública”. Crítica semelhante à feita por Luciana Genro (PT) e Dionilso Marcon (PT). A deputada dizia que “se forjaram fatos para atacar o Governo do Estado e o Partido dos Trabalhadores”. Para ela, a leitura do relatório e sua votação estiveram “acompanhadas por milhares de gaúchos, através da televisão, do rádio e da presença de centenas de pessoas na Assembléia Legislativa”. Já o parlamentar mencionava ser “estranho que antes, quando era chamado alguém para ser ouvido na CPI, a imprensa estava presente para acompanhar o depoimento” em uma operação que “nunca foi feita” com “a presença constante da imprensa”.⁴⁵²

Ao associar esse suposto ‘complô’, os agentes governistas também reclamavam do fato de o campo jornalístico dar maior visibilidade aos opositores e ao relatório que indicou Olívio Dutra. Ou seja, agindo de forma distinta em relação ao partido do governador rio-grandense, que ocupava quase de forma monopolizada a tribuna da Assembleia Legislativa estadual. Isto é, transformava a luta simbólica, na visão governista, em uma disputa desigual, já que o espaço onde os *profanos* eram atingidos pelas ideias-força representadas pelos parlamentares estava, ao menos por meio do campo jornalístico, desigualmente distribuído em favor da oposição.

A busca por deslegitimar a CPI, junto com a associação simbólica dela ao governo Olívio Dutra, visava criticar sua ‘politização’, representação esta que dominou praticamente todo o período do inquérito investigativo. Dizia-se, assim, que o “relatório não condiz com a realidade, de que ele é meramente uma antecipação da disputa eleitoral

⁴⁵² Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB). 05.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

e tem o fim único de impedir que o Partido dos Trabalhadores siga governando este Estado e venha a governar este País”.⁴⁵³ Isto é, destinado apenas para fins eleitorais, visando fazer com que o partido governista perdesse parte de sua *fides* com os *profanos* que depositavam nele uma relação de confiança. E o PT, ao construir a ideia de que era ‘vítima’ de uma perseguição política, mobilizava militantes *convertidos* e profissionais a defenderem o governo Olívio Dutra desta ofensiva oposicionista, ativando um recurso social importante conversível em capital político.

A oposição praticamente ratificou aquilo que já vinha fazendo para legitimar a posição de aprovação da CPI e das acusações que o relatório levantava. Para isso, os agentes antagonistas reconheciam o papel de Vieira da Cunha (PDT) no processo, sendo visto pelos pares no campo político como um parlamentar que atuou ativamente na Comissão Parlamentar. Até ele próprio reivindicou este papel a si.

Preferem atacar este Relator. Aliás, aproveito para manifestar que dispense as lições jurídicas dos Deputados José Gomes e Dionilso Marcon. É evidente que tive as minhas falhas e jamais tive a pretensão de fazer um trabalho perfeito, mas meu trabalho – modéstia à parte – foi bem fundamentado juridicamente. Minha formação deu-me condições de fazer um trabalho que foi inclusive elogiado por juristas de renome. Aqueles que me criticam o fazem porque estão tomados pelo fanatismo político-partidário – o mesmo fanatismo que queriam que hoje tomasse conta das galerias, não para que a população participasse, mas para que a torcida organizada *petista* pudesse aqui se expressar.⁴⁵⁴

Vieira da Cunha (PDT) também criticava as acusações de que “apenas 10% do trabalho do Relator foi dedicado aos problemas da Segurança”. Dizia que “46 das 114 laudas foram destinadas a apontar o caos do Instituto Geral de Perícias e seus órgãos, a desestruturação absoluta da Polícia Civil, a falta de condições da Polícia Militar para

⁴⁵³ Deputado Estadual Luciana Genro (PT). 05.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*. Essa associação foi feita por diversos parlamentares. Ivar Pavan (PT) dizia que PT enfrentaria “o Relatório e as disputas políticas. O palanque eleitoral foi montado, mas a disputa eleitoral é no ano que vem”. Cecília Hipólito (PT): “Além disso, a CPI iniciou mal porque, na verdade, toda vez que houve elementos claros, denúncia concreta, desviou-se do rumo, e ficou evidente para o Estado do Rio Grande do Sul que a CPI sempre teve o objetivo de antecipar a eleição”. Jussara Cony (PCdoB): “Deve perceber que a CPI de que tratamos neste momento foi política e que muitos estão se juntando a ela por uma questão de sobrevivência política e eleitoral”. José Gomes (PT): “O povo tem memória e sabe que isso que V. Exas. estão apontando aqui nada mais é do que uma tentativa de tirar aquele que foi democraticamente escolhido pelo voto popular”. Roque Grazziotin (PT): “[A CPI tinha] um único objetivo: atingir o PT e o Governo, criar suspeitas. [...]. Se o desejo é averiguar partidos, contas e campanhas, proponho que se realize outra CPI”. E Elvino Bohn Gass (PT): “esta CPI começou com uma fraude, porque contou com assinaturas de pessoas que não eram mais Deputado. [...]. Encerrou com um golpe, porque foi descumprido o Regimento Interno, uma vez que não foi feita a divulgação horas antes, não se deu condições de vista, não foi debatido e terminou ainda indiciando – já que o Relatório foi oral – pessoas que sequer tiveram o seu nome lido”. Cf. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*, 05.12.2001.

⁴⁵⁴ Deputado Estadual Vieira da Cunha. (PDT). 04.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

exercer a sua função constitucional de policiamento ostensivo e preventivo”.⁴⁵⁵ Portanto, visando desestruturar tanto a ideia de que a CPI desviou-se de sua finalidade quanto ao argumento de que as galerias estavam ausentes da população. Assim, ele procurava destacar que os agentes governistas queriam mobilizar seus recursos sociais para encher o local de *convertidos*, e desconstruía a ideia de que a oposição era anti-democrática. Estratégia semelhante à usada por Elmar Schneider (PMDB). Para deslegitimar a posição governista, o parlamentar dizia que o governo estava “tentando, de todas as formas, nos convencer a votar amanhã o Relatório – afinal, amanhã, o Deputado Dionilso Marcon traz os sem-terra, e se resolve o problema todo”.⁴⁵⁶ Desta forma, carregava contra a argumentação governista toda a representação negativa existente ao Movimento Sem-Terra para amplas parcelas de profanos e profissionais do campo jornalístico, sendo esta uma estratégia comum do bloco antagonista ao *petismo* quando visava mobilizar os recursos sociais que possuía para deslegitimar os parlamentares estaduais do PT e aliados.

Estas estratégias discursivas procuravam representar o relatório como um documento - e um recurso - efetivamente bem construído e fundamentado. Além dos próprios discursos de Vieira da Cunha (PDT) e Elmar Schneider (PMDB), é importante destacar que praticamente todos os agentes parlamentares do espaço político da oposição usaram a tribuna da Assembleia Legislativa, *locus* da luta política, para isso.

Paulo Odone (PPS) criticou a ideia de que toda a CPI era “uma conspiração da direita, de órgãos da imprensa direitistas, ou não, um golpe dos Deputados de Oposição da Assembléia Legislativa”, e dizia que “o Relatório do Deputado Vieira da Cunha, que não é do meu Partido, é objetivo, tem fundamento técnico e é perfeito juridicamente. Representa a coragem de quem não se omitiu de tirar as conclusões necessárias”. Junto a ele, Osmar Severo (PTB) pedia a palavra para “parabenizar o Deputado Vieira da Cunha, Relator da CPI, pelo trabalho prestado ao Rio Grande do Sul. Por meio da imprensa, jornais, televisão e rádio, o Brasil inteiro – e por que não dizer o mundo inteiro? – está sabendo do seu trabalho, realizado com coragem, transparência e vontade”. Elmar Schneider (PMDB), por sua vez, aproveitava o capital político institucionalizado que a Assembleia Legislativa possuía para ratificar que esta, mais uma vez, fez um “belo e importante trabalho”, isto é, “cumpriu o seu dever, está com a consciência tranqüila”.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ Deputado Estadual Vieira da Cunha. (PDT). 04.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴⁵⁶ Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). 04.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

⁴⁵⁷ Deputado Estadual Paulo Odone (PPS). 04.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Osmar Severo (PTB). 04.11.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Elmar Schneider. 06.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*

Assim, incorporavam ao deputado Vieira da Cunha um capital político de reconhecimento entre os pares. E, ao mesmo tempo, também utilizavam o capital institucionalizado do Legislativo rio-grandense para atribuir a ele esse reconhecimento.

Nas duas formas, procuravam destacar que o trabalho tinha qualidade e, assim, contribuía para o esclarecimento dos problemas advindos da Segurança Pública e da corrupção política. Para isso, não abriam mão de tons superlativos. Isto é, procuravam dimensionar o caso como algo incomum para, assim, reconhecer o papel da oposição no processo, ao mesmo tempo em que visavam fazer crer que os governistas atuavam desonestamente, procurando levar estes ao descrédito na luta simbólica, e atacando o capital político institucionalizado do PT e incorporado a Olívio Dutra.

Valdir Andres (PPB), que era presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, defendia que a “CPI caminhou em direção a um escândalo sem precedentes na história da política do Rio Grande do Sul”. Assim como ele, Elmar Schneider (PMDB) dizia que “mais de 40 empresas doaram dinheiro para o Sr. Diógenes”, sendo que “o donativo seria destinado a obras sociais, mas o dinheiro foi desviado, e as crianças ficaram esperando ajuda do Governo. Ele pedia 200 e tomava 100. Pedia 100 e tomava 50, mas tomava dinheiro”. E Onyx Lorenzoni (PFL) corroborava, defendendo a tese de que “o PT tem de explicar, sim, por que o dinheiro que tem origem pública acabou carregado para aquela lavanderia, que era o Clube de Seguros da Cidadania, para os cofres do seu Partido e foram irrigar a campanha eleitoral de 1998”. Com o caso, visando questionar o capital simbólico de notoriedade ética que a agremiação governista construía, afirmava que o “Governo está desmoralizado, para um Partido que foi exposto por meio das suas entranhas. [...]. O PT e o Governo vão ter, sim, de explicar, no presente e no futuro, a máscara que caiu e a banda podre que se instalou no Partido e no Governo”.⁴⁵⁸ Nesse sentido, nota-se que, com o objetivo de desconstruir o capital político institucionalizado no PT e incorporado em Olívio Dutra, os agentes oposicionistas visavam também questionar de que forma o caso do Clube da Cidadania teria impactado na eleição anterior, de 1998.

Essa fase final da CPI serviu para acelerar o desgaste da agremiação governista, explorado ao longo do ano de 2001 e intensificado a partir do momento em que a Comissão Parlamentar conseguiu utilizar-se das gravações de Diógenes de Oliveira, no final do processo investigativo. Esse ponto, sobretudo, pelo fato de Olívio Dutra terminar

⁴⁵⁸ Deputado Estadual Onyx Lorenzoni (PFL). 04.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Valdir Andres (PPB). 04.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*; Deputado Estadual Elmar Schneider (PMDB). 04.12.2001. Assembleia Legislativa. *Anais da ALERGS*.

sendo indiciado com a aprovação do relatório por 36 votos a dez, com a acusação de crime de responsabilidade, passível de *impeachment*.⁴⁵⁹ Na reta final, os agentes ligados ao governo alegavam que as acusações serviram para que fossem mobilizados profissionais e *profanos* na defesa do Executivo, unindo os militantes profissionais e benévols simpatizantes do PT e de Olívio Dutra.

De acordo com o presidente estadual, David Stival, os filiados demonstram maior capacidade de reação, além de as correntes internas estarem mais aglutinadas e preparadas para a campanha. [...]. 'A oposição antecipou a pauta eleitoral', justificou Stival. O vice-prefeito de Santa Maria, Paulo Pimenta, frisou que a intenção era constranger os filiados do PT. Porém, segundo ele, está ocorrendo o contrário. Pimenta opinou que a CPI não irá influenciar na escolha do candidato ao governo. Ele não concorda com setores do PT que acham que impedir a reeleição de Olívio demonstraria que a sua gestão foi atingida pelos trabalhos da Assembléia Legislativa. Conforme o vice-prefeito, a CPI não influenciará os militantes na decisão do candidato ao Palácio Piratini. 'Independentemente do que aconteceu, o prefeito Tarso Genro é a melhor opção do partido para 2002', destacou Pimenta.⁴⁶⁰

A rigor, é possível aferir que o tema da CPI já era delineado como um fator presente no pleito eleitoral, isto é, com possibilidade de perda de capital político para os agentes vinculados ao governo no campo. Isso sugere, na luta simbólica pela representação no campo político, que os parlamentares oposicionistas souberam tirar proveito, ao usar o contexto desfavorável ao PT para fazê-lo perder capital na arena de lutas. Em uma lógica quase de 'soma zero', na luta entre agentes, os membros oposicionistas investidos de mandato parlamentar souberam converter seus recursos em perda de capital para os governistas.

⁴⁵⁹ Jornal *Correio do Povo*. 05 de dezembro de 2001. *Arquivo CP*. A denúncia motivou até mesmo uma mobilização em favor de Olívio Dutra por parte de advogados que se colocavam contrários ao indiciamento do governador do Rio Grande do Sul. Diziam eles que se visava mostrar "indignação com o que foi feito contra uma pessoa íntegra". Ver: Jornal *Correio do Povo*, 19 de dezembro de 2001. *Arquivo CP*. Segundo Menezes, op. cit., Oliveira, op. cit., e Lorangeira, op. cit., um dos motivos que fizeram com que o *impeachment* não fosse levado adiante era o temor de que, em caso de queda, houvesse condições para que os convertidos do *petismo* usassem a conjuntura para levar a oposição ao descrédito, convencendo parte dos *profanos* de que sua derrubada havia sido por questões político-eleitorais, levantados por um sentimento de injustiça.

⁴⁶⁰ Jornal *Correio do Povo*, 03 de dezembro de 2001. *Arquivo CP*. Segundo MENEZES, op. cit., a relação da CPI com Olívio Dutra foi um tema bastante presente visando a eleição de 2002. Em debates internos, também foi um argumento simbólico utilizado pelos agentes do microcosmo *petista* para legitimar a candidatura de Tarso Genro em 2002, em desfavor de uma tentativa de reeleição de Olívio Dutra, como acabou ocorrendo. Sobre isso, e como a CPI foi articulada em relação ao pleito eleitoral de 2002 por meio do Jornal *Zero Hora*, v. MENEZES, op. cit. O desgaste político da CPI é reconhecido até mesmo depois do governo. Gustavo Mello, militante profissional do PT, em entrevista a César Filomena, diz a respeito dela: "Acho que o que o Vieira da Cunha e o Jair fizeram a entrevista me impede de dizer o nome adequado assim né. [...] Aquilo foi de uma truculência política, de um oportunismo, deselegância [...] Isso tem que ser dito em homenagem ao Olívio Dutra" cf. ENTREVISTA de Gustavo Mello para César Filomena. DVD-ROM-6. Disponível em: <https://goo.gl/BEYniM>, acesso em 13.10.2019 (autor possui cópia).

Nesse ínterim, estava não apenas a maioria parlamentar, mas também a construção de uma representação negativa do PT governista e a utilização de agentes do campo jornalístico. Neste caso, atuaram tanto direta como indiretamente, no sentido de tentar fazer crer que figuras importantes do microcosmo *petista* estivessem envolvidas em contravenções ilícitas. Assim, acabavam colocando em suspeita a credibilidade dada ao PT na construção da imagem de ser um partido ‘ético’, isto é, distante dos escândalos dos partidos ‘tradicionais’ do campo político. Deste modo, essa representação poderia acabar abalando a relação de *fides* construída por muitos *profanos* não só na legenda, mas também em capital político incorporado a alguns de seus agentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Por meio deste capítulo pudemos observar que, no que diz respeito à CPI do Polo Automotivo, foi notória a tentativa situacionista em mirar em outro responsável pelo fato de a montadora não ter se instalado no Rio Grande do Sul. Ou seja, visava isentar o governo Olívio Dutra de associação simbólica com a saída da Ford – e de qualquer perda de capital político disso decorrente. Ficou claro, a partir disso, que o tema virou uma agenda ‘negativa’: quem fosse representado como responsável pela perda da montadora perderia capital político. Isso significava que, apesar de o PT ter ascendido no campo político também por meio do questionamento dos benefícios fiscais às grandes montadoras, a vinda delas, ao menos entre os agentes profissionais, era vista relativamente de forma consensual como uma agenda positiva. Tanto que, mesmo com a saída da montadora, os agentes ligados ao governo anterior disputavam a obtenção de algum capital de notoriedade por terem sido os responsáveis pelo acordo.

As CPIs são ocasiões onde o parlamento e seus integrantes ganham evidência, sendo vistos não só no campo político, mas também no jornalístico. Assim, notou-se que, nos dois casos analisados, isso ocorreu, embora com níveis e desdobramentos distintos. A CPI do Polo Automotivo investigou um tema anterior a ela. A CPI da Segurança Pública dependeu de temas paralelos, isto é, que foram se desdobrando no andamento do processo. As duas aqui analisadas conseguiram contrapor a imagem de “ética” e “moralidade” que ajudava a construir o capital político incorporado nos agentes do PT e apoiadores, e institucionalizado na agenda.

Ainda no que concerne aos agentes governistas, é válido ressaltar que estes mudaram de estratégia ao longo do processo. Em um primeiro momento, tentaram levar

ao descrédito qualquer possibilidade de instauração de uma CPI, usando como legitimação disso a ausência de um fato determinado, embasando-se no Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Tática esta presente tanto na CPI do Polo Automotivo como na da Segurança Pública, onde também possuíam menos recursos do que a oposição.

A diferença em favor da primeira é que, a rigor, os agentes governistas visaram disputar a CPI e usá-la para responsabilizar a tríade Ford-Antônio Britto-FHC/ACM pela saída da Ford do Rio Grande do Sul. E também pelo fato de que, na medida em que as estratégias ao longo do andamento da CPI não surtiram efeito e o relatório encaminhava-se para o final, os governistas articulavam a deslegitimação da CPI como um elemento simbólico passível de capital de credibilidade.

Assim, em um primeiro momento, buscavam a não-prorrogação para a relatoria e, posteriormente, denunciavam junto a veículos de imprensa que havia um documento falsificado, justamente na data em que o relatório era aprovado entre os componentes da Comissão Parlamentar. Essa forma, sobretudo, evidencia que os agentes governistas calcularam que a votação em favor do relatório perderia credibilidade, se existisse um espaço para denúncia que colocasse simbolicamente a CPI sob suspeita. Estratégia semelhante foi tomada quando os governistas denunciavam a articulação parlamentar em favor de um reajuste salarial na mesma data em que a CPI do Polo Automotivo era implantada. Aproveitava-se, nesse sentido, a notoriedade que o caso alcançou no campo jornalístico, com estratégias visando ofuscar as acusações ao governo do estado, partidas dos agentes opositoristas.

Toda a articulação governista para diminuir o impacto da CPI do Polo Automotivo no capital simbólico do Executivo e situacionistas - que era associado, pelos opositoristas, à uma representação no mundo social aproximada à 'incompetência', 'regresso' e outros valores negativos - mostra o fato de que seus adversários no campo político foram eficazes ao implantar a Comissão Parlamentar. Isto é, quando a Ford anunciou a desistência do empreendimento em maio, os agentes opositoristas, ao se articularem e criarem a CPI, conseguiram aumentar e manter o desgaste do governo estadual com o caso, deixando o tema em evidência durante todo o ano de 1999. Portanto, notou-se que os opositoristas legitimavam e fortaleceram, com a CPI, uma posição que já havia sido previamente tomada desde o momento em que a crise com a montadora surgiu. A CPI serviu, portanto, como um reforço de uma representação já estabelecida antes do próprio inquérito, que responsabilizava o governo Olívio Dutra pela saída da montadora do Rio Grande do Sul.

Além do mais, a despeito da tentativa governista de levar tanto a CPI da Segurança Pública como a do Polo Automotivo ao descrédito, os agentes oposicionistas ainda possuíam um documento com capital institucionalizado nos dois casos, reforçando suas posições no mundo social: ainda que os governistas procurassem levar o relatório ao descrédito, ele era visto e reconhecido como fidedigno, ratificando uma ideia-força mobilizada pelos partidos oposicionistas, ao ser outorgado pela Assembleia Legislativa que, embora fosse majoritariamente antagonista ao Executivo, tinha seu poder simbólico legitimado pelo Estado.

Era a ela consagrado o direito estatutário de emitir aquele parecer e, embora os governistas contestassem o fato de ser majoritário o número de agentes oposicionistas com mandato parlamentar a favor do relatório da CPI, indagando se havia sido um trabalho investigativo imparcial, sua aprovação ratificava simbolicamente o documento, tendo em vista que o Legislativo delegava seu capital ao reconhecê-lo como procedente, culpando o mandato de Olívio Dutra pela desistência da Ford em instalar-se no Rio Grande do Sul no primeiro caso e, no segundo, o responsabilizando por ligações com jogos de contravenção.

Na CPI do Polo Automotivo, a saída da montadora Ford propiciou que houvesse uma cobertura prévia do campo jornalístico que trazia uma imagem negativa ao governo, o levando ao descrédito. O surgimento da CPI, portanto, vinha no sentido de aumentar este desgaste e, por tabela, dar aos agentes oposicionistas uma maior visibilidade no espaço aberto pela saída da montadora. Já no caso da CPI da Segurança Pública, o tema não pré-existia. Embora os assuntos que dissessem respeito ao tema estivessem presentes ao longo do mandato, sobretudo pela atuação do Secretário de Segurança José Paulo Bisol, o espaço foi sendo construído em decorrência do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, que acabou levando os agentes ligados ao PT a serem associados à ‘ideologização’ da Polícia Militar e seu ‘aparelhamento’ em favor de jogos de contravenção para beneficiar a legenda partidária do governador do estado.

Entretanto, para evitar possíveis anacronismos, é importante destacar que, no momento da criação da Comissão Parlamentar, não era possível supor que tivesse um alcance tão grande quanto, por exemplo, a CPI do Polo Automotivo, cuja luta política se dava justamente pelo fato de a perda da montadora ser previamente sabida pelos agentes políticos como algo de grande repercussão. A CPI da Segurança Pública passou a ter seu capital de notoriedade construído, seu e de seus agentes, na medida em que os trabalhos foram sendo desenrolados. Em boa parte do período, por exemplo, muitos parlamentares

pronunciavam a respeito do temor que a CPI fosse inócua, como se desenhava inicialmente.

Se isso, porém, não pode ser interpretado como se houvesse ausência de conflito e de disputas simbólicas entre os agentes a respeito do tema em momentos anteriores. Embora o ‘senso comum’ procure representar a CPI a partir do momento em que a suposta ligação com jogos clandestinos foram exploradas, ao menos o período de sua formação foi marcado por uma luta simbólica que procurava representar a medida como necessária por um dos polos e, por outro, como uma ação que visava apenas a exploração política. Isto é, ilustrando o fracionamento que o princípio de di-visão estabelecia no campo político regional. Na CPI do Polo Automotivo, o que notamos foi a ausência de um fato legitimador e gerador de ideias-força no mundo social. Sua criação se deu, apenas, para manter um desgaste prévio a ela. Já no caso da CPI da Segurança Pública, seu desenrolar é que foi responsável por novos elementos, como denúncias e acusações, que influenciaram o capital político dos agentes envolvidos no campo.

Também foi possível perceber que, no caso da CPI do Polo Automotivo, os agentes governistas tiveram maior articulação, lançando mão de estratégias diversionistas e denunciantes, colocando o trabalho dos agentes antagonistas ao governo em questionamento. Em relação à CPI da Segurança Pública, a ofensiva oposicionista na luta simbólica por fazer representar o governo estadual foi melhor articulada, e os elementos que surgiram naquele trabalho reforçaram a lógica que responsabilizava o governo e o PT de estarem envolvidos em jogos de contravenção.

A CPI da Segurança Pública abriu muito mais espaços de questionamento às práticas governistas. Especialmente a partir das gravações, onde os oposicionistas conseguiram acuar o Executivo, gerando uma crise no capital político do PT, superior a do caso Ford – inclusive pela proximidade temporal em relação à próxima eleição. Nesse sentido, é visível que a CPI trouxe impactos, por exemplo, na derrocada eleitoral do PT em 2002, ao colocar em dúvida o patrimônio ético do partido, que eram valores simbólicos em que o partido usou e visou embasar a construção de seu capital político, tendo em vista que o tema foi equivalente a um ‘escândalo’. Sobretudo porque, como vimos, a CPI da Segurança Pública teve em agentes do campo jornalístico figuras que participaram diretamente do processo. Isto é, direcionando pautas, dimensionando casos, ouvindo testemunhas da Comissão de Inquérito e orientando caminhos a serem tomados pelos agentes oposicionistas que compunham a CPI. Essa atuação direta na CPI da Segurança Pública mostrou ser impossível compreender o papel daqueles que eram delegados por

um mandato parlamentar, sem entender a ação dos grandes periódicos no processo, como agentes atuantes e estabelecadores de pautas.

Nas duas CPIs, contudo, também foi possível observar os agentes antagonistas ao governo disputando algum capital de notoriedade por meio da repercussão que ela ganhava. No caso da CPI do Polo Automotivo, os agentes parlamentares que estavam junto a Antônio Britto buscaram reivindicar para si a responsabilidade da vinda da montadora ao Rio Grande do Sul. Já em relação à CPI da Segurança Pública, os parlamentares que atuaram no sentido de denunciar a suposta ligação do PT com os jogos de contravenção procuravam construir para si a representação de que trabalharam para dismantelar aquela proximidade. Também procuraram apresentar-se como agentes preocupados com os temas relacionados à Segurança Pública, assunto que era caro a uma parcela significativa de *profanos*.

A lógica da luta simbólica por meio das duas CPIs não obedeceu apenas a uma linha que procurava levar o governo do estado ao descrédito. Também se almejou construir uma representação que era passível de *fides* no mundo social, aumentando o capital político incorporado dos agentes opositoristas e institucionalizado em seus respectivos microcosmos no campo político estadual.

CONCLUSÕES FINAIS DO TRABALHO

Procuramos, por meio desta tese, conhecer de que forma as bancadas parlamentares durante o governo Olívio Dutra trabalharam no sentido de construir e defender suas posições por meio das lutas simbólicas pela representação do mundo social. Isto é, de que maneira procuraram fazer valer a sua visão como a mais legítima em contraposição aos agentes antagonistas no campo político investidos de mandato parlamentar na Assembleia Legislativa.

Para isso, usamos o aporte teórico do sociólogo francês Pierre Bourdieu, cuja preocupação era entender de que forma ocorria a relação de legitimação da dominação a partir de distintos campos. Usando sua sociologia como ferramenta, foi possível elucidar a relação de lutas e forças levadas adiante por agentes do campo político que almejaram falar e agir em nome do ‘povo’.

Na primeira parte, buscamos conhecer a formação do campo político brasileiro como uma arena de lutas entre agentes investidos de capitais. Para isso, a noção de *campo político aparente* mostrou-se relevante. Nela, foi possível compreender que, embora durante o período autoritário brasileiro não houvesse uma arena de lutas entre agentes disputando entre si por meio de visões de mundo distintas e de forma relativamente autônoma, *clérigos* conseguiram mobilizar recursos, visões de mundo e capital de notoriedade que, depois, vieram a ser utilizados na medida em que o regime militar perdia força.

É o que explica, por exemplo, a força exercida por PDT, PMDB e PDS nos primeiros anos da década de 1980. Se há uma semelhança entre as agremiações, é pelo fato de que elas mobilizaram recursos prévios à formação do campo político e, com isso, formavam o seu capital. Isso porque todos eles possuíam agentes que atuaram como profissionais do *campo político aparente*. Era um contexto relativamente distinto do PT.

Essa sigla era composta por pessoas que procuravam converter seu capital de notoriedade conquistado por meio dos movimentos sociais, da Igreja Católica, de grupos vinculados à esquerda marxista e de outros, em geral, contestatórios ao regime militar. Porém, com pouca ou nenhuma experiência entre os profissionais do *campo político aparente*. Muitas vezes, como forma de mobilização, a legenda acabou flertando com o apolitismo e o *puritanismo*. Porém, há de se ressaltar que, embora seus agentes tivessem pouco capital no campo político, é preciso destacar que sua existência se deu, justamente, pela articulação de mobilizações contra a Ditadura Militar.

Nos anos 1990, o fim do período autoritário, somado à crise do comunismo em esfera internacional, criou um contexto favorável para que agentes defensores da redefinição do papel do estado ganhassem espaço como ideia-força dominante. Isso propiciou uma reorganização dos polos em luta no campo político, colocando-se como favoráveis ou contrários a essa agenda. Isso mobilizou agentes, recursos, militantes benévolos e profissionais, além de agremiações, em torno da adesão ou não ao que viam como *neoliberalismo*, procurando impor a visão mais legítima dessa pauta. Por meio disso que o processo de di-visão do campo político reestruturou-se, a partir do fim da Ditadura Militar e o estabelecimento de um campo político relativamente autônomo.

Em termos regionais, a ascensão do PT é bastante explicável por este contexto. Primeiro porque, nacionalmente, a sigla chegou a um segundo turno, passando a ser competitiva do ponto de vista eleitoral. Isto é, mobilizadora de *profanos* e agentes, tendo um capital político que não havia quando da sua formação. E, em segundo lugar, pelo fato de disputar duas eleições estaduais no segundo turno, com projetos bem definidos no que diz respeito à luta simbólica: Antônio Britto, representando a ‘modernização’ – leia-se: o ideário de reforma do papel do estado -, contra Olívio Dutra, que mobilizava simpatizantes avessos a essa proposição.

Ainda assim, foi possível observar o crescimento da força de mobilização e adesão de profanos, militantes e agentes profissionais vinculados ao PT no campo político regional. Isto é, de que forma ele passou de uma sigla *puritana* para uma instituição eleitoralmente competitiva. Sendo a mais expressiva, por exemplo, entre as legendas que disputavam o espectro da esquerda estadual e, também, brasileira, superando o PDT. Essa trajetória ascendente, explicável em parte pela governabilidade em Porto Alegre e do sucesso do Orçamento Participativo, não foi suficiente para consolidar uma posição dominante no campo político.

Isso ficou evidente quando, a partir da eleição de Olívio Dutra em 1998, o governo tinha minoria no Legislativo. A partir disso que nossa pesquisa ganha particular relevância: como os agentes investidos de mandato parlamentar procuram fazer valer sua visão no mundo social? Vendo que o PT era um agente em ascensão no campo político, somando capitais ao longo de quase duas décadas, também não atingia uma posição de dominância soberana. Mas tinha, inegavelmente, uma trajetória ascendente no campo.

Para atingir uma governabilidade estável, poderia compor com antigos adversários e, assim, ampliar os recursos sociais em troca de acesso a políticas públicas, mas colocando em xeque parte do discurso *puritanista* que mobilizava no mundo social parcela

de *clérigos e convertidos*, fundamental na relação de *fides* construída pelo PT. Sobretudo porque, como foi possível evidenciar, ficou nítida a força política que o *petismo* adquiriu regionalmente também pela formação de uma atuação oposicionista, atrelado a uma postura ‘puritana’ na capital ao rejeitar ampliar o leque de alianças para obter apoio na Câmara de Vereadores.

Ao ser alçado a uma posição de governo, inevitavelmente essa postura *puritana* seria colocada à prova na relação com seus *convertidos* ao longo de todo o mandato de Olívio e de sua base aliada. Como o partido optou por manter-se distante de uma ampliação de alianças para além da constituída no período eleitoral, desenhou-se uma luta parlamentar entre governistas e oposicionistas para fazer valer, no mundo social, a visão mais legítima em relação aos temas em discussão no Legislativo regional.

Um dos temas mais recorrentes, justamente por explicar em grande parte a ascensão *petista* no campo político regional, foi o do Orçamento Participativo. Nesse sentido, notou-se que os parlamentares travaram uma luta simbólica intensa para fazer-se representar como interlocutores da ‘participação popular’, isto é, construindo a ideia de que falavam em nome do ‘povo’. Isso ficou claro com a tentativa de deslegitimar o Orçamento Participativo por parte da oposição, mas que em nenhum momento se deu sem ancorar-se em um projeto alternativo com a mesma finalidade.

Por outro lado, os agentes governistas também adotavam o mesmo expediente ao procurar desconstruir o Fórum Democrático e a Consulta Popular, que eram os instrumentos de participação direta defendida por aqueles membros das instituições oposicionistas. A disputa, aqui, se dava por fazer crer quais parlamentares falavam, de fato, em nome da população. Para isso, buscavam continuamente desconstruir e deslegitimar o projeto concorrente. Em geral, consecutivamente apadrinhado por aqueles que se alocavam como antagonistas no campo.

O fato de nenhum dos delegados se colocar contrário a todo e qualquer dispositivo de ‘participação popular’ demonstrava que eles, inspirados em uma ‘democracia direta’, ganhavam legitimidade e tons consensuais no mundo social. Isto é, se os profissionais investidos de mandato parlamentar fossem contra os programas de participação direta, sem uma alternativa de caráter semelhante no seu lugar, viam o risco de perder capital político. Por isso, ao fazer as emendas no orçamento, visavam legitimá-las dizendo que estavam se ancorando em plenárias com a população.

Também se notou que, a rigor, as críticas aos mecanismos alternativos de ‘participação direta’ eram momentâneas. Isto é, gradualmente arrefeciam. É possível

explicar essa condição pelo fato de que, do ponto de vista político, os agentes do campo político calculavam a possibilidade de uma postura de crítica e deslegitimação dos aparelhos de seus adversários ser vista como uma oposição à participação popular em si.

Isso explica, por exemplo, o porquê de tanto agentes governistas como oposicionistas adotarem até mesmo a estratégia de elogiar os programas a que, outrora, fizeram críticas ferozes e postaram-se contra sua aplicação. Porém, houve uma postura relativamente insistente por parte dos agentes vinculados ao PT de construírem-se como responsáveis por aquela discussão: isto é, por mais que eles criticassem programas como o Fórum Democrático, Consulta Popular e até mesmo os COREDES, eles diziam que a oposição só os defendia pelo fato de o Orçamento Participativo ser uma proposta do governo.

A pesquisa anual, procurando identificar o posicionamento dos agentes parlamentares no campo político a cada período de votação da peça orçamentária mostrou-se bastante proveitosa. Por meio do instrumento metodológico de dividir as discussões anualmente, foi possível notar essa mudança de estratégia dos agentes.

O fato, igualmente, de estes programas estarem envolvidos em relação à alteração do ICMS e da UERGS também mostraram o prestígio destes mecanismos de participação direta. Isso porque, assim, legitimava as posições dos parlamentares, tanto no que diz respeito a uma agenda ‘negativa’ como ‘positiva’, seja para desgastar os agentes políticos vinculados ao governo ou participar, de alguma forma, dos lucros travestidos em capital político que uma proposta bem vista por ampla gama de *profanos* no mundo social teria.

Em relação à ligação com os movimentos sociais, a pergunta central era: de que forma os parlamentares os utilizaram no sentido de explorar a relação destes com o governo do estado? Sabedores de que boa parte do capital político do PT provinha desta ligação, como os parlamentares lidariam com os anseios e expectativas existentes com a troca de gestão? A escolha dos dois movimentos não foi por acaso: MST e CPERS tinham uma proximidade grande, e um forte poder de barganha por mobilizar um número considerável de *profanos* que os viam como legítimos para falar e agir em nome das categorias que representavam.

Nesse sentido, a maneira como os movimentos são retratados revelou-se fundamental para uma postura totalmente oposta dos parlamentares. Os representantes da oposição no Legislativo buscaram associar o professorado como reivindicantes legítimos, mas mal delegados pelo CPERS, ‘aparelhado’ pelo PT. A ‘proteção’ era explicável por, pelo menos, dois pontos: pelo fato de a imagem do professorado ser associada a valores

positivos, sendo ela simpática a muitos *profanos*, e em razão do magistério gaúcho ser a maior categoria de funcionários públicos estaduais.

Para isso, contrapuseram incessantemente o discurso *puritanista* dos parlamentares governistas quando eram oposição com as ações na condição de governo. Assim, visavam não só colocar-se como representantes da categoria, mas também deixando-a de encontro com o Executivo. Isto é, desgastando a relação que, segundo alguns agentes da oposição, explicou o apoio maciço da categoria ao PT em 1998. Isso, por sua vez, também mostrava a necessidade de cautela pelo situacionismo: perder um importante recurso social, cuja relação de *fides* convertia-se em capital político, não era interessante. Porém, tinha que administrar altas expectativas da categoria com as limitações existentes na condição de governo.

O CPERS, por sua vez, teve sua imagem bastante desgastada pelos agentes oposicionistas, e igualmente defendido pelos parlamentares governistas que, de alguma forma, tinham seu capital político derivado da relação com o agrupamento sindical. Neste ponto, em especial, foi notória a posição de Luciana Genro (PT): apesar de ser deputada governista, por muitas vezes descolou-se da orientação de seu microcosmo, concordando com a oposição e visando, assim, não desgastar sua relação de *fides* com o sindicato.

Situação distinta, por exemplo, de outro agrupamento bastante próximo do governo: o Movimento Sem-Terra. Como foi visto, geralmente associado a categorias negativas, como ‘invasão’, ‘perturbação’, ‘vandalismo’, ‘terrorismo’ e outras categorias pejorativas no mundo social, os parlamentares da oposição associavam o MST ao governo estadual de três formas: estranhando o ‘abrandamento’ de ações em terras estaduais, criticando a postura pouco incisiva da Brigada Militar nas ações de desocupação e a ofensiva contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Além disso, a promessa de um assentamento maciço em campanha e a representação na Secretaria da Agricultura de um membro do agrupamento rural também reforçavam essa lógica.

Como as categorias ao MST eram sempre negativas, associar o governo a isso era uma forma de fazer com que ele perdesse capital político, ao ser visto e reconhecido como ‘condescendente’ com essas ações. Foi assim que a oposição agiu. Os parlamentares governistas, muitas vezes, fizeram o contraponto na luta simbólica, sobretudo Dionilso Marcon (PT), que era vinculado organicamente ao MST e foi eleito como seu representante no Legislativo.

Contudo, no final da legislatura notou-se que até mesmo os deputados governistas e demais agentes do campo ligados ao PT procuraram dissociar a imagem dos dois

microcosmos, enfatizando que eles não eram vinculados. Isso indica, a rigor, que a base governista sentia os efeitos dessa aproximação, feita pela oposição, na luta pela representação. Até porque, como procuramos deixar em evidência, as denúncias contra o MST não eram uma exclusividade do campo político. Muitos agentes do campo jornalístico aproveitavam o espaço para ratificar a imagem de que o MST era indutor de ações ‘vândalas’, ‘terroristas’.

Isso, portanto, ajudava a criar e difundir a imagem negativa do Movimento Sem-terra. Os agentes do campo político vinculados à oposição não só atuavam no sentido de reforçar essa visão, como aproveitavam a difusão dessa imagem para um grupo grande de *profanos* e disputavam, assim, a adesão deles à sua posição. Isso significava não apenas a conversão em capital político, ao transformar-se em porta-voz autorizado daqueles que repudiavam as ações do MST, e criando com estes uma relação de *fides*, mas, também, na perda do mesmo capital por parte do governo e de seus representantes.

Já em relação às CPIs, a pergunta era: como os agentes parlamentares lutaram para se legitimar nas ofensivas do Legislativo contra o Executivo? A invenção de uma Comissão Parlamentar, inclusive em razão das regras internas do Regimento da Assembleia Legislativa, precisava de uma fundamentação que legitimasse sua formação. Portanto, embora o quórum legislativo fosse, de fato, fundamental, não era suficiente para que a CPI existisse. Isto é, precisava de uma justificativa que, no mundo social, evidenciasse o motivo pelo qual ela era importante e necessária.

Selecionamos as duas CPIs de maior repercussão durante a legislatura: a do Polo Automotivo e a da Segurança Pública. A ofensiva oposicionista, em dois contextos bastante distintos, mostrou estratégias diferentes também no campo político. A primeira CPI aproveitou-se da repercussão da saída da Ford, isto é, com grande espaço no campo jornalístico em razão do *status* de ‘escândalo’ que o episódio ganhou. O objetivo dela foi, nesse sentido, ampliar o desgaste no capital simbólico do governo, ao deixar a saída da Ford – ou ‘expulsão’, na construção feita pela oposição – em evidência ao longo de todo o primeiro ano de governo.

Essa CPI dividiu o campo político entre aqueles que buscavam responsabilizar os governistas contra os que visavam culpar os moldes do contrato firmado por Antônio Britto. O fato de nenhum dos agentes parlamentares defender, *ipsis litteris*, a saída da montadora Ford era uma evidência de que os valores associados à sua vinda, como ‘geração de empregos’, ‘desenvolvimento’ e outros, ganhavam tons consensuais no mundo social. Mesmo os parlamentares *petistas* que, na legislatura anterior, atuavam no

sentido de denunciar as condições de vinda da montadora com Britto, buscavam alegar que a Ford era bem vinda, mas em outras condições.

O fato de o caso ganhar *status* de escândalo e bastante repercussão no campo jornalístico explica a mudança de estratégia entre os agentes governistas, na luta pela conquista de capital político. Notou-se, nesta CPI, que os governistas ainda tentaram participar do mecanismo investigativo para representar FHC, ACM e Britto pela saída da Ford, isto é, levando a perda de capital político todos aqueles que, de alguma forma, tinham sua imagem associada a estas figuras. Os agentes governistas também conseguiam, por meio de estratégias diversionistas, levar o capital político oposicionista ao descrédito muitas vezes, como a ‘denúncia’ do reajuste parlamentar evidenciou.

Já a CPI da Segurança Pública revelou um contexto distinto. Mesmo que os governistas tenham sido contrários a sua implantação – assim como na questão da Ford –, a formação de sua relevância simbólica foi se dando gradualmente. Foi possível perceber, por exemplo, que os agentes oposicionistas atuavam em várias frentes e, por vezes, com o trabalho contestado. A partir da questão do Clube da Cidadania e da interferência direta do campo jornalístico é que a ofensiva ganhou força. Foi possível perceber, por exemplo, que a CPI não encontrava uma forma de desgastar o governo, até que o caso dos jogos de contravenção veio à tona por meio de um jornal já no final da CPI, aí sim mobilizando a preocupação dos agentes governistas com o alto potencial de perda de capital político que a repercussão podia causar.

No caso da CPI do Polo Automotivo, a demanda prévia e a mobilização já existente em razão da perda da Ford ajudavam a construir uma ideia-força anterior. Sua formação se dava, justamente, para ampliar esse desgaste. Já na CPI da Segurança Pública, o *status* de escândalo ocorreu durante o trabalho e, nesse sentido, conseguiu ser mais bem-sucedida naquilo que concerne ao desgaste do capital político do governo, ao envolver em seu relatório final não apenas o governador, seu vice e o próprio partido governista, mas também por recomendar o *impeachment* do Chefe do Executivo estadual e associar todos estes a um caso de corrupção com ampla cobertura jornalística, encurralados pelo fato de sua condição minoritária no parlamento ser agravada com a saída do PDT e o deputado Vieira da Cunha liderar o processo – tudo isso próximo, cronologicamente, do período eleitoral.

O relatório final das duas CPIs foi posto em pauta pelos agentes governistas. Estes visavam levar ao descrédito o trabalho levado adiante pela condição majoritária da oposição no parlamento. Isso porque os documentos, por serem ratificados pela

Assembleia Legislativa e por toda a competência estatutária que o Estado lhe delega, comprometia o governo estadual e o responsabiliza tanto pela saída da Ford como por relações espúrias com o jogo clandestino.

Ficou claro, nesse sentido, as dificuldades do PT em razão dos poucos recursos presentes no parlamento, tendo um diminuto poder de barganha. Notou-se que o partido aceitou ‘jogar o jogo’, mas procurou fazê-lo com a preocupação de evitar trair o *habitus* que construiu sua trajetória ascendente no campo. O microcosmo *petista* passou de uma estratégia de heresia, isto é, de subversão para conservação das regras do jogo, mas manteve claramente algumas características de sua trajetória inicial no campo. Isso em razão do receio de perda da relação de *fides* com *profanos* e agentes que uma possível composição com partidos vistos como componentes da ‘Direita’ poderia resultar.

Todos os temas escolhidos para análise neste trabalho passaram por dois critérios. O primeiro relacionado à importância do assunto no período do governo e da legislatura, e o segundo pensando na viabilidade da pesquisa, tanto em relação à existência de fontes de pesquisa nos jornais e anais da Assembleia Legislativa como na exiguidade de uma análise qualitativa. Nesse sentido, evidentemente houve alguma arbitrariedade, e muitos temas relevantes no período acabaram ficando de fora ou tendo sua abordagem limitada.

As dificuldades da pesquisa gestaram, sobretudo, na ausência de uma bibliografia consistente acerca do período. Este trabalho procurou colaborar no sentido de ampliar a escassa literatura a respeito do tema no âmbito da História Política regional. Embora a pesquisa, em termos de História do Tempo Presente, não seja mais um ‘tabu’, é notório que ela é, do ponto de vista quantitativo, ainda pouco produzida, se comparada com outros motes. Muito menos do que a produção capitaneada pela Ciência Política, por exemplo, onde a questão temporal tende a ser um problema menor. Como consequência, muitas vezes um tema, quando torna-se alvo de preocupação por parte da História Política, já tem entre os politólogos uma literatura relativamente consistente. Mais do que fechar lacunas, o que visamos aqui é abrir novas áreas de pesquisa na historiografia que carecem de estudos.

Sob o escopo regional de uma experiência governamental que aconteceu no Rio Grande do Sul, também fica em aberto a hipótese de que as lições da dificuldade governamental para Olívio Dutra também possa vir a ter servido como um ‘laboratório’, inclusive, para futuros governos estaduais do PT. Nesse sentido, até mesmo para o que veio a ser o governo Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), tendo em vista que a relação com o parlamento foi bastante diferente, especialmente com o primeiro. Já no

governo Dilma Rousseff, o que se viu foi justamente consequências bastante catastróficas advindas de uma relação conflituosa com o legislativo.

A rigor, boa parte dos trabalhos produzidos pela Ciência Política procuraram trazer a tese do *ultrapresidencialismo estadual*: basicamente, consistia em defender que os Executivos regionais possuíam tantos recursos que não havia outra forma para os parlamentares, a não ser apoiar o respectivo governo. Nesse trabalho, foi possível perceber que isso não é verdade. A atuação oposicionista não só foi ostensiva, como conseguiu deixar o governo estadual em uma situação complicada por diversos momentos do mandato, obstruindo muitos projetos de políticas públicas que o governo Olívio Dutra propôs. Outro ponto que acreditamos ter contribuído foi pelo fato de não termos feito um trabalho quantitativo. Isso nos permitiu perceber as estratégias discursivas dos agentes no campo político, explorando suas respectivas atuações. Um trabalho exclusivamente quantitativo não conseguiria fazer essa exploração.

Procuramos trabalhar também nessa direção, além de procurar trazer luz para a seguinte pergunta: de quais formas foi possível um *partido puritano*, nanico em termos de densidade eleitoral em 1980, tornar-se a mais importante agremiação de esquerda da América Latina? Muito mais do que ‘fechar’ um campo de pesquisas, visou-se aqui ajudar a abrir um leque de investigação acadêmica que ainda foi pouco explorado pelas Ciências Humanas. Acreditamos que este trabalho trouxe caminhos e pistas para elucidar essa indagação, permeando um tema que, apesar desta tese, ainda está marcado por mais perguntas do que respostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz. O ultrapresidencialismo estadual. In: ANDRADE, Régis de Castro (org.). *Processo de governo no município e no estado*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____; COSTA, Valeriano Ferreira. *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999.

ALBUQUERQUE, Beto; ROSSATO, Ricardo. *UERGS – uma trajetória vitoriosa*. Santa Maria: Biblos, 2002.

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. *Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Santa Cruz, UNISC, 2010.

AMARAL, Oswaldo E. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. São Paulo: Editora Alameda, 2015.

AXT, Gunter. *A constituição de 1989: história da constituição dos gaúchos*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. Introdução. In: RIBEIRO, Paulo Odone. *Fórum Democrático: discurso e prática*. Porto Alegre: CORAG, 2000.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1991.

AZEVEDO, Fernando Antônio. O PT, a imprensa e as coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). In: VILLA, Marco Antônio; ÂNGELO, Vitor Amorim de. (orgs.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUfscar, 2009.

BAQUERO, Marcello. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul num contexto de abertura política. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*: Porto Alegre: Editora da Universidade, 1984.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Eleições e mudanças políticas no Brasil nos 80: análise a partir de uma unidade subnacional (Pelotas, RS). *Pensamento Plural*. Pelotas, n. 4, Janeiro-Junho 2009.

BELLOLI, Isaura. Educação. In: BITTAR, Jorge (org). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BERGER, Christa. *campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BITTAR, Jorge; LASSANCE, Antonio. O modo petista de governar. In: BITTAR, Jorge (org). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n.5 Brasília Jan./Jul. 2011.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. El misterio del ministerio. De las voluntades particulares a la ‘vontad general’. WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005

_____. *Sobre o Estado*. São Paulo: companhia das letras, 2014, p. 353, *ebook*.

_____. *A Distinção: critica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. The essence of neoliberalism. *Le Monde Diplomatique*. December 1998. (online). Disponível em: <https://goo.gl/qPoZwX>.

_____; WACQUANT, Loic. O imperialismo da razão neoliberal. *Sociologia em rede*. Volume 3, n. 3, 2013.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Penser la politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 71-72, mars 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Brasília: Enap, 1998.

BUENO, Ricardo; MISKULIM, Karim. *Recontando a história do Rio Grande do Sul: a sociedade, os governos e governantes pós redemocratização*. Porto Alegre: Instituto Voto, 2013.

BULHÕES, Maria da Graça; ABREU, Mariza Vasquez. *A luta dos professores gaúchos de 1979 a 1991: o difícil aprendizado da democracia*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

CAMINI, Lucia. *O processo de construção da política educacional no Rio Grande do Sul de 1999 a 2002: relações, limites, contradições e avanços*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CADONÁ, Marco André. Burguesia industrial no Rio Grande do Sul e o governo Lula: os posicionamentos políticos da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) nas eleições presidenciais de 2002. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 19-39, jul-dez. 2014.

_____. *A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. in: SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo (org.). *Os campos dos Senhores: a UDR e a elite rural – 1985-1988*. Londrina: EDUEL, 1998.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Veritas*. V. I, n. I, nov. 1995.

_____. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume, 2001.

COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

CURTO, Diogo; DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel. O poder simbólico e o projecto sociológico de Pierre Bourdieu. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2011.

DACCACHE, Michel. MUNDO social. In: *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DUTRA, Olívio. O renascimento da luta sindical: a greve dos bancários de Porto Alegre. In: PADRÓS, Enrique Serra et al (orgs.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – o fim da ditadura e o processo de redemocratização*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

_____. *Nas pegadas da utopia*. Porto Alegre: Tomo editorial, 1998.

_____; BENEVIDES, Maria Victória. *Orçamento Participativo e socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. *Proposta de governo da Frente Popular*. (Texto para discussão – versão preliminar não revisada). 30.07.1998b.

DUTRA, Paulo André Porto. *Zero Hora e agendamento da disputa política: o caso do MST*. Trabalho de Graduação (TCC em Jornalismo), Santa Maria, Centro Universitário Franciscano, 2007.

ELMIR, Cláudio Pereira. *A democracia reconquistada (1983-2004)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

FEDOZZI, Luciano. *O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

FARIA, Cláudia Feres. *O Estado em movimento: complexidade social e participação política no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Sociologia e Política), Belo Horizonte, UFMG, 2006.

FILOMENA, César Luciano. A gênese da construção do discurso antipetista: análise da eleição para governador do estado do Rio Grande do Sul no ano de 1994. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, maio-agosto 2008.

_____. *Agente político, articulação e políticas públicas: o antagonismo posicional na política do Rio Grande do Sul (1995-2002)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 2015.

FORGIARINI, Giorgio. *Continuidade e/ou ruptura: a Reforma Gerencial da Administração Pública brasileira na ‘era Lula’*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Dacasa/Palminca, 2003.

GOHN, Maria da Gloria. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, 2006.

GOLDFRANK, Benjamin; SCHNEIDER, Aaron. Construcción institucional competitiva: el PT y el presupuesto participativo de Rio Grande do Sul. In: LUBAMBO, Catia Wanderley; COELHO, Denilson Bandeira; MELO, Marcus André (orgs.). *Diseño institucional y participación política: experiencias en el Brasil contemporaneo*. Buenos Aires [Arg]: CLACSO Libros, 2006.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. *1989: a maior eleição da história*. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

GRENFELL, Michael (ed.). *Pierre Bourdieu – conceitos fundamentais*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2018.

GROHMANN, Luís Gustavo. A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada. *Revista de Sociologia e política*. Curitiba, n. 17, novembro 2001.

_____. A polarização política no RS e a relação Executivo-Legislativo (1995-2001). *Revista Estudos Legislativos*. Ano 2, n. 2, 2006.

_____. *Representação política, sistema eleitoral e sistema partidário: análise comparativa do Estado do Rio Grande do Sul de 1966 a 1994*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 1996.

_____. O processo Legislativo no Rio Grande do Sul. In SANTOS, Fabiano (org). *O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

GUERREIRO, Agostinho. A agricultura e a reforma agrária. In: BITTAR, Jorge (org.). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.

HOBBSAWM, Eric. Pierre Bourdieu – Sociologia crítica e historia social. *New Left Review*, v. 101, n. 2, nov-dez 2016, p. 41-52.

HORN, Carlos Henrique (org.). *Porto Alegre: o desafio da mudança*. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

JOIGNANT, Alfredo. Habitus, campo y capital. Elementos para una teoria general del campo político. *Revista Mexicana de Sociologia*. N. 75, n. 4, outubro-dezembro 2012, p. 587-618.

KECK, Margareth. *PT: a lógica da diferença - o Partido dos Trabalhadores e a construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelsen de Pesquisas Sociais, 2010.

KIRCHHNEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília: n. 7, jan-abr 2012, p. 349-385.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LORENZONI, Onyx. *Os 500 dias de governo do PT são outros 500*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

LOYOLA, Maria Andrea. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andrea Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002

LUSSANI, Maria. *O CR-P nas eleições de 1998 para o governo gaúcho: a vitória da contra-hegemonia*. Dissertação (Mestrado em comunicação social), Porto Alegre, PUCRS, 2003.

MACHADO, Nelson. Finanças e tributação. In: BITTAR, Jorge (org). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MACHADO, José Carlos Lucas. *O processo de criação e organização do Gabinete de reforma agrária no governo Olívio Dutra*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Porto Alegre, PUCRS, 2002.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. *A grande imprensa liberal carioca e a política econômica do segundo governo Vargas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2017.

MARTINS, Cléber Ori Cuti. *Processos participativos nas assembleias legislativas: estrutura, dinâmicas e limites*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 2012.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. Le capital militant. Essai de définition. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, nº 155, 2004/2005, 104 pp.

MENDES, Valdelaine. *Participação na definição de uma política educacional: mecanismos de controle público sobre as ações do governo*. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005.

MENEGUELLO, Rachel. Governo Sarney: dilemas e virtudes de uma transição negociada. *Secuencia*. Cidade do México (México), n. 44, maio-agosto 1999.

_____. *PT – a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEZES, Daiane Boelhouver. *A construção de Olívio Dutra e Tarso Genro pelo Jornal Zero Hora antes da prévia que definiu o candidato do PT ao governo do estado do Rio Grande do Sul em 2002*. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005

LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias. *Primeiro Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e democracia em mudança no século XXI*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

LUFT, Lucas. *A política de regionalização e seus impactos no Rio Grande do Sul: o caso dos COREDES*. Trabalho de Conclusão (Graduação em Economia), Porto Alegre, UFRGS, 2013.

MARANGON, Antônio. A reforma agrária no Rio Grande do Sul. In: SOARES, Laura Tavares (org.). *Tempo de desafios: a política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires [Arg]: Clacso, 2002, p. 181-200

MOURA, Alessandro de. Movimento operário do ABC paulista: contestação, intermediação e colaboracionismo. *Revista Aurora*, São Paulo, ano IV, v. VI, agosto de 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Minas Gerais: UFMG, 1999.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996,

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

OFFERLÉ, Michel. *Les partis politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

OLIVEIRA, Stella Máris. *Movimento dos Sentidos: o discurso do jornal Zero Hora sobre o Partido dos Trabalhadores, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Segurança Pública, realizada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2001*. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Porto Alegre, UFRGS, 2004.

ORTIZ, Renato. À procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PASSOS, Manoel Araújo. *Estabilidade e rotatividade do secretariado do Rio Grande do Sul: 1991-2002 – governos de minoria e governos de maioria*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PEREIRA, André. *Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo*. Vitória: Edufes, 2014.

PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de. Introdução. In: PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de (orgs.). *O PT na institucionalidade democrática brasileira*. Vitória: GM Editora. 2011.

PINTO, Céli. O poder e o político na teoria dos campos. *Veritas*. V. I, n. I, nov. 1995. Porto Alegre.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu y la Teoria del Mundo Social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002.

POMAR, Valter. *A metamorfose*. São Paulo: Página 13, 2014

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. Companhia das Letras: São Paulo, 1991.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese (Doutorado em Ciência Política), São Carlos, UFSCAR, 2008.

RIBEIRO, Paulo Odone. *Fórum Democrático: discurso e prática*. Porto Alegre: CORAG, 2000.

RODRIGUES, Alberto Tossi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROSADO, Berfran. *Orçamento Participativo: A manipulação da vontade Popular*. Porto Alegre: [s.e.]: 1999.

ROS, César Augusto Da. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamont, 2002.

SÁNCHEZ, Félix. *Orçamento Participativo – teoria e prática*. São Paulo: Cortez editora, 2002.

SANTIN, Ricardo João. *Construção de um partido político: a trajetória política e a estabilidade eleitoral do PP gaúcho*. Porto Alegre: Berthier, 2005.

SCHMIDT, Benito. *História e memória do PT gaúcho (1979-1988)*. (obra não publicada).

SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR., Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 255-284, 2002.

SCHUSTER, Marco Antônio Franzmann. *Página 10 e PT: jornalismo e política na sociedade de comunicação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Porto Alegre, UFRGS, 2002.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê editorial, 2016.

SILVA, Marcos. *As Diretas Já no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SILVA, Paulo do Couto e. *O impeachment de Olívio Dutra e o Estado Democrático de Direito*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 2000

SILVA, Shirlei Inês Mendes da. O discurso do ‘novo sindicalismo’ na greve bancária de 1979. *Anais da 7ª Conferência Brasileira de Folkcomunicação*. Lajeado: [S.E.], 2004.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOARES, Débora D.; ERPEN, Juliana. *O parlamento gaúcho: da província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

SOARES, Jair. *Uma vida em ação: memórias políticas*. Porto Alegre: Orquestra, 2012.

SOARES, Sebastião. As experiências no campo do desenvolvimento econômico e social. In: BITTAR, Jorge (org). *Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOARES, José Ribamar Barreiros. *O que faz uma CPI*. Brasília: Edições Câmara, 2009.

TAVARES, José Giusti. Rio Grande do Sul: o Sistema Partidário Eleitoral e Parlamentar. In: LIMA JÚNIOR, Olavo. (Org.). *O Sistema Partidário Brasileiro: Diversidade e Tendências – 1982-94*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. *Totalitarismo tardio: o caso do PT*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000

TOMIO, Fabrício; RICCI, Paolo. Instituições e decisões: estudo comparativo do processo Legislativo das Assembleias Estaduais. In: *ENCONTRO da Associação Brasileira de Ciência Política*, Recife: [s.e.], 2010.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WACQUANT, Loic. Poder simbólico y práctica democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005

_____. Indicações sobre Pierre Bourdieu y la política democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005.

_____. Esclarecer o *habitus*. *Educação e linguagem*. Ano 10, n. 16, p. 63-71, jul-dez 2007.

_____. Bourdieu e a questão das classes. *Novos Estudos – CEBRAP*. Nº 96, São Paulo, Jul. 2013.

Arquivos e fontes consultadas

Jornais e revistas

Correio do Povo / Arquivo Correio do Povo

Estadão / Arquivo Estadão

Folha de São Paulo / Arquivo Folha de São Paulo

Jornal do Comércio-RS / Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

Jornal Já / Arquivo Pessoal do autor.

Teoria e Debate / Arquivo virtual Teoria e Debate.

Zero Hora / Arquivo Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

Panfletos partidários

Acervo Sindbancários RS

Fontes judiciais

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1982*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1985*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1986*. Arquivo digitalizado do TRE-RS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1988*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1989*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1990*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1994*.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1998*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

Sítios virtuais

MEMÓRIA GLOBO. *As eleições presidenciais de 1989*. Disponível em: <https://goo.gl/BbfHmN>. Acesso em 08.09.2017.

SUL 21. *Alceu Collares: “Vem aí uma revolução. Mas não há quem lidere as massas”*. Disponível em: <https://goo.gl/Fr1ydo>. Acesso em: 16.09.2017.

OBSERVATÓRIO da imprensa. *Antônio Britto processa Correio do Povo por boicote*. Disponível em <https://goo.gl/UN47Bn>. Acesso em 09.10.2017.

Acervos audiovisuais

DEBATE TV Bandeirantes. Eleições 1998 (segundo turno – governador do Rio Grande do Sul). Disponível em: <https://goo.gl/7ZH2s4>. Acesso em 26.10.2017.

O VOTO e o pão. Direção: Gilberto Lima. Casa de Criação, 2015. 1 DVD (1h21m) – Arquivo Pessoal.

Entrevistas:

ENTREVISTA de Flávio Koutzii para César Filomena. DVD ROM-5. Disponível em: <https://goo.gl/rvMkG3>, acesso em 25.10.2017.

ENTREVISTA de Marcos Rolim para César Filomena. DVD-ROM-6. Disponível em: <https://goo.gl/BEYniM>. Acesso em 25.10.2017.

ENTREVISTA de César Busatto para César Filomena. DVD-ROM-2. Disponível em: <https://goo.gl/JJaNBe>. Acesso em 25.10.2017.

ENTREVISTA de Gustavo Mello para César Filomena. DVD-ROM-6. Disponível em: <https://goo.gl/BEYniM>, acesso em 13.10.2019 (autor possui cópia).

ANEXOS

ANEXO I – COMPOSIÇÃO DAS BANCADAS NA 50ª LEGISLATURA⁴⁶¹

50ª Legislatura
31/01/1999- 31/01/2003

Coligação: PT / PCB / PSB / Pcdob

PT - Partido dos Trabalhadores

Bancada 1999

Composição 2003

1 Cecília Hypólito	1 Cecília Hypólito
2 Dionilso Marcon	2 Dionilso Marcon
3 Edson Portilho	3 Edson Portilho
4 Elvino Bohn Gass	4 Elvino Bohn Gass
5 Ivar Pavan	5 Ivar Pavan
6 Flávio Koutzil ¹	6 Flávio Koutzil
7 Luiz Fernando Schmidt	7 Jussara Cony
8 Luciana Genro	8 Luiz Fernando Schmidt
9 Maria do Rosário ²	9 Luciana Genro
10 Paulo Pimenta ³	10 Maria do Rosário
11 Ronaldo Zulke	11 Ronaldo Zulke
12 Roque Grazziotin	12 Roque Grazziotin

Suplentes

1 José Gomes da Silva Júnior⁴

Pcdob - Partido Comunista do Brasil

Bancada 1999

Composição 2003

1 Jussara Cony⁵ (suplente)

¹ **Flávio Koutzii:** Licenciado do legislativo para exercer o cargo de Chefe da Casa Civil, desde 1º/01/1999 (último mês da 49ª legislatura). Assumiu o mandato em 31/01/1999 e licenciou-se novamente para continuar no cargo de Chefe da Casa Civil. Reassumiu o mandato em 06/04/2002, no lugar de José Gomes que voltou à suplência.

² **Maria do Rosário:** Em 2000 entrou em licença maternidade. Em sua vaga assumiu José Gomes.

³ **Paulo Pimenta:** renunciou ao mandato parlamentar em 01/01/2001 para assumir a vice-prefeitura de Santa Maria.

⁴ **José Gomes da Silva Junior:** Assumiu em 2000 na vaga de Maria do Rosário. Em 01/01/2001 assumiu na vaga de Paulo Pimenta que elegeu-se vice-prefeito de Santa Maria. Voltou à suplência em 06/04/2002 com o retorno de Flávio Koutzii.

⁵ **Jussara Cony:** (1ª supl. da coligação PT, PCB, PSB, Pcdob) - Assumiu na vaga de Flávio Koutzii. Tornou-se titular após a saída de Deputado Paulo Pimenta.

PPB - Partido Progressista Brasileiro
Bancada 1999

Composição 2003

1 Adolfo Brito	1 Adolfo Brito
2Érico da Silva Ribeiro	2 Arno João Frantz
3 Frederico Antunes ⁶	3 Antonio Chiamulera
4 Idivar Francisco Appio	4 Érico da Silva Ribeiro
5João Ervino Fischer	5 Erni Ilmo Petry
6 José Haidar Farret	6 Idivar Francisco Appio
7 Marco Peixoto	7João Ervino Fischer
8 Maria do Carmo	8 José Haidar Farret
9 Otomar Vivian ⁷	9 Marco Peixoto
10 Valdir Andres ⁸	10 Maria do Carmo
11Vilson Covatti	11Vilson Covatti

Suplentes

1 Arno João Frantz ⁹
2 Erni Ilmo Petry ¹⁰
3 Antonio Chiamulera ¹¹

Coligação: PMDB / PFL / PRP

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Bancada 1999

Composição 2003

1 Alexandre Postal	1 Alexandre Postal
2 Berfran Rosado ¹²	2 Antônio de Padua Barbedo
3 César Busatto ¹³	3 Elmar André Schneider
4 Elmar André Schneider	4 João Osório Martins
5 Giovanni Feltes ¹⁴	5 José Ivo Sartori

⁶ **Frederico Antunes:** Afastou-se do mandato parlamentar a partir de 01/01/2003 para ocupar o cargo de Secretário de Estado de Obras Públicas e Saneamento. Em seu lugar assumiu o Deputado Erny Petry.

⁷ **Otomar Vivian:** renunciou ao mandato parlamentar em 01/01/2003 para assumir o Instituto de Previdência do Estado (IPÉ). Em seu lugar assumiu o Deputado Arno Frantz.

⁸ **Valdir Andres:** Afastou-se do mandato parlamentar a partir de 01/01/2003 para ocupar o cargo de Secretário Estadual de Energia, Minas e Comunicações. Em sua vaga assumiu o suplente Antônio Chiamulera.

⁹ **Arno Frantz:** Assumiu em 01/01/2003 na suplência de Otomar Vivian. (*último mês*)

¹⁰ **Erny Petry:** Assumiu em 01/01/2003 na vaga de Frederico Antunes. (*último mês*)

¹¹ **Antônio Chiamulera:** Assumiu em 01/01/2003 na suplência de Valdir Andres. (*último mês*)

¹² **Berfran Rosado:** Desligou-se do PMDB e filiou-se ao PPS.

¹³ **César Busatto:** Desligou-se do PMDB e filiou-se ao PPS.

6 Jair Foscarini ¹⁵	
7 João Osório Martins	
8 José Ivo Sartori	
9 Mário Bernd ¹⁶	
10 Paulo Odone ¹⁷	

Suplentes

1 Iara Silvia Lucas Wortmann ¹⁸
2 Antônio de Padua Barbedo ¹⁹

PDT - Partido Democrático Trabalhista
Bancada 1999

Composição 2003

1 Adroaldo Loureiro	1. Adroaldo Loureiro
2 Ciro Simoni	2. Ciro Simoni
3 Giovani Cherini	3. Giovani Cherini
4 João Luiz Vargas	4. João Luiz Vargas
5 Kalil Sebbe Neto ²⁰	5. Adriane Garcia Rodrigues
6 Paulo Euclides Garcia Azeredo	6. Paulo Azeredo
7 Carlos Eduardo Vieira da Cunha	7. Carlos Eduardo V da Cunha

Suplentes

1 Valdir Heck
2 Adriane Garcia Rodrigues ²¹
3 Heron dos Santos Oliveira
4 Marcos Augusto Provin
5 Giovani da Silva Corralo

PTB Partido Trabalhista Brasileiro
Bancada 1999

Composição 2003

1 Abílio Alves dos Santos	1 Abílio Alves dos Santos
2 Aloísio Talso Clasmann	2 Aloísio Talso Clasmann
3 Edemar Vargas	3 Edemar Vargas
4 Eliseu Felipe Santos	4 Eliseu Felipe Santos
5 Iradir Pietroski	5 Iradir Pietroski
6 Luiz Augusto Lara ²²	6 Gilda Maria Haack

¹⁴ **Giovani Feltes** – Renunciou ao mandato parlamentar em 01/01/2001 para assumir a prefeitura de Campo Bom. Em sua vaga assumiu Iara Wortmann.

¹⁵ **Jair Foscarini**: afastou-se do mandato parlamentar a partir de 01/01/2003 para ocupar o cargo de Secretário de Estado de Transportes. Assumiu em sua vaga o deputado Antônio Barbedo.

¹⁶ **Mário Bernd**: Desligou-se do PMDB e filiou-se ao PPS.

¹⁷ **Paulo Odone**: Desligou-se do PMDB e filiou-se ao PPS.

¹⁸ **Iara wortmann**: Em 01/01/2001 assumiu como deputada na vaga de Giovani Feltes. Elegeu-se pelo PMDB. Em outubro de 2001 passou para o PPS.

¹⁹ **Antônio Barbedo**: Em 01/01/2003 assumiu na suplência de Jair Foscarini. (*último mês*).

²⁰ **Kalil Sebbe**: Afastou-se do mandato parlamentar a partir de 01/01/2003 para ocupar o cargo de Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia.

²¹ **Adriane Rodrigues**: Em 01/01/2003 assumiu na suplência de Kalil Sebbe. (*último mês*)

7 Manoel Maria	7 Manoel Maria
8 Osmar Severo	8 Osmar Severo
9 Paulo Sérgio Moreira	9 Paulo Sérgio Moreira
10 Sérgio Pedro Zambiasi	10 Sérgio Pedro Zambiasi

Suplente

1. Gilda Maria Haack ²³

PPS - Partido Popular socialista
Bancada 1999

*(O partido não existia)***Bancada 2003***(todos eleitos pelo PMDB)*

	1 Antônio Berfran Acosta Rosado
	2 Bernardo Olavo Gomes de Souza
	3 Cézar Busatto
	4 Lara Sílvia Lucas Wortmann
	5 Mario Bernd
	6 Paulo Odone de Araújo Ribeiro

PSB - Partido Socialista Brasileiro
Bancada 1999

Composição 2003 *(a bancada deixou de existir)*

1 Bernardo Olavo Gomes de Souza ²⁴	
---	--

PFL - Partido da Frente Liberal

Bancada 1999

Composição 2003

1 Germano Mostardeiro Bonow	1 Germano Mostardeiro Bonow
2 Onyx Dornelles Lorenzoni	2 Onyx Dornelles Lorenzoni

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

Bancada 1999

Composição 2003

1 Adilson Troca ²⁵	1. Elton Griebeler
2 Jorge Celso Gobbi ²⁶	2. Wolmar Vieira

Suplentes:

1 Elton Griebeler ²⁷
2 Wolmar Vieira ²⁸

²² **Luís Augusto Lara:** Afastou-se do mandato parlamentar a partir de 01/01/2003 para ocupar o cargo de Secretário de Estado de Turismo.

²³ **Gilda Haack:** Assumiu em 01/01/2003 na suplência de Luís Augusto Lara. *(último mês)*

²⁴ **Bernardo de Souza:** Em 02/01/2001 comunica a nova formação, no ano de 2001, da bancada do Partido Popular Socialista – PPS.

²⁵ **Adilson Troca:** Renunciou ao mandato parlamentar a contar de 01/01/2003. Em sua vaga assumiu Elton Griebeler.

²⁶ **Jorge Gobbi:** Afastou-se do mandato parlamentar a partir de 01/01/2003 para ocupar o cargo de Secretário estadual da Administração e dos Recursos Humanos. Em sua vaga assumiu Wolmar Vieira.

²⁷ **Elton Griebeler:** Em 01/01/2003 assumiu na suplência de Adilson Troca. *(último mês)*

²⁸ **Wolmar Vieira:** Em 01/01/2003 assumiu na suplência de Jorge Gobbi. (*último mês*)

ANEXO II – ALTERAÇÃO DA MATRIZ TRIBUTÁRIA⁴⁶²

19/03/2017 CAPA

CORREIO DO POVO
PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2009

Assembléia rejeita os aumentos de impostos da nova matriz tributária



Secretários Arno Augustin e Flávio Koutzli (E) levaram última proposta do governo

A Assembléia Legislativa aprovou, na madrugada de hoje, em votação encerrada às 3h20min, o projeto do Executivo de reconfiguração da matriz tributária. Em decorrência de três emendas da oposição aprovadas previamente, contudo, o projeto foi alterado em sua essência, e será votado pelo governo, já que as mudanças derrubam os aumentos de alíquotas de impostos previstos na proposta original, mantendo apenas os benefícios fiscais e reduções tributárias, vinculadas a incremento futuro de receitas. As emendas aprovadas levaram os próprios deputados governistas a votarem contra o projeto, já que, segundo eles, sua aplicação fica inviabilizada. A proposta do governo previa redução de ICMS entre 10 e 5 pontos percentuais para produtos de alimentação e higiene, criação de fundos de incentivo para setores como os de alimentação, vestuário e móveis e a elevação de tributos entre 1 e 3 pontos percentuais para combustíveis, cigarros, telecomunicações e outros.

Foram aprovadas três emendas: uma mantendo os incentivos fiscais e rejeitando os aumentos de alíquotas, outra obrigando o Executivo a encaminhar projeto de criação de fundos para segmentos do setor primário e uma terceira assegurando a inclusão de produtos na cesta básica.

O esforço do governo para transferir a votação para a próxima semana não foi suficiente. O secretário da Fazenda, Arno Augustin, e o chefe da Casa Civil, Flávio Koutzli, apresentaram emenda alterando os índices da alíquota dos combustíveis de 25% para 26% - em vez de 25% para 26%. Ao anunciar a mudança na alíquota dos combustíveis e os incentivos de R\$ 40 milhões que seriam assegurados em outras 26 alterações, o governo encerrava suas reservas. Flávio Koutzli enfatizou que o esforço do governo teve o propósito de ampliar as negociações. 'O governo abriu mão de um terço da sua necessidade para criar um ambiente de seriedade', afirmou. O governo já anunciou que votará as emendas que garantem os incentivos fiscais. Segundo Augustin, o substitutivo não é sério, além de ser ilegal, pois está vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A sessão durou mais de treze horas. Às 21h30min, por determinação do deputado Manoel Maria, do PTB, que presidia a sessão, as galerias do plenário foram esvaziadas em função da intervenção de manifestantes durante pronunciamento do deputado Elmar Schneider, do PMDB.

Correio do Povo
Porto Alegre - RS - Brasil

<http://www.correiodopovo.com.br/Urnal/ANEXOII/HTML/01ASSEMB.htm> 1/1

⁴⁶² Arquivo virtual do *Correio do Povo*.

ANEXO III – CHARGE “CPERS: FILIADO À SEC”⁴⁶³

⁴⁶³ Zero Hora. Arquivo Museu Hipólito da Costa. 8 de março de 1999.

ANEXO IV – A CPI DO MST: LISTA DE DEPUTADOS ENTREVISTADOS POR ZERO HORA⁴⁶⁴

AS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS		Confira as opiniões:	
<p>PMDB</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Alexandre Postal Indefinido ◆ Elmar Schneider Favorável ◆ Jair Foscarini Indefinido ◆ João Osório Indefinido ◆ José Ivo Sartori Indefinido 		<p>PT</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Abílio dos Santos Favorável ◆ Aloísio Classmann Favorável ◆ Edemar Vargas Indefinido ◆ Eliseu Santos Favorável ◆ Iradir Pietroski Indefinido ◆ Luís Augusto Lara Indefinido ◆ Manoel Maria Favorável ◆ Osmar Severo Indefinido ◆ Paulo Moreira Favorável ◆ Sérgio Zambiasi* Favorável 	
<p>PDT</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Adroaldo Loureiro Indefinido ◆ Ciro Simoni Não se pronunciou ◆ Giovanni Cherini Contra ◆ João Luiz Vargas Indefinido ◆ Kallil Sehbe Favorável ◆ Paulo Azeredo Contra ◆ Vieira da Cunha Indefinido 		<p>PPS</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Berfran Rosado Favorável ◆ Bernardo de Souza Contra ◆ César Busatto Favorável ◆ Iara Wortmann Favorável ◆ Mario Bernd Contra ◆ Paulo Odone Contra 	
<p>PSDB</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Jussara Cory Contra 		<p>PPB</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Adolfo Britto Favorável ◆ Érico Ribeiro Favorável ◆ Francisco Appio Favorável ◆ Frederico Antunes Favorável ◆ João Fischer Favorável ◆ José Haidar Farret Favorável ◆ Marco Peixoto Favorável ◆ Maria do Carmo Favorável ◆ Otomar Vivian Favorável ◆ Valdir Andres Favorável ◆ Vilson Covatti Favorável 	
<p>PFL</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Germano Bonow Indefinido ◆ Oryx Lorenzoni Favorável 		<p>PSDB</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Adilson Troca Favorável ◆ Jorge Gobbi Favorável 	
<p>TOTAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ 24 a favor ◆ 17 contra ◆ 12 indefinidos ◆ 2 não se manifestaram 			

*Não pode participar de requisições de CPI por ser presidente da Assembleia Legislativa

⁴⁶⁴ Zero Hora. Arquivo Museu Hipólito da Costa. 08 de maio de 2002.

ANEXO V – PROPOSTA DO GOVERNO DO ESTADO À FORD DO BRASIL⁴⁶⁵**COMUNICADO AO POVO GAÚCHO****Proposta do Governo do Estado à Ford do Brasil**

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul torna pública proposta que apresentou à mesa de negociação para a Ford do Brasil. Embora o Estado enfrente séria dificuldade financeira, o Governo fez um esforço gigantesco para concretizar a instalação da montadora em Guaíba, compreendendo a importância do investimento para o Estado.

Mantemos nossa disposição de negociar e aguardamos que a empresa abandone a intransigência e considere com serenidade nossa proposta, cujo resumo apresentamos à população rio-grandense.

- Não contestação dos incentivos fiscais já concedidos, no valor de R\$ 3 bilhões.
- Execução de obras de infra-estrutura (luz, água, esgoto, arruamento e pavimentação) no valor de R\$ 84 milhões.
- Empréstimo de R\$ 70 milhões viabilizado com a participação de instituições financeiras públicas do Estado.
- Viabilização das demais obras de infra-estrutura através da participação de outras esferas da Federação nas obras de sua competência e de concessão à iniciativa privada, no total de R\$ 106 milhões.
- Manutenção dos R\$ 42 milhões já repassados.

A proposta apresentada só é possível com a projeção de um enorme sacrifício financeiro do Estado. Mais do que isso significaria ultrapassar o limite dos danos à estrutura administrativa do Governo e causar graves prejuízos à saúde, educação e segurança do povo gaúcho.

Se a Ford não teve ainda essa compreensão e permanece na exigência de receber em condições privilegiadas quase meio bilhão de reais dos cofres públicos, outros investidores, inclusive grandes, mas especialmente milhares de pequenos e médios empreendedores, continuam apostando no desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul.

**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

⁴⁶⁵ *Correio do Povo*. Arquivo *Correio do Povo*. 29 de março de 1999.

ANEXO VI – DIÁLOGO ENTRE DIÓGENES DE OLIVEIRA E LUIZ FERNANDO TUBINO⁴⁶⁶

31/07/2019

POLICIA

CORREIO DO POVO
PORTO ALEGRE, SÁBADO, 27 DE OUTUBRO DE 2001

Trechos do diálogo gravado

'O que eu estou te dizendo, conversando contigo por determinação do Olívio - falei com ele, ele disse que não só era bom como era necessário que eu falasse contigo - é te dizer para tu saber (sic) dessas relações que nós temos com esse pessoal, desde que eles não interfiram no crime organizado.' (Diógenes de Oliveira)

'Tu faz o teu jogo e eu faço a minha polícia.' (Luiz Fernando Tubino)

'O Olívio conhece os caras, eu conheço, o Pilla Vares conhece, todo mundo conhece.' (Diógenes de Oliveira)

'Eu entrei delegado de polícia. No primeiro dia, a primeira visita - e eu não era policial antes - foi de um bicheiro.' (Luiz Fernando Tubino)

'Sabe que ao longo desta campanha do Olívio e da outra do Tarso e das outras, nós sempre tivemos uma relação, muito estreita com esse pessoal do carnaval e do jogo do bicho.' (Diógenes de Oliveira)

'Desde que eu entrei na polícia, sempre se comenta relações do jogo do bicho com a polícia.' (Luiz Fernando Tubino)

Correio do Povo
Porto Alegre - RS - Brasil

⁴⁶⁶ *Correio do Povo*. Arquivo Correio do Povo. 29 de março de 1999..